Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Andreza Rigo Abrantes

Tecnologias Digitais como instrumentos de preservação do patrimônio urbano edificado

Rio de Janeiro

2014

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Andreza Rigo Abrantes

Tecnologias Digitais como instrumentos de preservação do patrimônio urbano edificado

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientadora: Prof.ª Me. Lia Motta
Supervisores: Carlos Augusto Pessoa Machado e José Rodrigues Cavalcanti Neto.

Rio de Janeiro

2014

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN em Brasília.

A158t Abrantes, Andreza Rigo.
Tecnologias digitais como instrumentos de preservação do patrimônio urbano edificado / Andreza Rigo Abrantes – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

171 f.: il.

Orientadora: Lia Motta

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.

1. Patrimônio Cultural. 2. Patrimônio urbano. 3. Tecnologias digitais. 4. Sistemas de informação. I. Motta, Lia. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 363.69

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Andreza Rigo Abrantes

Tecnologias Digitais como instrumentos de preservação do patrimônio urbano edificado

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 2014.

Banca examinadora

_____

Professora Ms. Lia Motta (orientadora) – PEP/MP/IPHAN

_____

Professor Ms. Hilário Figueiredo Pereira Filho – PEP/MP/IPHAN

_____

Professor Dra. Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei – UNIRIO

Dedicado aos meus pais.
E a todos que acreditam!

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus por tudo.

Agradeço aos meus pais, Valmira e Diógenes, por acreditarem na minha capacidade, e pelo apoio incondicional. Sem vocês não teria mestrado, nem Andreza, nem todo o aprendizado e as felicidades pelo caminho. Sou eternamente grata! Aos meus irmãos, Victor e Diógenes Jr. pela presença e por me ajudarem a vivenciar a pluralidade e respeitar as diferenças. Aos meus sobrinhos, Maria Victória e Victor Jr., pelas brincadeiras e momentos de clarear as ideias. Ao meu companheiro Danilo, pela paciência, pelos abraços calmantes, as músicas, e as tantas horas filosofando... Aos queridos amigos Andressa e Gustavo, por todo o carinho, auxílio e atenção, fundamentais durante os dois anos em que morei em Brasília. Agradeço a toda a minha família e amigos, essenciais em minha vida.

Agradeço à Lia Motta, minha orientadora, presença inspiradora no IPHAN, por todas as ideias e críticas, pela dedicação em me orientar, e pela confiança depositada. Foi uma honra ser sua orientanda.

Ao Hilário Pereira, pelo material disponibilizado e por toda a tranquilidade que me passou. À Vera Dodebei, pelos textos e reflexões. Aos dois, agradeço pela generosidade, e pela disponibilidade para participar de minha qualificação e da banca final de defesa.

Ao Carlos Pessoa, meu supervisor, pelo conhecimento transferido, pela espontaneidade, pelo apoio e compreensão. A toda a equipe da CGTI, em especial ao Jorge Morgado, sempre pronto a auxiliar no que for preciso, e ao Cláudio Sant'Anna, pela prestatividade.

Ao Antônio Miguel e ao José Cavalcanti, por terem me acolhido no meio do caminho, pelas ideias trocadas, pelas indagações, e pela semente que plantaram em mim, de pensar além do que eu via. A toda a equipe do Depam, em especial aos queridos Cátia, Fabiane, Luciana, Mario, e Sandra, pelos abraços, conversas e incentivo.

A toda a equipe de coordenação do PEP, e a todos os professores pelo empenho e dedicação, em especial à Adriana Nakamuta (também pelos lanches e o bolo de aniversário), Beatriz Landau, Felipe Castilho e Alberto Lima.

A toda a equipe do ACI-RJ, em especial à Andressa Furtado, Ivan Sardinha, Lygia Guimarães e Maria José. À equipe do ACI-BSB, em especial Carlos Teixeira e Kleber Mateus. À equipe do Escritório Técnico da cidade de Goiás, em especial ao Tiago Ramires, e

aos estagiários Luiz e Maurício. A toda a Superintendência de Goiás, em especial à Salma Saddi e Patrícia Libonati.

Às minhas companheiras de casa no Rio, que viraram amigas para toda a vida. Jaqueline, por sua delicadeza e cuidado. Thais, pela diversão e compreensão. Anne, pernambucana do sotaque apaixonante, pela sabedoria, com as palavras certas sempre, e pelo carinho. As três pela companhia, força, apoio, por todas as risadas, paranoias e aventuras.

Aos queridos da Toca do Urso, Alexandro, Glauco, Igor, Juno, Leandro, Marcelo e Matheus pelas conversas, reuniões, risadas e cantorias. À turma PEP 2012.

Enfim, agradeço ao IPHAN, instituição que muito admiro e que desde a graduação aspirava fazer parte, pela oportunidade de adquirir novos conhecimentos através da experiência proporcionada pelo mestrado.

A questão não é como chegar à sociedade em rede, um auto-proclamado estádio superior do desenvolvimento humano. A questão é reconhecer os contornos do nosso novo terreno histórico, ou seja, o mundo em que vivemos. Só então será possível identificar os meios através dos quais, sociedades específicas em contextos específicos, podem atingir os seus objectivos e realizar os seus valores, fazendo uso das novas oportunidades geradas pela mais extraordinária revolução tecnológica da humanidade, que é capaz de transformar as nossas capacidades de comunicação, que permite a alteração dos nossos códigos de vida, que nos fornece as ferramentas para realmente controlarmos as nossas próprias condições, com todo o seu potencial destrutivo e todas as implicações da sua capacidade criativa. É por isso que difundir a *Internet* ou colocar mais computadores nas escolas, por si só, não constituem necessariamente mudanças sociais. Isso depende de onde, por quem e para quê são usadas as tecnologias de comunicação e informação. O que nós sabemos é que esse paradigma tecnológico tem capacidades de *performance* superiores em relação aos anteriores sistemas tecnológicos. Mas para saber utilizá-lo no melhor do seu potencial, e de acordo com os projectos e as decisões de cada sociedade, precisamos conhecer a dinâmica, os constrangimentos e as possibilidades desta nova estrutura social que lhe está associada: a sociedade em rede. Manuel Castells, 2005.

RESUMO

Esta dissertação aborda o uso das tecnologias digitais nas práticas de preservação do patrimônio cultural, a partir da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tendo em vista que as constantes inovações das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) ampliam as possibilidades de atuação dos profissionais da área patrimonial, ao mesmo tempo em que proporcionam maior acesso da sociedade ao conhecimento construído a respeito dos bens culturais. A presente pesquisa trata deste assunto relacionando-o à preservação e valorização de bens urbanísticos, considerando a história da Tecnologia da Informação (TI) no âmbito institucional do IPHAN, desde a organização documental em sistemas não computadorizados, até a estruturação de bases informatizadas.

Por meio de pesquisa bibliográfica e análise de fontes documentais e bancos de dados institucionais, este trabalho busca compreender de que maneira as tecnologias podem atuar no fortalecimento do patrimônio cultural, constituindo instrumentos de preservação, por meio da exploração das novas ferramentas de reconhecimento, registro, valorização e promoção dos bens culturais. Através dos estudos realizados, é possível obter informações que conduzem à compreensão desta questão, na medida em que esta dissertação: (1) discute a atribuição de valor patrimonial a bens, buscando o entendimento de como são realizadas e de que modo foram institucionalizadas as práticas de preservação do patrimônio no Brasil, considerando o início da informatização do instituto; (2) analisa as informações construídas pelo IPHAN, para a atribuição de valor e para a preservação e valorização patrimonial, tomando como amostra a documentação produzida sobre a cidade de Goiás, buscando compreender de que modo foram constituídos historicamente os sistemas de informação (não computadorizados) no IPHAN, e observando de que maneira esse montante de informações se encontra organizado nos diversos arquivos institucionais; e (3) interpreta o uso das novas tecnologias da informação na valorização e gestão do patrimônio urbanístico, na construção e disseminação de informação e conhecimento a respeito dos bens tombados pelo IPHAN, e sua atualização, a partir dos usos de sistemas computadorizados, neste caso o projeto Rede de Arquivos e o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), verificando de que maneira vem sendo construído um novo pensamento que procura transformar práticas no órgão, discutindo a relevância da implantação de sistemas de informação que utilizam novas tecnologias como instrumentos para a preservação do patrimônio.

Através da pesquisa pretende-se contribuir com o debate a respeito do uso das tecnologias digitais e sistemas de informação, não apenas como instrumental técnico/tecnológico, mas como uma nova visão nas práticas de preservação do patrimônio cultural. As atuais tecnologias da informação exercem um papel fundamental para uma ação mais democrática, também na patrimonialização pelo Poder Público, com potencial transformador dos procedimentos para seleção de bens, visando maior representatividade da cultura brasileira.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Patrimônio Urbano, Tecnologias Digitais, Sistemas de Informação.

ABSTRACT

This dissertation discusses the use of digital technologies in the practice of cultural heritage preservation, from the actuation of the National Institute of Artistic and Historical Heritage (IPHAN), in view that the constant innovations of Information and Communications Technology (ICT) expand the actuation possibilities of professionals of the heritage area, at the same time that they provide a bigger access to society to the knowledge built around the cultural assets. This research deals this subject relating it to preservation and appreciation of urban heritage, considering the history of the Information Technology (IT) in the institutional context of IPHAN, from documentary organization in non-computerized systems, until the structuring of computerized bases. Through literature review and analysis of documentary sources and institutional databases, this work seeks to understand in which way the technologies can act for the consolidation of the cultural heritage, constituting means of preservation, through exploring new tools of recognizing, registration, appreciation and promotion of the cultural assets. Through the studies done, it is possible to obtain information leading to the understanding of this issue, inasmuch this dissertation: (1) discusses the attribution of heritage value to cultural properties, searching the understanding of how are performed and how were institutionalized the practices of heritage preservation in Brazil, considering the beginning of the computerization of the institute; (2) analyzes the constructed information by IPHAN, for attribution value and for the preservation and appreciation of heritage, using as a sample the documentation produced about the city of Goiás, searching for understand in which way were historically constituted the information systems (non-computerized) in IPHAN, and observing in which way this amount of information is organized in the several institutional files; and (3) interprets the use of new information technologies in the valuation and management of urban heritage, in the construction and dissemination of information and knowledge about the cultural assets protected by IPHAN, and its updating, from the use of computerized systems, in this case the Files' Network project and the Integrated System of Knowledge and Management (SICG), checking in which way a new thought is being constructed that search transform practices in the organization, discussing the relevance of the implementation of information systems that use new technologies as tools for heritage preservation.

Through research it is intended to contribute for debate about the use of digital technologies and information systems, not only as technical/technological instrument, but with a new insight in the practices of cultural heritage preservation. The actual information technologies play a key role for a more democratic action, also on patrimonialization by the Government, with transformative potential of the procedures for selection of cultural assets, seeking greater representation of Brazilian culture.

Key words: Cultural Heritage, Urban Heritage, Digital Technologies, Information Systems.

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ACI – Arquivo Central do IPHAN
AGEPEL – Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento
CGBI – Coordenação-Geral de Bens Imóveis
CGBM – Coordenação-Geral de Bens Móveis e Integrados
CGCH – Coordenação-Geral de Cidades
CGPLAN – Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento
CGTI – Coordenação Geral de Tecnologia da Informação do IPHAN
COGEP – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
COGESTI – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CNART – Cadastro Nacional de Negociantes de Obras de Arte
CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural
CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos
COPEDOC – Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência
CPROD – Controle de Processo e Documento
DAF – Departamento de Articulação e Fomento
DEPAM – Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN
DEPROT – Departamento de Proteção
DET – Divisão de Estudos e Tombamento
DID – Departamento de Identificação e Documentação
DIVINF – Divisão de Infraestrutura Tecnológica
DIVSIS – Divisão de Sistemas de Informação
DPA – Departamento de Planejamento e Administração
DPI – Departamento do Patrimônio Imaterial
DR – Diretoria Regional
FGV – Fundação Getúlio Vargas
Fiscalis – Sistema de Fiscalização do Patrimônio Cultural Edificado
FUNDAR – Fundação Darcy Ribeiro
IAPH – Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico
IBA – Inventários de Bens Arquitetônicos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBM – *International Business Machines*
ICOMOS – *International Council on Monuments and Sites* (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios)
INBI – Inventário Nacional de Bens Imóveis
INBI-SU – Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados

INBMI – Inventário Nacional de bens Móveis e Integrados
INCEU – Inventário de Configuração de Espaços Urbanos
INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN[1] – Instituto do Patrimônio Histórico Nacional
MAPI – Mapeamento do Patrimônio Imaterial Brasileiro
MEC – Ministério da Educação e Cultura (até 1985) / Ministério da Educação (atual)
MINC – Ministério da Cultura
Mosaico – *Sistema para la Gestión Integral del Patrimonio Cultural*
MP/PEP – Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN
NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística
PCH – Programa de Cidades Históricas
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PGC – Palácio Gustavo Capanema
PNC – Plano Nacional de Cultura
PNPI – Programa nacional de Patrimônio Imaterial
Pró-Memória (FNPM) – Fundação Nacional Pró-Memória
PTP – Processos Tecnológicos Patrimoniais
RIMA – Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
SANEAGO – Saneamento de Goiás S/A.
SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SIG – Sistema de Informação Geográfica
Sig-IPHAN – Sistema de Informações Gerenciais do IPHAN
SIPHA – *Sistema de Información del Patrimonio Histórico de Andalucía*
SisGEP – Sistema de Gestão de Pessoas
SNPC – Sistema Nacional do Patrimônio Cultural
SR – Superintendência Regional
TI / TIC – Tecnologia da Informação / Tecnologia da Informação e Comunicação
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URBIS – Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos
USP – Universidade de São Paulo

[1] O IPHAN teve várias denominações, conforme descrito a seguir. No entanto, ao longo do texto, será usada apenas a sigla IPHAN, referente à sua denominação atual.
Denominações e siglas desde 1937: SPHAN 1937 – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; DPHAN 1946 – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; IPHAN 1970 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; SPHAN 1979 – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; SPHAN/Pró-Memória 1979 – Foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória como braço executivo do IPHAN; SPHAN 1981 – Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; SPHAN 1985 – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criação do Minc - Ministério da Cultura, integração do SPHAN/Pró-Memória; IBPC 1990 – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, autarquia vinculada diretamente à Secretaria da Presidência da República (Decreto nº 99.492); 1992 – Volta a fazer parte da estrutura do Ministério da Cultura; IPHAN 1994 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12
1. VALORAÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NO IPHAN 19
1.1 Institucionalização das práticas de preservação patrimonial no Brasil 23
1.2 Periodização das práticas de preservação do IPHAN e as tecnologias da informação 27
2. AS INFORMAÇÕES NOS PROCESSOS DE VALORAÇÃO DOS BENS COMO PATRIMÔNIO 44
2.1 Instrumentos e sistemas de informação não computadorizados no IPHAN 45
2.1.1 Os Inventários 45
2.1.2 O Tombamento 52
2.2 A produção de informações no IPHAN e sua organização – O caso da cidade de Goiás 57
2.3 O Processo de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico na cidade de Goiás 60
2.4 As informações nos procedimentos de preservação após o tombamento 73
2.4.1 O Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro 73
2.4.2 O arquivo da Superintendência do IPHAN em Goiás 74
2.4.3 O arquivo do Escritório Técnico da cidade de Goiás 86
2.4.4 A documentação do Arquivo Central Seção Brasília 89
2.4.5 O Dossiê de Goiás 91
3. AS PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO URBANA A PARTIR DO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS 96
3.1 Tecnologias e sistemas voltados para o Patrimônio na Sociedade Informacional 97
3.2 A utilização das tecnologias digitais pelo IPHAN nos últimos anos (2004 - 2014) 102
3.3 O projeto Rede de Arquivos do IPHAN 106
3.4 SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão 116
À GUISA DE CONCLUSÃO 154
REFERÊNCIAS 159

INTRODUÇÃO

O uso das tecnologias digitais nas práticas de preservação do patrimônio cultural, sobretudo neste momento histórico – que pode ser considerado um período de transição da sociedade, marcado por intensas transformações, resultado do intenso progresso tecnológico, em especial da comunicação–, mostra-se como fator básico para condução e ampliação do acesso à informação e aos bens culturais, e para a conservação destes. No Brasil, as pesquisas e investimentos no tema ainda são tímidos, mas já movimentam universidades e instituições, como está acontecendo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Assim, esta dissertação aborda o uso das tecnologias digitais nas práticas de preservação do patrimônio cultural, considerando a história da Tecnologia da Informação (TI) no âmbito institucional do IPHAN, desde a organização documental em sistemas não computadorizados até a estruturação de bases informatizadas. A proposta para a realização de uma pesquisa que relacionasse tecnologias digitais ao patrimônio cultural e ao IPHAN surgiu da solicitação de um bolsista do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN (MP/PEP), pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) que faz parte do Departamento de Planejamento e Administração (DPA). Com a intenção de se pesquisar novas tecnologias de documentação para preservação do patrimônio edificado – como modelagem geométrica, fotogrametria, *scanners* em três dimensões (3D), realidade virtual, entre outras –, a graduação em Arquitetura e Urbanismo constava entre as áreas de formação possíveis de concorrer à vaga ofertada no Edital de Seleção do Mestrado em 2012.

A vivência na CGTI, que possui uma rotina mais voltada a questões técnicas da área da tecnologia a serviço do patrimônio cultural, foi mostrando outros caminhos, e a pesquisa foi se modificando até início de 2014, quando por decisão conjunta foi definido que parte da carga horária do mestrado seria cumprida no Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), com práticas relacionadas diretamente ao patrimônio cultural, para possibilitar uma proximidade maior com o patrimônio edificado e por ser o departamento do IPHAN onde o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG)[2] é pensado. Apesar de citado no Edital de Seleção, o SICG não era o objeto da pesquisa solicitada pela CGTI, porém

[2] O SICG é um sistema informatizado do IPHAN, ainda em fase de desenvolvimento. É um instrumento pensado para integrar dados a respeito do patrimônio cultural do país em uma única base, proporcionando a troca de informações sobre os bens entre os diversos departamentos e unidades do instituto, além de possibilitar amplo acesso da população para conhecimento do patrimônio brasileiro através da *Internet*.

a ideia inicial de pesquisar tecnologias mais sofisticadas a serviço da preservação do patrimônio cultural foi aos poucos substituída pela prioridade atual do IPHAN, de organização e sistematização das informações básicas existentes sobre o patrimônio, e da ampliação de seu acesso por meio da informatização.

A experiência em duas unidades da sede do IPHAN, durante o mestrado, evidenciou a realidade do instituto, na qual os vários departamentos realizam suas tarefas cotidianas de modo isolado, existindo uma integração, mais pontual, apenas quando necessário, o que revela a dificuldade do órgão em trabalhar integrando suas áreas estratégicas, resultado também da carência de uma comunicação interna mais sólida, o que acaba se refletindo na clássica bipartição do patrimônio cultural – de natureza material e imaterial –, embora estudiosos e profissionais da área assegurem que tanto "um" quanto o "outro" tipo de patrimônio, necessita e possui os dois elementos, o material e o imaterial. Essa divisão, artificial nas palavras de Chuva, além de enganosa, traz reflexos na sociedade e resulta em uma "política institucional que promove uma distribuição desigual de recursos" (CHUVA, 2012).

Ao mesmo tempo em que o conceito de patrimônio se amplia, com o advento das tecnologias digitais[3] multiplicam-se e surgem novos métodos para identificação das informações e novos modos de documentação do patrimônio cultural. Influenciada também pelo desenvolvimento da relação entre patrimônio e tecnologia, a forma como a sociedade percebe e trata seu patrimônio cultural foi e, ainda hoje, vem sendo transformada. De acordo com Tapias (2006) desde o início da modernidade, a relação entre desenvolvimento tecnológico e mudança social em nossa tradição cultural se intensificou. Em tempos hodiernos, no qual as conexões tecnológicas participam da constituição das bases de relações e produções, favorecendo a circulação de informação em grande quantidade e velocidade, é imprescindível estimular a elaboração de uma visão crítica sobre os impactos, positivos e negativos, que a apropriação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) provoca na sociedade, e também no cotidiano dos profissionais envolvidos com o patrimônio cultural.

[3] O conceito de Tecnologia Digital pode ser entendido com base em Pierre Levy, que em seu livro Cibercultura (1999) a considera como uma tecnologia estruturada em circuitos eletrônicos, capaz de traduzir, através de amostras, qualquer tipo de informação – texto, imagem, som – em números, mais precisamente em um código que utiliza dois dígitos, 0 e 1, daí o nome digital. A tecnologia digital permite que "as informações codificadas digitalmente [possam] ser transmitidas e copiadas quase indefinidamente sem perda de informação" (LEVY, 1999, p. 51), além disso, "os números codificados em binário podem ser objeto de cálculos aritméticos e lógicos executados por circuitos eletrônicos especializados. [...] Após serem tratadas, as informações codificadas em binário vão ser traduzidas (automaticamente) no sentido inverso, e irão manifestar-se como textos legíveis, imagens visíveis, sons. [...] a digitalização permite um tipo de tratamento de informações eficaz e complexo, impossível de ser executado por outras vias." (LEVY, 1999, p. 52).

Na realidade, a relação entre tecnologia e patrimônio ainda é pouco discutida ou questionada, apesar de uma parte considerável da população estar envolvida diariamente com mídias e tecnologias digitais. Além disso, nas práticas preservacionistas adequadas às exigências do presente, que envolvem inovações tecnológicas e patrimônio cultural, de modo geral – seja por falta de conhecimento, treinamento ou equipamentos –, as tecnologias não são exploradas em toda sua potencialidade. Mesmo com as grandes possibilidades oferecidas pelas TICs, a pouca exploração em pesquisas sobre a preservação do patrimônio cultural através das tecnologias digitais resulta em práticas fragmentadas, nas quais os sistemas são pensados, e muitas vezes elaborados, isoladamente, sem uma busca de integração com as práticas anteriores, e sem a associação entre profissionais do patrimônio e profissionais da tecnologia no desenvolvimento de trabalhos neste aspecto. Posto que "a proteção dos bens materiais e imateriais na contemporaneidade é regida por processo de salvaguarda de natureza informacional com tecnologia digital" (DODEBEI, 2006), é necessário que pesquisadores e profissionais da área do patrimônio acompanhem as mudanças, que ocorrem cada vez mais rápido. Para isso, é importante que recebam o apoio necessário e se esforcem para estabelecer e manter o vínculo entre tradição e atualidade, duas faces do patrimônio cultural que, para grande parte da população, não se relacionam à primeira vista.

Sendo assim, a presente dissertação abordará a utilização de tecnologias digitais para preservação do patrimônio, tendo em vista que tais inovações ampliam as possibilidades de atuação dos profissionais, ao mesmo tempo em que proporcionam maior acesso da população ao conhecimento a respeito do patrimônio. A pesquisa tratará deste assunto relacionando-o ao tema da atribuição de valor patrimonial a bens culturais, reportando-se aos bens urbanísticos, o que se justifica pela formação da autora, em Arquitetura e Urbanismo. Dessa forma, neste estudo, vamos nos ater à materialidade do patrimônio urbanístico e de sua documentação, para chegarmos então, à "imaterialidade" dos sistemas de informações computadorizados e sua importância como meio para a apropriação dos bens edificados pelos significados que podem neles ser apreendidos. O interesse em trabalhar a temática das tecnologias digitais e seus usos no campo patrimonial demonstra de certa forma, a continuidade do desenvolvimento das práticas de preservação do patrimônio cultural no IPHAN[4].

Nesta investigação, é preciso se atentar ao fato de que as tecnologias não vieram para substituir o contato direto com o patrimônio cultural, mesmo porque a experiência

[4] O IPHAN tem usado a tecnologia digital pontualmente, nas superintendências e em algumas unidades da área central da Instituição, mas estes casos não serão avaliados na dissertação, por serem considerados frutos da carência de políticas de TI, que vem sendo superada com o *Plano Diretor de Tecnologia da Informação*, elaborado e publicado pela primeira vez em 2009, e que em 2014 teve sua segunda versão publicada.

espacial/local é insubstituível. “A revolução das tecnologias digitais é cultural e capaz de mudar comportamentos.” (BRASIL, 2012), porém, elas nunca poderão ocupar o lugar do exercício de conhecimento *in loco*, e sem dúvidas, esta não é realmente a intenção, pelo contrário, elas existem também para incentivar as vivências, e podem ser utilizadas, no caso do patrimônio cultural, como instrumentos de representação da realidade, proporcionando testemunhos quando a relação direta não é possível – seja por motivos espaciais ou temporais –, possibilitando maior acesso, ainda que virtual. Pois, embora as tecnologias da informação e comunicação estejam se desenvolvendo “no sentido da virtualidade de acervos e coleções, os originais continuam a ser os objetos, armazenados em instituições de memória que se interligam às grandes redes de teleprocessamento para fins de divulgação.” (DODEBEI, 1997, p. 119).

A importância deste estudo é justificada pela necessidade de se aprofundar a discussão a respeito da TI relacionada ao patrimônio cultural, examinando que tipo de benefícios a utilização das tecnologias digitais pode proporcionar, e que tipo de informações elas podem evidenciar, auxiliando assim no processo de atribuição do valor de patrimônio e na difusão da memória. É também um esforço no sentido de alargamento das fronteiras entre estes dois assuntos, que à primeira vista não possuem uma conexão tão estreita quanto a que a pesquisa pretende demonstrar. Deste modo, a principal questão, desde o início da pesquisa, foi buscar compreender em que medida as tecnologias digitais, por meio dos sistemas de informação, podem atuar na preservação do patrimônio cultural, constituindo instrumentos de preservação e gestão de bens urbanísticos. Através das pesquisas realizadas nos arquivos do IPHAN, e do aprofundamento em projetos desenvolvidos atualmente com base nas tecnologias digitais, no âmbito do instituto, é possível obter informações que conduzem à compreensão deste problema.

A partir do objetivo maior de compreender e discutir o papel das tecnologias digitais, especialmente os sistemas de informação, no processo de valoração e na preservação do patrimônio urbano edificado na atual fase do IPHAN, considerando o novo instrumental tecnológico e a concepção de patrimônio definida na Constituição Federal de 1988, foram definidos três objetivos específicos, que correspondem aos três capítulos da dissertação, são eles: Discutir sobre atribuição de valor compreendendo de que forma as práticas de preservação do patrimônio no Brasil foram institucionalizadas, e sobre as concepções de patrimônio no âmbito do IPHAN, elucidando a respeito do início da informatização do instituto. Analisar as informações construídas pelo IPHAN, para a atribuição de valor e para a preservação patrimonial, na documentação produzida sobre a cidade de Goiás – os diferentes

tipos de informação, as formas de representação dos bens arquitetônicos e urbanísticos, e seus usos nas ações de gestão destes bens –, buscando compreender de que modo foram constituídos historicamente os sistemas de informação (não computadorizados) no IPHAN, observando de que maneira esse montante de informações se encontra organizado. Compreender o uso das novas tecnologias da informação na valorização e gestão do patrimônio urbanístico, na construção e disseminação de informação e conhecimento a respeito dos bens tombados pelo IPHAN, e sua atualização, a partir dos usos de sistemas computadorizados, verificando de que maneira vem sendo transformadas as práticas no órgão, discutindo a relevância da implantação de sistemas de informação que utilizam novas tecnologias como instrumentos para a preservação do patrimônio.

Para atingir os objetivos expostos, a pesquisa se iniciou com a leitura e análise de fontes bibliográficas mais específicas, com o estudo de teorias da informação e de sistemas de informação, incluindo as novas tecnologias e seu potencial na formulação desses sistemas, além dos conceitos de patrimônio, cultural e urbano, relacionando-os aos sistemas de informação patrimonial. Fontes encontradas na Biblioteca Aloísio Magalhães, em meu acervo pessoal, em repositórios digitais de universidades e em *sites* de congressos e eventos da área de patrimônio cultural, tecnologias digitais e sistemas de informação. São publicações de autores como Alois Riegl e Ulpiano Bezerra de Meneses que abordam sobre atribuição de valor, Françoise Choay que trata de monumento e patrimônio arquitetônico e urbanístico, Maria Cecília Londres Fonseca e Márcia Chuva que discutem atribuição de valor e patrimônio no IPHAN, Pierre Levy e José Antonio Pérez Tapias que falam sobre cultura digital e sociedade, Manuel Castells, que aborda a sociedade informacional, Vera Lúcia Dodebei que discute sobre as tecnologias digitais e o patrimônio, e Othon Jambeiro que analisa políticas de informação e representação do conhecimento por meio da teoria da informação.

Posteriormente foram exploradas as fontes documentais, que se encontram no *site*, bancos de dados e nos arquivos do IPHAN, como Cartas Patrimoniais, documentos provenientes de reuniões ocorridas em diversas épocas e regiões do mundo, contendo recomendações a respeito da proteção do patrimônio cultural, especialmente o edificado, serão considerados também os Inventários de identificação desenvolvidos pelo IPHAN; Legislação – leis, normas, decretos, regimentos e portarias, nacionais ou internas, que tratam da criação do IPHAN, preservação do patrimônio cultural, tombamento de bens culturais, entre outros assuntos; o Processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás e a documentação referente à cidade, através de pesquisa de campo nos Arquivos Centrais – Seções Rio de Janeiro e Brasília, e Arquivos da Superintendência do

IPHAN em Goiás e do Escritório Técnico da cidade de Goiás; *Intranet* do IPHAN, *Google Drive* do grupo responsável pelo projeto Rede de Arquivos, e o ambiente de homologação do SICG.

Para apreensão do estudo, é importante, também, esclarecer a diferença entre dados, informações e conhecimento, pois é comum que os termos sejam utilizados ou entendidos, de maneira confusa, como sinônimos. Nesta dissertação, seguiremos as conceituações presentes no livro *Sistemas inteligentes: fundamentos e aplicações* (2005), organizado por Solange Rezende, entendendo o dado como "um elemento puro, quantificável sobre um determinado evento. [...] O dado, por si só, não oferece embasamento para o entendimento da situação", já a informação é o "dado analisado e contextualizado. Envolve a interpretação de um conjunto de dados", e o conhecimento "refere-se à habilidade de criar um modelo mental que descreva o objeto e indique as ações a implementar, as decisões a tomar. A compreensão, análise e síntese [...] são realizadas a partir do nível do conhecimento" (REZENDE, 2005, p. 5).

A escrita da dissertação foi desenvolvida em três capítulos, nos quais se buscou permear a temática das tecnologias digitais e sistemas de informação, procurando demonstrar como essa preocupação faz parte também da história do IPHAN, embora não exista ainda uma percepção clara deste assunto no instituto, evidenciando de que maneira o caminho do uso da informática foi se concretizando na instituição.

O primeiro capítulo, intitulado *Valoração do patrimônio urbano e as tecnologias da informação no IPHAN*, apresenta um cenário geral da preservação do patrimônio urbano pelo IPHAN, refletindo sobre os critérios para atribuição de valor na área patrimonial e ao longo da existência do órgão, sobre as transformações nos conceitos até se chegar à concepção de patrimônio cultural que rege as práticas atuais de preservação e que abrange de forma mais integrada, cultural e socialmente, o patrimônio urbano edificado e assim amplia as políticas públicas voltadas para o patrimônio, abordando neste contexto, através de uma periodização, a entrada da área de informática nas práticas institucionais.

No segundo capítulo, *As informações no processo de valoração dos bens como patrimônio*, através de uma pesquisa documental mais aprofundada, primeiramente foram analisados os instrumentos de inventário e tombamento. A partir de então, entendendo os processos de tombamento e os inventários como sistemas de informação não computadorizados, foram analisadas as informações produzidas para as rerratificações do tombamento da cidade de Goiás, e em decorrência destas extensões, além da documentação produzida para a proposta de inclusão da cidade como Patrimônio da Humanidade, procurando conferir uma nova visão, enxergando os processos de tombamento e os

inventários como sistemas de informação não computadorizados. Este levantamento serviu como base para a compreensão do processo de valoração de sítios e as transformações ocorridas neste transcurso. A escolha pelo processo de tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Goiás é justificada por se tratar de um processo bastante completo, que devido às sucessivas revisões e expansões de tombamento, se tornou o registro de um fluxo informativo muito rico da instituição, armazenando em suas páginas documentos e dados que possibilitam verificar a qualidade das informações construídas no decorrer dos anos, os critérios utilizados pelo IPHAN para atribuição de valor, como as informações foram sendo estruturadas, quais as transformações que ocorreram nas representações gráficas dos bens, e de que forma todas essas informações foram transmitidas dentro da instituição e para a sociedade ao longo do tempo.

O terceiro capítulo, *As práticas de preservação urbana a partir do uso das tecnologias digitais*, aborda as tecnologias digitais e sistemas de informação utilizados para a preservação do patrimônio, tratando da informatização do órgão na atualidade, com foco em duas soluções tecnológicas empregadas pelo IPHAN – o projeto Rede de Arquivos do IPHAN: Sistemas de Informações, higienização e acondicionamento do Patrimônio Documental, uma parceria entre o IPHAN, a Universidade de São Paulo (USP) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e o SICG, por se tratar de um novo modelo de organização e disseminação de informações a respeito do patrimônio no IPHAN, com a perspectiva de atuar na gestão de bens tombados –, buscando compreender de que maneira estes instrumentos modificam as práticas de preservação, e ampliam a atuação do instituto resultando em retorno para a sociedade.

Na conclusão observa-se que, embora em fase de desenvolvimento, os dois projetos do IPHAN possibilitam uma maior divulgação das novas concepções do patrimônio e da política de preservação deste, colaborando para o esclarecimento da população, e para o reconhecimento da importância dos valores culturais na construção de identidades e memórias no âmbito da sociedade atual, na qual as tecnologias contemporâneas da informação exercem um papel fundamental para uma atuação mais democrática.

1 VALORAÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NO IPHAN

Patrimônio é construção social e, assim sendo, torna-se necessário considerá-lo no contexto das práticas sociais que o geram e lhe conferem sentido. Arantes, 2006.

Este capítulo tem como objetivo fazer uma abordagem histórica sobre as concepções de patrimônio e seu uso pelo IPHAN, refletindo sobre a atribuição de valor aos bens e o tratamento dedicado ao patrimônio urbano, analisando a relação destes com as informações, produzidas e necessárias ao conhecimento dos bens para sua patrimonialização e gestão. A decisão de iniciar a dissertação, falando sobre valor neste primeiro capítulo, se apoia na ideia de Ulpiano Bezerra de Meneses que disse que "atuar no campo do patrimônio cultural é se defrontar, antes de mais nada, com a problemática do valor, que ecoa em qualquer esfera do campo" (MENESES, 2012, p. 32). Destarte, a primeira fase do processo de patrimonialização de um bem cultural no IPHAN é a atribuição de valor, dando início à produção documental, à decisão sobre seus formatos, e aos procedimentos de sua guarda e circulação.

Independente da área de conhecimento tomada como referência, a valoração sempre esteve associada a uma escolha que, partindo da relação entre sujeito e objeto, resulta em uma classificação ou hierarquização. Para começar nossa incursão neste conceito, é interessante transcrever o que Giulio Argan apresenta logo no início de seu artigo "La storia dell'arte" de 1969. O trecho trata especificamente do valor atribuído a obras de arte, mas a abordagem utilizada se aplica perfeitamente à atribuição de valor ao patrimônio cultural:

> Uma vez que as obras de arte são coisas às quais está relacionado um valor, há duas formas de tratá-las. Pode-se ter preocupação pelas coisas: procurá-las, identificá-las, classificá-las, conservá-las, restaurá-las, exibi-las, comprá-las, vendê-las; ou, então, pode-se ter em mente o valor: pesquisar em que ele consiste, como se gera e transmite, se reconhece e se usufrui.[5] [...] digamos que de um lado está o 'bem' ou objeto que possui valor, e do outro lado está o valor do objeto[6]. (ARGAN, 1969, p. 9).[7]

[5] Argan (1969) *apud* Fonseca (2005).
[6] Tradução própria.
[7] Texto original: Poiché le opere d'arte sono cose a cui è connesso un valore, ci sono due modi di occuparsene. Si può avere cura delle cose: cercarle, identificarle, classificarle, conservarle, restaurarle, esibirle, comperarle, venderle; oppure si può avere di mira il valore: ricercare in che cosa consista, come si generi e tramandi, si roconosca e fruisca. [...] diciamo che da um lato c'è il "bene" o la cosa avente valore e dall'altro c'è il valore della cosa. (ARGAN, 1969, p. 9).

Ao ler o texto de Argan, é possível perceber que a valoração passa por um processo, com várias etapas (pesquisar, reconhecer, transmitir, usufruir...), ou seja, a atribuição de valor é construída, e embora reflita em ações concretas, é um ato subjetivo, uma prática movida por significados simbólicos. É uma construção social e parte da interpretação de quem escolhe o bem e atribui valor a ele, tanto em instituições oficiais quanto na sociedade. Araújo (2012) mostra em seu texto que este processo tem início no momento em que "indivíduos, instituições ou comunidades decidem que algum objeto ou lugar é merecedor de conservação, ou seja, que representa algo sobre eles ou sobre um passado que mereça ser lembrado e que deve ser transmitido às futuras gerações".

Na área patrimonial, a construção de valores se mistura com a construção dos discursos patrimoniais, nos quais o patrimônio vem sempre acompanhado de adjetivos como valor histórico, artístico, entre outros, "tais adjetivações transformam noções de valor numa categoria de pensamento construída socialmente [...] e carregam por trás uma série de relações de força. O valor seleciona, inclui e/ou exclui, afirma e/ou nega..." (SILVA, 2010, p. 64). Em vista disso, não existem critérios totalmente definidos para a valoração de bens, o valor não é algo intrínseco ao objeto, nem imutável, e "as noções sobre valores, assim como a importância desses valores, são variáveis no tempo e no espaço" (ZAMIN, 2006, p. 30). Para se atribuir valor a algum bem arquitetônico ou urbanístico é necessário antes construir informações específicas e detalhadas a seu respeito. Hanna Levy, apesar de tratar apenas dos valores histórico e artístico, em seu texto no quarto número da Revista do SPHAN, diz que "existe em toda obra de arte uma pluralidade de 'valores' que devem ser determinados e examinados de maneira precisa a fim de tornar possível uma classificação cientifica da obra" (LEVY, 1940, p. 187); portanto, toda e qualquer informação deve estar evidente, de alguma forma, para que se possa atribuir valor com maior propriedade, mesmo sendo esta uma ação de caráter subjetivo. A atribuição de valor, de acordo com Martin *apud* Menezes (2008) não é orientada somente pela antiguidade ou pela beleza, mas é centrada especialmente no que determinado bem representa no momento atual e no que poderá representar futuramente, o "valor está diretamente relacionado com a capacidade [do bem] de informar sobre aspectos históricos, culturais, econômicos e sociais de uma época" (MENEZES, 2008, p. 376). Desse modo as ações de proteção geram diversos resultados, tendo em vista que cada categoria de valor atribuída conduz a distintas formas de tratamento ao patrimônio, "segundo diferentes motivações, as quais vão corresponder a diversos ideais, éticas e epistemologias." (ARAÚJO, 2012), direcionando a forma mais adequada de preservação e gestão, para que o bem possa ser apropriado e usufruído no futuro.

A partir da noção de valor proposta por Riegl (2006) – que usa o termo monumento –, é possível vislumbrar a preservação com propósito social, baseada em valores éticos e não apenas estéticos, centrada mais nos sujeitos e nos significados dados por grupos sociais aos bens do que no monumento, que nesta concepção desempenha importante papel na transmissão de saberes. Em sua teoria os valores são divididos em dois grupos:

- Valores de Rememoração, dividido em: Valor de Antiguidade – possibilita a percepção das marcas do tempo e desgastes provocados pela natureza no monumento, impedindo intervenções posteriores sobre seu estado, restando apenas sua preservação a fim de evitar que este tenha um fim precoce. Valor Histórico – documental, visível, se interessa pela integridade do monumento, buscando valorizar suas características originais. Admite reprodução, através de cópias ou documentos auxiliares na pesquisa científica, na qual Riegl faz referência à fotografia colorida e fac-símile, evidenciando o registro como extremamente necessário, para a investigação do monumento, e/ou elaboração de uma cópia, física ou virtual. Valor de Rememoração Intencional – baseado na restauração, impede que o monumento seja entregue ao passado, convertendo-o à quase eternidade de seu estado original.
- Valores de Contemporaneidade, que servem à satisfação dos sentidos atuais: Valor de Uso – quando um edifício antigo é ainda utilizado sem deixar seus ocupantes em risco. Qualquer sinal de degradação no edifício deve ser reparado ou combatido imediatamente. Quando constatado que o monumento corre perigo efetivo, deverá ser destruído. Valor de Arte – "um monumento só apresenta aos nossos olhos valor de arte à medida que satisfaz a aspiração da vontade artística moderna" (RIEGL, 2006, p. 96), subdividido em dois: Valor de Novidade – oposto do Valor de Antiguidade, retira do monumento qualquer traço visível da passagem do tempo ou ação da natureza. Fortaleceu-se com o crescimento do turismo cultural, sendo o valor de maior interesse da grande massa. Valor de Arte Relativo – contrário à noção de uma arte absoluta, considera a importância do monumento em relação ao tempo e contexto em que foi criado, mas através de uma interpretação atual, procurando, em monumentos antigos, elementos que tenham certa ligação com o presente.

A partir do momento em que são atribuídos valores a bens, surge a necessidade de registrar, documentar, para garantir o conhecimento a respeito destes e possibilitar sua preservação. As primeiras iniciativas a demonstrarem esse cuidado com os bens culturais surgiram antes mesmo das noções de monumento, bem cultural ou patrimônio. Entre o fim do século XVI e início do século XIX, "as antiguidades [eram] objeto de um imenso esforço de

conceituação e de inventário. Um aparato iconográfico auxilia[va] esse trabalho e facilita[va] sua memorização. Um *corpus* de edifícios, conservados apenas pelo poder da imagem e do texto, [foi] assim reunido num museu de papel" (CHOAY, 2006, p. 62). Os antiquários da França, após a Revolução, além de objetos como fragmentos do passado, acumulavam dossiês de antiguidades, com descrições e desenhos. De acordo com Choay, em 1695, o francês Gaignières "formulou o primeiro projeto de inventário sistemático dos monumentos franceses" (2006, p. 65). Por volta do ano de 1790 foi tomado um conjunto de medidas buscando a não destruição de monumentos, e para isso foi decidido que era necessária a elaboração de um método para organizar inventários de heranças e definir regras de gestão. Assim foi criada a Comissão dos Monumentos, que como atribuição "em primeiro lugar, ela deve tombar as diferentes categorias de bens recuperados pela Nação. Em seguida, cada categoria é por sua vez inventariada e estabelecido o estado em que se encontra cada um dos bens que a compõem" (CHOAY, 2006, p. 100). Neste caso, percebe-se que o inventário, como instrumento na preservação, surgiu anteriormente, mas só foi "juridicamente" aceito em conjunto com o tombamento.

No Brasil, embora o IPHAN não tenha iniciado efetivamente seus trabalhos com os inventários, mas com o tombamento, após sua primeira estruturação, na década de 1940, os inventários foram definidos como uma das principais ações a serem desenvolvidas pela instituição. Tanto que, em 1949, Lúcio Costa elabora o *Plano de trabalho para a Divisão de estudos e tombamento da Diretoria do patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)*, falando da importância de inventários bem construídos, já que "o estudo e classificação do acervo [...] que nos incumbe preservar, baseia-se nos dados colhidos de [...] fontes distintas de informação", as de natureza técnico-artística – inventários fotográficos, plantas, observações técnicas –, e as de natureza histórico-elucidativa – compilação de dados precisos sobre a história da construção dos monumentos, incluindo os autores das obras e as circunstâncias durante seu andamento, sendo que, naquele momento, era urgente a coleta e compilação maciça de informações para preencher essa lacuna no IPHAN, a fim de dispor de material adequado nos estudos e trabalhos de interpretação, crítica e classificação de obras.

Hoje existem inúmeras possibilidades de atribuição de valor, e sabemos que todas elas dependem de pesquisa, inventários, documentos, seleção, de classificações e da revisão de valores ao longo do tempo, o que atualmente é refletido também pelas tecnologias digitais quando voltadas à preservação do patrimônio cultural, assuntos que serão abordados mais à frentes nesta dissertação. Antes é necessário falar sobre a consolidação e as transformações que ocorreram nas práticas de preservação em nosso país através do IPHAN.

1.1 Institucionalização das práticas de preservação patrimonial no Brasil

Marcando oficialmente o início das práticas de preservação de bens culturais no Brasil, em 1937 foi criado o IPHAN, dentro de um projeto de construção e modernização da nação, pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Desde então o campo patrimonial no Brasil tem passado por sucessivas revisões do pensamento a respeito da atribuição do valor de patrimônio nacional a bens culturais, e consequentemente sobre as práticas de preservação e valorização destes bens. Fonseca (2005) afirma que o objetivo das políticas de preservação é "garantir o direito à cultura dos cidadãos, entendida a cultura, nesse caso, como aqueles valores que indicam – e em que se reconhece – a identidade da nação" (2005, p. 39), assim, as revisões são necessárias e dizem respeito à maneira como hoje, são vistos o passado e seu legado, o patrimônio; e à forma como profissionais desta área, pesquisadores e população compreendem e lidam com a memória e com a identidade coletiva em nossa sociedade informacional.

Em 30 de novembro de 1937, foi publicado o Decreto-lei nº 25, criado para organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, e conceitua patrimônio da seguinte maneira:

> Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interêsse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.
> § 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.
> § 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (BRASIL, 1937).

Inicialmente o IPHAN se caracterizou pela tentativa de utilizar a memória social como poder, quando afirmava que o barroco, assim como o moderno, representava a identidade do país. Segundo Chuva, o discurso construído pelos intelectuais do IPHAN em seus primeiros anos estabeleceu uma classificação que naturalizou a noção de patrimônio histórico e artístico nacional, tornando-se "fala legítima, que se reproduziu e foi reproduzida de modo a manter a crença, e, com ela, o exercício do poder de imposição simbólico radicado no desconhecimento" (CHUVA, 2009, p. 219). Desse modo, a "fala legítima" foi utilizada como "poder de construção da realidade" (Bourdieu, 2006, p. 9), servindo a interesses "particulares"

– neste caso, interesses do Estado, tendo como representante o IPHAN –, mas apresentados à sociedade como interesses nacionais. De toda maneira, Fonseca (2005, p. 22) afirma que o "poder simbólico dos patrimônios nacionais é relativo e tem um alcance limitado". O que pode ser explicado, baseando-se novamente em Bourdieu, pelo fato de que o poder simbólico que confirma ou transforma a visão do mundo e assim se torna poder de mobilização das ações sobre o mundo, só é realmente exercido quando é "reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário" (BOURDIER, 2006, p. 14).

Deu-se uma importância extrema ao barroco, estimulando, de certa maneira, a rememoração do estilo como único representante nacional, ao mesmo tempo em que era estimulado um esquecimento, mesmo que temporário, de outras manifestações de mesma importância, sendo "frequentemente rejeitada qualquer influência indígena ou africana" (CHUVA, 2009, p. 324). Já o moderno, era tido como resposta às necessidades do presente baseada em memórias do passado barroco. Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro gestor do IPHAN, julgava necessária a reafirmação de "uma herança europeia – portuguesa –, além de negar, em contrapartida, uma possível herança indígena" (CHUVA, 2009, p. 106), uma concepção que se reproduziu fortemente nas práticas da instituição por mais de trinta anos de sua existência, em especial nos tombamentos realizados. A explicação para tal diferenciação era de que os modernistas do IPHAN tinham a intenção de "lançar" o Brasil para o mundo – para eles o barroco e o moderno brasileiro eram elos culturais com todo o mundo, sendo as únicas manifestações capazes de sensibilizar as outras nações a ponto de enxergarem o Brasil como um país com identidade e ao mesmo tempo conectado através de características culturais universais –, além da incumbência de auxiliarem na "criação da nação", e para isso buscaram uma arte que, na compreensão deles, fosse genuinamente brasileira. Nesse momento, o Estado, através do IPHAN como uma de suas agências, construía "uma visão particular da nação, escolhendo aquilo que melhor representasse a história que pretendia consagrar" (CHUVA, 2009, p. 173). Assim, pode-se concluir com as palavras de Chuva, apoiada em Bourdieu, que "o processo de construção de uma 'memória nacional' é, sem dúvida, um exercício de violência simbólica, que se dá justamente a partir do não questionamento da arbitrariedade das escolhas" (CHUVA, 2009, p. 64).

> Preservar traços de sua cultura é também, hoje sabemos, uma demonstração de poder. Pois são os poderosos que não só conseguem preservar as marcas de sua identidade como, muitas vezes, chegam até a se apropriar de referências de outros grupos (no caso do Brasil, de índios e negros), ressemantizando-as na sua interpretação. Isso quando não recorrem simplesmente à destruição dos vestígios da

> cultura daqueles que desejam submeter. É do lugar da hegemonia cultural que se constroem representações de uma "identidade nacional. (FONSECA, 2005, p. 89).

Naquele período, ocorria no Brasil o que podemos chamar de elitização do patrimônio cultural. No entanto essa visão homogeneizava o Brasil, e a grande discussão na época era se as diferenças regionais deviam ser levadas em conta na construção de uma identidade nacional. Para alguns modernistas, as características regionais eram consideradas "sinal de atraso e obstáculo à atualização da cultura brasileira, e, para outros, ao contrário, eram depositárias da verdadeira identidade". (CHUVA, 2009, p. 104). De acordo com Rubino (1991), tendo em vista que "uma cidade não existe se ninguém passa por ela", então um patrimônio nacional também não existe se as pessoas não o veem, registrem, intitulem. E foi isso que o IPHAN tentou fazer, dando "ao Brasil um passado. Um passado do país e um passado intelectual" (RUBINO, 1991, p. 201), mas com as características que lhes eram pertinentes, desenvolvendo suas práticas de maneira desigual, o que resultou em um "mapa de densidades discrepantes nas diversas regiões, períodos e tipos de bens, formando conjuntos fechados e finitos" (RUBINO, 1991, p. 97). Para Fonseca (2003a, p. 56), essa imagem reforçada pelo Estado, não refletia a diversidade, representada também nos antagonismos característicos da cultura brasileira do passado, e mais ainda atualmente. Para a autora

> Reduzir o patrimônio cultural de uma sociedade às expressões de apenas algumas de suas matrizes culturais – no caso brasileiro, as de origem europeia, predominantemente a portuguesa – é tão problemático quanto reduzir a função de patrimônio à proteção física do bem. É perder de vista o que justifica essa proteção, que, evidentemente, representa também um ônus para a sociedade e para alguns cidadãos em particular. (FONSECA, 2003a, p. 65)

Essa disparidade se refletia também nos valores atribuídos e nos aspectos valorizados até então. Na história da preservação do patrimônio brasileiro, houve uma hierarquização dos valores, tendo no topo os valores artístico e histórico, o que fica claro na apresentação da primeira publicação da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, onde Rodrigo Melo Franco de Andrade, diz que o objetivo da publicação não era fazer propaganda do órgão, mas "divulgar o conhecimento dos valores de arte e de história que o Brasil possue [sic] e contribuir empenhadamente para o seu estudo" (ANDRADE, 1937, p. 3). Motta explica que essa relevância dada aos dois valores se originou nos "bens que foram escolhidos como representação da identidade nacional", cuja "síntese estava na produção arquitetônica e artística" (MOTTA, 2014, s/p). Em uma fase considerável da história institucional os tombamentos foram impulsionados predominantemente pela atribuição de valor artístico e, a

partir da década de 1970, principalmente, pela atribuição do valor histórico. "O valor histórico e o valor artístico não constituem, na história concreta, valores absolutos, mas, relativos" (LEVY, 1940, p. 188), assim como as outras categorias de valores, embora para o IPHAN, o primeiro valor para que um bem cultural se tornasse patrimônio do Brasil, especialmente na fase heroica[8], era o valor nacional, "fundado em um sentimento de pertencimento a uma comunidade, no caso a nação" (FONSECA, 2005, p. 36), ideia originada na valorização de monumentos e bens considerados representativos na história do país e que, através de uma perspectiva política, despertava o sentimento de nacionalidade, reforçando certa identidade nacional. Além disso, a noção de valor na instituição sempre teve como par o conceito, mais subjetivo ainda, de excepcionalidade, o que segundo Fonseca era sustentado pelas escolhas feitas pela "autoridade dos agentes e da instituição que respondia pelos tombamentos" (FONSECA, 2005, p. 109). De toda maneira, Castro *apud* Fonseca (2005, p. 200) observa que qualquer tipo de valor, inclusive os descritos no Decreto-lei nº 25 "devem ser entendidos como menções de caráter meramente exemplificativo, pois a própria noção de valor cultural varia de uma época para outra".

Meneses (2012) propõe em seu artigo um tipo de roteiro para o reconhecimento do valor cultural. Para isso ele enumera os principais elementos do valor cultural, lembrando que estes não existem isoladamente, mas se relacionam de diversas formas, produzindo transformações ou conflitos. São eles: Valores cognitivos – o bem se constitui como "oportunidade relevante de conhecimento", é documento, do qual se obtém informações das mais diversas naturezas, "é um valor de fruição basicamente intelectual" (MENESES, 2012, p. 35). Valores formais – o bem é percebido como "oportunidade qualificada para gratificar sensorialmente e tornar mais profundo o contato de meu 'eu' com o 'mundo externo' ou 'transcendente'." (MENESES, 2012, p. 35). A estética serve como ponte para que os sentimentos saiam de dentro da pessoa e a possibilite agir sobre o mundo. Valores afetivos – refere-se à elaboração da autoimagem e no fortalecimento de identidades. "Constam de vinculações subjetivas que se estabelecem" entre o bem e o sujeito (MENESES, 2012, p. 36),

[8] Fonseca (2005) definiu duas fases marcantes na história do IPHAN, denominando-as de fase heroica e fase moderna. A fase heroica corresponde ao início do IPHAN, período em que ficou sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 1937 a 1969, quando os recursos, tanto pessoais quanto financeiros, eram escassos, e a quantidade de trabalho era excessiva. Nesta época os tombamentos privilegiavam construções com características barrocas e coloniais. Gonçalves (2003, p. 49) indica um segundo período, que vai de 1969 a 1979, sob a direção de Renato Soeiro, "mas que não foi marcado por quaisquer mudanças significativas em termos de política oficial de patrimônio". Já a fase moderna foi de 1979 até a década de 1980, e teve como expoente maior o diretor Aloísio Magalhães, diretor do IPHAN de 1979 a 1982. Foi durante a fase moderna que o IPHAN começou a valorizar outras formas de expressões da cultura, não se restringindo às construções oficiais.

possuindo grande carga simbólica através da manifestação do sentimento de pertença. Valores pragmáticos – vão além dos valores de uso, no qual as condições de uso do bem são relevantes para qualificar as práticas ali realizadas. Valores éticos – associados às interações sociais em que os bens são apropriados e utilizados, "tendo como referência o lugar do outro" (MENESES, 2012, p. 37).

Desta forma, percebe-se que, por ser uma construção, a atribuição de valores pode e deve ser sempre revisitada. Assim, se o valor atribuído a um bem cultural depende da interpretação de algum técnico ou/e da sociedade, pode-se entender que quanto mais características do bem forem apreendidos ou apresentados, mais a possibilidade do seu valor "aumentar", criando ainda a possibilidade de sobreposição de valores. Neste aspecto as tecnologias digitais podem auxiliar na atribuição de valor, pois quanto mais completas forem as informações, mais clareza na construção de valores poderá ser alcançada.

É importante compreender que os valores de patrimônio atribuídos aos bens culturais para a construção de identidades e memórias, são resultado de processos de desenvolvimento complexos nos quais elementos objetivos como "o enquadramento socioeconômico e geográfico dos sujeitos ou as contingências históricas e políticas" devem se associar a aspectos subjetivos "relacionados com os sistemas de valores, as experiências pessoais, as heranças culturais ou as referências simbólicas" (FARIA; ALMEIDA, 2006, p. 130). E os atores neste diálogo, são os pesquisadores, a sociedade, os profissionais e as instituições voltadas para a preservação do patrimônio cultural. Por isso, Meneses julga necessária a revisão da postura e da prática do IPHAN em relação ao reconhecimento do valor, "sem excluir a perspectiva do especialista, obviamente, mas sempre privilegiando aquela do usuário, do fruidor" (MENESES, 2012, p. 34). E é justamente sobre as práticas do IPHAN, aliadas à informatização do instituto ao longo do tempo, que abordaremos a seguir.

1.2 Periodização das práticas de preservação do IPHAN e as Tecnologias da Informação

Para melhor entendimento das práticas de preservação ocorridas no Brasil os pesquisadores do tema do patrimônio definem periodizações, de acordo com o interesse de suas pesquisas. Neste caso, a presente dissertação adotará como base o texto "Cronologia das práticas de preservação", que traz um resumo das práticas do IPHAN, durante o período de 1937 a 2002, identificando "continuidades e rupturas, considerando o contexto econômico,

político e social brasileiro, e a trajetória da preservação mundial" (IPHAN, 2013a, p. 24). Esses períodos são: 1) A fundação do patrimônio cultural brasileiro (1937 a 1946); 2) A rotinização das práticas fundadoras (1946 a 1967); 3) Apropriação do patrimônio como um valor econômico (1968 a 1978); 4) A apropriação do patrimônio pela qualidade de vida urbana (1979 a 1990); 5) A apropriação do patrimônio no mercado globalizado. A partir desse entendimento, busca-se trazer aspectos da história institucional e da TI e seu desenvolvimento ao longo do tempo, em relação às concepções de patrimônio e políticas de preservação, e especialmente do patrimônio urbano.

As duas primeiras fases serão tratadas aqui de modo indiscriminado, pois são poucas as diferenças entre elas em relação a TI. É possível observar uma grande quantidade de tombamentos no momento fundador e um esforço de institucionalização do inventário no segundo período, da rotinização, mas as práticas não sofreram transformações.

Nestas primeiras fases do órgão – quando o tombamento era o único instrumento legal do IPHAN para a preservação do patrimônio no Brasil, momento em que prevalecia a tentativa de imprimir uma identidade nacional – os tombamentos mais expressivos eram de edificações, especialmente as oficiais e religiosas do período colonial, em estilo barroco de herança luso-brasileira, bens que durante muito tempo ficaram conhecidos pelo termo "pedra e cal"[9], sendo também privilegiados os núcleos urbanos que seguiam estas características. Isso porque, segundo publicação da Secretaria do Ministério da Educação e Cultura (MEC) (MEC, 1980, p. 19), os esforços se concentravam em não permitir que aquelas edificações desaparecessem, o que foi realizado também através da tentativa permanente de sensibilização da sociedade a respeito do valor e da relevância do acervo cultural representado pelos edifícios, por meio de divulgação de pesquisas, matérias jornalísticas, organização de exposições, criação de museus regionais, entre outras ações culturais e educacionais.

Conforme já citado, fazendo referência ao *Plano de trabalho para a Divisão de estudos e tombamento da DPHAN*, de Lucio Costa, nesse período inicial, da implantação dos trabalhos do IPHAN e da sua rotinização, as principais informações registradas eram de natureza técnico-artística, com ênfase nos inventários fotográficos, desenhos de plantas, e compilação de dados precisos sobre a história da construção dos monumentos e dos autores das obras. Mesmo sem ter sido levado adiante de modo sistemático, a documentação de bens arquitetônicos tombados foi produzida pelos técnicos da instituição e por colaboradores, e

[9] A expressão "pedra e cal" se refere à técnica construtiva dos bens arquitetônicos que foram privilegiados pelos tombamentos realizados pelo IPHAN, especialmente durante a fase heroica. O termo se tornou uma espécie de crítica à preservação restrita aos bens edificados de herança portuguesa.

organizada no Arquivo Central do IPHAN, hoje ACI-RJ, de acordo com o que será visto no segundo capítulo.

Na década de 1960, temendo a interferência que o desenvolvimento econômico e o crescimento das cidades poderiam causar ao patrimônio edificado[10], o IPHAN opta por buscar o auxílio da UNESCO, que, em resposta ao pedido, envia Michel Parent ao Brasil, em 1966, para colaborar "na tarefa de formular uma política para a conservação do patrimônio" (IPHAN, 2013a, p. 19). O relatório de Parent, de acordo com o MEC (1980, p. 20), "passou a representar documento básico para o assunto", sendo que depois dele outros relatórios, de caráter local e regional, foram elaborados, também contando com o apoio da UNESCO.

Nos anos 1970, após essa primeira iniciativa de abertura da atuação do IPHAN, foram grandes as transformações que visavam à apropriação do valor cultural como valor econômico, especialmente com o uso da ideia de valor regional.

A partir de então, uma significativa mudança na gestão do Patrimônio cultural no Brasil é iniciada, buscando-se o envolvimento dos estados e municípios e o apoio de outros setores do Governo Federal, como o Ministério do Planejamento, que desenvolveu o Programa das Cidades Históricas (PCH)[11] junto com o IPHAN.

A preservação, antes responsabilidade apenas do órgão federal, passa a ser executadas também por outras esferas governamentais, segundo as recomendações do Compromisso de Brasília (1970) e do Compromisso de Salvador (1971). Mas pouco se modificou na ação institucional no que diz respeito à valoração de bens com características coloniais, ou considerando outras características, que nesse caso, sempre ocorria em função do valor histórico ou da excepcionalidade do bem, e com relação à sua documentação.

Com a fusão entre Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC)[12] e IPHAN, em 1979, e a inclusão de intelectuais com novos perfis e experiências distintas na Instituição, começou-se a repensar sobre os processos de atribuição de valor e os critérios utilizados para

[10] As grandes cidades e mesmo os centros históricos do interior, estavam se transformando em função da política de desenvolvimento do governo Juscelino Kubitschek, na década de 1950, que incentivou a indústria automobilística e a construção de estradas no país.

[11] "O PCH (1973-1987) foi o primeiro programa federal que investiu recursos para a recuperação do patrimônio cultural urbano. Sua abordagem, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico das cidades históricas, dialogava com outros assuntos em pauta na década de 1970: o desenvolvimento urbano, regional e econômico, em um contexto de reconhecimento das consequências do crescimento urbano acelerado e concentrado, que espelhava territorialmente a má distribuição de renda existente no país." Além disso o programa "representa e reforça a implementação de políticas – de desenvolvimento urbano e regional - associadas ao crescimento econômico e à tentativa de reversão dos desequilíbrios regionais". (CORRÊA, 2012, p. 121).

[12] O Centro Nacional de Referência Cultural foi criado em 1975, através de um convênio entre várias instituições ligadas ao governo – Secretaria de Planejamento da Presidência da República, os Ministérios da Educação, Indústria e Comércio, Interior e Relações Exteriores, a Caixa Econômica Federal, a Universidade de Brasília e o Governo do Distrito Federal. Buscava associar a pesquisa cultural à proposta de desenvolvimento do país, se tornando assim a base para uma nova política oficial de patrimônio. (FONSECA, 2003b, p. 230).

estabelecer quais bens poderiam ser considerados patrimônios culturais, além de abrir novas perspectivas para a atribuição de valor aos bens móveis e uma diversidade de imóveis e sítios urbanos que eram demandados para proteção pelas comunidades, assim como as manifestações culturais populares que deveriam ser incorporadas e assumidas como patrimônio.

Além disto, com relação ao interesse dessa dissertação, deve ser ressaltado que Aloísio Magalhães, criador e diretor do CNRC, foi "pioneiro na preocupação com sistemas computadorizados na área da cultura" no Brasil (MOTTA, 2014, p. 1). A década de 1970 é considerada, por estudiosos do assunto, o período de início da globalização, "fruto dos meios de comunicação e dos sistemas computadorizados que conectam lugares distantes e veiculam informações" (MOTTA, 2014, p. 1), e Aloísio queria trabalhar em sintonia com o que havia de mais moderno. Neste período, os computadores eram praticamente inexistentes no país, e mesmo tendo consciência disso, ele demonstrava a preocupação com o instrumental tecnológico. Embora a questão não fosse colocada como exclusivamente ligada à informatização, essa preocupação acabava se refletindo no CNRC, que, de acordo com Fonseca (2005, p. 150), se propunha a produzir referências com recursos das ciências sociais, da documentação e da informática. Para a autora, o centro pode ter seu percurso analisado sob duas fases distintas, das quais a primeira tinha como objetivo a criação de um banco de dados da cultura do país, "um centro de documentação que utilizasse as formas modernas de referenciamento e possibilitasse a identificação e o acesso aos produtos culturais brasileiros" (FONSECA, 2005, p. 144). A segunda, além de uma reelaboração e ampliação da primeira, procurava também considerar os interesses dos grupos diretamente envolvidos com os bens culturais pesquisados, buscando critérios para a formulação "de um modelo de desenvolvimento apropriado às necessidades nacionais", especialmente nos âmbitos social e econômico (FONSECA, 2005, p. 144).

A grande quantidade de documentação produzida e em circulação no CNRC, segundo Anastassakis (2007, p. 67), evidenciou a preocupação inicial de criação de um sistema de informação que conseguisse conglomerar todos os dados e os trabalhos já realizados pelo centro. A autora afirma que o pensamento, "no sentido de estabelecer um sistema de informação para o Centro" (2007, p. 94), já se fazia presente quando foi iniciado um Grupo de Trabalho, no ano de 1975 buscando a implantação do CNRC. Para Fonseca, o centro formulou um projeto ousado ao pensar no "traçado de um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira [tendo] como um de seus principais

recursos a informática, área sob a responsabilidade do matemático Fausto Alvim Júnior" (FONSECA, 2003b, p. 230).

> À diferença das instituições culturais tradicionais, voltadas para a coleta e guarda de acervos, para a preservação de monumentos, documentos e obras de arte, ou para o apoio à criação artística, o CNRC estava voltado para a construção dessas "realidades virtuais". Os bens e processos culturais interessavam, sim, ao projeto do CNRC, mas como referências da dinâmica cultural brasileira a serem incorporadas e articuladas em bancos de dados. Atuar nesse processo de apropriação da cultura, tanto no sentido de produzir conhecimento quanto no que veio a ser denominado de "devolução", ou seja, devolver às comunidades, elaborado e enriquecido, o seu patrimônio cultural, definia o CNRC não como mais uma instituição de pesquisa, como a princípio poderia parecer, mas como um espaço de experimentação em que, já nos primeiros anos de existência, se tomou consciência da necessidade de produzir o que seria hoje denominado de "contrapartida social" do trabalho de pesquisa que se desenvolvia. (FONSECA, 2003b, p. 231).

Anastassakis, em sua dissertação, considera o próprio CNRC como um sistema de informações, partindo da percepção de que o Centro, com a intenção de produzir o esboço "de um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira [...] pretendia tornar-se a fonte capaz de fornecer, às entidades públicas e privadas, os dados necessários aos estudos e projetos" (ANASTASSAKIS, 2007, p. 93), fazendo com que o Centro se estabelecesse como "detentor" da memória do país, e agente de difusão das "informações memorizadas". No *Relatório Tecnico nº 1* do CNRC, em 1975, consta que deveria ser construído um sistema de engenharia de informações adequado às condições características do Brasil, sobre uma base não apenas teórica, mas também que se fundamentasse em "reflexões cuidadosas" e "relevantes pesquisas de campo" (ANASTASSAKIS, 2007, p. 94). O objetivo do CNRC, como esse sistema, era propagar informações a respeito de processos culturais que se encontravam isolados, e por isso, em risco de se extinguir, fortalecendo a cultura brasileira diante da produção cultural de massa internacionalizada. Anastassakis declara que, para Aloísio Magalhães, o grande desafio do CNRC se pautava no fato de que, na medida em que o centro fosse recebendo "informações para responder a pedidos de uma realidade imediata", estas seriam "incorporadas à memória central", e como sempre haveria "novas informações a recolher e novas maneiras de combinar essas informações", o trabalho do centro seria sempre crescente e inconcluso (ANASTASSAKIS, 2007, p. 94).

Neste período, mesmo com a área da informática iniciando, muito timidamente, seu ingresso no Brasil, o CNRC realizou pesquisas sobre o uso de recursos computacionais, viabilizando viagens dos pesquisadores do centro à Alemanha e aos Estados Unidos, países

que já desenvolviam experiências nesse sentido. Apesar disso, diante da dificuldade de acesso à informática naquele momento, ficou estabelecido o critério de que a adoção de recursos computacionais no CNRC só ocorreria quando fosse imprescindível, assim era necessário que se pesquisassem alternativas como solução para a manipulação e organização de dados, tendo em vista que "a utilização de processos computacionais, desde que feita criteriosamente, possibilita um tipo de reflexão conveniente aos propósitos de construção de sistemas referenciais" (ANASTASSAKIS, 2007, p. 95). Fonseca (2003b, p. 231) diz que é difícil saber se o objetivo do CNRC foi alcançado na prática, pois foram feitas avaliações de pouquíssimos projetos. Um deles foi o projeto *Tecelagem popular no Triângulo Mineiro*, que de todos foi o projeto que utilizou a informática de modo mais próximo do que se buscava, com a elaboração de "um programa computacional para imprimir os padrões originados da técnica de 'repasso'[13] utilizadas pelas tecedeiras. Os repassos criados [...] foram recolhidos pelos pesquisadores do Centro, que os indexaram e imprimiram, montando uma cartilha" (ANASTASSAKIS, 2007, p. 95), que foi distribuída entre as tecedeiras da região, multiplicando suas possibilidades de criação. Apesar disso, sobre o uso de computadores e informática no CNRC, de modo geral, a documentação que consta no Arquivo Central do IPHAN Seção Brasília, onde é armazenado o acervo do CNRC, não traz registros sobre a implantação de um sistema computadorizado no centro[14].

Avançando nos anos 1980, com a redemocratização do país, após o período da ditadura militar, uma nova postura, motivada pelo contexto da sociedade no momento, colocou em questão as dimensões políticas e sociais do patrimônio cultural e, consequentemente do IPHAN, que antes era tido como um órgão estritamente técnico. A ação do IPHAN, que restringia a transformação de imóveis, começou a ser questionada, e pedidos de novos tombamentos, de bens distintos dos coloniais, começaram a ser apresentados por cidadãos e associações de moradores.[15]

De acordo com Motta, durante a década de 1970, constatou-se o crescimento dos centros urbanos tombados, o que resultou no aumento das solicitações para a execução de obras nos bens de áreas protegidas, "tais como: acréscimos e reformas para a adaptação no casario antigo; a construção de novas edificações dentro dos sítios tombados e no seu entorno imediato; e o desmembramento de terrenos e grandes áreas desocupadas para fazer

[13] Os repassos são os desenhos, realizados no tear a partir de uma série de combinações, resultando na trama do tecido. (Fonte: http://www.tecelagemunai.com.br/repassos.php).
[14] Esta afirmação tem base em depoimentos de técnicos que conhecem o acervo documental do arquivo citado, como Lia Motta.
[15] Esse tema é tratado por diversos autores, podendo ser destacadas Fonseca (2005) e Motta (2000).

loteamentos" (MOTTA, 2012, p. 249). Por conta destas demandas e do novo momento político nos anos 80, de certa maneira, o IPHAN acabou por ser estimulado a repensar seus critérios na preservação, especialmente de sítios históricos, que até então valorizava a unidade estilística "dos imóveis de conjuntos urbanos de características coloniais e considerados excepcionais" (MOTTA, 2012, p. 250), passando a ver a necessidade de se valorizar "outros aspectos da forma urbana e construir uma ampliação conceitual que os abarcasse" (MOTTA, 2012, p. 250).

Começaram a ser desenvolvidos trabalhos que formularam o conceito de cidade-documento, no qual passou a ser considerado valor de patrimônio o que as "cidades podiam propiciar de conhecimento sobre a história, a partir da leitura da morfologia urbana" (MOTTA, 2012, p. 250)[16]. Nesta perspectiva, a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), intitulada de Carta de Washington, de 1987, listou princípios e objetivos que fizessem que a salvaguarda das cidades e bairros históricos fosse parte integrante de "uma política coerente de desenvolvimento econômico e social", além de preservar valores associados ao "caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que lhe determinam a imagem" (ICOMOS, 1987, p. 2), como a conformação urbana e sua relação com os elementos construídos, com o ambiente natural, com os vazios, formas, texturas e escalas existentes em seu entorno, sem deixar de lado o papel fundamental de seus habitantes na salvaguarda do sítio urbano tombado.

> O novo conceito de cidade-documento possibilitou a ampliação dos trabalhos do Iphan, resultando na proteção de sítios históricos com feições distintas das coloniais e excepcionais, e reforçou o papel da instituição como um dos agentes da regulação urbana, ao empregar parâmetros urbanísticos como critérios para sua valorização e preservação. (MOTTA, 2012, p. 250).

A valorização de inúmeros aspectos dos centros históricos e o uso de parâmetros urbanísticos exigia uma maior complexidade na documentação e guarda das informações. A necessidade de uma ação mais democrática também trazia a exigência do acesso às informações. Foi nesse contexto que, na década de 1980, se propôs um dos inventários do IPHAN que pretendia adequar as informações ao momento político. Trata-se do Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos (INBI-SU), que desenvolveu levantamentos

[16] O parecer de Luiz Fernando P. M. Franco para o tombamento do Centro Histórico de Laguna, de 1994, citado por muitos autores, foi o marco inaugural do conceito de cidade-documento dentro do IPHAN.

físicos, históricos e socioeconômicos sobre os centros históricos tombados, visando estabelecer critérios claros e justificados de preservação.[17]

Em 1986, juntamente com a criação da Coordenadoria de Registro e Documentação, foi criada a Coordenadoria de Planejamento Orçamentário e Financeiro, com pretensões de modernizar o instrumental da instituição, segundo Motta (2014, p. 2), iniciando pela área administrativa. A partir de então a informatização passou a ser tema abordado com frequência no IPHAN.

Durante o V Encontro Preparatório para o I Seminário do Programa Nacional de Referência da Dinâmica Cultural (1986), abordando os temas do CNRC, Fausto Alvim Júnior, em seu texto de exposição intitulado Processos Tecnológicos Patrimoniais (PTP), diz que a questão da informática não os interessa como um "tópico de conteúdo técnico estrito", mas sim "como o da interveniência de um conjunto do saber e do fazer dentro de variadas dinâmicas culturais" (ALVIM JÚNIOR, 1986, p. 2). Paulo Sérgio Duarte, em sua colaboração para este mesmo seminário, explica que a intenção de criação de uma base de dados culturais buscava gerar indicativos para uma ação mais sólida das políticas a serem empreendidas pelo CNRC. Para ele "esse precoce e pioneiro interesse pela aplicação da informática à cultura, mais ainda, a própria compreensão da informatização como fenômeno cultural" (DUARTE, 1986, p. 5) também explicava a utilização de termos como dinâmica cultural e acarretava em novas posturas diante destas dinâmicas. Duarte cita inclusive uma passagem do documento *CNRC: A Dinâmica Cultural*, que diz que o CNRC, em todos os seus momentos, considerou o contexto socioeconômico do país, e o papel da infraestrutura cultural neste contexto, "especialmente no que tange aos papéis desempenhados por ciência e tecnologia" (DUARTE, 1986, p. 7). Duarte afirma ainda que "a partir de uma certa escala [..] a técnica não é neutra [...]. Determina organizações sociais específicas, comportamentos, culturas". Dessa forma, não se deve entender a informatização apenas como substituição de instrumental ou equipamentos, mas como uma nova forma de enxergar e pensar, tanto os bens culturais como a própria instituição e a sociedade. Duarte considerava viável, e até necessário, "o convívio cultural, político e mesmo econômico", de forma harmoniosa, "do modesto, criativo e inteligente tear artesanal com o mais moderno computador", neste caso fazendo referência ao trabalho *Tecelagem Manual no Triângulo Mineiro – uma abordagem tecnológica – edição SPHAN/Pró-Memória*. No fim do seminário, foi elaborado um texto de conclusão, chamado

[17] Foi a partir da década de 1980 que as metodologias de inventário passaram a ser desenvolvidas dentro da instituição, conforme será abordado no próximo capítulo. (Ver MOTTA e SILVA, 1998).

de *Subsídios à Carta de Goiás*, em que se afirmava a importância dos recursos de informática, principalmente nas coordenações de Difusão e de Levantamentos, Estudos e Pesquisas.

O que se observa é construção de uma cultura da informatização relacionada à preservação do patrimônio cultural e as formas de sua apreensão, que tem sua origem no CNRC, mas que encontra as condições para se pensar seu desenvolvimento no IPHAN em um momento de transformações econômicas, políticas e sociais mais amplas.

Em 1988, a Constituição Federal adotou e consagrou um conceito de patrimônio construído ao longo desse processo de mais de uma década, fruto do pensamento difundido pelo CNRC e desenvolvido no IPHAN. Na Constituição, o conceito de patrimônio histórico e artístico foi ampliado para patrimônio cultural, abarcando assim, não só a arte e arquitetura do período colonial, mas as manifestações culturais das várias culturas dentro do país, estimulando a criação de novas ferramentas auxiliares às práticas patrimoniais. Tais modificações se devem também às transformações tecnológicas ocorridas no período, com o desenvolvimento dos meios de reprodução, facilitando a comunicação e o acesso às informações, o que possibilitou uma nova "proposta de democratização da política de patrimônio em nível federal" (FONSECA, 2005, p. 76). Fonseca (2003b, p. 70) afirma que a ampliação da noção de patrimônio cultural, é também consequência da globalização, pois favorece a inserção de um grupo social/país na comunidade nacional, produzindo benefícios políticos e econômicos.

O artigo nº 215, da Constituição Federal de 1988, além de reconhecer e determinar a proteção das manifestações culturais de origem popular, indígena e afro-brasileira, em seu §3º, acrescentado através da Emenda Constitucional nº 48/2005, institui o Plano Nacional de Cultura que deverá conduzir à "I. defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II. Produção, promoção e difusão de bens culturais" (BRASIL, 1988). Já no artigo nº 216, define patrimônio:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I - as formas de expressão;
> II - os modos de criar, fazer e viver;
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Brasil, 1988).

A partir de então foram estabelecidos novos desafios na preservação do patrimônio. Nas palavras de Ulpiano Bezerra (2009) enquanto no Decreto-Lei 25/37 quem instituía o que era patrimônio era o poder público, exclusivamente através do tombamento, na Constituição de 1988 foram reconhecidos os valores culturais, que "não são criados pelo poder público, mas pela sociedade. [...] o patrimônio é antes de mais nada um fato social" (MENESES, 2012, p. 33). Depois da Carta Constitucional de 1988 a realidade do patrimônio vem sendo modificada, com a identificação e inserção de bens oriundos dos grupos menos abastados da sociedade. A dilatação do conceito, de "histórico e artístico" para "cultural" indica que o bem passa a ser compreendido como integrante "de um conjunto maior de bens e valores que envolvem processos múltiplos e diferenciados de apropriação, recriação e representação construídos e reconhecidos culturalmente" (RABELLO, 2009, p. 91).

Neste mesmo ano, 1988, Ítalo Campofiorito assume a direção do IPHAN e começa realmente a investir em informática, não apenas nas áreas administrativas, como também na área fim. Para o desenvolvimento de conhecimento na área, Ítalo conseguiu uma bolsa de estudos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e enviou a coordenadora de inventários, na época, para conhecer inventários na Europa e nos Estados Unidos. O diretor formalizou um acordo com a *International Business Machines* (IBM)[18] Brasil, que iria se encarregar da informatização do INBI-SU. A equipe responsável pelos inventários no IPHAN participou de aulas do sistema disponível na época, o Sistema Operacional em Disco[19] (DOS - *Disk Operatyng System*) da IBM, o PC-DOS, e de outros programas gráficos. A festa de lançamento do acordo aconteceu em Ouro Preto, onde foram instalados dois computadores na época, mas que não chegaram a funcionar, pois, entre outros motivos, a IBM pretendia desenvolver softwares próprios, resultando em contratempo com relação às necessidades dos inventários, e o acordo não prosperou. Depois que Campofiorito saiu da direção do IPHAN, o projeto foi praticamente esquecido (MOTTA, 2014, p. 2). A informatização do INBI-SU foi retomada em 2000, contando com o financiamento do Banco

[18] A *IBM* é uma empresa americana voltada para a tecnologia da informação. Estabeleceu-se no Brasil em 1924, e hoje oferece "soluções completas de TI, que envolvem serviços, consultoria, *hardware*, *software* e financiamento" (IBM, 2014, *online*).

[19] "O *DOS* original foi criado pela IBM [e] foi uma dos sistemas operacionais mais importantes fornecidos por fabricantes de computadores [...]. O *DOS* oferecia aos usuários a possibilidade de gravar arquivos em discos, servindo esses dados como entrada de programas. Da mesma forma as saídas eram gravadas em arquivos intermediários em discos até o momento da impressão" (SAWAYA, 1999, p. 143). Lideravam o mercado na década de 1980 e início de 1990. As funções básicas do *DOS* só permitiam a utilização de um programa por vez. A evolução do *hardware*, e de *softwares* foi decisiva para a obsolescência do *PC-DOS*, sistema de 16 bits, que teve sua última versão lançada no ano de 1995.

Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio do Programa Monumenta[20], promovido pelo Ministério da Cultura (MinC), conforme será relatado adiante.

No entanto, no início da década de 1990, foi criado o Departamento de Identificação e Documentação (DID), e foi comprado um computador, que era usado pela diretora do departamento. Ao longo da década outros equipamentos foram adquiridos e foram produzidos aplicativos simples para busca e pesquisa no acervo do arquivo central, através do *Access*[21], ferramenta que é utilizada até os dias de hoje. A partir desse período o investimento em informática foi se fortalecendo na instituição, fomentado pelas novas possibilidades de acesso à tecnologia. (MOTTA, 2014, p. 2).

Em 1995, no Encontro de Inventários de Conhecimento do IPHAN, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizado um painel de informática, incentivando discussões acerca de uma futura informatização de processos de inventários, demonstrando já certa preocupação com a crescente utilização dos computadores e das tecnologias digitais na melhoria de processos institucionais. De acordo com Motta e Silva (1998, p. 9), o painel *A integração e o intercâmbio de dados culturais por meio da informatização* teve participação da assessoria de informática do MinC, "abordando a estratégia do ministério para promover o intercâmbio das informações culturais", de técnicos do Museu de Belas Artes, que relataram a experiência do museu "na automação das informações sobre o seu acervo e rotinas de trabalho", além da assessora de informática do DID, "apresentando o projeto de informatização daquele departamento". No entanto, não foram encontrados nos arquivos centrais documentação que tratasse deste projeto de informatização especificamente.

E em 1999, foi feito um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), sem autoria, denominado *Diagnóstico exploratório do setor do patrimônio cultural brasileiro*. Nele o funcionamento do IPHAN foi objeto de análise, sendo ressaltada "a defasagem dos recursos tecnológicos disponíveis" quando se leva em conta "o volume e a natureza das informações armazenadas e permanentemente produzidas e processadas pela entidade" (FGV, 1999, p. 34), apontando assim a necessidade de atualização tecnológica. O documento faz uma série de recomendações para melhorar a organização do IPHAN, através da classificação de quatro macroprocessos: gestão da Normalização e Informação, gestão de Conservação e Restauro,

[20] O Programa Monumenta foi iniciado no ano de 2000, pelo o MinC/IPHAN, através de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e apoio da UNESCO. Buscando "conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social, atuando em cidades históricas já protegidas pelo IPHAN", o programa agia de modo integrado nos sítios urbanos, "promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados, acompanhadas de atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos" (IPHAN, 2009, p. 34).

[21] Sistema de gerenciamento de bancos de dados, incluído no pacote *Office*, da *Microsoft*.

gestão do Uso, e gestão da Promoção. Das quatro, no âmbito da presente pesquisa, a gestão da normatização e informação se destaca, pois teria como atividades a formulação de diretrizes da política patrimonial, difusão de conceitos e técnicas voltados à conservação e restauro, além da "construção e gestão de um banco de dados contendo informações sobre todos os bens considerados patrimônio cultural no país, independente da esfera ao qual estejam vinculados" (FGV, 1999, p. 38), no qual seriam armazenados dados de localização, descrição do bem, estado de conservação, imagens, entre outras informações relevantes, formando um cadastro nacional do patrimônio cultural. De acordo com o estudo este "é um processo eminentemente consumidor de recursos, mas alimenta processos que geram receitas (promoção e uso)" (FGV, 1999, p. 39). O documento é finalizado com a proposição de um conjunto de ações, que possibilitariam o fortalecimento institucional do IPHAN a curto prazo, contemplando, entre outras ações a "concepção e implementação de Plano de Informação e Informática, fundamental para a gestão e difusão do acervo de informações produzido pela entidade; e melhoria tecnológica através da aquisição de equipamentos e softwares" (FGV, 1999, p. 42). Não foi encontrado nos arquivos nenhum outro documento referente a este estudo, nem informações sobre a implantação ou não das ações propostas, mesmo assim ele consta nesta dissertação, por demonstrar a preocupação e necessidade de melhorias através das tecnologias digitais dentro do IPHAN.

Nas cidades, durante os anos 90, segundo Sant'Anna, prevaleceu no Brasil uma concepção do patrimônio urbano restrito a fachada, que destacava um ou outro elemento arquitetônico. Tratou-se de um retrocesso com relação ao tratamento dos sítios urbanos conforme definido no conceito de cidade-documento e na Carta de Washington, anteriormente referidos. A autora afirma que "o patrimônio foi objeto de intervenções utilitárias e espetaculares que não tiveram grandes preocupações com perdas de documentação histórica, arqueológica, arquitetônica e urbanística" (SANT'ANNA, 2004, p. 52). Essa prática difundiu uma visão de patrimônio reduzida, vazia de significados, com apelo apenas visual. E no fim do século XX o que se viu foi um patrimônio, que, antes tido como sendo de grande valor histórico e identitário agora se apresentava apenas como "mais uma atração urbana" (SANT'ANNA, 2004, p. 54). Como exemplo de algumas práticas ocorridas nesse período, a autora cita as revitalizações dos centros históricos de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, certamente as mais evidentes e que sofreram vários processos de fragmentação e perda de qualidade urbana a partir do século XIX. Com o intuito de "dinamizar, intensificar e reforçar a utilização das áreas centrais e seu patrimônio" (SANT'ANNA, 2004. p. 47), embora se tratando de realidades bem diferentes que criaram efeitos também diversificados, as três

intervenções citadas produziram espaços de turismo e lazer semelhantes, que resultaram na promoção das cidades e de suas respectivas administrações.

Neste mesmo sentido, seguindo um modelo que obedecia a lógica do mercado globalizado, o governo federal deu início ao Programa Monumenta para o financiamento de projetos de preservação e revitalização de áreas de interesse histórico, contribuindo para que o patrimônio passasse a ser visto como importante recurso econômico, que fomentaria o turismo e o desenvolvimento de negócios, conferindo cada vez mais visibilidade às cidades e seus bens, o que não garantiu que as intervenções fossem realizadas com maiores cuidados, com o uso de estratégias de integração ou conhecimentos prévios a respeito do patrimônio já existente.

O patrimônio passou a ser tratado como bem de consumo, no qual critérios cenográficos e financeiros se valorizaram em prejuízo do valor do patrimônio (IPHAN, 2013a, p. 19), o que se estendeu para além dos anos 90. Em muitas situações, ainda hoje, os bens patrimoniais não são vividos nem apropriados pelos moradores locais, mas apenas consumidos por um turismo cultural superficial que transforma o patrimônio em mercadoria. Isso acontece porque muitas práticas de preservação são focadas simplesmente nos bens, desconsiderando o contexto que existia antes mesmo deste ser oficialmente considerado patrimônio. O que, para Arantes (2006, p. 430), prejudica a apropriação do espaço urbano pela população, tendo em vista que "a construção de sentidos de lugar no espaço público é um processo de grande importância" quando se busca compreender as questões contemporâneas do patrimônio edificado, geralmente nas regiões centrais das cidades. O autor avalia que a experiência social, atualmente, é extremamente evidenciada por "migrações e deslocamentos forçados, pela ampliação do acesso e maior eficiência dos meios de comunicação e de informação à distância, tecnologicamente mediados" (ARANTES, 2006, p. 430).

Para fortalecer os trabalhos técnicos do IPHAN, que poderiam contribuir para que as intervenções nos centros históricos fossem realizadas com o rigor necessário às exigências de um bem tombado, no ano de 2000 foi assinado o Termo de Referência de um acordo de assistência técnica para o Programa Monumenta, que fazia parte do projeto de "Fortalecimento Institucional do IPHAN", e uma das linhas desse projeto era a informatização do órgão, contemplando a aquisição de equipamentos e treinamento de pessoal, com o objetivo de capacitar o IPHAN para utilização de novos sistemas de informática. A intenção era de que, em dois anos, de 2000 a 2002, o instituto tivesse uma base de dados computadorizada em vinte sítios urbanos prioritários. A aquisição de equipamentos e os serviços de informática visavam fortalecer o "parque computacional do Núcleo Central do

IPHAN e atender, a curto prazo, as necessidades de informatização de sete escritórios: Olinda, Ouro Preto, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Maranhão. Essa informatização viabilizaria a implantação de novos sistemas, através dos quais seria construído um banco de dados dos bens inventariados, juntamente com normas de gestão e acautelamento. Na ocasião o IPHAN possuía redes instaladas na Administração Central, em Brasília e nas superintendências regionais de Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e no Palácio Gustavo Capanema, onde hoje funciona o ACI-RJ, o que era insuficiente já para as demandas existentes, ainda mais para as novas demandas vindas do próprio Monumenta (GT IPHAN, 2001). Em junho de 2001, o Plano de Ação - 2001/2002 para o Fortalecimento Institucional do IPHAN foi reformulado, sendo que das cinco ações previstas, as ações 3 e 4 eram voltadas para a informática, dada a necessidade e urgência do assunto.

Naquele momento o IPHAN já tinha bastante informação dos sítios urbanos, obtida pela aplicação do INBI em cerca de 4800 edificações, e uma maior informatização otimizaria "as ações de acautelamento e normatização, bem como as ações de gestão de sítios", possibilitaria a operação a partir de bases de dados já elaboradas pelo DID, ou outros órgãos e prefeituras, e ofereceria suporte à atuação dos técnicos e consultores que seriam contratados através do Programa Monumenta, além de trabalhar na promoção do patrimônio, a partir da "disponibilização de dados para o público interno e externo, a geração de bancos de dados para gerenciamento de ações para turismo cultural e produção/divulgação de material para educação patrimonial" (GT IPHAN, 2001). Em um documento intitulado *Procedimentos informatizados do INBI-SU* (sem autor, s/d) são feitos alguns esclarecimentos a respeito dos bancos de dados do IPHAN:

> Além da utilização de computadores em diversas atividades de apoio à realização do inventário, cabe um enfoque especial quanto à aplicação especialmente desenvolvida para o registro das informações coletadas, onde os dados de cada sítio inventariado constituirão uma base de dados intermediária da qual muitas consultas já poderão ser alcançadas. Entretanto, deve-se ter em mente que essa base de dados, deverá, num evento posterior, ser agregada à base corporativa do IPHAN que reunirá o conjunto de informações coletado de cada sítio inventariado, cuja implementação demandará, por via de consequência, o desenvolvimento de uma aplicação de caráter mais abrangente e centralizado que contemple não só a manutenção global das informações oriundas do INBISU, como também sua integração com inventários de outras naturezas [...] e a natural publicação de conteúdos através da internet.
>
> Convém, na medida do possível, corrigir um pequeno equivoco conceitual: está popularizado, no âmbito do IPHAN, a referência aos procedimentos informatizados para registro dos inventários através da expressão "banco de dados". Provavelmente, isso é devido à tecnologia até aqui utilizada (produto Microsoft Access), que levou os usuários à confusão entre o aplicativo (conjunto de programas) formulado para guias o usuário no lançamento das informações e o "lugar" onde as informações ficam armazenadas, este sim o banco de dados. (PROCEDIMENTOS, s/d, p. 1).

Em outubro de 2000 o IPHAN possuía três bancos de dados dos inventários: INBI, com dados individualizados dos imóveis da cada sítio urbano, INBI-SU, com dados de caráter geral dos sítios urbanos tombados, e Inventário de Bens Arquitetônicos (IBA), com dados de bens arquitetônicos inseridos no perímetro de tombamento, mas tombados isoladamente ou de caráter excepcional, todos em *Access*. A grande intenção era integrar esses inventários a um sistema georreferenciado. Mesmo com todo esse esforço, Motta (2000, p. 258) afirma que não havia o cuidado em observar e mostrar a cidade como fruto de uma construção social, nem seu patrimônio como fonte de conhecimento. Por isso era realmente necessário investir na construção de conhecimento para melhorar a valorização e gestão de bens.

Para Monnier o patrimônio arquitetônico do século XX passou "de uma perspectiva da construção como obra de arte ao reconhecimento de um objeto carregado de múltiplas histórias, em que são consideradas as técnicas, o valor de uso, a qualidade das respostas à demanda social" (MONNIER, 2008, p. 44).

> "Os sítios urbanos são, de forma especial, objetos culturais histórica e socialmente construídos. Acumulam vestígios e trazem as marcas do processo de sua construção, das transformações, adaptações, apropriações e reapropriações sofridas ao longo do tempo, expressando, em sua conformação, as representações das relações que ali se sucederam. Também sua "construção ou invenção" como patrimônio, pelo poder público, é uma das formas possíveis de apropriação dos sítios, uma forma de apropriação que lhes atribui significados e valores especiais, distinguindo-os como representações simbólicas, como monumentos e como documentos. Incidem sobre o material do passado, utilizando-o como matéria-prima para a construção de um patrimônio oficialmente consagrado. Selecionam-se áreas e prédios que devem ser tratados de maneira especial, que devem ganhar novo significado, que devem representar ou simbolizar o ponto de vista e os interesses de um determinado governo." (MOTTA, 2000, p. 260).

Levando em consideração o patrimônio ambiental urbano, Arantes considera pertinente, no atual momento, o fortalecimento de um pensamento que busque a integração entre conservação e planejamento urbano, baseado no "reconhecimento da singularidade das áreas preservadas [...] no contexto mais amplo da cidade" (2006, p. 433), através do desenvolvimento da gestão compartilhada, entre poder público, em todas as suas esferas, e sociedade civil. Para Arantes, a forma de gestão do patrimônio é responsável por viabilizar, ou não, a habitação e apropriação dos sítios históricos preservados, desenvolvendo "modos sustentados de apropriação das estruturas urbanas e arquitetônicas nas cidades, para melhorar as condições de moradia e de vida dos seus habitantes" (2006, p. 433).

Segundo Choay (2006, p. 12), em meio aos bens "incomensuráveis e heterogêneos do patrimônio histórico" as edificações se relacionam mais diretamente com a vida das pessoas,

isso porque os edifícios continuam ali, presentes, como provas "vivas" (no sentido de existência) de uma cultura dos homens do passado. Eles são, além de monumentos, documentos, e cada vez que algum morador, ou visitante, passa por eles algo é recordado, mesmo que não seja uma lembrança da época de sua construção, mas acontecimentos, mesmo que da vida pessoal, que de alguma forma se ligam ao lugar, gerando assim um sentido comum de pertencimento em cada indivíduo que por ali passa. Carsalade, *apud* Paião (2010), afirma que o patrimônio produz um caráter único para cada cidade, estimulando "a orientação e a apreensão do espaço urbano". E de acordo com Pierre Nora, é através das mídias e tecnologias contemporâneas que nossa sociedade reconstrói sua relação com o passado. Tendo em vista que vivemos em um estado de "superinformação perpétua e de subinformação crônica" (NORA, 1988, p. 187), Nora esclarece que "saber é a primeira forma de poder numa sociedade de informação democrática" (NORA, 1988, p. 187).

Portanto, uma maior divulgação das novas concepções do patrimônio e da política de preservação deste, colabora para o reconhecimento da importância dos valores culturais na construção de identidades e memórias. É a partir da informação "ofertada", que cada indivíduo começa a construir seu próprio conhecimento a respeito do que lhe é apresentado, e assim, vislumbra-se a possibilidade de modificação do/no sistema atual. As tecnologias contemporâneas da informação exercem um papel fundamental para uma ação mais democrática na patrimonialização pelo Poder Público, com potencial transformador dos procedimentos para seleção de bens, visando maior representatividade da cultura brasileira.

Após os períodos citados, os esforços para que as informações sobre o patrimônio cultural se aperfeiçoem, vêm tendo continuidade, sempre enfrentando dificuldades e buscando parcerias para o reforço nas atividades de produção de informações, documentação, tratamento dos acervos, e uso das tecnologias digitais. Buscou-se o apoio do Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico (IAPH), em 2001, por meio da *Cooperación Científico y Técnica entre La Unión Europea y América Latina y el Caribe en el ámbito del patrimonio cultural*, que pretendia fornecer bases conceituais de planejamento e estabelecer cooperação em pesquisas na área patrimonial, incluindo o uso de tecnologias digitais, como a melhoria do conhecimento sobre métodos, técnicas de documentação e informação, intervenção e comunicação do patrimônio em seu contexto territorial, ambiental e social; o desenvolvimento de novas tecnologias para documentação, informação e representação gráfica de bens, podendo, quando necessário, importar de outros setores a tecnologia mais adequada ao patrimônio; e intercâmbio de técnicos especializados entre instituições voltadas à preservação do patrimônio cultural. (IAPH, 2001). Além disto, o IPHAN contou com o apoio da Caixa

Econômica Federal, em 2004, para a restauração e digitalização dos Negativos Históricos do IPHAN e mais recentemente há o apoio do BNDES e da USP, que será descrito no terceiro capítulo.

Apesar dos esforços pode-se concluir, usando Silva (2014, p. 69), que o inventário, assim como a área de documentação, não foi uma prioridade, em grande parte da história do IPHAN, pelo fato de que sua aplicação exigia investimento contínuo em recursos humanos e financeiros na área de pesquisa e documentação, e os resultados eram indiretos em ações de visibilidade, como tombamentos e restaurações, desta forma os inventários eram mais utilizados em casos emergenciais. Mas as informações fornecidas demonstram, por outro lado, uma preocupação crescente e a responsabilidade do IPHAN com a documentação e com a informática, além da preocupação com seu aperfeiçoamento.

2 AS INFORMAÇÕES NOS PROCESSOS DE VALORAÇÃO DOS BENS COMO PATRIMÔNIO

A valoração dos bens culturais como patrimônio e consequentemente sua proteção, quando feita pelo poder público, se desenvolve idealmente por meio do inventário, da identificação – que valora os bens podendo ser de diferentes modos, conforme visto no capítulo anterior –, da proteção legal, e seus efeitos, que geram o dever da conservação, restauração, do planejamento da normatização, entre outras medidas de preservação, que podem variar conforme o tipo de bem, assim como os trabalhos de promoção. São ações que demandam a produção de conhecimento e que, portanto, resultam em um conjunto de informações organizadas, independentemente do uso ou não das tecnologias digitais imprescindíveis para as práticas de preservação do patrimônio cultural atualmente.

No caso do patrimônio urbano edificado, tratado na presente dissertação, o tombamento foi o principal instrumento de preservação no Brasil, em função do qual se produz documentação, seja para a discussão dos procedimentos de produção de conhecimento e a decisão sobre o valor do sítio e pertinência da adoção dessa medida legal de proteção, seja para as medidas de preservação que se desenvolvem ao longo do tempo.

Usando a documentação produzida sobre a cidade de Goiás/GO[22] como exemplo, serão analisados os acervos constituídos para o desenvolvimento de seu processo de tombamento e a construção de novas informações posteriores ao seu primeiro tombamento e decorrentes deste processo, buscando obter uma visão sobre a produção de informações e sua organização e o modo pelo qual está relacionada à estrutura institucional e sua história. Trata-se de apresentar por um lado a complexidade dos processos de patrimonialização e preservação e, por outro, a diversidade de informações organizadas de modos distintos em documentos situados em arquivos diferentes, mas que ao mesmo tempo são complementares na sua função de informar sobre as práticas de preservação do IPHAN.

[22] A cidade de Goiás surgiu a partir da exploração de ouro na região central do Brasil, pelos bandeirantes vindos de São Paulo. Em 1726 foi fundada como Arraial de Sant'Anna, em 1739 erigida à Villa Boa de Goyas e elevada à categoria de cidade em 1818. Exercia função de centro político da Província e posteriormente do Estado de Goiás, até 1937 quando a capital foi transferida para Goiânia. A mudança resultou em uma estagnação econômica que favoreceu a preservação de sua arquitetura e malha urbana com características coloniais, o que a partir da década de 1950 impulsionou o início do processo de patrimonialização da cidade, empreendido pela elite local e o SPHAN. (TAMASO, 2007, p. 14).

2.1 Instrumentos e sistemas de informação não computadorizados no IPHAN

De acordo com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2010-2011 do IPHAN (PDTI), sistema de informação é o termo usado para a descrição de algum "sistema manual ou automatizado, que abrange pessoas, máquinas e métodos organizados para coletar, processas, transmitir e disseminar dados que representam informação para o usuário" (IPHAN, 2009), podendo ser definido como qualquer sistema utilizado como meio para prover informação. Partindo do princípio de que um sistema de informação pode ser considerado um método ou um instrumento para organização e acesso de informações e dados, seja ele por meio de computador, ou não, podemos dizer que os inventários e os processos de tombamento são também um tipo de sistemas de informação, porém não computadorizados. Dentro desta perspectiva, vamos falar dos dois principais instrumentos de consolidação das práticas de preservação realizadas pelo IPHAN: os inventários voltados ao patrimônio urbano edificado, e o processo de tombamento e a documentação que dele resulta.

2.1.1 Os Inventários

Embora o IPHAN não tenha sempre tombado os sítios e conjuntos urbanos a partir da realização de inventários[23], quando se trata do tombamento desses bens, um dos instrumentos fundamentais durante o processo de estudo são os Inventários de Identificação. Através deles é possível reunir informações padronizadas, sistemáticas e comparáveis, para a compreensão da dinâmica do sítio, tanto em seus aspectos físicos, quanto em seus aspectos intangíveis, podendo ser considerados também como sistemas de informação não computadorizados. Tanto que, para Machado, o processo de tombamento deve ser iniciado com o inventário, no qual serão "levantados os elementos que dão exemplaridade ao 'objeto' [...] de forma a identificar plenamente o bem em análise" (MACHADO, 2009, p. 53). Assim, se buscará de maneira sucinta abordar o tema dos inventários no âmbito do IPHAN.

[23] No ACI-RJ observa-se que os processos de tombamento de sítios urbanos mais antigos, como os das cidades mineiras e da própria cidade de Goiás usada como estudo de caso nesta dissertação, não contam com qualquer tipo de inventário para a orientação do tombamento.

Inventário é um termo que, no Dicionário Aurélio[24], possui entre os seus significados o de descrição minuciosa ou relação dos bens móveis e imóveis de alguém. No livro *Inventários de Identificação*[25], organizado por Lia Motta e Maria Beatriz Resende Silva em 1998, esses inventários são "trabalhos de pesquisa que buscam a identificação e o registro de novos valores a preservar, através de levantamentos sistemáticos baseados na coleta de múltiplas informações em campo" (MOTTA e SILVA, 1998, p. 7). Para o IPHAN,

> Um Inventário de Conhecimento (ou de varredura) é qualquer estudo que vise conhecer o universo de bens culturais de determinada região [...] ou relacionados com determinado tema [...], que identifique e cadastre as ocorrências materiais ainda existentes, apontando a necessidade de estudos mais detalhados, como aqueles voltados para o registro das manifestações culturais imateriais.
> Os inventários de conhecimento ou varredura funcionam como um mapeamento abrangente do patrimônio cultural, cujo objetivo final é sua proteção e valorização. Para a proteção, devem ser utilizados os diversos instrumentos existentes, tanto em nível federal, como estadual e/ou municipal, aplicados de forma compartilhada entre IPHAN, estados e municípios, através da pactuação de ações, que é a base da proposta de construção de "Redes de Patrimônio". (IPHAN, 2014, *online*).

Através de uma pesquisa realizada no ano de 1995, pela equipe de Inventários e Pesquisas do DID, foi verificado que só a partir da década de 1980, diante das transformações políticas e sociais descritas no capítulo anterior, na tentativa de desenvolver procedimentos de rotina, que as metodologias de inventário passaram a ser objeto de reflexões dentro da instituição. O IPHAN estruturou trabalhos de pesquisa através de registro sistemático, inclusive de bens não tombados, e passou a realiza-los na medida de suas possibilidades; antes disso os trabalhos feitos não eram expressivos, nem representavam uma prática institucional (MOTTA e SILVA, 1998, p. 13).

A Portaria nº 11/1986, que trata da instauração do processo de tombamento, deixa claro que é necessária a atuação do IPHAN através de inventários, quando diz que, em se tratando do pedido de tombamentos de bens imóveis, a instrução do processo deve ser composta por estudo, mais minucioso possível, que inclua "descrição do objeto, de sua área, de seu entorno, à apreciação do mérito de seu valor cultural, [...] o seu estado de conservação, acrescidas de documentação fotográfica e plantas" (IPHAN, 1986), ou seja, um inventário.

Independente de metodologias, a importância dos inventários na preservação do patrimônio é reconhecida também pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 216: "§ 1º -

[24] AURÉLIO – Dicionário *online* de português. 2014.
[25] No *Encontro de Inventários de Conhecimento do IPHAN* (1995), os até então chamados Inventários de Conhecimento, passaram a ser denominados Inventários de Identificação, termo usado pela UNESCO para trabalhos com esse caráter investigativo. Contudo, o IPHAN ainda hoje utiliza o termo Inventários de Conhecimento, entendemos assim que as duas formas são corretas.

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação" (BRASIL, 1988), isto é, o texto constitucional toma o inventário como instrumento que possui poder de proteção semelhante ao tombamento e ao registro. Porém, enquanto o Tombamento e o Registro são contemplados com legislação nacional específica que os regulamenta[26], isso ainda não aconteceu com o Inventário, que não possui regulamentação em âmbito federal que estabeleça normas referentes a seus efeitos. Neste aspecto, apenas o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) possui uma autorização de uso através da Instrução Normativa nº 001, de 02 de março de 2009, que institui parâmetros gerais de licenciamento para a utilização do INRC. Mesmo não sendo regulamentados os inventários se mostram essenciais na preservação do patrimônio cultural, pois as informações recolhidas fornecem parâmetros para possíveis intervenções no bem.

Castriota afirma que nos estudos de sítios urbanos, em linhas gerais, existe um tipo de metodologia tradicional, na qual são utilizadas fichas específicas para coleta de informações a respeito de "características arquitetônicas e construtivas dos prédios – tipologia, morfologia, tipo de construção – estado de conservação, assim como os critérios de preservação e um registro fotográfico dos mesmos" (CASTRIOTA, 2009, p. 205). Mas, a partir de um levantamento, com o estudo dos inventários de identificação desenvolvidos ao longo da história do IPHAN, principalmente aqueles voltados ao registro de bens imóveis – arquitetônicos e urbanísticos –, chegou-se à conclusão de que havia uma grande diversidade de métodos "quanto a critérios de seleção, formas de coleta, multiplicidade de informações e formas de abordagem" (MOTTA e SILVA, 1998, p. 8). Assim, em outubro de 1995, com vistas a contribuir, apresentando referenciais para o desenvolvimento dos inventários na instituição, por meio de palestras e experiências, foi realizado no Rio de Janeiro, o *Encontro de Inventários de Conhecimento do IPHAN*, promovendo debates e reflexões a respeito das várias experiências do órgão.

As análises feitas pela Coordenação de Inventários e Pesquisas do IPHAN, durante o ano de 1995, segundo Motta e Silva, demonstraram que os diversos inventários realizados pelas regionais do órgão se adequavam às necessidades e realidades materiais e políticas de

[26] O Decreto-Lei nº 25/1937 instituiu o Tombamento, e através da Portaria do IPHAN nº 11, de 11 de setembro de 1986, ocorreu a consolidação das normas de procedimento para os processos de tombamento. O Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, e a partir da Resolução do IPHAN nº 001, de 3 de agosto de 2006, foram determinados os procedimentos a serem observados na instauração e instrução do processo administrativo de Registro.

cada coordenação, utilizando recortes compatíveis às suas situações, tendo em vista que não contavam "com uma política de inventários, ou mesmo diretrizes gerais formuladas pela instituição para seu desenvolvimento" (MOTTA e SILVA, 1998, p. 12), situação ainda atual no IPHAN. Dada a pluralidade de bens culturais e a dimensão territorial do Brasil, no Encontro também se percebeu que o papel dos inventários se reafirmava, e o instrumento se apresentava como "imprescindível para a ampliação do âmbito de atuação do IPHAN" (MOTTA e SILVA, 1998, p. 130). Os inventários, elaborados com métodos e temáticas diferentes, produziram "um acúmulo significativo de informações sobre os bens culturais" (MOTTA e SILVA, 1998, p. 17), além de demonstrarem que era comum a abordagem de vários tipos de bens em um mesmo inventário. Entretanto, não existia, assim como ainda hoje não existe, uma política de inventários no IPHAN que formulasse conceitos e critérios claros, sendo raros os casos em que as propostas de inventários continham uma memória descritiva, ou destacavam os conceitos norteadores.

Cecília Londres, em sua palestra *A noção de Referência Cultural nos trabalhos de Inventário*, proferida no encontro, afirmou que o trabalho de inventariar não pode considerar o bem o limitando à sua materialidade e aparência formal, mas deve "tratar também de seu processo histórico de produção e transmissão, e buscar acrescentar à pesquisa os diferentes sentidos e valores que são atribuídos a esses bens" (LONDRES, 1998, p. 34). Os estudos realizados mostraram que ao se pensar o patrimônio a partir das referências culturais, acompanhando a demanda de identificação do patrimônio que inclui a expansão de seu conceito, é necessária uma mudança na maneira de enxergar os bens, "a questão maior está em definir um determinado ponto de vista, um determinado modo de tratar o bem cultural, e não nos restringirmos a tais ou quais objetos, ou tipos de bens" (LONDRES, 1998, p. 31). A autora declara que o ideal é que a pesquisa seja extensiva e mais abrangente possível, buscando captar o máximo de informações dentro dos limites do universo a ser pesquisado, já que a intenção é justamente apreender o novo, e acrescenta que atualmente vários fatores facilitam a realização de inventários, como o constante desenvolvimento dos meios de documentação fotográfica e da informática.

Em sua dissertação apresentada ao Mestrado Profissional do IPHAN, no ano de 2014, Carolina Di Lello Jordão Silva, arquiteta do DEPAM, discute o papel do inventário do patrimônio cultural como um instrumento de poder, através da análise das metodologias dos inventários criados visando uma padronização de procedimentos, ao longo da história do IPHAN. No decorrer de sua pesquisa a arquiteta constatou que o inventário que mais acumulou documentação foi o INBI-SU, especialmente documentos provenientes de análise

sobre sua execução feita pelos técnicos que o utilizavam, e mostra que enquanto os inventários Inventário Nacional de bens Móveis e Integrados (INBMI), INBI, IBA e Inventário Nacional de Configuração Urbana (INCEU) dedicam-se ao patrimônio colonial urbano, separado por natureza de bens, o INRC e o SICG[27] oferecem uma leitura mais integrada, focando também em bens ainda não protegidos, e buscando associar diversos instrumentos de proteção.

Carolina Di Lello argumenta que cada metodologia representa o entendimento sobre o patrimônio adotado pela política patrimonial em vigor, tendo em vista que cada tipo de inventário se volta para um tipo de olhar sobre o patrimônio e sobre diferentes concepções da prática de preservação. As propostas de metodologia e inventários analisados[28] foram os seguintes:

- Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados/INBI-SU

  Começou a ser idealizado na década de 1980, em um momento em que o IPHAN sofria críticas vindas de seus próprios técnicos, que consideravam os inventários já realizados pela instituição como registros afastados dos objetivos práticos e sem espaço para reflexão sobre o bem. A primeira versão da metodologia foi apresentada em 1989, com o propósito "de desenvolver um novo olhar sobre os conjuntos urbanos, agora interpretativo, com espírito desbravador, a fim de redescobrir os bens" (SILVA, 2014, p. 84). A autora declara que o INBI-SU se respaldava na interpretação do conjunto urbano como lugar de concentração de vestígios da cultura, sendo documento da história da população, assim a metodologia valorizava a conformação física das áreas como possibilidade de informar as peculiaridades do patrimônio construído socialmente. Para Fonseca *apud* Silva (2014, p. 85) o INBI-SU foi criado para estabelecer um processo de revitalização dos conjuntos urbanos de interesse cultural, garantindo informações que possibilitassem a sustentabilidade do patrimônio e contribuísse para a melhoria da qualidade de vida da população local.
- Inventário Nacional de Conhecimento de Bens Imóveis

[27] Carolina Di Lello, em seu trabalho, compara o SICG aos inventários. Embora, ele tenha sido desenvolvido justamente a partir do estudo dos inventários do IPHAN, nossa pesquisa busca entender o sistema como uma ferramenta que inclui o inventário, na medida em que organiza informações padronizadas, mas vai além deste instrumento, principalmente porque amplia o acesso da sociedade ao patrimônio, além de oferecer espaço para gestão de bens agregado à inteligência geográfica.

[28] Em sua pesquisa a autora analisou, ao todo, seis inventários nacionais e o SICG. Entretanto, neste momento da pesquisa vamos examinar apenas cinco dos inventários apresentados, que em sua maioria tratam do patrimônio arquitetônico e urbanístico, excetuando assim o Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI), e o SICG que será abordado no terceiro capítulo.

De acordo com Silva (2014, p. 87), o desenvolvimento de um Projeto de Inventário Nacional de Conhecimento de Bens Imóveis teve início em 1983, se propondo como meta de longo prazo, para a formação de uma espécie de atlas cultural das regiões do Brasil, através do estabelecimento de recortes temáticos que permitissem uma leitura, elaborando diagnóstico dos perfis culturais do país, através do estudo de informações socioeconômicas, históricas e geográficas. Por conta da escassez de recursos a proposta não passou de um projeto.

- Computador Cultural

  A proposta, antepassada do SICG, surgiu da intenção "de organizar os dados levantados em um sistema informatizado" (SILVA, 2014, p. 90), que de acordo com um convênio assinado no início do ano de 1990, objetivava criar uma rede nacional de informação automatizada. Na época, as mudanças ocorridas na instituição, por conta da troca do governo federal aliadas à constante escassez de recursos, impediu que o projeto prosseguisse, o que para Silva indica que as ações de pesquisa e conhecimento eram tema de pouca prioridade para os gestores da instituição.

- Inventário Nacional de Configuração Urbana/INCEU

  Apresentado no ano de 2000, o inventário foi elaborado para tratar de aspectos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos que possibilitavam a "leitura" da cidade, mas que não eram aprofundados no Inventário Nacional de Bens Imóveis (INBI). Inicialmente seu desenvolvimento foi baseado nas fichas do INBI-SU e de acordo com debates sobre cultura, memória, identidade e a questão urbana, iniciando assim, junto ao INBI-SU, um processo interpretativo nos inventários, "capaz de identificar, para além do estilo ou tipologia, as permanências e as mudanças intrínsecas às edificações e aos conjuntos urbanos, [propondo] uma análise a partir da percepção de quem circulava pelos conjuntos urbanos" (SILVA, 2014, p. 106). Segundo a autora a metodologia propunha uma leitura urbana que identificasse elementos e características baseadas na teoria de Kevin Linch[29], a partir de conceitos como legibilidade,

[29] Kevin Lynch foi um urbanista americano, muito influente no planejamento urbano atual, especialmente por seu livro *A imagem da cidade* (1960). Sua teoria trata da maneira como as pessoas enxergam a cidade e organizam as informações retiradas da percepção do espaço (que podem, inclusive, formar mapas mentais), através de cinco principais elementos urbanos: vias – canais ao longo dos quais o observador circula, os outros elementos se organizam e relacionam ao longo das vias; limites – interrupções lineares de alguma continuidade, funcionam como referências secundárias; bairros – regiões urbanas de tamanho médio ou grande, passíveis de identificação do lado interior e do exterior; cruzamentos – pontos, locais estratégicos de uma cidade, concentração de elementos com características comuns; e elementos marcantes – referências externas em evidência, com característica distinta dos demais elementos circundantes. (LYNCH, 1999, p. 58-59).

construção da imagem, referência, estrutura, identidade, entre outros, considerando sempre a visão e experiência das pessoas na cidade.

- Inventário de Bens Arquitetônicos/IBA

  Criado em 2002, segundo Silva (2014, p. 93), o IBA tinha o objetivo de registrar sistematicamente os bens arquitetônicos tombados isoladamente pelo IPHAN, organizando e complementando informações a respeito dos bens individuais, e registrando exemplares de tipologias diferenciadas em meio a conjuntos urbanos tombados. "Surgiu como um instrumento descritivo, [...] estabelecendo um procedimento que auxiliaria na gestão daqueles bens já protegidos, [...] não contemplando um olhar crítico ou uma proposta intervencionista na leitura do objeto" (SILVA, 2014, p. 106). O inventário foi pensado para complementar o INBI-SU, mas acabou não sendo totalmente implantado[30], pois, além da dificuldade de disponibilização de recursos e a falta de um padrão de preenchimento que garantisse a qualidade das informações, o IPHAN percebera que os bens tombados isoladamente não eram tão ameaçados quanto os sítios tombados, assim o inventário não seria prioritário no momento.

- Inventário Nacional de Referência Cultural/INRC

  Criado junto com o Registro[31], o INRC se estabeleceu como instrumento de identificação e documentação. O objetivo era ser um inventário de varredura que fosse utilizado para a identificação de bens materiais e imateriais em todo o território nacional. "Essa metodologia de identificação apresentou uma mudança radical na política de identificação do patrimônio cultural, uma vez que o reconhecimento se daria, não apenas pelo estudo de um especialista, mas principalmente pela própria comunidade" (SILVA, 2014, p. 107). Para a autora, foi uma tentativa de consolidar uma política de patrimônio integrada no IPHAN, o que, de acordo com ela, não aconteceu, pois "o INRC deixou de ser um instrumento do patrimônio cultural, para ser do patrimônio imaterial" (Ibid., p. 99), e embora se observe um esforço do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) para que sejam utilizados outros inventários e instrumentos para a identificação de bens imateriais, o INRC continua como principal ferramenta neste campo.

[30] O IBA foi aplicado integralmente a apenas um bem, a Torre de TV, em Brasília/DF.

[31] Para atender às determinações legais e criar instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação de Bens Culturais Imateriais, o IPHAN coordenou os estudos que resultaram no Decreto nº. 3.551, de 04/08/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), e consolidou o INCR. (IPHAN, 2014, *online*).

Silva finaliza sua dissertação mostrando que enquanto alguns inventários buscavam inovar na prática da preservação, outros se referiam a uma nova política patrimonial. Porém, a autora declara que os inventários continuam "correndo em paralelo" no que diz respeito aos campos material e imaterial, e que estes ainda são concebidos como duas áreas distintas do patrimônio cultural. Silva conclui o tema afirmando que, em todas as propostas de inventário estudadas em seu trabalho sempre houve a tentativa de solucionar algumas questões através de uma metodologia, mas estas questões, na verdade, dependem menos de metodologias e mais de uma política de preservação que ofereça um novo olhar, não fragmentado, sobre o patrimônio cultural.

2.1.2 O Tombamento

Instituído pelo Decreto-lei nº 25/37, o tombamento se tornou "o instrumento de proteção ao patrimônio material mais conhecido" (IPHAN, 2013b, p. 21) pela sociedade, embora não seja o único. Rabello, explica que "o tombamento não esgota as formas legais de proteção dos bens de valor cultural" (RABELLO, 2009, p. 47), haja vista que a Constituição Federal determina que é dever do Estado protegê-los, mas não indica as formas, pressupondo que existam muitas maneiras de cumprir essa obrigação. Seu conceito não possui uma definição clara concluída, tanto que, para o IPHAN, tombamento é "um termo relacionado a questões administrativas e técnicas, [que também] envolve discussões sobre valor, autenticidade, intervenção urbana etc." (IPHAN, 2013b, p. 21). Para Fonseca, o texto do decreto-lei foi intencionalmente generalizado, já que o tombamento é "um ato administrativo discricionário e não vinculado, [no qual] as decisões são tomadas caso a caso" (FONSECA, 2005, p. 112).

O tombamento é um instrumento jurídico específico para a proteção do patrimônio cultural e natural, tanto em nível federal, pelo IPHAN, quanto em nível estadual e/ou municipal, através de órgãos que, reconhecendo o valor cultural de um bem, estabelecem critérios para sua proteção, tendo por objetivo "preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados." (PAIÃO, 2010, s/p). Através deste ato administrativo "a administração pública insere o bem identificado na classe dos bens culturais, passando a tutelar o interesse público que a coisa detém" (RABELLO, 2009, p. 138).

Em seu artigo 1º, §1 o decreto-lei 25/37 determina que bens "só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo" (Brasil, 1937). Posteriormente, o capítulo dois estabelece os Livros do Tombo:

> CAPÍTULO II
> DO TOMBAMENTO
> Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:
> 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.
> 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interêsse histórico e as obras de arte histórica;
> 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;
> 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.
> [...] Art. 7º Proceder-se-à ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.
> Art. 8º Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa. (BRASIL, 1937).

Para Silva (2007, p. 43), cada um dos livros "indica uma diretriz de conservação", o que não impede que um mesmo bem seja inscrito em mais de um livro, incidindo assim, sobre ele, as diretrizes condizentes aos livros em que foi inscrito. Esta classificação do bem nas diversas categorias representadas pelos Livros do Tombo, de acordo com Casco (2010), é resultado de um "processo intelectual de pesquisa, identificação e valoração do objeto a ser protegido, que se dá em diferentes etapas", começando com um trabalho técnico de investigação do objeto, identificando seu valor, e finalizando com a aprovação do tombamento pelo Conselho Consultivo[32] do IPHAN. Para Rabello (2009, p. 104), tomada como forma de registro administrativo, a inscrição no Livro do Tombo, tem a função básica de "garantir a autenticidade, a segurança, o acesso às informações e uma publicidade restrita". Outro ponto tratado por Silva é a respeito do tombamento provisório, que acontece durante o andamento do processo, a partir da notificação feita ao proprietário até a conclusão do processo com a decisão de tombar, ou não, o bem. Para o autor, "trata-se de uma medida

[32] "Instância de deliberação coletiva formada por intelectuais de renome ligados às diferentes áreas de conhecimento que hoje contribuem para pensar e lidar com a política cultural de preservação do patrimônio brasileiro" (CASCO, 2010, s/p).

cautelar que visa garantir a proteção do bem enquanto durar o processo, prevendo assim a mesma proteção e mesmos mecanismos penais em caso de danos" (SILVA, 2007, p. 43).

O capítulo III trata das consequências do tombamento:

> CAPÍTULO III
> DOS EFEITOS DO TOMBAMENTO
> [...] Art. 12. A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessôas naturais ou jurídicas de direito privado sofrerá as restrições constantes da presente lei.
> [...] Art. 14. A. coisa tombada não poderá saír do país, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional.
> [...] Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruidas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cincoenta por cento do dano causado.
> [...] Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto [...]. (BRASIL, 1937).

De acordo com Telles (2010, p. 53), os efeitos do tombamento podem ser divididos de acordo com os elementos envolvidos com o bem patrimonial, "em relação à coisa, ao proprietário, ao Poder Público e ao entorno", aos quais são direcionados direitos e deveres. Entretanto, Souza Filho *apud* Telles (2010, p. 53) declara que o mais essencial e relevante efeito do tombamento altera o próprio bem, tornando-o de "específico interesse público". Mesmo que o tombamento, como proteção jurídica, recaia sobre as coisas, "pois estas é que constituem o objeto da proteção jurídica", o real objeto da proteção legal é "assegurar a permanência dos valores culturais nelas identificados" (FONSECA, 2005, p. 40). Neste sentido, Rabello (2009, p. 144), afirma que "o principal efeito jurídico do ato do tombamento é transformar em um direito os valores culturais (simbólicos) contidos na coisa".

Como argumenta Machado (2009), o bem cultural pode ser tombado, mas o seu uso não, assim é importante que o uso seja compatível com sua arquitetura. "O tombamento deve permitir o uso do imóvel tombado para viabilizar financeiramente e culturalmente a sua preservação" (MACHADO, 2009, p. 54) e, de acordo com Rabello (2009, p. 113), o IPHAN pode impedir a utilização do imóvel, quando o uso proposto puder causar danos à sua conservação, não de modo a determinar certo uso, mas a coibir o uso inadequado.

Destarte, Silva enxerga o tombamento como um "processo de deslocamento, um rito de passagem" no qual o bem tem seu valor cultural consagrado, "retirando-o das retóricas do cotidiano e inserindo-o numa narrativa de grupo e/ou nação" (SILVA, 2007, p. 42). Assim, o autor considera que, independente da maneira como a população absorve a patrimonialização

de um determinado bem, o tombamento é “um desencadeador de interação e/ou embates” (SILVA, 2007, p. 43). No caso das cidades históricas, como exemplifica Fonseca (2005, p. 180), ao assegurar a manutenção de sua configuração tradicional, o tombamento possibilita como alternativa econômica lucrativa para a população, a expansão do turismo, ao mesmo tempo em que restringe a exploração imobiliária, consequência indesejável especialmente para empresas do ramo de construção civil.

O instituto do tombamento é considerado por Fonseca como “a prática mais significativa da política de preservação federal no Brasil” (FONSECA, 2005, p. 181), por isso ela se interessa em analisar as implicações da prática do tombamento na vida social, e confirma sua afirmação explicando que é significativo por “delimitar um universo simbólico específico, [...] por intervir no estatuto da propriedade e no uso do espaço [...] e, sobretudo, porque constitui um campo em que se explicitam – e onde se podem apreender – os sentidos da preservação para os diferentes atores envolvidos” (FONSECA, 2005, p. 181).

Segundo Lowande (2010), existe uma tendência em considerar o tombamento como o momento mais relevante nas práticas preservacionistas, contudo, o autor parte de um raciocínio oposto, afirmando que “os tombamentos objetivam as histórias que se embatem pela construção de uma memória e identidade nacionais”, isto é, o tombamento é um momento essencial, ponto de partida para a preservação de um bem cultural, sendo este momento o que atesta “os diversos sentidos atribuídos [...] à ‘trajetória’ nacional” (LOWANDE, 2010, p. 62).

O tombamento provoca interferências nos campos econômicos, sociais e simbólicos de uma sociedade. Colocados a partir de múltiplos interesses conflitantes, os “processos de tombamento constituem-se espaços de expressão [de] confrontos, onde se podem captar as várias ‘vozes’ envolvidas com a questão da preservação e sua influência na conclusão dos processos”. (FONSECA, 2005, p. 206), sendo permitida a qualquer cidadão a indicação para abertura de processo para tombamento de um bem cultural, embora, segundo Chuva (2009, p. 206), especialmente nos primeiros anos de funcionamento do IPHAN essa era uma iniciativa dos agentes do órgão, resultando em muitos processos sem uma justificativa que motivasse a indicação. Fonseca (2005, p. 183) demonstra que a partir de 1970 houve um crescimento expressivo de solicitações feitas por agentes externos ao IPHAN, no entanto, a maior participação da sociedade não acarretou o aumento no número de tombamentos, isso porque o processo decisório continuou como nas décadas anteriores, complexo e restrito aos técnicos da Administração Central do IPHAN (FONSECA, 2005, p. 185).

A respeito do conteúdo documental presente nos processos, Chuva (2009) declara que nas duas primeiras décadas de funcionamento do órgão, por exemplo, os processos possuíam pouquíssima documentação, "geralmente apenas a notificação ao proprietário do imóvel, sua anuência e o consequente 'Inscreva-se' do diretor" (CHUVA, 2009, p. 242); apenas os processos em que o proprietário contestava a ação eram compostos por maior quantidade de documentos. Fonseca esclarece que só a partir da década de 1960 os processos começaram a ser compostos a partir de "uma certa sistemática, constituindo-se em verdadeiros dossiês" (FONSECA, 2005, p. 181), nos quais seriam anexados documentos oficiais e também materiais que tivessem relação com o processo, como matérias publicadas, abaixo-assinados, entre outros. Todos os documentos são organizados no processo em ordem cronológica, o que, conforme Fonseca possibilita o acompanhamento da história "desse processo de ressemantização de um bem" (FONSECA, 2005, p. 182), facilitando a compreensão do desfecho do processo e dos critérios para atribuição de valor e dos fundamentos norteadores das práticas de preservação. Fonseca (2005, p. 182) relata ainda que existe uma grande dificuldade do IPHAN em dar seguimento aos processos, que chegam a passar décadas sem resolução.

Rabello (2009, p. 54) declara que, ainda que o ato do tombamento seja praticado pelo Conselho Consultivo, com sua decisão baseada nos estudos técnicos apresentados no processo, é necessária ainda a homologação do parecer pelo Ministro da Cultura e sua publicação, para que então o bem seja inscrito no Livro do Tombo e se torne patrimônio. Sendo que o Conselho Consultivo só pode se opor ao tombamento se o valor cultural do bem não for demonstrado no processo, do contrário, mesmo que os membros do Conselho não concordem, não poderão se omitir à prática da tutela, já que o IPHAN tem o dever constitucional de proteção (RABELLO, 2009, p. 60).

Para Rubino (1991, p. 106) é a partir da análise dos processos de tombamento que é possível apreender a leitura que os funcionários do IPHAN fizeram, e fazem do documento fundador do tombamento, o Decreto-lei 25/37. A autora explica que o decreto-lei é conciso e sucinto, como devem ser os textos legais, e é o trabalho feito em cima deste texto que explicita os critérios, as categorias de bens, e as características valorizadas ao longo do tempo. Ela defende que um bem material, edificado, é diferente de um documento escrito, sendo assim, para que o bem diga algo é necessário fazê-lo dizer, é necessário traduzi-lo, "e essa tradução também é uma construção" (RUBINO, 1991, p. 108). A partir do tombamento o bem recebe uma segunda existência, que é resultado da tradução do bem feita pelos agentes do IPHAN, a visão do órgão para a sociedade.

Assim como um processo de tombamento oferece ampla documentação com informações a respeito dos sítios e conjuntos a serem tombados, o inventário possui o poder de coletar e construir informações, com base não apenas em visões técnicas específicas, e não apenas de bens tombados, permitindo a interpretação e revisão/atualização dessas informações com o passar do tempo. Nesta perspectiva, as tecnologias digitais, podem auxiliar e ampliar a consolidação e divulgação das informações construídas através de inventários e processos de tombamento.

Para além dos processos de tombamento e dos inventários, uma grande diversidade de informações é produzida para a preservação dos bens que são legalmente protegidos, relacionados à fiscalização, aprovação e a própria atualização dos tombamentos, entre outros, e hoje, independentemente de seus formatos, da tecnologia utilizada, ou do suporte, são armazenados em seus arquivos, espalhados por todo o Brasil. Para uma melhor compreensão de como é construída e organizada toda essa documentação, que possibilita o desenvolvimento do conhecimento, reconheceu-se a necessidade de analisar tal documentação mais de perto, buscando salientar o que de relevante ela traz, e que não é tão facilmente acessado. Para isso foi escolhida a cidade de Goiás/GO, que possui um longo processo de tombamento, ratificado e rerratificado em duas ocasiões pelo IPHAN, com extensa documentação, além de ser considerada Patrimônio Mundial pela UNESCO. A partir do tombamento de Goiás serão analisadas as informações produzidas e a documentação relacionada à estrutura institucional e sua história.

2.2 A produção de informações no IPHAN e sua organização – O caso da cidade de Goiás

Desde o início dos trabalhos do IPHAN, em 1937, os acervos arquivísticos da instituição começaram a ser formados. Como durante um bom tempo a sede se localizava no Rio de Janeiro, antiga capital federal, uma parte significativa da documentação produzida na trajetória das políticas de preservação no país foi armazenada em seu arquivo, hoje denominado ACI-RJ. Os Distritos Regionais do SPHAN, em Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo formaram seus acervos também nesta época, demonstrando a comunicação que existia entre a sede e as “pontas”, desde o início das práticas preservacionistas. No entanto, até a década de 1970 o Arquivo Central tinha como função a guarda dos principais

documentos – geralmente documentos administrativos ficavam no próprio arquivo, e documentos referentes aos bens e tombamentos eram enviados para o Rio de Janeiro. Ainda hoje o ACI-RJ guarda os processos de tombamento.

Com 77 anos de existência, foi necessário que o IPHAN passasse por várias reestruturações e desmembramentos, o que resultou em arquivos divididos. Atualmente o instituto é composto por duas sedes, 27 Superintendências, em todos os estados e no Distrito Federal, Escritórios Técnicos em cidades do interior com relevante acervo patrimonial, além de dois Parques Históricos Nacionais e quatro Unidades Especiais, "totalizando assim 95 unidades físicas instaladas em 73 diferentes municípios" (IPHAN, 2014, p. 2). Na medida em que ocorria a descentralização do instituto, novos acervos iam se formando, em tempos e maneiras diferenciados. Hoje, todas as unidades do IPHAN possuem arquivo próprio, que foram sendo formados na medida em que foi produzida documentação específica em cada unidade.

Quando o processo 345-T-42, relativo ao primeiro tombamento da cidade de Goiás, foi aberto, em 1942, a responsável pela região que compreendia o estado de Goiás era a própria administração central do IPHAN, no Rio de Janeiro. A partir de 1960 o estado de Goiás passou a fazer parte do Núcleo do SPHAN em Brasília, representante do órgão na região centro-oeste até o ano de 1977.

A descentralização ocorrida na década de 1970, fez com que o instituto fosse desmembrado em diretorias, para que pudesse acompanhar mais de perto os trabalhos realizados nas regiões do país. Com relação à cidade de Goiás, no ano de 1977 foi oficializada a 7ª Diretoria Regional, que em 1979 foi convertida em 8ª Diretoria Regional, da qual o Estado de Goiás fez parte, juntamente com o Distrito Federal e os estados de Tocantins e Mato Grosso. No ano de 1987, a 8ª Diretoria foi instalada na cidade de Goiás, servindo como sede da regional. Em 1990 transformou-se na 14ª Coordenação Regional do IPHAN, e a partir daí iniciou-se o estabelecimento do Arquivo da Superintendência. Em 2000 a sede foi transferida para Goiânia, capital do estado, e o prédio se tornou o Escritório Técnico da cidade de Goiás. Em 2009, com a aprovação da nova Estrutura Regimental do IPHAN, através do Decreto nº 6884/2009, passou a ser denominada 14ª Superintendência Estadual ou Superintendência do IPHAN em Goiás, como é chamada atualmente.

Todas essas transferências contribuíram para a divisão da documentação nas várias unidades que foram responsáveis pela cidade de Goiás. Neste aspecto Heloísa Liberalli Bellotto, doutora em história e autora do livro *Arquivos permanentes: Tratamento Documental* (2006), explica que "um documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao

meio que o produziu", ao mesmo tempo em que alguns documentos "guardam entre si relações orgânicas que devem ser obrigatoriamente respeitadas" (BELLOTTO, 2006, p. 28). Assim, não se pode dizer que é sem sentido tal fragmentação, mas é sabido que muitas das vezes essa separação pode dificultar a pesquisa, pois demanda mais recursos, tanto financeiros quanto de tempo, em especial para deslocamentos. É também neste sentido que as tecnologias digitais podem trazer solução para a reunião das informações, fazendo com que fiquem disponíveis para o pesquisador, em formato digital e *online*, sem que isso cause grandes impactos nos documentos originais, que também devem ser preservados.

A pesquisa documental foi feita em quatro arquivos do IPHAN: Arquivo Central – Seção Rio de Janeiro, Arquivo Central – Seção Brasília, Arquivo da Superintendência Estadual do IPHAN em Goiás, e Arquivo do Escritório Técnico da Cidade de Goiás. Em um primeiro momento, a pesquisa se deu de maneira mais descritiva, no segundo momento de modo mais analítico, investigando quais unidades produziram os documentos e por que os produziu, qual foi o período de produção de cada unidade do IPHAN, como os documentos estão organizados, quais os tipos de documentos arquivados, como são as representações gráficas e quais os seus enfoques, como são os arquivos de imagens, quais os instrumentos de pesquisa e busca[33] dentro do acervo e finalmente, de que maneira toda essa documentação auxilia na compreensão dos procedimentos de valoração e preservação da cidade ao longo do tempo.

Em meio à análise documental, foram destacados, através de citação, trechos com o conteúdo de inúmeros documentos, que qualificam o patrimônio e evidenciam o tipo de informação e sua disposição em meio ao conjunto de documentos, fragmentos que se destacam pela qualidade das informações que contêm. O "caráter da informação" presente nos documentos de arquivo é o "dado em estado bruto, sem quaisquer análises ou interpretações" (BELLOTTO, 2006, p. 242). O valor desses dados nos faz pensar no ganho quantitativo *versus* perda qualitativa[34], apontando para uma questão essencial a ser refletida para a compreensão dos sistemas de informação no ciberespaço, pois se trata de um tipo de informação, por vezes específica, por vezes generalizada, que dificilmente seria produzida, ou mesmo reproduzida, em um sistema que demanda padronização de informações, como os inventários, tanto de identificação quanto de proteção, por exemplo.

---

[33] Nesta perspectiva, vistos como "instrumentos de uso interno, que orientam e subsidiam o trabalho do arquivista quanto ao arranjo e à descrição dos documentos, como as listagens que acompanham os recolhimentos" (BELLOTTO, 2006, p. 180).

[34] Para uma melhor compreensão, no próximo capítulo abordaremos sobre o dilema *quantidade x qualidade* nos sistemas de informação informatizados, apoiado nas pesquisas sobre memória e ciberespaço, de Vera Dodebei.

A seguir serão apresentados tipos de documentos e sua localização no IPHAN, para uma reflexão sobre os sistemas computadorizados diante da qualidade, diversidade e complexidade que apresentam.

2.3 O Processo de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico na Cidade de Goiás

O processo 345-T-42 de tombamento da Cidade de Goiás possui um total de 626 folhas, divididas em quatro volumes, com documentação datada de 1942 a 2004. Iniciado, em 1942, para tombar alguns bens isolados e dois conjuntos urbanos da cidade – Conjuntos Arquitetônicos e Urbanísticos do Largo do Chafariz e da Rua João Pessoa, Casa de câmara e cadeia, Palácio dos governadores, Quartel da II Companhia, Chafariz da Boa Morte, as Igrejas da Abadia, da Boa Morte, do Carmo, de Santa Bárbara e de São Francisco, uma imagem de Nossa Senhora do Rosário, armas de Portugal e bustos de pedra –, o tombamento só se efetivou realmente em 1951.

No ano de 1978 foi ampliado o perímetro do tombamento, que se expandiu ainda mais no ano de 2004, após a inclusão da cidade na Lista de Patrimônio Mundial, que ocorreu em 2001. Seu conjunto é composto por diferentes tipologias arquitetônicas, desde o século XVIII, com exemplares dos períodos colonial, imperial e início da república.

O primeiro volume, com 159 folhas, se inicia com um ofício enviado, em novembro de 1942, pelo então presidente do Departamento Administrativo do Estado de Goiás, Paulo Augusto de Figueiredo, a Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde. Ao ofício foram anexados dois documentos: um recorte do jornal Correio Oficial, falando sobre os pedidos de elevação da cidade de Goiás à categoria de monumento histórico, no qual são destacadas as palavras do escritor goiano Brito Broca, em seu artigo *Visão de Goiânia*, dizendo que a velha capital do estado poderia então ser conservada como monumento nacional, e que "a fundação de Goiânia salvou-a, da mesma maneira que a de Belo Horizonte salvou Ouro Preto" (PROCESSO 345-T-42, vol. I, fl. 002); e cópia do parecer nº 501, de novembro do mesmo ano, elaborado por Moisés Costa Gomes, da Interventoria Federal do Estado, no qual solicita apreciação do Presidente da República a respeito da sugestão de elevar a "velha cidade de Goiaz" à Monumento Nacional, alegando que embora a cidade não possuísse "prédios artísticos, nem obras públicas de grande valor econômico ou escultural", constituía "um

conjunto rico em sentido histórico, o que lhe dá uma fisionomia característica, tôda [sic] especial, no quadro das cidades brasileiras" (PROCESSO 345-T-42, vol. I, fl. 004). Em 07 de janeiro de 1943, foi enviado novo ofício a Gustavo Capanema, tendo como anexos telegramas do ano de 1942, de Paulo Augusto Figueiredo, presidente do Departamento Administrativo do Estado de Goiás, endereçados a Alexandre Marcondes Filho, Ministro da Justiça, e a Gustavo Capanema, solicitando a elevação da cidade de Goiás a Monumento Histórico. Em julho de 1943 o Serviço do Patrimônio, do MES, emite parecer não favorável ao tombamento da cidade, como o argumento de que a cidade "foi gravemente desfigurada no seu aspecto tradicional, em consequência de reformas muito prejudiciais realizadas na maioria talvez das suas construções antigas" (PROCESSO 345-T-42, vol. I, fl. 015), sugerindo uma visita à cidade para reconsiderar a questão. Em fevereiro de 1944, novamente o estado pede a elevação da cidade, considerando que não foi feita a visita prometida. Em maio de 1948, o então governador de Goiás, Jeronymo Coimbra Bueno, solicita novamente a Gustavo Capanema estudo da possibilidade de tombamento da cidade de Goiás, o que resulta em um pedido de viagem ao Estado de Goiás, para a realização das seguintes atividades:

> Fazer levantamento fotográfico e fotografias das principais igrejas, casas de maior interesse e dos monumentos públicos (chafarizes, etc.). Estes levantamentos deverão ser acompanhados de uma ficha de inspeção na qual constarão todos os detalhes que se façam notar como caráter regional, tanto pela técnica construtiva como pela solução plástica.
> Serão consultados previamente os trabalhos feitos pelo Snr. Rescala, bem como levadas em consideração as anotações feitas sobre os mesmos pelo arquiteto Lúcio Costa.
> Estas providencias [sic] completadas por um estudo sobre o conjunto ainda sobrexistente da cidade no seu aspéto [sic] mais característico, poderão ser consideradas como iniciativa a uma apreciação mais cuidadosa da possibilidade em considerar esta cidade monumento nacional; conforme já diversas sugestões nesse sentido das autoridades locais.
> Coligir documentação fotográfica, levantamentos e dados descritivos de outras cidades de valor histórico no período da mineração goiana. (PROCESSO 345-T-42, vol. I, fl. 021).

Assim, em junho de 1948, Rodrigo M. F. de Andrade designa o arquiteto Edgar Jacinto Silva, para proceder com os estudos necessários para verificar a possibilidade de elevação da cidade de Goiás a Monumento Nacional e inventariar edifícios de outras cidades do estado. Edgar apresenta seus resultados em outubro do mesmo ano, entre eles: um esquema para estudo, no qual o arquiteto cria uma espécie de hierarquia, para facilitar a compreensão da totalidade através dos valores artísticos e históricos que constituiriam a justificativa de medida adequada na preservação do conjunto urbanístico, dispondo em primeiro plano "as edificações que constituem propriamente o conjunto urbanístico da cidade" (PROCESSO

345-T-42, vol. I, fl. 015), distribuídas em três grupos: “edificações antigas que não sofreram quaisquer modificações que as desfigurasse ou descaracterizassem” (*Ibid*., fl. 024), as que tiveram alteração nas fachadas, mas ainda assim havia possibilidade de recuperação, e as novas construções, completamente estranhas ao conjunto urbano; em segundo foram considerados os monumentos e edifícios públicos, as igrejas e algumas residências do século XVIII, que constituíam “exemplares de inapreciável valor tanto pela raridade das soluções arquitetônicas como pela monumentalidade” (*Ibid*.); em seguida, foi considerado o partido urbanístico da cidade, já que este se encontrava praticamente inalterado, “tornando-se assim um documento vivo para o estudo da formação de cidades no período da mineração” (*Ibid.*); posteriormente considerou-se o paisagismo local que era “marcado nas perspectivas imprevistas e decorrentes em uma cidade assentada sôbre [sic] terreno de declives contínuos” (*Ibid*.) e junto com as soluções arquitetônicas e urbanísticas locais constituíam “um notável exemplo do paisagismo urbano tradicional” (*Ibid*.); e ainda considerou-se, sob o aspecto histórico, “a participação goiana nos grandes ciclos das bandeiras e da mineração” (*Ibid*.). O texto segue com um detalhamento de cada um dos pontos considerados, e é concluído com a avaliação de que, à época, foi produzido material com informação suficiente para que a Diretoria de Patrimônio iniciasse estudo para preservação dos monumentos e aproveitamento do acervo da região, além de sugerir que fosse estabelecida uma representação do IPHAN na região de Goiás e Mato Grosso. Posteriormente, Alcides da Rocha Miranda, chefe da seção de arte da Divisão de Estudos e Tombamentos (DET), propõe que sejam inscritos nos Livros do Tombo os Conjuntos Arquitetônicos e Urbanísticos do Largo do Chafariz e da Rua João Pessoa, a Casa de câmara e cadeia, o Palácio dos governadores, o Quartel da II Companhia, o Chafariz da Boa Morte, as Igrejas da Abadia, da Boa Morte, do Carmo, de Santa Bárbara e de São Francisco, uma imagem de Nossa Senhora do Rosário, armas de Portugal e dois bustos de pedra.

O volume possui troca de ofícios entre governo de Goiás e IPHAN, de janeiro de 1949 a janeiro de 1950, a respeito da doação do prédio da antiga Câmara e Cadeia, de propriedade do estado, ao IPHAN. Em março de 1950, Edgar Jacinto silicita que sejam realmente efetuados os tombamentos, já que o governo do Estado não sugeriu nenhuma alteração. Assim o IPHAN emite notificação sobre tombamento ao prefeito de Goiás e ao arcebispo de Goiás, que respondem favoravelmente. Então em abril de 1950 Rodrigo M. Franco determina a inscrição das igrejas e imagens no Livro do Tombo. São trocados ofícios sobre o prédio do Quartel entre o Serviço do patrimônio da União de Goiás e o IPHAN. Em março de 1951 são emitidas notificações ao prefeito municipal sobre a inscrição das obras de arquitetura civil e

os dois conjuntos arquitetônicos e urbanísticos da cidade de Goiás, e em abril do mesmo ano são feitas as inscrições. Após a inscrição, acontecem reações locais, através de matérias jornalísticas, chamando a população a se revoltarem contra o tombamento, denunciando a situação precária de conservação de vários edifícios e acusando que o título de cidade histórica a levaria à estagnação, e em resposta, Rodrigo M. Franco escreve nota que foi publicada em jornal local e no Diário Oficial do Estado de Goiás em junho de 1951.

A pasta traz anexados diversos recortes de jornais, e várias cartas, ofícios, telegramas, memorandos, croquis e fotografias a respeito de reformas e embargos de obras em residências pertencentes aos conjuntos tombados e pedidos de cancelamento de tombamento de bens isolados, no ano de 1954, em um destes casos foi necessária a intervenção da Procuradoria da República, através de um processo aberto contra o proprietário, para que devolvesse ao edifício seu aspecto original, infelizmente sem efeito. Desses pedidos e desobediências à lei se seguiram muitos outros na cidade de Goiás, tanto que em junho de 1969 a Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional emitiu um parecer falando da importância de buscar a atenção do governador do estado e do prefeito municipal da cidade de Goiás para a necessidade de preservação do seu acervo arquitetônico e artístico, se referindo à Lei estadual nº 5290, de 18 de setembro de 1964, que erigiu a cidade de Goiás em Monumento Estadual e criou o Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico de Goiás, como iniciativa que auxiliaria neste sentido, e ainda sugeria o estudo da possibilidade de ampliação da área tombada do município. No volume ainda constam duas certidões de tombamento, uma do Antigo Quartel da Segunda Companhia, inscrito no Livro do Tombo Histórico em 1950, e outra do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Rua João Pessoa, inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes em 1951 e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1978, além de dois mapas da cidade (ver figuras 1 e 2), com demarcação dos logradouros e edifícios tombados até o período, e do chamado Roteiro Histórico de Goiás Velho, que abrange uma área maior na cidade.

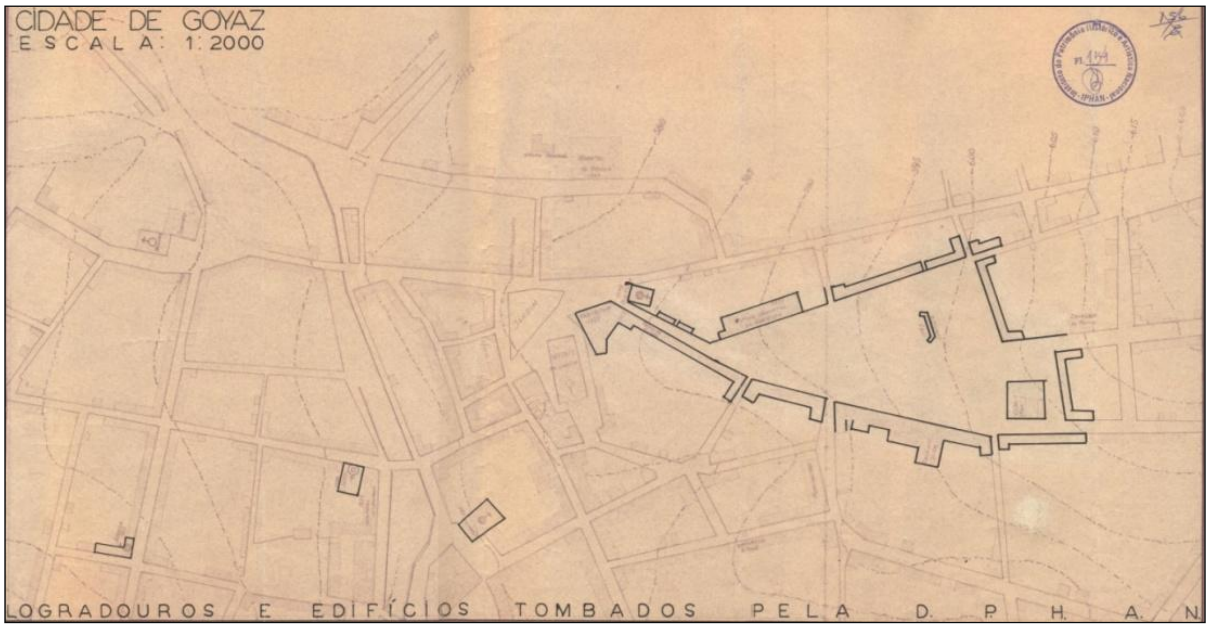


Figura 1: Planta da cidade de Goiás com demarcação de logradouros e bens tombados nos anos de 1950 e 1951. Produzida à mão, em grafite e nanquim, em papel sulfite, sem data e sem autoria. (PROCESSO 345-T-42, vol. I, fl. 154).



Figura 2: Planta do Roteiro Histórico de Goiás Velho, com demarcação dos monumentos tombados. Elaborado pelo Núcleo do IPHAN/Brasília (BSB), à mão em papel sulfite, em 17 de janeiro de 1975. Sem informação de escala. (PROCESSO 345-T-42, vol. I, fl. 154).

O volume II do processo de tombamento possui 51 folhas, e trata especificamente de uma solicitação feita pela Irmã Maria das Mercês, vice-diretora do Educandário Sant'Ana, pedindo o cancelamento do tombamento de algumas residências adjacentes para ampliação do edifício. O processo tramitou de junho de 1958 a outubro de 1964, e armazena fotografias, croquis, plantas, certidões, ofícios, etc. Os memorandos e atas do conselho, anexos ao

processo, demonstram que quando o IPHAN se manifestou nesta questão, em todas às vezes foi contrário ao pedido de cancelamento, tendo em vista que as casas, assim como o educandário, estão inseridas no conjunto arquitetônico e urbanístico tombado, e a demolição das residências e ampliação do edifício influenciariam negativamente no contexto.

No terceiro volume, com 89 folhas, é armazenada documentação com data de outubro de 1975 a maio de 1988, referente à extensão do tombamento. O primeiro documento é um ofício da arquiteta Belmira Finageiv, Chefe do Núcleo do IPHAN/BSB, com data de outubro de 1975, ao diretor do IPHAN, Renato Soeiro, solicitando extensão do tombamento para as ruas e praças que constituíam o Roteiro Histórico e Artístico da antiga Vila Boa de Goiás (conforme figura 02) preservado pela Lei Municipal nº 16/1975[35]. O ofício envia cópia da lei e planta com identificação dos edifícios fotografados, junto com 140 fotografias da área – imagens que atualmente não se encontram anexadas ao processo – considerando que estes elementos, recolhidos para a apreciação do Conselho Consultivo do IPHAN, possibilitaria o julgamento da ampliação da área tombada. Em fevereiro de 1976, Belmira solicita envio desta documentação à Lygia Martins Costa, chefe da Seção de Arte do IPHAN, que, em junho do mesmo ano, emite um parecer ao diretor concordando "em alterar os termos dos tombamentos na cidade de Goiás, GO, englobando na medida protetora toda parte antiga da cidade" (PROCESSO 345-T-42, vol. III, fl. 009), declarando que tal ato se justificava tanto para garantir a ambiência das edificações principais e do conjunto já protegido, quanto para "preservar, nas proximidades das duas capitais mais modernas do País – Brasília e Goiânia – núcleo antigo *sui-generis* da velha capital do estado" (*Ibid*.), e acrescenta que "para remediar o mal que desfigura trechos de certas ruas, o tombamento deve implicar no restabelecimento gradativo e sistemático da feição primitiva do que foi adulterado" (*Ibid*., fl. 010). Renato Soeiro então envia o processo ao relator designado, o Conselheiro Gilberto Ferrez, que emite parecer em agosto de 1976, se declarando a favor do tombamento de todo o conjunto. Em novembro do mesmo ano o Conselho Consultivo aprova a proposta com unanimidade. Seguem-se os trâmites para inscrição do tombamento, com envio de ofícios e memorandos entre IPHAN, Assembléia Legislativa de Goiás e Núcleo do IPHAN em Brasília, e várias solicitações ao Ministro da Educação e Cultura para o prosseguimento do processo, entretanto o ministro solicita maiores informações, como plantas da cidade com diferenciação entre a área já tombada e a ampliação, que após o pedido foram feitas pela arquiteta Belmira e

[35] A Lei Municipal nº 16, de 03 de julho de 1975, fixa normas para a aprovação de projetos de edificação, restauração, demolição ou qualquer outra modificação nos edifícios de qualquer natureza no perímetro urbano da cidade de Goiás, com objetivo de preservar seu patrimônio histórico e artístico. (PROCESSO 345-T-42, vol. III, fl. 004).

encaminhadas ao Ministro. A homologação do tombamento ocorreu em agosto de 1978 e a inscrição em três Livros do Tombo – Belas Artes, Histórico, e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico ocorreu em setembro do mesmo ano.

São armazenadas na pasta, também, atas de reuniões do Conselho Consultivo em que foi tratada a extensão do tombamento em Goiás, várias cópias com plantas da cidade demarcando ruas (figura 3) e diferenciando área tombada em 1950/1951 e área proposta para tombamento em 1975 (figura 4), notificação ao Prefeito quanto à homologação do tombamento, ofícios trocados entre o diretor do IPHAN e a 7ª diretoria regional enviando cópias de processos e plantas, cópia do Diário Oficial com a homologação, recortes de jornais, trinta e duas certidões de tombamento dos monumentos sob a jurisdição da 8º Diretoria Regional (DR/SPHAN), da qual Goiás fazia parte, comunicado interno da 8ª DR para o Chefe do Arquivo do IPHAN no Rio de Janeiro, solicitando correção, nos Livros do Tombo, do nome de uma das ruas do conjunto tombado da cidade de Goiás, e duas cópias da planta da cidade com uma nova proposta, feita em 1982, para uma nova ampliação do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico (figura 5).

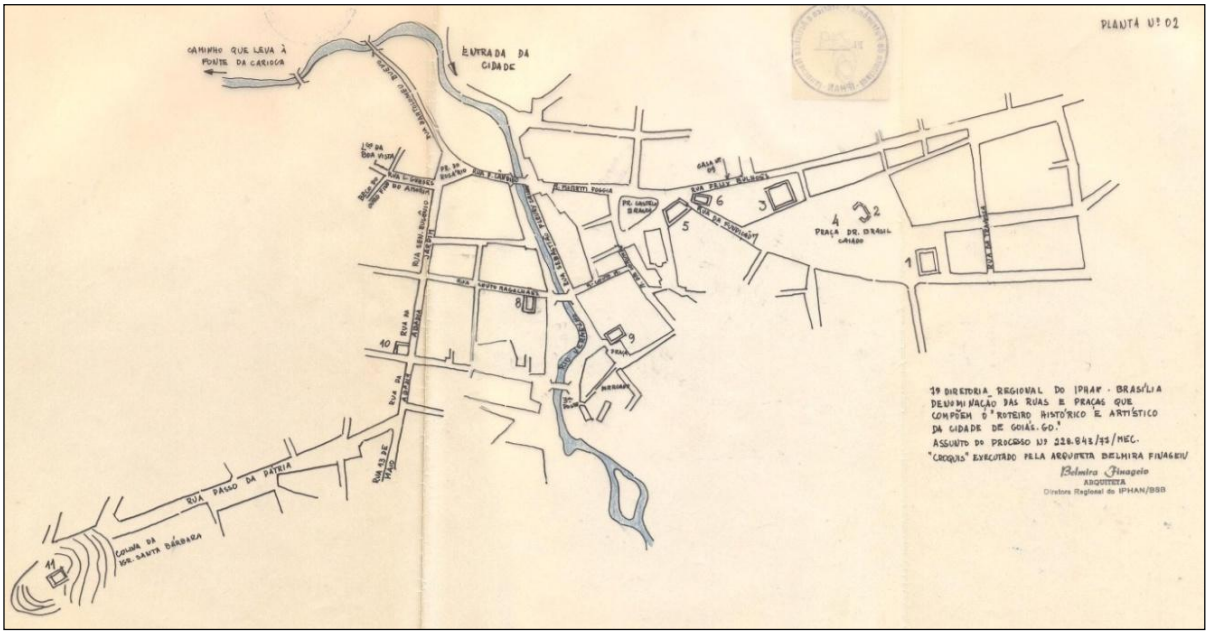


Figura 3: Planta da cidade de Goiás, com identificação de ruas, becos, travessas e largos. Croqui à mão, em nanquim e papel vegetal, executado pela arquiteta Belmira Finageiv, Diretora Regional do IPHAN/BSB, em 1978. (PROCESSO 345-T-42, vol. III, fl. 069).

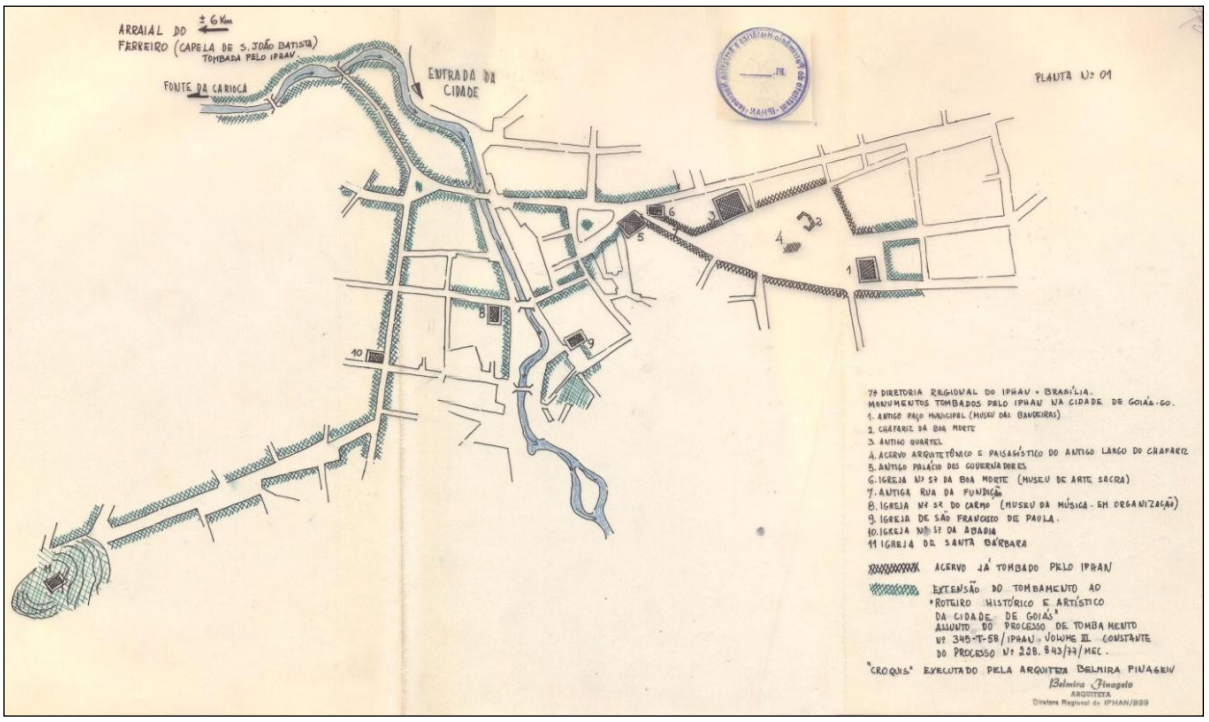


Figura 4: Planta da cidade de Goiás, com identificação de bens tombados isoladamente (numerados) e demarcação diferenciando o tombamento de 1950/1951 (textura preta) e a extensão do tombado (textura verde). Croqui à mão, em nanquim e papel vegetal, executado pela arquiteta Belmira Finageiv, Diretora Regional do IPHAN/BSB, em 1978. (PROCESSO 345-T-42, vol. III, fl. 068).

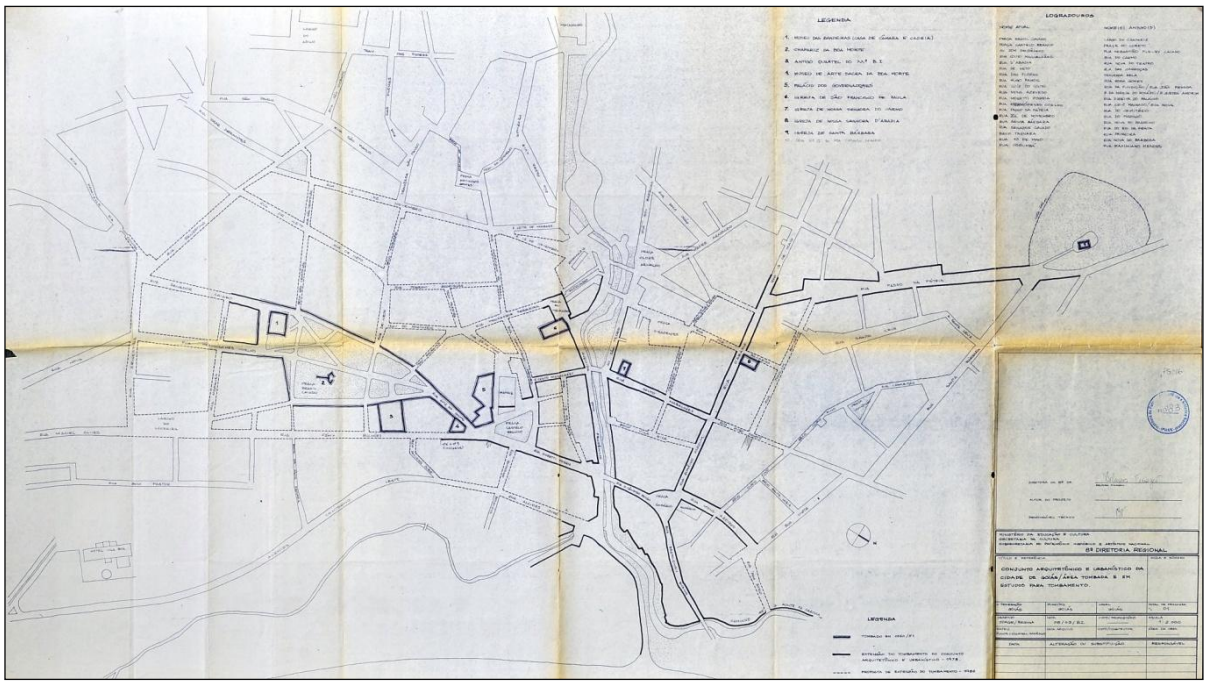


Figura 5: Planta da cidade de Goiás, distinguindo conjuntos e bens tombados em 1950/1951 (traço mais grosso), extensão do tombamento em 1978 (traço médio) e proposta para ampliação do conjunto tombado em 1982 (tracejado). Produzida à mão, em nanquim e papel sulfite, em escala 1:2000, por técnicos da 8ª DR, em março de 1982, a partir da planta cadastral da empresa de Saneamento de Goiás (SANEAGO). (PROCESSO 345-T-42, vol. III, fl. 074).

O volume quatro, com 327 folhas, possui em sua capa o subtítulo “Rerratificação do Tombamento”, e se inicia com um memorando de Marcelo Brito, superintendente da 14ª Superintendência Regional (SR), à Louise Henriques Ritzel, diretora do Departamento de Proteção/IPHAN (DEPROT), em janeiro de 2000, solicitando a reabertura do processo de tombamento, sob a justificativa de que depois que o inventário do núcleo histórico da cidade de Goiás foi atualizado, a 14ª Superintendência Regional concluiu que era necessária a ampliação do tombado para o trecho considerado área de entorno naquele momento, e encaminhando documentação que incluía justificativa de rerratificação da poligonal de tombamento, descrição do perímetro tombado e planta da cidade indicando área tombada e área de entorno (figura 6). O arquiteto ressalta que esta proposição fazia parte das indicações apresentadas no Dossiê de Goiás, elaborado para a obtenção do título de Patrimônio da Humanidade, e por isso o assunto deveria ser tratado como prioritário. Assim a diretora do DEPROT encaminha a demanda à Chefe da Divisão de Estudos de Acautelamento, a arquiteta Cláudia Girão, que recomenda que fosse dirigido ao DID pedido de instauração de novo volume do processo nº 345-T-42, e que todo o processo, já com o novo volume, fosse encaminhado ao DEPROT para inserção no sistema computadorizado de controle de processos, e então se seguissem os trâmites normais.

Em fevereiro o DEPROT envia um memorando à Divisão de Proteção Legal, pedindo que fosse requerido ao DID o envio das cópias dos outros três volumes do processo, e solicitada com urgência à SR complementação de informações, pois o material remetido ao DEPROT carecia “dos dados mínimos para iniciar os trabalhos de revisão de tombamento de um núcleo arquitetônico e urbanístico” e a superintendência deveria enviar os argumentos que “sustentaram as discussões internas na Regional para a conclusão de que a área tombada deveria ser modificada” (PROCESSO 345-T-42, vol. IV, fl. 011-012). A superintendência responde o memorando ainda em fevereiro, enviando cópia de folha do Dossiê de Candidatura à Patrimônio da Humanidade, mapa da cidade e documentos que justificavam a rerratificação das áreas tombada e de entorno.

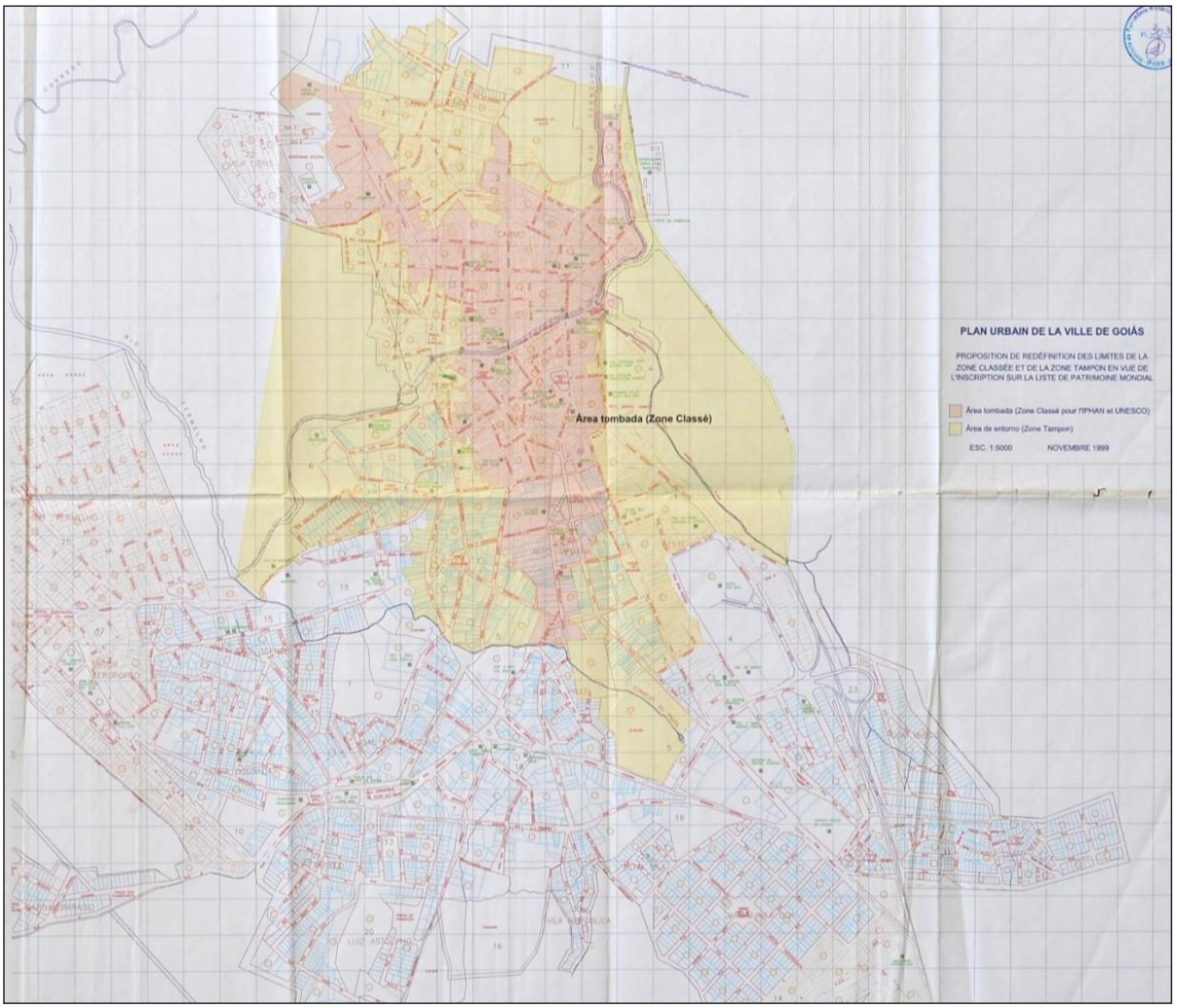


Figura 6: Planta da cidade de Goiás com indicação de área tombada (vermelho) e área de entorno (laranja). Produzida em março de 1999, a partir de ferramenta computacional, o *software* AUTOCAD, e impressa em papel sulfite, em escala 1:5000. (PROCESSO 345-T-42, vol. IV, fl. 006).

Segue-se então com a extensa documentação armazenada no volume: Justificativa da Rerratificação de acordo com área inicial proposta pela 14ª Superintendência Regional, com nove páginas, elaborado pelo arquiteto José Leme Galvão Júnior, em março de 2000, contendo análise morfológica urbana, justificativa e descrição dos perímetros da área de tombamento e de seu entorno, como proposta feita em novembro de 1999; Proposta Retificada em fevereiro de 2000 para rerratificação das áreas de tombamento e entorno incluindo apenas os trechos urbanos e a área de entorno, contendo uma planta da cidade (figura 7); Resumo da evolução urbana de Goiás, de 1726 a 1937, com textos e plantas num total de treze páginas; Resumo Historiográfico – A cidade de Goiás e a ocupação do Brasil Central, texto com dezesseis páginas; Formulário UNESCO – Súmula para justificação da proposta, contendo texto com treze páginas, dois capítulos do livro *Viagem à Província de Goiás*, escrito originalmente por Auguste de Saint-Hilaire, com dezessete páginas, extrato do

livro *Viagem no interior do Brasil* de Johann Emanuel Pohl, trecho do livro *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*, escrito em 1856 por Brigadeiro Raimundo José da Cunha Mattos, certidão de tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico; Descrição do polígono da área de vizinhança; Cópia da Lei nº 206 de 1996 que instituiu normas para edificações e posturas do município de Goiás; Mapa das áreas protegidas; Parecer conclusivo do relator do ICOMOS, Arquiteto Jukka Jukkiletho, apresentado na 25ª reunião da Comissão do Patrimônio Mundial da UNESCO, realizada em Helsinki/Finlândia, em 30 de junho de 1999, com 15 páginas; Fragmento do Inventário Arquitetônico da área protegida, realizado a partir do ano 2000, que na época estava em fase de conclusão; Pedido de tombamento da chácara Baumann feito em maio de 2002, apoiado por diversas entidades goianas, contendo solicitação do Movimento Pró Cidade de Goiás e levantamento arquitetônico da residência da chácara; o texto *O ouro em Goiás – Uma análise das origens e dos remanescentes das minerações no sítio histórico da cidade*, de Paulo Bertran Wirth Chaibub, com sete páginas; Análise da Coordenação Técnica de Proteção, com memorandos, pareceres sobre a rerratificação e plantas da cidade; Vistas e Paisagens da Cidade de Goiás, com fotografias aéreas e de diversos logradouros; e Cópia do Decreto Estadual nº 5.169/2000, que dispõe sobre a ampliação da Área de Proteção Ambiental da Serra Dourada.

Em março de 2003, o Coordenador Técnico de Proteção, José Leme Galvão Júnior, envia um memorando à Diretora Interina do DEPROT, Vandi Rodrigues Falcão, dizendo que retornava o processo "após extensos e intensivos exames da 14ª SR e do DEPROT, pelos quais ficam claros o objeto e a motivação para a rerratificação pretendida" (PROCESSO 345-T-42, vol. IV, fl. 190), explicando que a intenção de rerratificação foi iniciada desde 1986, quando a 8ª Diretoria Regional começou a fazer alguns estudos urbanísticos e paisagísticos. Após o memorando, segue-se abrangente documentação: Mapa da área urbanizada e região lindeira, em escala 1: 100.000; Mapa topográfico microrregional, em escala 1:100.000, e imagem de satélite da cidade; Excerto do INCEU da cidade de Goiás, em fase final na época, com quatro fichas; Cadastro das sedes de Chácaras Suburbanas, com levantamento arquitetônico de quatro sedes; e Descrição do perímetro da área de tombamento, em março de 2003.

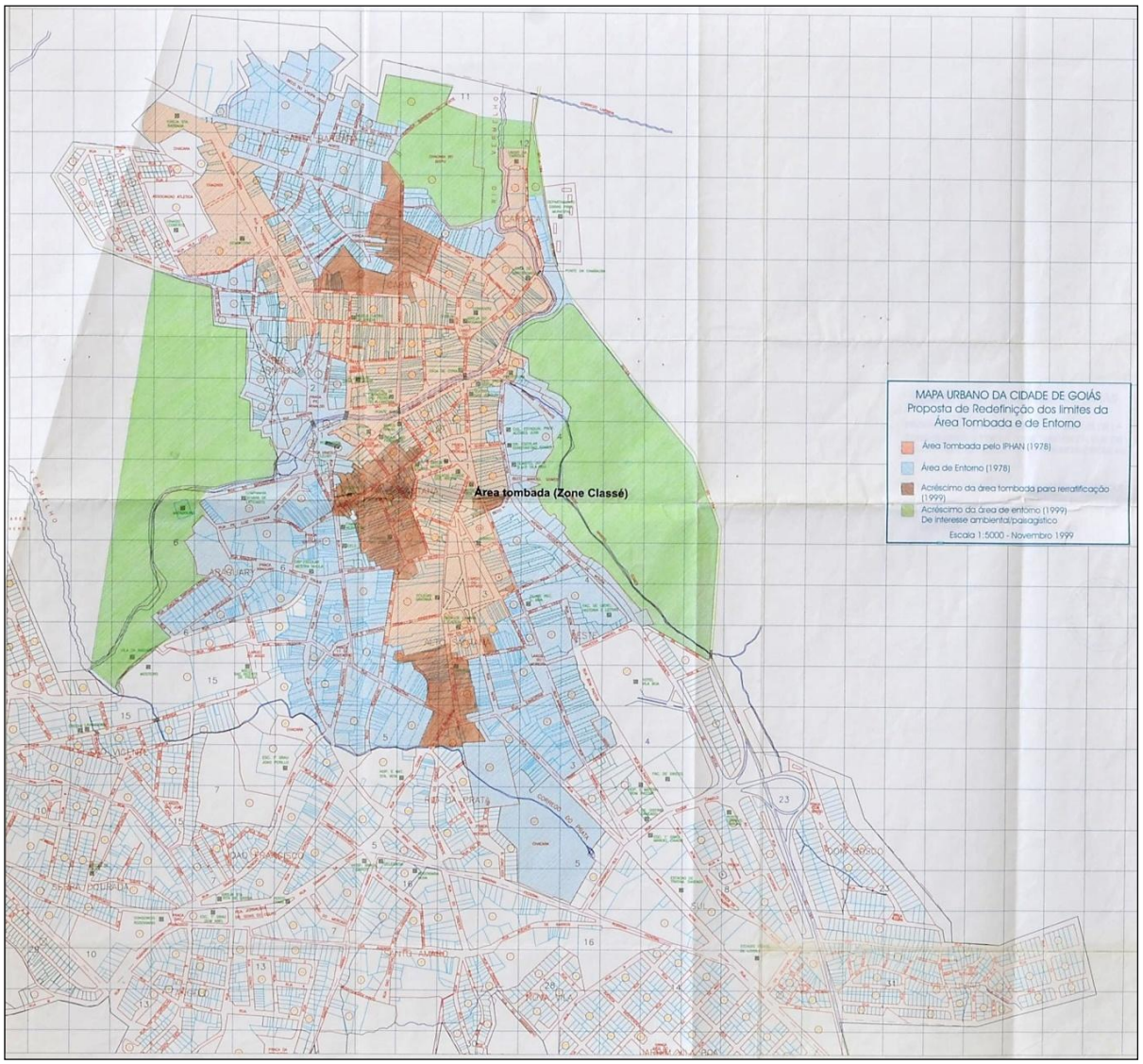


Figura 7: Planta da cidade de Goiás com indicação da área tombada pelo IPHAN em 1978(laranja) e seu entorno (azul), e acréscimo da área tombada para rerratificação em 1999 (vermelho) e acréscimo da área de entorno, de interesse ambiental/paisagístico (verde). Produzida a partir de ferramenta computacional, com o *software* AUTOCAD, e impressa em papel sulfite, em escala 1:5000. Retirada do *Plan Urbain de la Ville de Goiás*, Dossiê de 1999. (PROCESSO 345-T-42, vol. IV, fl. 028).

Em abril do mesmo ano, a Diretora do DEPROT, Vandi Falcão, envia memorando à Presidente do IPHAN, Maria Elisa Costa, encaminhando o processo, devidamente instruído. O processo é então enviado à Procuradora-Chefe do IPHAN na época, Sista Souza dos Santos, para análise jurídica e providências. Em outubro a procuradoria jurídica envia despacho solicitando que o DEPAM complementasse a descrição da poligonal. No dia nove do mesmo mês o DEPAM retorna o processo com as correções realizadas, e então a Procuradoria emite parecer, com sete páginas, no qual destaca que a documentação presente no IV volume do processo é farta e consistente, e conclui que "os autos em referência encontram-se devidamente instruídos no que se refere à legalidade do ato administrativo, com o fornecimento de dados suficientes à sua motivação, notadamente no que diz respeito à

rerratificação pretendida, conforme os valores históricos, artísticos e paisagísticos do conjunto" (PROCESSO 345-T-42, vol. IV, fl. 234), e que o processo se encontrava em condições de ser submetido à apreciação do Conselho Consultivo. Assim, ainda no mês de outubro, o IPHAN publica no Diário Oficial da União e emite notificações ao prefeito municipal e aos moradores da cidade, informando que a rerratificação do tombamento estava em trâmite.

Em dezembro de 2003, o conselheiro Paulo Bertran, designado como relator do processo, emite parecer, de oito páginas, "totalmente afirmativo quanto a esta rerratificação do tombamento da cidade de Goiás, e com menções a futuras ações de melhoramento" (PROCESSO 345-T-42, vol. IV, fl. 250), e por unanimidade, o Conselho Consultivo decide recomendar a rerratificação, em 17 de dezembro de 2003. Decisão certificada pelo então presidente do IPHAN, Antonio Augusto Arantes Neto, no dia 26 de maio de 2004. Faz parte da documentação do processo a ata da reunião do Conselho Consultivo, com 58 páginas, que além da rerratificação do tombamento de Goiás, tratava dos tombamentos do Sítio Histórico e Paisagístico de Piranhas, Estado de Alagoas, do Edifício-Sede do Museu de Arte de São Paulo, e do Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico do Corredor da Vitória, em Salvador/BA. Em 02 de junho de 2004 a secretária do Conselho Consultivo encaminha o processo à Procuradoria Federal, correm os trâmites normais, e em 22 de junho, o então Ministro de Estado da Cultura, Gilberto Gil, homologa a rerratificação do tombamento, através da Portaria nº 146/2004, publicada no Diário Oficial da União no dia seguinte. Enfim, o processo é encaminhado, com os quatro volumes, à Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação (COPEDOC), para que fosse feita a inscrição nos Livros do Tombo pertinentes.

Essa descrição do Processo de Tombamento de Goiás mostra os agentes, interesses, aspectos legais, prazos de produção e tipos de documentos envolvidos na preservação urbana que devem ser considerados para se pensar tanto no aprimoramento da tecnologia da informação para uso da documentação na forma pela qual foi produzida, quanto nos recursos digitais e seus sistemas de informação. A seguir outro tipo de documentação será apresentada, com informações que decorrem do tombamento, relacionadas aos procedimentos de preservação.

2.4 As informações nos procedimentos de preservação após o tombamento

> *Alguém deve rever, escrever e assinar os autos do Passado antes que o Tempo passe tudo a raso.* Cora Coralina, 1965.

2.4.1 O Arquivo central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro

Até 1970 o Arquivo Central do IPHAN[36], no Rio de Janeiro, recolhia toda a documentação das representações regionais. A partir de então esse recolhimento foi gradualmente sendo reduzido, e finalizou-se oficialmente em 1990. Durante um período relevante a área central trabalhava diretamente com Goiás, assim como com outros monumentos da região.

Atualmente o arquivo é dividido em séries, das quais foram analisadas duas, *Série Inventário* e *Série Obras*, além da Mapoteca, por serem as seções que possuem maior número de documentação sobre a cidade de Goiás. Outra série, muito importante na instituição, que poderia ser pesquisada é a *Série Tombamentos*, porém, tendo em vista que o tombamento da cidade de Goiás já tinha sido disponibilizado em formato digital, não foi necessária a consulta nos documentos físicos da série. No momento da pesquisa, agosto de 2014, toda a documentação sobre a cidade de Goiás existente nas séries do ACI-RJ, estava passando por um processo de tratamento, que contempla catalogação, descrição, higienização, restauração, digitalização e armazenamento, parte do projeto Rede de Arquivos IPHAN, que será melhor analisado no próximo capítulo.

Em um primeiro momento foram pesquisados os documentos da Série Inventários. É importante esclarecer que essa Série não resultou da elaboração de inventários, mas da organização de documentos com informações gerais sobre os bens. [37] Como dito antes essa

---

[36] Em 30 de dezembro de 2002, o acervo do Arquivo Central do IPHAN – Seção RJ, localizado no Palácio Gustavo Capanema, foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro – Inepac, juntamente com outros acervos documentais e bibliográficos sediados no estado. Esse acervo foi protegido por seu "reconhecimento como parte constituinte da identidade cultural do Estado do Rio de Janeiro", com o objetivo de "garantir a permanência desses acervos [...] no Rio de Janeiro, preservando a sua característica de centro cultural do país e a valorização de sua história intelectual" (INEPAC, 2014, *online*).

[37] "A série Inventário é produto da dissociação ou realocação de documentos, não constituindo produto de um 'inventário'[...], e sim, de um arranjo particular da documentação produzida pelos técnicos e enviada ao Arquivo Central/RJ. Empreendido pelos agentes atuantes no Arquivo Central, esta documentação dissociada e realocada para a série Inventário foi complementada por recortes de jornais e revistas, que constituem um extenso clipping dos bens, que se estende da década de 1930 até meados da década de 1990. [...] A série Inventário reflete a

documentação encontra-se em tratamento, não em seu local de armazenagem habitual, portanto a pesquisa se limitou a uma amostragem, neste caso duas caixas. A série possui documentação das mais variadas fontes, sobre 72 bens isolados da cidade de Goiás, entre eles foram encontrados documentos textuais, gravuras, mapas, plantas e grande parte são fotografias, muitas de residências. As gravuras geralmente eram usadas para representar ornamentos e detalhes de mobiliário. Os documentos, originais, em sua maioria são das décadas de 1940 a 1960.

Em seguida foi analisado o acervo da mapoteca. Sobre Goiás, são 40 pranchas de 13 bens, cinco deles igrejas. A maior parte do acervo é composta por plantas arquitetônicas, de levantamento, com datas de 1947, 1948, 1950, 1975, 1979 e 1983, feitas a nanquim ou grafite, representadas em papeis de tamanhos variados, quase sempre em escala 1:50 ou 1:100. Destas, quatro pranchas registram levantamentos do conjunto urbano da cidade de Goiás, realizados em épocas diferentes, sendo a planta mais antiga do ano de 1782, as outras datam de 1947 e 1975. As escalas variam de 1:200 a 1:2000.

Posteriormente foi pesquisada a *Série Obras*, que "reúne documentação referente a quaisquer intervenções que [algum] bem tombado possa ter recebido; [e] pode comportar, inclusive, intervenções anteriores à própria inscrição nos Livros do Tombo" (SOUZA, 2014, p. 39). Foram selecionadas duas caixas entre as que me foram disponibilizadas para consulta, de um total de quinze caixas, com documentos sobre intervenções, restaurações, e obras realizadas em edificações da cidade de Goiás, que compreendiam o período de 1947 a 1967. As caixas continham pastas com recortes de jornais, ofícios, memorandos, orçamentos, vistorias, fotografias, croquis, enfim, todo tipo de documentação relacionada a obras e intervenções, tanto em residências, quanto em igrejas e edificações oficiais.

2.4.2 O arquivo da Superintendência do IPHAN em Goiás

O arquivo da Superintendência de Goiás surpreende pela organização, tanto dos arquivos físicos quanto das informações relativas a eles. O acervo é divido por regiões do estado, e por cidades, das quais a Cidade de Goiás é a principal, por ser também patrimônio da humanidade. No acervo de bens tombados o assunto é dividido por cada bem. As buscas e

existência de critérios de organização do acervo aplicados sistematicamente, definidos pelo 'bom senso e melhores intenções possíveis' dos profissionais envolvidos em sua sistematização." (SOUZA, 2014, p. 40-41).

pesquisas no acervo são feitas apenas pela equipe do arquivo – que conta com a responsável pelo arquivo[38], e uma técnica recém-chegada na superintendência – através do Controle de Processo e Documento (CPROD)[39], e de uma planilha única em *Excel*. De acordo com a responsável, tais instrumentos atendem as buscas, além de oferecerem o controle das tramitações de cada documento.

Os documentos são armazenados em caixas e pastas de acordo com seus tamanhos, onde os originais são preservados adequadamente. Cada pasta recebe um código que é armazenado na planilha de busca, com a descrição de seu conteúdo. Desde 2006 a superintendência faz um trabalho de digitalização de fotografias, e atualmente todos os registros fotográficos do acervo já são digitalizados e armazenados em CDs e DVDs. A responsável pelo arquivo explicou também que sempre é mantida, na Superintendência, pelo menos uma cópia dos processos de tombamento de bens do estado de Goiás, mas que os processos antigos muitas vezes não possuem as cópias completas, quase sempre faltam cópias dos anexos, por se tratarem de plantas ou documentos que na época do processo a superintendência não possuía recursos para copiar.

No acervo foram encontrados muitos documentos originais sobre a Cidade de Goiás, dos quais grande parte é referente a cada edifício da área tombada, mas também são encontrados documentos do conjunto como um todo. Especificamente sobre o Núcleo Histórico me foram apresentadas cinco pastas (embora em algumas destas pastas encontram-se documentos sobre outras cidades próximas à Cidade de Goiás): BT GO 098; BT GO 098 B; BT GO 098 C; BT GO 098 D; BT GO 098 E; e BT GO 098 F.

---

[38] Patrícia Libonati.

[39] O CPROD é o "sistema corporativo responsável pela gestão documental de processos e documentos recebidos e expedidos pelo IPHAN (registro, classificação, tramitação, arquivamento, expedição, avaliação, transferência, pesquisa e gerenciamento)" (IPHAN, 2014, p. 96). É um instrumento essencial para a organização de informações, mas não é utilizado em toda sua potencialidade no instituto. O sistema é usado pelo IPHAN, há mais de dez anos, para controle da tramitação de processos, tanto administrativos como de tombamentos, sem, contanto, ter passado por atualizações, necessárias de tempos em tempos, se tornando cada vez mais obsoleto.
"Ainda que não se constitua como ferramenta preferencial no âmbito da gestão das informações sobre o conteúdo dos processos, nem utilizada na sua plena capacidade, o CPROD permite o registro das informações mais relevantes quanto à situação do processo, bem como o acompanhamento público da sua situação de tramitação e localização. [Sendo que] todas as solicitações dirigidas à instituição são devidamente registradas em protocolo e inscritas no CPROD." (IPHAN *apud* CGU, 2013, p. 9), o que permite, por exemplo, a geração de relatórios, que podem resultar em estudos e indicadores da prática institucional.
Assim, por se tratar de uma ferramenta fundamental na organização de informações, e sua disseminação, tanto interna quanto externamente, que acumula experiências e é objeto de discussões há um bom tempo na instituição, consideramos necessário e urgente que sejam realizadas pesquisas mais aprofundadas a respeito da Gestão Documental e do Sistema CPROD no âmbito do IPHAN, para que possibilite a compreensão do sistema dentro do próprio instituto, pelos departamentos e unidades, como instrumento de gestão estratégico no desenvolvimento do trabalho do IPHAN.

A pasta BT GO 098 contém cópia do Plano Diretor da Cidade de Goiás do ano de 1996, documentos sobre alteração de artigos do Plano Diretor 1996 datados de 2005, revisão do Plano Diretor nos anos de 2005 a 2007, e o texto Goiás – Pontos Positivos e Negativos, que foi um trabalho realizado junto às escolas públicas da cidade buscando a opinião das crianças sobre a cidade, em 1981.

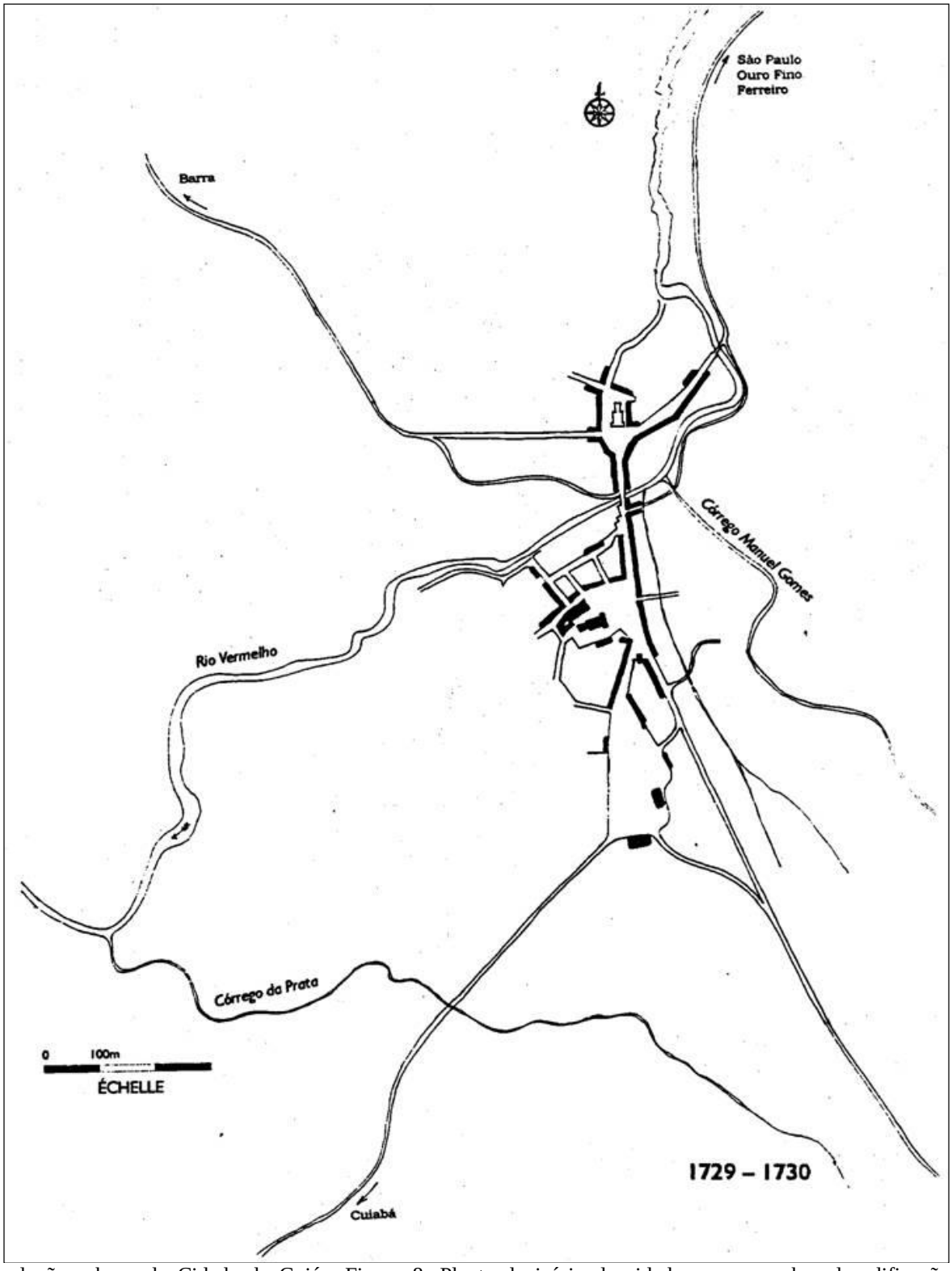
A pasta BT GO 098 B, apesar de possuir subtítulo "Plantas 1981", armazena documentos referentes a obras e propostas de infraestrutura na cidade, como uma pesquisa de modelos de lixeiras para áreas tombadas, de 2003; estudo preliminar, memorando e nota técnica sobre a construção de um Centro de Convenções na cidade, de 2010; ofícios trocados entre superintendência e prefeitura a respeito da reconstrução e adaptação de galerias pluviais localizadas no Centro Histórico; proposta para construção de uma pista de skate, com projeto, análise e autorização, de 2006; solicitações de estabilização e conservação de imóvel em 2002, e construções em 2003 e 2004; e proposta de implantação do Pelourinho de Goiás, de 1997 e 1998.

Na pasta BT GO 098 C são arquivados *folders* e recortes de jornais, de épocas variadas, 1971 a 1980, 1999 e 2005, com enfoques diversos referentes à cidade, além de cópia do volume I do Processo de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás, e de um pedido de orientação feito ao Depam em 2013, para padronização de lixeiras.

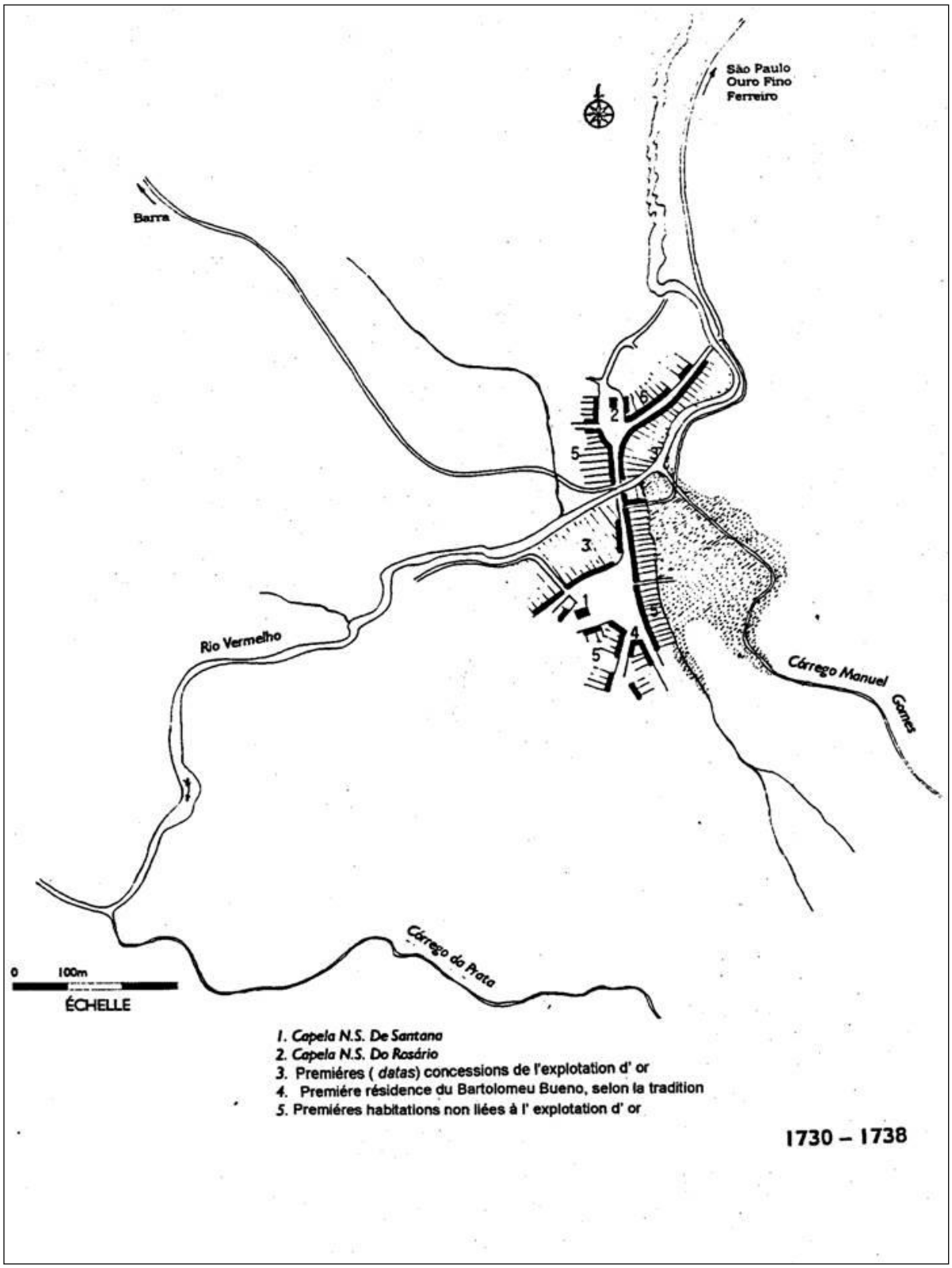
Na pasta BT GO 098 D foram encontrados muitos trabalhos realizados sobre a cidade, como o Estudo da Evolução Urbana da Cidade de Goiás no Período Colonial, elaborado por José Lemes Galvão Júnior e Paulo Bertran Chaibub, em 1987, apresentando em plantas[40] as modificações na malha urbana com o crescimento da cidade (ver figuras 8 a 13); a Proposição para a preservação dos monumentos de Vila Boa de Goiás, 1968; uma Proposta de reestruturação do roteiro tombado e área de entorno, feita na década de 1980 pelo Escritório Técnico da 8ª DR/SPHAN, contendo mapa atual da época e mapa proposto (ver figuras 14 e 15); dados históricos de Goiás; Quadro Geral dos Conjuntos Urbanos e Núcleos Históricos da 8ª DR, em 1985, descrevendo os bens tombados no município; um texto, escrito por Belmira Finageiv do Núcleo do IPHAN em Brasília, em 1972, intitulado "Goiás – Suas origens – Desenvolvimento – Dias atuais"; dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 1982; fotografias da cidade, originais em preto e branco, em negativos, e também cópias; recortes de jornais de 1980 e 1994; parte do livro *O barroco no Brasil*, de

[40] Na pasta estão armazenadas apenas cópias. Todas as plantas foram feitas a nanquim, com escala gráfica.

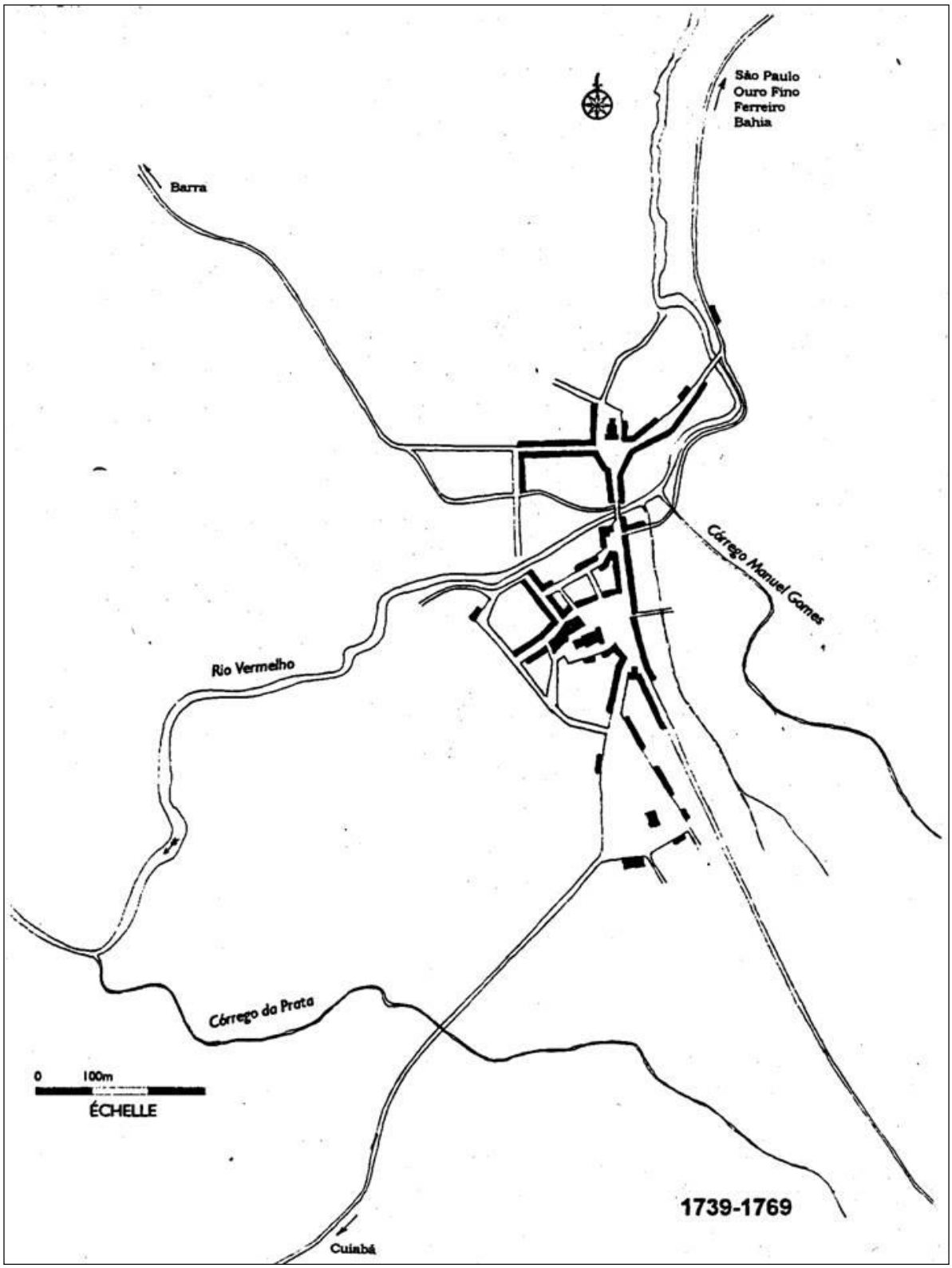
Eduardo Etael, de 1974; relatórios de viagens e reuniões técnicas; entrevista de Belmira Finageiv para o jornal O Popular, em dezembro de 1977; e correspondências endereçadas à 8ª DR.



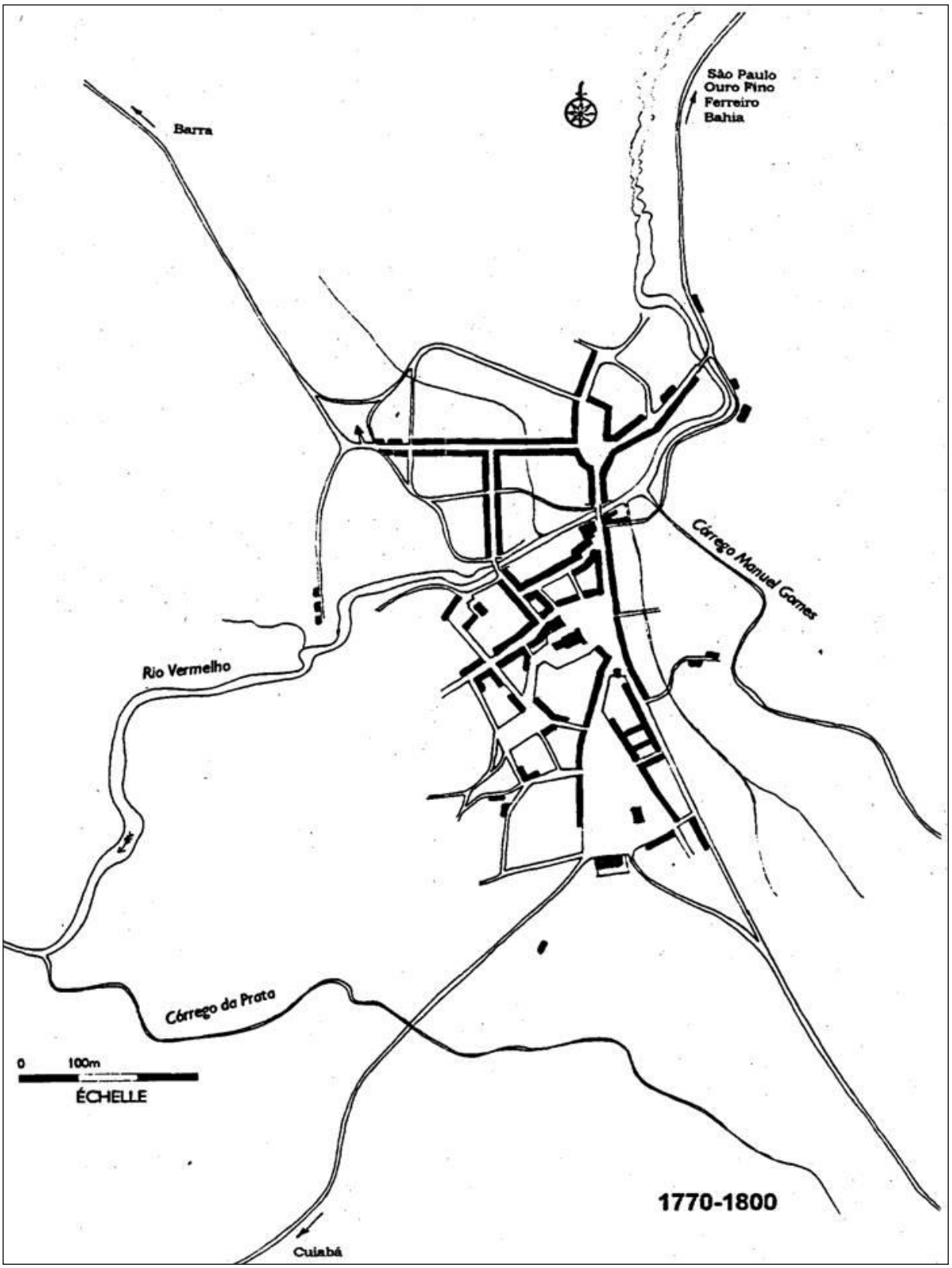
Evolução urbana da Cidade de Goiás. Figura 8: Planta do início da cidade, com manchas de edificações, correspondente ao período de 1729 – 1730.



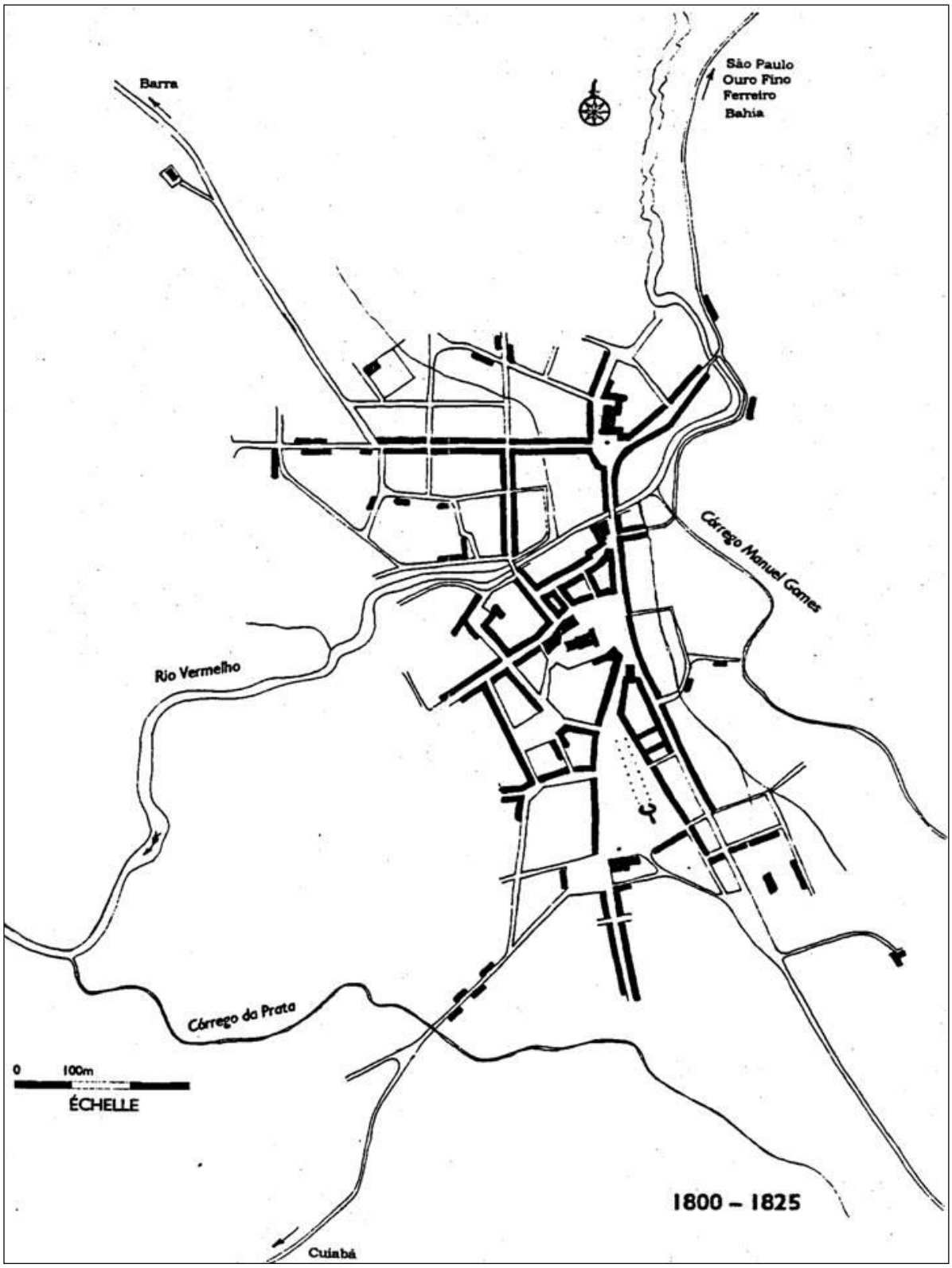
Evolução urbana da Cidade de Goiás. Figura 9: Planta do segundo momento da cidade, correspondente ao período de 1730 a 1738. (DOSSIÊ, 1999, p. 69, 71).



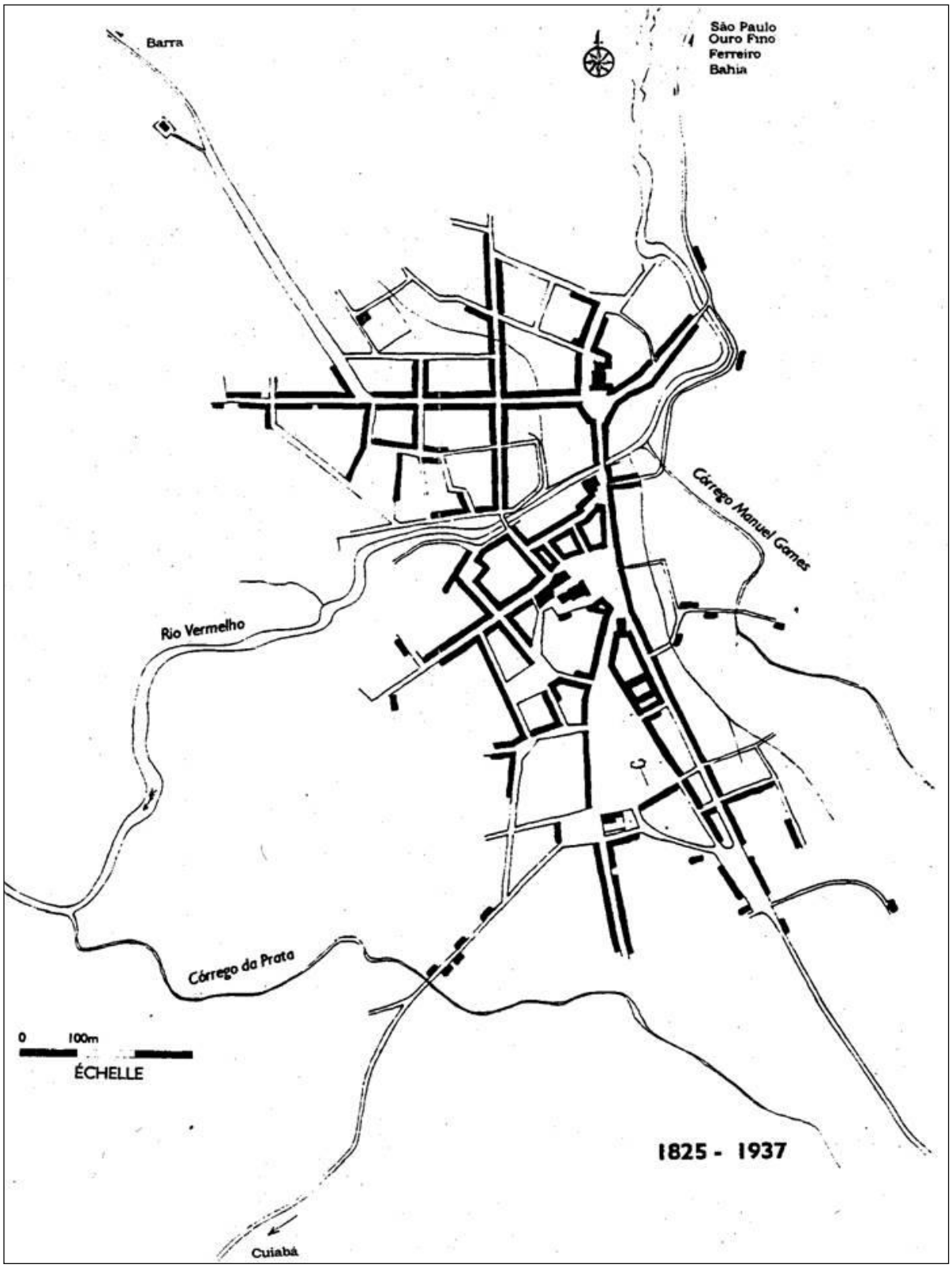
Evolução urbana da Cidade de Goiás. Figura 10: Planta do terceiro momento da cidade, correspondente ao período de 1739 – 1769.



Evolução urbana da Cidade de Goiás. Figura 11: Planta do quarto momento da cidade, correspondente ao período de 1770 a 1800. (DOSSIÊ, 1999, p. 73, 74).



Evolução urbana da Cidade de Goiás. Figura 12: Planta do quinto momento da cidade, correspondente ao período de 1800 – 1825.



Evolução urbana da Cidade de Goiás. Figura 13: Planta do quarto momento da cidade, correspondente ao período de 1825 a 1937. (DOSSIÊ, 1999, p. 76, 77).



Figura 14: Planta da cidade, à nanquim em papel vegetal, delimitando roteiro histórico tombado (vermelho) e área de entorno (azul) na década de 1980. (PROPOSTA, 1982).

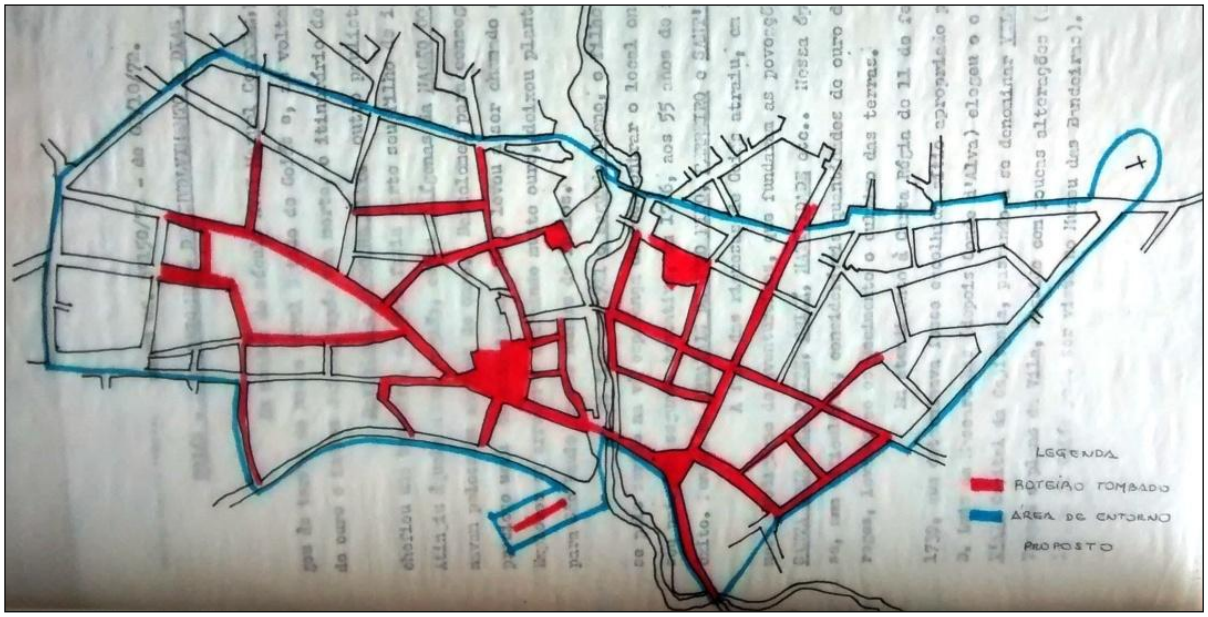


Figura 15: Planta da cidade, à nanquim em papel vegetal, com proposta de reestruturação da delimitação do roteiro histórico tombado (vermelho) e área de entorno (azul). (PROPOSTA, 1982).

A pasta BT GO 098 E guarda documentos relacionados ao tombamento do Conjunto de Goiás. Dentre estes, cópias de Certidões de Tombamento; publicação da Portaria nº 146, de 2004, que rerratifica o tombamento, no Diário Oficial; memorando de Depam para a 14ª Superintendência Regional, em 2007, encaminhando sete volumes do INCEU de Goiás, ao qual tive acesso por meio de cópias digitalizadas e armazenadas em CD-ROM; cópia da Lei

nº 206/1996; comunicado interno de autoria de Carlos Delphim sobre a necessidade de exigência de Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), em 1989; projeto de levantamento do patrimônio natural de Goiás, da 8ª DR; cópia das leis nº 06, 07 e 08, de 1983, relativas ao parcelamento do solo urbano do município, normas de edificações, e zoneamento de uso do solo, respectivamente; regulamento do Conselho de Cultura e Proteção ao Patrimônio Histórico da Cidade de Goiás, de 1982; cópia do Projeto de Lei nº 5.802, de 1981, que eleva a cidade de Goiás à condição de monumento nacional; cópias de croquis e de fotografias, relatórios, pedidos de cancelamento de tombamento, notificações, telegramas, ofícios e outros. A pasta também possui um texto produzido pelo Pró-Memória, em 1982, intitulado *Tombamento de Goiás – Solicitações e Cronologia*, com a descrição de pedidos de tombamentos na cidade, de 1948 a 1978.

Na pasta BT GO 098 F também foram localizados documentos relacionados ao tombamento da Cidade de Goiás, mais especificamente sobre sua rerratificação, como memorandos, comunicados, justificativa de rerratificação. Entre eles, cópia do memorando de Adler Homero Castro, em nome do DEPROT à chefe da Divisão de Proteção Legal, a arquiteta Cláudia Barroso, em fevereiro de 2000, que além de algumas solicitações de envio de plantas e documentação que justificasse a extensão do tombamento, informava que o 4º volume do processo 345-T-42 tinha sido incluído no controle computadorizado de andamento de processos de tombamento, o CPROD, e a respeito da existência de um CD-ROM do processo de inscrição do bem na lista do Patrimônio da Humanidade da UNESCO que continha imagens que documentavam a área tombada e a área que se pretendia estender o tombamento, o DEPROT esclarecia que a "mídia magnética" não deveria ser "o elemento principal de formação de um processo administrativo, devendo o processo de tombamento conter informações iconográficas que justifiquem a extensão proposta", e solicitava ainda um dossiê fotográfico, mais extenso possível, sobre a área de tombamento e entorno, "para subsidiar a decisão que será tomada pelo Conselho Consultivo" (CASTRO, 2000, p. 3).

A pasta também possui cópia de um parecer da arquiteta do IPHAN, Fátima Martins de Brasília, em agosto de 2002, direcionado ao Conselho Consultivo, sobre a rerratificação do tombamento da Cidade de Goiás. Em seu texto, Martins relata que a 14ª Superintendência Regional, depois de "mais de 20 anos de experiências, estudos e reflexões sobre Goiás" concluía que o tombamento devia se estender "por toda malha setecentista preservada até seus limites naturais, as chácaras urbanas" (MARTINS, 2002, p. 1), trechos que correspondiam ao "traçado urbano consolidado até início do século XX, além das áreas verdes [...] como elementos de composição da paisagem urbana, limites visuais e físicos da zona histórica

desde o século XVIII" (MARTINS, 2002, p. 3), áreas que na época eram caracterizadas como entorno. A rerratificação buscava reunir em um mesmo conjunto tombado as construções e alterações ocorridas nos períodos da colônia, do império e da república até 1930. De acordo com Martins, tais argumentos se baseavam na ampliação do conceito de patrimônio cultural, que não mais valorizava uma visão monumentalista de patrimônio, e sim a visão de que conjuntos poderiam ser bens culturais portadores de valores coletivos. Essa ampliação do conceito é percebida no caso do Sítio Histórico de Goiás através das extensões de tombamento que aconteceram ao longo do tempo na cidade. A autora constata que o traçado urbano no núcleo histórico foi mantido e prolongado pela cidade, sendo observada uma mudança significativa apenas em loteamentos implantados a partir da segunda metade do século XX. Martins ainda afirma, sob ponto de vista da estética, que a inclusão das áreas analisadas qualifica a "cidade como obra de arte a partir da homogeneidade do conjunto arquitetônico e do contraste formado pelo relevo e pela vegetação, os quais envolvem e emolduram esse conjunto, participando da composição deste" (MARTINS, 2002, p. 9). Ao longo do texto a parecerista inclui imagens da cidade e plantas que ilustram sua argumentação, justificando as considerações feitas. Martins finaliza seu parecer elencando os elementos morfológicos que, segundo ela, são responsáveis pela identidade da configuração do sítio histórico:

> - A vegetação e o relevo fechando os cones visuais;
> - o contraste entre os espaços edificados e a vegetação;
> - os canais de rua nitidamente definidos pelo casario contíguo e contínuo;
> - a homogeneidade da escala do conjunto construído;
> - A presença do Rio Vermelho como ponto privilegiado no espaço da cidade além do contraste do mesmo com relação ao espaço edificado.
>
> De modo que esse tipo de paisagem, natural e cultural, característica da temática de Goiás, na qual articulam-se inscrições configurativas de diferentes épocas, apresenta-se como continuidade do núcleo tombado acrescentado-lhe marcas que, associadas a seus limites naturais, conferem à cidade uma imagem forte e pregnante. (MARTINS, 2002, p. 9).

Outro documento importante da pasta é também um parecer técnico, de fevereiro de 2004, dos arquitetos Fátima Martins, gerente de identificação do Patrimônio Material/DID, José Galvão Jr., coordenador de proteção/DEPAM, e Maria Portugal Ferreira, chefe da divisão técnica da 14ª Superintendência. Os autores do parecer apresentam um texto sobre a expansão da área tombada da cidade, onde esclarecem que

> A imagem de uma cidade é constituída, em grande parte, pelo seu tecido residencial, definido por uma arquitetura "corrente", anônima, que passa a ser significativa

> quando avaliada em sua totalidade, enquanto cenário vivo das manifestações humanas.
> Em Goiás, esse tecido de base apresenta uma arquitetura cujos traços essenciais se resumem em um extremo despojamento de formas construtivas e uma notória unidade formal, coerente, em sua representatividade, de um determinado momento no processo de formação das cidades brasileira.
> O reconhecimento de Goiás, enquanto obra coletiva, portadora de valores simbólicos, históricos e artísticos, foi se consolidando gradativamente, na medida em que, a visão patrimonialista foi ampliando os critérios de seleção dos bens culturais a serem protegidos. Neste sentido, a cidade passou por tombamentos sucessivos, oriundos de constantes reavaliações de seu patrimônio.
> [...] Os bens edificados da cidade de Goiás, se constituem pelo traçado urbano, evoluído de suas origens de arraial até a vila e capital consolidada no século XIX, com os logradouros e demais equipamentos e infra-estruturas [sic] públicas. Esse (traçado urbano) promove a articulação dos espaços monumentais, onde se situam os principais edifícios institucionais, com o tecido residencial. Este apresenta uma arquitetura de base vernacular, caracterizada pela dimensão dos lotes, de pequena testada e grande profundidade, edificações contíguas e sem recuo frontal, fazendo com que o casario desenhe a conformação das ruas e os grandes quintais. (MARTINS, GALVÃO JR., FERREIRA, 2004, p. 1, 3).

Os arquitetos concluem o parecer informando que o IPHAN se posicionava contrário ao projeto da Avenida Rio Vermelho, apresentado pela prefeitura, por se tratar de uma intervenção que causaria impacto negativo para o núcleo histórico, inclusive aumentando o risco de novas enchentes, e reafirmaram o propósito do órgão em apoiar e intervir em favor de projetos que protegessem a paisagem cultural tombada da cidade de Goiás.

2.4.3 O arquivo do Escritório Técnico da cidade de Goiás

O Escritório Técnico de Goiás possui um grande acervo, armazenado em dez armários para arquivo, dividido entre conteúdo administrativo, dois armários, e técnico, oito armários. O acervo técnico é organizado a partir dos nomes das ruas, e possui levantamento de todos os imóveis da área tombada e do entorno. A maior parte da documentação é relativa aos imóveis, individualmente, o que corresponderia à Série Obras, caso o ACI-RJ ainda recolhesse os documentos. Cada imóvel possui uma pasta identificada, com um código e o nome do proprietário. Além destes, o escritório ainda possui outro armário utilizado como hemeroteca. De acordo com o arquiteto[41] do escritório, grande parte da documentação do arquivo, especialmente os documentos referentes ao conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade,

[41] Tiago Leite Ramires.

também está disponível na Superintendência de Goiás, assim, a maioria dos documentos armazenados no escritório técnico são cópias.

O instrumento de pesquisa é disponível para os técnicos e os estagiários, e se trata de uma planilha em *Excel*, onde estão listados e descritos todos os documentos do arquivo, podendo ser buscado a partir do código do bem ou por palavra chave. A equipe técnica do Escritório de Goiás, além do chefe e de um arquiteto, possui dois estagiários.

A primeira pasta analisada tem o título de *Rerratificação do Tombo de Goiás 1988-2004-2013*, nela estão armazenados os seguintes documentos: cópias do Diário Oficial do dia 23 de outubro de 2003, notificando proprietários e interessados que o processo de rerratificação estava em tramitação, e Diário Oficial nº 119, de 23 de junho de 2004, que homologou a retificação do tombamento; textos sobre a expansão da área tombada e rerratificação do tombamento; memorandos trocados entre superintendência, escritório técnico e DID; ofícios; uma descrição do perímetro da área de tombamento, feita pelo arquiteto José Galvão Jr., em março de 2003; um modelo para apresentação à Lista de tentativa, produzido pelo IPHAN em março de 1999; proposta com atividades necessárias para preparação do Dossiê de candidatura a patrimônio mundial; cópias das certidões de inscrição da Igreja Nossa Senhora do Carmo, em 1950, e do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico (extensão do tombamento) da Cidade de Goiás, em 1978 no Livro do Tombo das Belas Artes, e da Certidão de Inscrição do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Largo do Chafariz, em 1951 no Livro do Tombo das Belas Artes, e em 1978 no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; dois mapas da cidade em formato A3, sem escala; e o projeto Referências Culturais na Cidade de Goiás, organizado pela 14ª Coordenação Regional e DID/IPHAN, no qual está explícito que a cidade de Goiás dispunha de muitas informações dispersas que necessitavam ser sistematizadas pelo INBI-SU, o documento afirma que desde a década de 1950 o conjunto urbanístico da cidade atraía a atenção do IPHAN, tanto que os primeiros tombamentos na cidade datam do ano de 1950.

A outra pasta analisada foi a do *Levantamento Histórico/Tombamento Goiás-GO 1992-2006*. Nela foram encontrados documentos como o Escopo para normas de preservação de Sítios Urbanos tombados pelo IPHAN; proposição de redefinição do perímetro tombado e do perímetro de entorno, para a UNESCO; o texto *Arrayal de Sant'Anna – Vila Boa de Goyazes – Goiás, a velha* de José Galvão Jr., coordenador da 14ª regional na época, no âmbito do IBPC em 1992; alguns textos sem especificação de datas e autores, *Vila Boa de Goiás – Descrição, O que é o IPHAN?, Preservação do Patrimônio Cultural*, entre outros, sem muita relevância para a pesquisa; texto sobre a *Participação da comunidade nos trabalhos de*

preservação da cidade de Goiás; Relatório de atividades do IPHAN, de 1998; e ficha de informações básicas da Lista de prioridades de conservação de Sítios Históricos Urbanos Nacionais, do Monumenta, sobre o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás, sem data, na qual são apresentados alguns aspectos do sítio tombado, como proteções existentes em nível federal, estadual e municipal, mapa esquemático do perímetro tombado indicando os bens imóveis tombados isoladamente, relação do sítio com o contexto urbano – "O sítio corresponde a cerca de 40% da área urbana atual, mas chega a cerca de 55% da população e das unidades edificadas, pela centralidade e densidade sequente" (IPHAN, s/d, p. 3) –, tipologia funcional e situação atual do sítio – "... ali é possível a leitura da marcha harmônica do tempo. A escala urbana acha-se admiravelmente mantida, mesmo nas áreas não protegidas. Em termos de arquitetura e urbanismo brasileiros constitui-se verdadeiro milagre de conservação" (IPHAN, s/d, p. 4) –, processo histórico e cultural de formação da área, representatividade cultural, estado de conservação, dinâmica urbana, identificação de fatores e processos de degradação e gestão do patrimônio cultural do sítio.

Foram examinadas as pastas do INRC, duas com três volumes cada, contendo as fichas do questionário realizado com a população da cidade em 1999; e duas pastas de imóveis: a primeira continha solicitação para reforma de uma residência e construção de um anexo nos fundos do lote, dentro do conjunto tombado, no ano de 2013, contendo requerimento, plantas e parecer técnico da superintendência do IPHAN desaprovando o projeto e solicitando modificações; e a segunda solicitando autorização para pintura da fachada e reforma interna de um edifício comercial (pousada) do núcleo histórico, com aprovação do Escritório Técnico.

Além dos documentos físicos tive acesso às fichas do SICG existentes no Escritório Técnico, que foram preenchidas em novembro de 2012 por um escritório de arquitetura terceirizado. Ao todo são 22 fichas do tipo M203[42] – Averiguação e proposição local, que consideram especificidades das faces de quadras analisando a homogeneidade morfológica, referentes a ruas, largos e praças pertencentes ao conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade.

[42] M203 é uma ficha estruturada em Word, que faz parte do Módulo Gestão do SICG. O sistema será abordado por inteiro no terceiro capítulo.

2.4.4 A documentação do Arquivo Central Seção Brasília

O Arquivo Central em Brasília, formado a partir do final dos anos 70, quando a sede do IPHAN começou a se instalar na nova Capital Federal, possui grande "acervo iconográfico, composto pelas ações de referenciamento cultural dos antigos Centro Nacional de Referência Cultural e Fundação Nacional Pró-Memória" (IPHAN, 2014, *on-line*), referente às pesquisas que inauguraram as práticas de preservação do patrimônio imaterial em âmbito federal. A documentação referente à Cidade de Goiás, além das fotografias, é em sua maioria de ordem burocrática e administrativa, como relatórios de atividades e de viagens, cópias de convênios e contratos, e correspondências recebidas da superintendência de Goiás. No entanto, como os limites entre "área meio" e "área finalística" no IPHAN não são completamente rígidos, esse tipo de documentação também pode armazenar informações necessárias ao entendimento das práticas de preservação, tendo em vista que a contratação de serviços especializados e a aquisição de materiais e equipamentos são demandas decorrentes também da área técnica.

Grande parte dos documentos armazenados no ACI Brasília é cópia, o que segundo o arquivista [43] do arquivo, se explica pelo fato de que os documentos originais, neste caso, não foram produzidos na sede, nem endereçados a ela, ficando ali apenas o registro do andamento de alguns processos, com a memória das propostas e ações.

Os instrumentos de busca e pesquisa de documentos no acervo do arquivo ainda não são os adequados. A busca é feita somente pelos técnicos, através de várias listas em *Word* e *Excel*. Cada conjunto de documento é tratado de maneira diferente, por isso cada um possui uma listagem, como, por exemplo, documentação referente ao PCH, ou ao INRC, arquivos audiovisuais, entre outros. Os arquivos em papel são acondicionados em caixas arquivo de papelão.

Foram encontradas algumas cópias de documentos referentes a obras de restauração em edifícios isolados, como um relatório de obras do Museu das Bandeiras, com data de 1983; relatório, contrato, plano de obras e fotos do Museu de Arte Sacra da Boa Morte, com datas de 1983, 1984 e 1989; restauração da Casa de Fundição, contendo uma tabela feita à

[43] Kleber de Souza Mateus, arquivista, juntamente com Carlos Thiago Teixeira, Chefe do Arquivo Central de Brasília, me receberam e me acompanharam durante a pesquisa no arquivo, fornecendo as informações que foram solicitadas neste tempo.

mão, em nanquim; acompanhamento fotográfico, contrato e especificações técnicas da obra da igreja Nossa Senhora do Carmo, datadas de 1981 e 1983.

Em meio às correspondências, comunicados e ofícios, alguns se destacam, como um ofício da Fundação Nacional Pró-Memória (Pró-Memória) à 8ª DR da qual Goiás fazia parte, em 1986, solicitando informações de algumas obras do PCH que estavam acontecendo na cidade para atualização do sistema de acompanhamento e controle de projetos, entre elas a Casa do Bispo, o Palácio Conde dos Arcos, a Casa de Fundição, e a Casa de Cora Coralina.

Uma das caixas do arquivo, identificada como 1106 – Fundação Nacional Pró-Memória/CNRC – Patrimônio Histórico de Goiás, armazena inúmeros documentos sobre a Cidade de Goiás, provenientes das mais diversas fontes, dentre os quais, o relatório Uma viagem a Goiás Velho, de 1987, entrevista com moradores da cidade em 1979, relatório de atividades, uma tese de 1970 sobre a flora de Goiás, memorial sobre acervo documental do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, em 1980, apresentação do projeto Patrimônio Histórico de Goiás, e dados sobre projeto denominado Preservação Ambiental e Revitalização do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Natural da cidade de Goiás e Paisagem Circunvizinha. Este último elaborado em 1987, pela 8ª Diretoria Regional, demonstrava a preocupação com a necessidade de instrumentos de trabalho "atualizados, melhorados e ampliados" (Pró-Memória, 1989, p. 1) para chegarem a um diagnóstico mais aprofundado daquela realidade urbana possibilitando a redefinição e rerratificação do Tombamento do Conjunto, entre outros objetivos.

Outros documentos da caixa 1106 que se destacam são os textos com contribuições de alguns participantes do 1º Seminário do Programa Nacional de Referência da Dinâmica Cultural, que aconteceu em 1986 na Cidade de Goiás. Em um destes textos, Paulo Sérgio Duarte, então coordenador da área de Referência da Dinâmica Cultural da Pró-Memória, explica o porquê da escolha da cidade como local de realização do seminário:

> A escolha da cidade de Cora, Goiás – a Vila Boa – tem um sentido político, [...] colocada à margem do que se convencionou chamar de "desenvolvimento acelerado", resguardada dos Brasil dos Delfins" e das "Delfins", tem um grande ensinamento, não apenas cultural, para o momento da construção democrática do país. Goiás restitui algo essencial que o país perdeu: o sentido da escala, a escala humana. Goiás é uma cidade monumento sem ser monumental, a perfeição singela de seu conjunto assentado na vida cotidiana de seus habitantes tem na simplicidade e na beleza dos versos construídos na ordem direta [...]. Qualquer um, sem distinção de raça, classe ou religião, pode passear nos poemas de Cora como ler as ruas de Goiás. Não há oposição entre vida e arquitetura em Goiás [...]. A lição de Goiás é indispensável porque pode colaborar na restauração do sentido das proporções, a restituir o sentido do equilíbrio [...]. Considero viável o convívio cultural, político e mesmo econômico, do modesto, criativo e inteligente tear artesanal com o mais moderno computador [...]. (DUARTE, 1986, p. 2-3).

Relativo ao conjunto arquitetônico e urbanístico da Cidade de Goiás, os documentos encontrados se referiam à candidatura para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, como por exemplo, um ofício do prefeito do município ao superintendente da Caixa Econômica Federal em fevereiro de 2001, solicitando a inclusão da cidade no programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos (URBIS)[44]. A prefeitura alegava que um dos problemas enfrentados pelos moradores do núcleo histórico era a carência financeira para preservar as fachadas das residências, o que atrapalhava até mesmo o trabalho do IPHAN na cidade. Não foi encontrado documento com o despacho desta solicitação. Além disso, foram encontradas cópias da Proposição de Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade e proposta contendo atividades necessárias para a preparação do Dossiê que seria encaminhado à UNESCO.

2.4.5 O Dossiê de Goiás

Está sendo destacado aqui o Dossiê de Goiás, denominação mais conhecida da *Proposição de inscrição da cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade*, elaborado em 1999[45], onde constam inúmeros documentos e informações de aspecto histórico, arquitetônico, ambiental e cultural da cidade, necessários à candidatura da Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, que teve o pedido formalizado em março de 1999, e a concessão do título à cidade em dezembro de 2001[46]. Documentação essa que também foi

[44] O URBIS, criado em 2000, através de uma parceria entre Ministério da Cultura, IPHAN e Caixa Econômica Federal, visava a "promover e fomentar o desenvolvimento de um conjunto de ações estratégicas de gestão urbana voltados para sítios históricos tombados em nível federal em que a preservação do patrimônio cultural é o elemento propulsor ao desenvolvimento das comunidades" (CAIXA, 2014, *on-line*).

[45] O Dossiê foi elaborado pelo IPHAN, contando com a Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (AGEPEL) e em parceria com outras entidades.

[46] Segundo consta no Dossiê, a inscrição de Goiás como Bem Cultural é proposta a partir de dois critérios: "(II) Goiás testemunha a maneira como os exploradores de territórios e fundadores de cidades portugueses e brasileiros, isolados da mãe pátria e do litoral brasileiro, adaptaram às realidades difíceis de uma região tropical os modelos urbanos e arquitetônicos portugueses, e tomaram de empréstimo aos índios diversas formas de utilização dos materiais locais; (V) Goiás é o último exemplo de ocupação do interior do Brasil conforme foi praticado nos séculos XVIII e XIX. Exemplo frágil, que começa a se tornar vulnerável na medida em que a cidade está começando a retomar seu desenvolvimento. Exemplo tanto mais admirável na medida em que a paisagem que a rodeia permaneceu praticamente inalterada." (DOSSIÊ, 1999, p. 6 - Formulário) . No entanto, o Comitê do Patrimônio Mundial decidiu inscrever o Centro Histórico da cidade de Goiás em sua lista, sob os critério (ii) e (iv): Critério (ii) – Em seu layout e arquitetura a cidade histórica de Goiás é um notável exemplo de cidade europeia admiravelmente adaptada às condições climáticas, geográficas e culturais da região central da América do Sul; Critério (iv) – Goiás representa a evolução da forma estrutural urbana e arquitetura características do período colonial da América do Sul, fazendo pleno uso de materiais e técnicas locais e conservando sua excepcional configuração. (DOSSIÊ, 1999, p. 1).

essencial nos estudos e na formulação da justificativa para a rerratificação do tombamento da cidade pelo IPHAN, ocorrido em 2004.

O documento original possui 315 páginas, contendo formulário e três anexos, que entre outros dados apresenta os inventários aplicados na cidade. Em formato eletrônico foi disponibilizado um CD-ROM[47], com aplicativo autoexecutável[48], elaborado com o objetivo de divulgar a Inscrição da Cidade de Goiás na lista do Patrimônio Mundial à sociedade, tendo sua primeira edição no ano de 2000, viabilizada pelo Movimento Pró Cidade de Goiás[49], com recursos do Ministério da Cultura. Todas as outras edições – 2ª edição (2005), 3ª (2008), 4ª e 5ª (2010), 6ª (2011), 7ª (2012) e 8ª (2013) – foram viabilizadas pelo IPHAN.

A tela inicial do CD apresenta um *menu* com o conteúdo do Dossiê, organizado em um formulário e seis anexos, como mostra a figura 16.

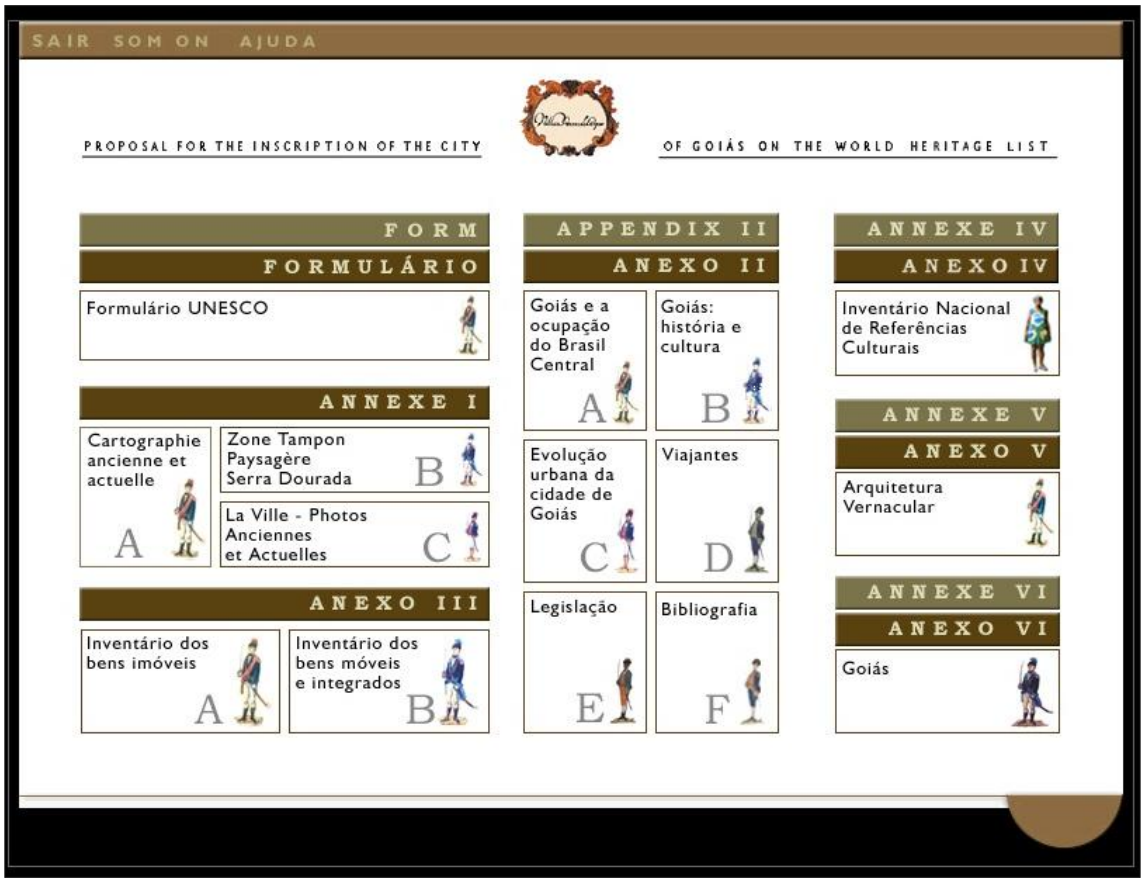


Figura 16: Layout da tela inicial do CD-ROM Dossiê de Goiás, apresentando o menu principal. (DOSSIÊ, 2000, CD-ROM).

[47] Para a presente pesquisa, o CD-ROM do dossiê foi disponibilizado na Superintendência de Goiás, pela chefe do arquivo, Patrícia Natalina Amorim Libonati.

[48] Um arquivo é autoexecutável quando ao inseri-lo na unidade de CD de um computador, ele inicia sua execução automaticamente, não sendo necessário nenhum comando do usuário para que se tenha acesso ao conteúdo inicial do CD.

[49] Movimento criado em novembro de 1998 "como um esforço mútuo em prol do reconhecimento da cidade de Goiás como Patrimônio da Humanidade". (SOUSA, 2009, p. 41).

O Formulário UNESCO é organizado em Identificação do Bem, Justificativa da inscrição, Descrição, Gestão, Ameaças ao bem, Manutenção e Documentação. O Anexo I é dividido em Cartografia, com mapeamento antigo e atual, Zona de tombamento da Paisagem da Serra Dourada, e A cidade – fotografias antigas e atuais. No Anexo II ficam alguns textos: Goiás e a ocupação do Brasil Central, Goiás - história e cultura, Evolução urbana da cidade de Goiás, Viajantes, além da Legislação e Bibliografia. O Anexo III apresenta os inventários INBI e INBMI feitos na cidade. O Anexo IV é sobre o INRC. No Anexo V, o conteúdo é a arquitetura vernacular de Goiás, apresentando texto, mapas, fotografias e plantas dos edifícios. E o Anexo VI trata do sítio, sua trama urbana e sua arquitetura.

A respeito dos inventários aplicados na cidade, destacamos dois do CD-ROM, o INBI e o INRC[50]. No dossiê, são apresentadas as fichas do INBI, aplicado na cidade entre janeiro e março de 1999, em formato adaptado ao layout da tela do CD-ROM, de 18 edificações selecionadas para ilustrar o trabalho total de inventário, entre elas igrejas, museus, prédios oficiais, residências e monumentos urbanos como os chafarizes. A tela principal do INBI traz uma listagem, com o nome dos bens, que quando selecionado abre as fichas com informações sobre o bem, como mostra o exemplo nas figuras 17, 18 e 19.



Figura 17: Layout das fichas contidas no Dossiê de 1999 – Tela 1 da residência situada à Rua Felix Bulhões, nº 24. Informações coletadas a partir do INBI , com dados básicos e fotografia da fachada do bem. (DOSSIÊ, 2000, CD-ROM).

[50] Outro inventário realizado pelo IPHAN, foi o INCEU, que se constituiu uma ferramenta muito importante para a compreensão da dinâmica urbana de Goiás. No entanto não consta na documentação do Dossiê.

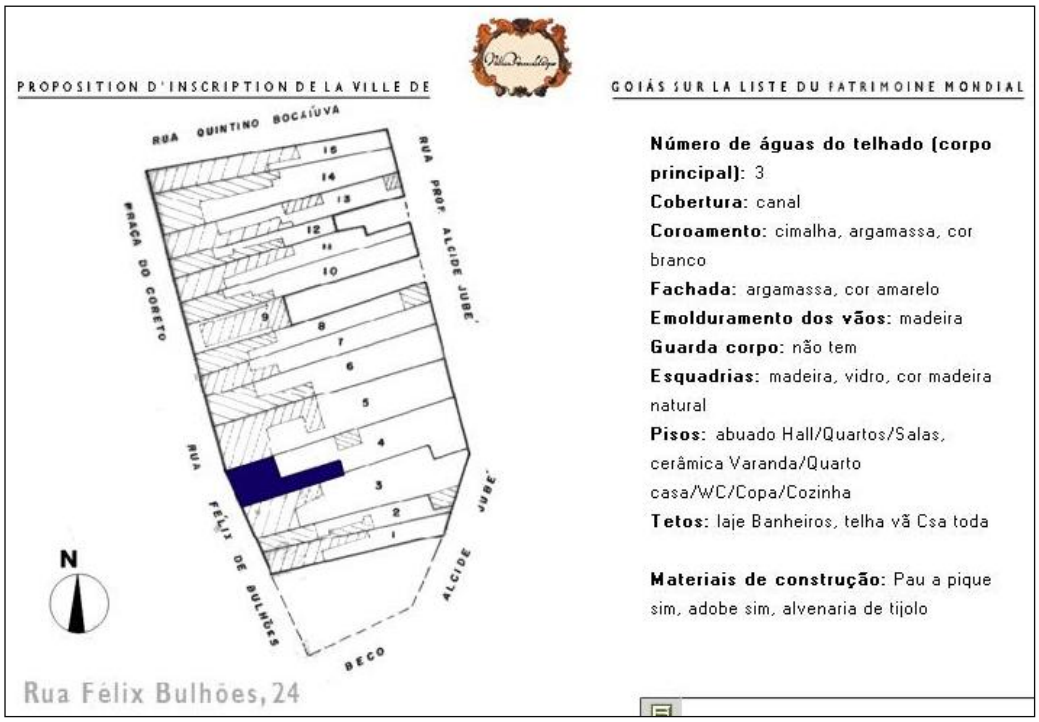


Figura 18: Layout das fichas contidas no Dossiê de 1999 – Tela 2 da residência situada à Rua Felix Bulhões, nº 24. Exemplo de aplicação do INBI, com informações básicas e planta de situação. (DOSSIÊ, 2000, CD-ROM).



Figura 19: Layout das fichas contidas no Dossiê de 1999 – Tela 3 da residência situada à Rua Felix Bulhões, nº 24. Informações básicas coletadas a partir da aplicação do INBI, e planta do bem com legenda. (DOSSIÊ, 2000, CD-ROM).

A tela principal do INRC exibe textos de apresentação e introdução, mapas, roteiro das entrevistas, anexos, bibliografia e uma amostragem das entrevistas realizadas. Das noventa

entrevistas realizadas no centro histórico e em povoados do entorno, entre junho e agosto de 1999, foram selecionadas para o CD-ROM treze, feitas com personalidades da cidade de Goiás. De acordo com o texto, o INRC foi "um trabalho de contato com a população [...] numa tentativa de apreender a dinâmica cultural dessa região e ampliar nosso conhecimento sobre o contexto sociocultural onde o núcleo tombado assumiu historicamente uma posição convergente" (DOSSIÊ, 2000, CD-ROM). As entrevistam abordam temas relacionados à vivência cotidiana de costume dos moradores, histórias e lendas, tradições, e opiniões a respeito da área tombada e do ambiente natural. Através do inventário buscou-se identificar as referências culturais relacionadas aos valores atribuídos pela população.

Com uma grande quantidade de dados compilados, o Dossiê se configura então como uma fonte rica de informações sobre a história, a memória e o patrimônio da cidade de Goiás, em seus aspectos tangíveis e intangíveis, proporcionando a construção do conhecimento através da documentação, mas de uma maneira mais acessível.

Como vimos neste capítulo, podemos encontrar diversas informações a respeito de um único bem em arquivos de várias unidades do IPHAN e das duas sedes, em diferentes formatos e distintos suportes, o que demonstra o quanto os acervos da instituição são complementares. No entanto, a integração dessas informações não acontece de forma satisfatória ou acessível para pesquisadores e o público interessado nas práticas de preservação e políticas patrimoniais. Por isso é tão importante o investimento em novas alternativas, que consigam distribuir o poder da informação à sociedade. As tecnologias digitais e os sistemas de informação computadorizados, em uma instituição com abrangência nacional, são ferramentas essenciais na democratização do conhecimento. Assim, o próximo capítulo se ocupa de apresentar, e também procura entender, dois projetos simultâneos, mas independentes um do outro, que se encontram em desenvolvimento neste momento no IPHAN.

3 AS PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO URBANA A PARTIR DO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS

Where is the wisdom we have lost in knowledge?
Where is the knowledge we have lost in information?
T. S. Eliot, 1934.

Quanto mais eficaz for o processo de documentação, produção e disseminação das informações, mais eficientes serão as ações e intervenções concretas para a preservação do patrimônio, além da apropriação por grupos sociais, produzindo resultados mais completos e condizentes com as diversas realidades do país, propiciando uma visão mais ampla de todas as potencialidades a serem valorizadas, o que resulta em maiores possibilidades de desenvolvimento cultural, social e econômico. Ao longo do tempo, a grande utilização das tecnologias de informação e comunicação, juntamente com a quantidade cada vez maior de bens tombados, e a crescente necessidade de planejamento para a preservação desse patrimônio, mostraram a relevância dos sistemas informacionais nos mais diversos procedimentos, principalmente através da melhoria no acesso às informações. Márcia Chuva, em palestra proferida no Encontro de Inventários de Conhecimento do IPHAN (1995), alegou que a partir dos recursos teórico-metodológicos disponíveis, é necessário descobrir, de modo mais criativo e crítico, as melhores maneiras de utilizar os meios que temos, para desenvolver uma consciência social a respeito do patrimônio.

O terceiro e último capítulo dessa dissertação trata da relação entre patrimônio e tecnologias digitais, por meio de autores como Vera Dodebei, José Tapias e Pierre Levy, além da informatização do IPHAN na atualidade, momento em que o processo de construção, organização e disseminação de informações cada vez mais é mediado pelas tecnologias digitais. Serão abordados, como exemplos da relevância desta informatização, dois projetos que no momento se encontram em desenvolvimento no âmbito do IPHAN, mas independentes um do outro; o projeto Rede de Arquivos, que por meio do tratamento e digitalização de documentação busca a preservação de documentos e sua disseminação, e o SICG, que ao disponibilizar informações atua na preservação, difusão e gestão do patrimônio.

3.1 Tecnologias e Sistemas voltados para o Patrimônio na Sociedade Informacional

> *As mudanças estão ocorrendo em toda parte, ao redor de nós, mas também em nosso interior, em nossa forma de representar o mundo. É urgente que nos equipemos com ferramentas para poder pensar estas mudanças, avaliá-las, discuti-las – em suma, participar ativamente da construção de nossos destinos.*
> *Carlos Costa, 1993.*

A sociedade informacional[51] se manifesta de várias formas de acordo com a cultura, as instituições e organizações de cada lugar. Conforme Castells, essa "estrutura social está associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX" (1999, p. 33), e se caracteriza pela grande circulação de informação e conhecimento, possibilitada pelos avanços tecnológicos, principalmente das TICs, tendo como principal fator a lógica com base em uma estrutura em redes de tecnologias digitais, que possuem maior flexibilidade e adaptabilidade em sua própria organização.

Na globalização essa sociedade em rede se propaga por todo o mundo, mas não atinge todas as pessoas, "de facto, neste início de século, ela exclui a maior parte da humanidade, embora toda a humanidade seja afectada pela sua lógica, e pelas relações de poder que interagem nas redes globais da organização social" (CASTELLS, 2005, p. 18). Ainda assim, "a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em um processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico" (CASTELLS, 1999, p. 26), e para compreender nosso tempo, como disse Tapias, é necessário penetrar nessa relação. Portanto, nada mais legítimo que usar a Ciência da Informação para fomentar a construção de conhecimento pautado no fortalecimento cultural e na valorização do patrimônio.

José Tapias, filósofo que se ocupa da crítica da cultura e da história, em seu livro "Internautas e náufragos: a busca do sentido na cultura digital" (2006), analisa o que denomina de "revolução informacional", que seria uma reconfiguração da realidade impulsionada pelas novas tecnologias, e se refere à cultura contemporânea como "cultura

[51] Castells diferencia as expressões "sociedade da informação" e "sociedade informacional": "o termo sociedade da informação enfatiza o papel da informação na sociedade. Mas afirmo que informação, em seu sentido mais amplo, por exemplo, como comunicação de conhecimentos, foi crucial a todas as sociedades". Já o "termo informacional indica o atributo de uma forma específica de organização social, em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as formas fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas" (CASTELLS, 1999, p. 33-34).

digital", afirmando que esta não é uma forma de cultura que absorve e extingue a anterior, mas que "a tecnologia digital, além da novidade que oferece, modifica tudo o que existe até qualificar a cultura em seu conjunto" (TAPIAS, 2006, p. 16). O resultado disso é também chamado de cibercultura, que é entendida por Tapias como uma "complexa realidade que progressivamente vai substituindo as transformações tecnológicas atuais, cujos efeitos vão-se ampliando reticularmente por todos os âmbitos de nossa vida" (TAPIAS, 2006, p. 16).

A partir da relação entre tecnologia e patrimônio cultural, Owen (2004, p. 156) organiza três fases principais deste processo: a descoberta do bem; o processo científico envolvendo documentação, reconstrução digital e catalogação; e por último a disseminação para profissionais, pesquisadores e público em geral. A autora demonstra (2004, p. 160) que as técnicas podem ser resumidas em registro, modelagem, visualização e interpretação. O registro pode ser entendido com a aquisição de dados, podendo envolver conversão de outras tecnologias em tecnologia digital. A modelagem é descrita como a organização dos dados obtidos em uma ordem específica, desde o ajuste de malha em uma imagem até a elaboração de maquetes 3D. Na visualização a informação é disposta em um formato que a deixe mais acessível; esta acessibilidade pode ser física com visualização remota de um bem, ou simplesmente promovendo uma melhor compreensão. A fase de interpretação é dividida com foco em profissionais ou público em geral, podendo muitas vezes utilizar as mesmas tecnologias, como os sistemas computadorizados, ou técnicas para os dois focos, e tem como base o compartilhamento das informações tratadas anteriormente. As ações do IPHAN por meio da tecnologia se realizam em todas as fases descritas, porém na presente pesquisa, a partir do SICG e da Rede de Arquivos, neste momento se destacam as fases de visualização e interpretação.

Vera Dodebei, que desenvolve pesquisas voltadas à cultura digital, memória e patrimônio, produz textos que abordam principalmente a relação entre memória e *Internet*. Em sua tese, intitulada "O sentido e o significado de documento para a memória social" (1997) Dodebei afirma que a Ciência da Informação, através da síntese, ao proporcionar acesso a um maior número de fontes sobre determinado assunto, trabalha com o excesso de informação, tão problemático quanto seria a falta de informações. Assim, ela conclui que "é importante investigar a correlação da perda qualitativa e do ganho quantitativo das leituras representadas em linguagem artificial" (DODEBEI, 1997, 129). Isso porque essa "passagem acelerada do patrimônio para o território do ciberespaço fortalece a discussão sobre a qualidade, a quantidade e a diversidade das informações geradas por instituições de memória"

(DODEBEI, 2006, p. 7), sendo que a qualidade das informações em um sistema depende da qualidade dos dados inseridos neste sistema.

Dodebei, ao abordar a relação entre tecnologias digitais e patrimônio, parte do pressuposto de que a intenção de preservação ou recuperação de uma memória do passado só acontece por uma exigência do presente, assim ela esclarece que

> o diálogo se complexifica, ultrapassa a questão teórica da memória, invade a ação prática das instituições de preservação desta memória. Num primeiro momento a virtualização e a digitalização são demandas práticas e cotidianas do trabalho, e atualmente se configuram num reposicionamento que carece de debates específicos. Quer nos parecer que a ação de preservar deixa cada vez mais de ser óbvia, pois se depara com novos suportes, formas diferenciadas de acesso, enfim, processos de intervenção que antes não eram previstos. (DODEBEI, 2006, p. 9)

Com a *Internet* a possibilidade de a memória ser ilimitada passou a existir. No entanto, de acordo com Jaques Le Goff (2003, p. 463), a grande vantagem da memória digital é que, ao contrário da memória humana que é "instável e maleável", pode ser evocada com sucesso a qualquer momento, sem que seja necessário realizarmos um percurso interno (na mente) à procura de situações e imagens que tragam tal memória de volta. Ainda assim, a memória eletrônica só funciona através de ordens humanas, e "não passa de um servidor da memória e do espírito humano". Nenhum sistema possui um motor interno, não funciona sozinho, ele precisa de nós, e só nós podemos agir através deste sistema, ou com base nas informações que ele nos oferece – informações estas que nós mesmos inserimos. É fato que "em nossa cultura digital, faz falta capacitar as pessoas para o tratamento ordenado e produtivo da informação, de modo que esta se transforme em conhecimento suscetível de ser assimilado e manejado de maneira frutífera" (TAPIAS, 2006, p. 166). Por isso Tapias mostra o quanto é necessário o desenvolvimento de um ponto de vista que busque a humanização da tecnologia, fazendo com que seu uso seja centrado nas pessoas e não nas máquinas, já que ela não traz como premissa um poder alienante, mas pela atitude das pessoas ante as tecnologias digitais isso acaba se tornando um risco, pela dependência que criamos delas. Tapias, afirma que "não há desenvolvimento tecnológico sem mudança de mentalidade" (2006, p. 39). E ao mesmo tempo "dispomos de muita informação, em avalanches dificilmente contornáveis, mas é pavorosa a falta de formação para selecioná-la e fazê-la frutificar" (TAPIAS, 2006, p. 149).

De acordo com Dodebei, a acumulação de conhecimento no ciberespaço acontece no domínio coletivo, onde as informações são constantemente reconstruídas. Esse processo gera economia de espaço de armazenamento, mas também gera a reformatação da informação, que através de "fusão, complementação e descarte de informações da memória que as está

processando impede a recuperação dos formatos originais de ingresso" (DODEBEI, 2006, p. 7). Por isso para a autora "as memórias informacionais geridas e gerenciadas em ambiente virtual" (2006, p. 8) não devem ser consideradas bases ou bancos de dados, e sim centros de conhecimento. Complementando este raciocínio a autora afirma que "só a informação é passível de ser transferida, pois o conhecimento é processado no interior desses centros, cujo modelo é, sem dúvida, o da memória quer seja ela individual ou coletiva" (DODEBEI, 2006, p. 8). Neste sentido, Tapias declara que a partir da informação é necessário construir o conhecimento, iniciando pela seleção e organização da abundância de informação recebida, mas somente após a confirmação de sua credibilidade. No entanto, o autor afirma que a base desta construção vai além da seleção, organização e estruturação do material informativo, pois "conhecer é mais do que processar informação e que entre esta e o conhecimento se situa a comunicação" (TAPIAS, 2006, p. 156). Pierre Levy, ao escrever sobre a construção do conhecimento, diz que "um modelo digital não é 'lido' ou 'interpretado' como um texto clássico, ele geralmente é 'explorado' de forma interativa" (1993, p. 74), e que "quanto melhor compreendermos 'a essência da técnica', mais se tornará claro que há espaço para um tecnodemocracia, que um amplo espaço permanece aberto à crítica e à intervenção, aqui e agora". (LEVY, 1993, p. 120). Assim pode-se dizer que a reunião de todos os dados dispostos em um sistema gera uma nova informação, que mesmo sendo resultado da soma de dados ou informações menores, é maior que essa soma.

Outro ponto importante a ser tratado nesta dissertação se refere ao ciclo de vida de cada tecnologia, "o período de tempo em que a tecnologia retém o seu valor está cada vez menor. A velocidade atual das mudanças promove rápida obsolescência das tecnologias" (REZENDE, 2005, p. 4), e por isso é imprescindível que uma instituição que se proponha a investir em tecnologia busque permanentemente a atualização, tanto de equipamentos, como de conhecimentos na área, também através de treinamentos de seus colaboradores, para que possa responder adequadamente às demandas da sociedade.

Um sistema, ao disponibilizar documentação, garante o acesso à informação através da síntese, relacionando os documentos por tema, o que facilita o contato com muito mais informações em um tempo menor. Mas sempre é importante propiciar a autonomia do usuário na busca de informações, sempre tendo em vista que as pessoas estão em processo de aprendizagem permanentemente, e por isso constroem e transformam o próprio conhecimento, modificando também seu comportamento diante novas informações. Transformar informação em conhecimento exige uma postura ativa do indivíduo frente ao processo de aquisição de informação. Os sistemas facilitam o acesso, mas toda informação é

condicionada por um caráter social, que possibilita a construção ou desenvolvimento de novos significados, assim a busca e apropriação social da informação ainda partem de cada um, o que também parte de um conhecimento prévio. É preciso plantar a semente, e isso pode ficar na educação básica, ou na universidade, mas tem que haver um ponto de partida, que raramente nasce sozinho em alguém, é preciso que o outro suscite isto, neste caso, o outro pode ser o IPHAN em parceria com escolas ou outras entidades.

No IPHAN existem muitos dados, dispersos por suas unidades e departamentos, armazenados em planilhas Excel, documentos em *Word* e bancos de dados em *Access 2000*, e o texto do PDTI 2010-2011, mostra que isso é feito sem um controle tecnológico feito "pela CGTI ou por outros Departamentos da área central do IPHAN. Em alguns casos, não se tem conhecimento formal do que existe ou está sendo desenvolvido pelas unidades, sobretudo no que tange à constituição desses bancos de dados isolados" (IPHAN, 2009, p. 104), por isso também o desenvolvimento de novos sistemas de informação vai além do controle de tecnologias, pois interfere na dinâmica institucional e suas práticas, daí a importância de se pensar em soluções que beneficiem todas as áreas de uma instituição.

> Um [Sistema de Informações] SI é sempre composto pelas dimensões: organizacional, humana e tecnológica. Na dimensão organizacional ele existe para responder às necessidades das organizações, que são estruturas formais que existem para um determinado fim e precisam resolver seus problemas de procedimentos e funcionamento. A dimensão humana é representada pelas pessoas que registram os dados e utilizam as informações depositadas nos sistemas. Então, sistemas de informação bem construídos vão influenciar na produtividade das pessoas e da organização.
>
> Na dimensão tecnológica os sistemas de informação são baseados na tecnologia de informação e de comunicação. A tecnologia de informação é representada pelo hardware; pelo software e pela tecnologia de armazenamento. A tecnologia de comunicação é representada pelos meios de comunicação que possibilitam às organizações conectar seus SIs com os de outras em redes.
>
> A eficiência dos SIs é determinada não apenas pela tecnologia mas também pelo entendimento claro da organização sobre o que ela pretende com a informação e como as pessoas usam a informação. Um SI deve estar moldado de acordo com as necessidades e objetivos da organização. (CUNHA e SILVA, 2003, p. 12).

De acordo com Castells, "a tecnologia é condição necessária, mas não suficiente para a emergência de uma nova forma de organização social baseada em redes" (2005, p. 17). É certo que o ciberespaço amplia o espaço urbano e é ampliado por ele, propiciando "novos parâmetros para as relações humanas, que são muitas vezes por ele mediadas e mediatizadas" (LEVY, 1993), mas é só através de uma compreensão integral do patrimônio cultural, em todos os seus aspectos, que é possível encontrar soluções eficientes.

Seguindo o pensamento de Dodebei, disseminação é uma forma de preservação dinâmica, pois através das informações propagadas o individuo aumenta seu conhecimento a respeito de si mesmo e do espaço em que vive, e é exatamente este "o destino final do fenômeno da informação: criar conhecimento modificador e inovador no indivíduo e no seu contexto, conhecimento que referencie tanto o indivíduo, como seu contexto a um melhor estágio de desenvolvimento". (JAMBEIRO e SILVA, 2003, p. 14).

Com o *boom* da *Internet* e das tecnologias digitais, muitos acabaram enxergando isso como uma ameaça ao patrimônio, por medo da homogeneização ou massificação de culturas através do amplo acesso que proporcionam, pensamento que ainda hoje é possível de se encontrar. Porém, já se sabe que toda essa troca de informações que ambas possibilitam pode atuar positivamente no fortalecimento e valorização de cada cultura, que ao entrar em contato com tantas outras se percebe dentro de uma dinâmica maior, o que, a partir de novos horizontes, cria novas possibilidades em todos os aspectos socioculturais. Entretanto, é interessante compreender que os sistemas computadorizados, assim como as tecnologias digitais são formas de se entender e construir informações e conhecimento, mas não são as únicas formas, e nem excluem outras, mas as envolve.

3.2 A utilização das tecnologias digitais pelo IPHAN nos últimos anos (2004 - 2014)

Em 2004, foi elaborado um plano mais abrangente para a TI do IPHAN, o *Projeto Sistema de Informações*, resultado do trabalho de consultoria feito por uma empresa especializada, contendo três volumes, com diagnóstico e propostas de desenvolvimento tecnológico do instituto. Lamentavelmente, "por falta de investimento na gestão das mudanças propostas, o trabalho acabou sendo arquivado e o diagnóstico apresentado desatualizou-se" (IPHAN, 2009, p. 18), a partir de então os problemas e necessidades da área de informação do IPHAN se ampliaram à medida que a atuação do órgão se expandiu.

Atualmente o IPHAN possui uma coordenação, que trata especificamente dos assuntos relacionados à informática e tecnologia da informação. A Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) é subordinada ao Departamento de Planejamento e Administração (DPA), e compreende duas divisões, a Divisão de Sistemas de Informação (DIVSIS), responsável por "I - propor, acompanhar e executar processos e projetos de desenvolvimento, manutenção e aquisição de sistemas de informação [...], VII - promover a integração dos

sistemas de informação e das bases de dados corporativas" (IPHAN, 2012b, p. 24), entre outras atribuições; e a Divisão de Infraestrutura Tecnológica (DIVINF), responsável por "I - propor, acompanhar e executar processos e projetos de infraestrutura tecnológica [...], VI - gerenciar a Política de Segurança da Informação do IPHAN, [...] VIII – pesquisar e fomentar a aplicação de novas tecnologias de informação e comunicação" (IPHAN, 2012b, p. 25), entre outras competências. A coordenação é responsável pelas decisões e ações relacionadas às TI, desempenhando um importante papel nos processos da instituição, oferecendo constante apoio técnico e tecnológico à sede e às unidades do IPHAN. Segundo a Portaria nº 92 de 2012, que aprova o Regimento Interno do IPHAN, a CGTI tem como atribuições

> I - planejar, pesquisar, implementar, fomentar e desenvolver tecnologias de informação, comunicação e informática que possibilitem a disseminação de dados, informações e conhecimento necessários às ações institucionais do IPHAN;
> II - supervisionar e monitorar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;
> III - secretariar o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (COGESTI), conforme regulamento específico;
> IV - oferecer apoio técnico e tecnológico às unidades do IPHAN com vistas à otimização e automatização de seus processos de trabalho;
> V - planejar, implementar e avaliar ações, atividades e projetos concernentes aos sistemas de informação e à infraestrutura tecnológica do IPHAN;
> VI - definir diretrizes, padrões, normas e procedimentos para a contratação de bens, serviços e soluções de Tecnologia da Informação - TI, no âmbito do IPHAN, incluindo a elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica prévios à implantação de tais soluções;
> VII - analisar e manifestar-se previamente em processos relativos à aquisição de bens, serviços e soluções de TI, projetos de sistemas informatizados, e contratação de consultorias externas específicas, no âmbito do IPHAN;
> VIII - definir diretrizes, padrões, normas e procedimentos internos para captação e transferência de informações, visando à integração operacional das bases de dados e dos sistemas implantados no âmbito do IPHAN, do Ministério da Cultura e, em caso de necessidade justificada, de outros entes públicos;
> IX - coordenar e analisar planos e projetos de TI;
> X - planejar os recursos orçamentários e financeiros visando subsidiar a elaboração do orçamento anual do IPHAN;
> XI - realizar o monitoramento da execução orçamentária no que diz respeito às despesas de TI;
> XII - planejar e implementar tecnologias de infraestrutura de rede e comunicação de dados, voz e imagem, regulamentando sua utilização e disponibilidade aos usuários;
> XIII - promover o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação e suporte técnico aos usuários; e
> XIV - representar o IPHAN nos comitês, fóruns, comunidades de TI existentes no âmbito do Governo Federal e outros, para os quais for convidado ou convocado a participar. (IPHAN, 2012b, p. 23-24)

Hoje a CGTI possui missão, visão e valores[52] internos, que refletem sua relevância e compromisso dentro do IPHAN, e foram pensados como base até o ano de 2016.

[52] Missão: Prover e gerenciar soluções de Tecnologia da Informação alinhadas às necessidades do IPHAN, agregando valor ao cumprimento da missão institucional. Visão: Ser reconhecida como setor estratégico do

No fim de 2009 foi publicado o PDTI 2010 - 2011, como parte da política de modernização da administração federal dos últimos anos, um grande marco na história da TI no IPHAN, pois uma instituição que elabora seu próprio PDTI cria "as bases tecnológicas para implantação – com mais eficiência, eficácia e efetividade – de políticas públicas" (IPHAN, 2009, p. 18). Além do desenvolvimento do plano, juntamente com servidores de outros departamentos e unidades do IPHAN, a CGTI foi responsável por sua implantação, monitoramento dos resultados e atualização. Inspirado pelo PDTI MinC, elaborado em 2008, o PDTI 2010-2011 IPHAN estabeleceu "políticas, planos, diretrizes, ações, metas e previsão orçamentária para todos os assuntos correlatos à Tecnologia da Informação" (IPHAN, 2009, p. 17), com a finalidade de consolidar, no período vigente, "um novo patamar tecnológico, padronizado, que viabilize aos usuários do IPHAN os serviços necessários à execução de suas atividades diárias" (IPHAN, 2009, p. 19). A partir de um diagnóstico da situação tecnológica do instituto na época, sob vários aspectos, foram definidos planos de ação para cada um dos produtos e serviços de TI no IPHAN – microinformática, redes locais, redes corporativas WAN e VPN[53], serviços do *Data Center*, sítios *Internet* e Intranet, sistemas de informação, equipe técnica de TI, governança em TI no IPHAN, e estratégia geral de TI –, definidos em treze objetivos gerais para o biênio de vigência do plano. Na linha Governança em TI, uma das estratégias definidas foi a imediata constituição do COGESTI, "órgão colegiado formado pela diretoria do IPHAN e por representantes das diferentes áreas finalísticas do instituto, [...] que tem caráter consultivo e deliberativo acerca das ações prioritárias e investimentos a serem realizados pela área de TI" (IPHAN, s/d, p. 1), instituído pela Portaria nº 235, de 20 de julho de 2010. Em 2012, através da Portaria nº 200/2012, o prazo de vigência do PDTI foi prorrogado por mais um ano, até 31 de dezembro de 2012. Dos treze objetivos traçados, seis foram atingidos, quatro foram parcialmente alcançados, e três não foram atingidos, no geral, "o PDTI IPHAN 2010-2012 apresentou baixa efetividade, ou seja, de todas as ações TI planejadas, apenas 24,2% foram integralmente cumpridas. [...] situação que reflete um cenário ainda desfavorável quanto à compreensão do papel estratégico da TI na organização" (IPHAN, 2014, p. 25).

IPHAN pela qualidade, eficiência e relevância dos serviços prestados. Valores: Profissionalismo, efetividade e colaboração. (IPHAN, 2014, p. 28).

[53] *Wide Area Network* (WAN), traduzida como Rede de Longa Distância ou Rede Geograficamente Distribuída, "é uma rede de computadores que abrange uma grande área geográfica. [...] Difere-se, portanto, das LAN, que são redes locais, de caráter mais privado", no caso do IPHAN, compreende todas as unidades, em todo o país. *Virtual Private Network* (VPN), traduzida como Rede Virtual Privada, "é uma grande rede virtual construída sobre a infraestrutura de uma rede pública pré-existente, que no caso do IPHAN, é a própria *Internet*. Difere-se da WAN, por ser uma tecnologia de construção de túneis virtuais entre unidades geograficamente dispersas, ampliando a segurança do tráfego e da troca de informações". (IPHAN, 2009, p. 83).

A respeito dos Sistemas de Informação do IPHAN, embora existam exceções, com sistemas de escopo mais amplo, que são utilizados em mais de um departamento e possuem "forte tendência a processar informações do interesse de toda a instituição", entre eles o SICG, grande parte dos sistemas utilizados ou desenvolvidos pelo IPHAN, de acordo com o PDTI 2010-2011, "possui caráter departamental, isolado, com regras de negócio conhecidas e definidas somente por determinados funcionários, sem pactuação interdepartamental" (IPHAN, 2009, p. 104), o que por um lado é compreensível, levando em consideração que por vezes um sistema é necessário em atividades bastante específicas, mas por outro lado, o fato também contribui para ações mais fragmentadas dentro da própria instituição, podendo resultar em falhas na comunicação interna ou em desperdício de tempo e recursos pela possibilidade de gerar retrabalho. Mesmo com o fato constatado, até aquele momento, nenhuma iniciativa concreta para integração de sistemas tinha sido tomada. Assim o PDTI 2010-2011 concluiu que, em toda a história do IPHAN, a prioridade no desenvolvimento de soluções tecnológicas esteve sempre voltada às necessidades pontuais de cada departamento ou unidade, e mesmo quando um sistema era disseminado por todas as unidades, a ausência de construção de informações "de nível gerencial e estratégico" limitava seu uso a colaboradores que exerciam atividades administrativas (IPHAN, 2009, p. 106).

Atualmente o IPHAN possui 33 sistemas de informação corporativos em utilização, em desenvolvimento ou inativos, de acordo com o PDTI 2014-2016 (IPHAN, 2014, p.30), dos quais seis geram as principais demandas à CGTI, são eles: CPROD, coordenado pela COPEDOC/ Departamento de Articulação e Fomento (DAF); Sig-IPHAN – Sistema de Informações Gerenciais do IPHAN, gerenciado pela Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento (CGPLAN)/DPA; SisGEP – Sistema de Gestão de Pessoas, gerido pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP)/DPA; Fiscalis – Sistema de Fiscalização do Patrimônio Cultural Edificado, gerido pela Coordenação-Geral de bens Imóveis (CGBI)/DEPAM; CNART – Cadastro Nacional de negociantes de Obras de Arte, gerido pela Coordenação-Geral de Bens Móveis e Integrados (CGBM)/DEPAM; e o SICG, gerido pela Coordenação-Geral de Cidades (CGCH)/DEPAM. No entanto, por falta de recursos instrumentais e humanos adequados, as atividades de controle de qualidades dos sistemas do IPHAN executadas são mínimas diante da real necessidade (IPHAN, 2014, p.32).

O segundo PDTI do IPHAN, para o triênio 2014-2016, foi publicado em agosto de 2014 com o propósito de conduzir o uso de recursos e os investimentos do setor tecnológico

de acordo com os objetivos traçados no Mapa Estratégico do IPHAN 2013-2015[54]. A apresentação do plano destaca que a intenção é de que, no fim de sua vigência, "o tema tecnologia esteja presente em todas as ações e permeie todos os projetos, unificando-nos, padronizando nossos procedimentos e conectando-nos à sociedade brasileira. É por meio da tecnologia que conseguiremos dar visibilidade, eficiência e transparência ao nosso trabalho" (IPHAN, 2014, I). A elaboração do plano se iniciou com um diagnóstico através de levantamento de necessidades de cada departamento do IPHAN, que posteriormente foram sintetizadas pela equipe da CGTI, e resultaram em vinte necessidades que refletem todas as solicitações setoriais atuais. O PDTI IPHAN 2014-2016 é concluído com a seguinte declaração:

> É certo que produtos e serviços de TI não constituem vantagem alguma em si mesmos, uma vez que podem ser facilmente adquiridos e replicados pelo mercado. O que torna a TI tão importante para as organizações públicas é sua capacidade ímpar de gerar valor, oferecendo todo suporte necessário ao cumprimento de suas finalidades. (IPHAN, 2014, p. 83).

Essa trajetória de informatização do órgão demonstra como a atenção voltada às tecnologias cresceu ao longo dos anos, junto com a responsabilidade do instituto com a área da informática, motivada por três fatores principais, aumento da facilidade de acesso, ampliação do conceito de patrimônio e das práticas do IPHAN, e por último, mas não menos importante, a percepção de que hoje as tecnologias digitais estão presentes em praticamente todas as áreas, sendo impraticável ignorá-las. A implantação de uma política de gestão de TI, a partir de 2010 com o PDTI, e o compromisso do IPHAN com o constante investimento nesta área, buscando a renovação em todas as suas atividades, garante ao instituto equipe e infraestrutura capaz de fortalecer as políticas e práticas patrimoniais, também através das tecnologias digitais, colaborando para o cumprimento das metas do planejamento estratégico e das práticas de preservação do patrimônio cultural.

3.3 O projeto Rede de Arquivos do IPHAN

> *A informação perdida não se recupera mais.*
> *Que o resgate seja feito a tempo e a hora.*
> *Heloísa Bellotto, 2006.*

[54] "Ferramenta de gestão que contempla objetivos e indicadores, expressa o processo de criação de valor por meio de uma série de relações de causa e efeito entre objetivos e perspectivas [...], e permite a organização avaliar o que importa no cumprimento de sua missão" (IPHAN, 2013c, p. 3).

Considerando o acúmulo de quase 80 anos de documentação sobre o patrimônio cultural, mesmo com o fortalecimento da área informática, as carências são muitas, o que faz com que o IPHAN venha buscando parcerias para o desenvolvimento dos trabalhos de informatização. No ano de 2010, o BNDES[55] publicou uma Chamada Pública, com o intuito de selecionar projetos que necessitassem de recursos, na qual o banco oferecia "colaboração financeira não reembolsável para a preservação de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, nas categorias de catalogação, higienização e acondicionamento, restauração, gerenciamento ambiental, instalação de sistemas de segurança, infraestrutura e visitação" (BNDES, 2010, p. 1). Em informações disponíveis em seu *site*, o BNDES declara que o apoio à preservação e segurança de acervos é uma forma de "contribuir para a dinamização de museus, arquivos e bibliotecas, inclusive para a melhoria de atendimento e acesso ao público" (BNDES, 2014, *on-line*), tanto que o banco atua nesta linha desde 2004, já tendo destinado neste período mais de quarenta e dois milhões de reais a 125 projetos distribuídos por todas as regiões do país.

O projeto "Rede de Arquivos do IPHAN: Sistemas de Informações, higienização e acondicionamento do Patrimônio Documental", uma parceria com a Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR)[56] – que se configura como instituição proponente, sendo o IPHAN a instituição possuidora do acervo –, foi inscrito neste edital, e selecionado pelo BNDES em primeiro lugar na modalidade âncora em rede, tendo como finalidade "implementar um sistema informatizado para arquivos em base de dados eletrônica, com acessibilidade pela internet e interoperabilidade, e reorganizar e acondicionar a documentação de parte da Rede de Arquivos do IPHAN" (BNDES, 2014, *on-line*). Após aprovação do projeto, em junho de 2011 o BNDES criou a possibilidade de parceria entre o IPHAN e a Universidade de São Paulo (USP), haja vista que os trabalhos desenvolvidos pela universidade, através da Biblioteca Brasiliana[57], na área de Tecnologia da Informação incluíam o desenvolvimento de sistemas

[55] O BNDES é uma empresa pública federal, considerada hoje o "principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia". Além disso o banco "destina financiamento não reembolsáveis a projetos que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico", do qual faz parte o projeto Rede de Arquivos do IPHAN. (BNDES, 2014, *on-line*).

[56] Instituição cultural autossustentável, de pesquisa e desenvolvimento, criada em 11 de janeiro de 1996, pelo então senador Darcy Ribeiro. Sem fins lucrativos, busca manter vivo o pensamento de seu criador, dando continuidade a seus projetos (FUNDAR, 2014, *on-line*). A fundação mantêm contrato com o IPHAN, por meio do qual, entre outras iniciativas, é executado o PEP, que hoje oferece vagas a bolsistas do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, em diversas unidades do IPHAN no país.

[57] O Projeto Brasiliana - USP surgiu em 2008 com o intuito de disponibilizar à sociedade, gratuitamente e em formato digital, o acervo da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo. A universidade que contava com recursos técnicos e tecnológicos, iniciou a implantação do projeto em 2009, com a formação de uma Brasiliana digital, tornando "irrestrito o acesso aos fundos públicos de informação e documentação científica" (IPHAN e BRASILIANA USP, s/d, p. 2) sob a guarda da USP.

"para amplo acesso aos conteúdos digitalizados de acervos bibliográficos" (IPHAN, 2012a, p.1), o que possibilitaria a customização de um sistema de informação para os arquivos do IPHAN. Neste mesmo ano, foi formalizada a Rede Memorial[58], da qual o IPHAN e a Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin da USP fazem parte. Os dois órgãos, juntamente com outras vinte e oito instituições, são signatárias da Carta do Recife[59], produto da Rede Memorial, no qual são contemplados dez princípios e compromissos que norteiam a digitalização de acervos arquivísticos.

O Relatório Técnico elaborado após a candidatura na chamada pública detalha os objetivos gerais do projeto Rede de Arquivos do IPHAN:

> Objetivos Gerais (divididos em função das categorias de apoio existentes no Edital):
> 1. Desenvolver, customizar e implantar a Plataforma Corisco/Brasiliana USP – Rede de Arquivos do IPHAN para sua utilização como repositório digital do acervo histórico da Rede de Arquivos do IPHAN (Categoria de Apoio: Catalogação).
> 2. Reorganizar, descrever e digitalizar a documentação relativa a 04 Centros Históricos[60] (Belém/PA, Cidade de Goiás/GO, João Pessoa/PB e Lapa/PR) que está concentrada nos seguintes acervos do IPHAN: Arquivo Central do IPHAN – Seções BSB e RJ; Arquivos das Superintendências Estaduais do Pará, de Goiás, da Paraíba, do Paraná e de Pernambuco (esta última por agregar antigos documentos do PA e da PB); e trata nas mesmas linhas de ação supracitada a Série Inventário do Arquivo Central do IPHAN – Seção RJ. (Categoria de Apoio: Catalogação).
> 3. Higienizar e acondicionar as fontes documentais do recorte temático descrito no item anterior, obedecendo aos padrões de conservação preventiva adequados e respeitando as especificidades de acondicionamento e mobiliário de cada Unidade do IPHAN nas cidades citadas [...]. (Categoria de Apoio: Higienização e Acondicionamento).
> 4. Adaptar espaço no 8º andar do Palácio Gustavo Capanema/IPHAN, com a implantação da infraestrutura necessária para o funcionamento do Centro de Digitalização do Laboratório de Brasiliana USP. (Categoria de Apoio: Infraestrutura).
> 5. Instalar sistema de segurança, prevenção e detecção de incêndio nos espaços de guarda e tratamento dos documentos do IPHAN no Palácio Gustavo Capanema (7º,

[58] Durante a Conferência sobre tecnologia, cultura e memória: Estratégias para a preservação e o acesso à informação, "uma reunião de representantes de instituições pública e privadas envolvidas com projetos de digitalização dos seus acervos", realizada em setembro de 2011 na cidade de Recife, foi criada a *Rede Nacional das Instituições comprometidas com políticas de digitalização dos acervos memoriais do Brasil*. O principal objetivo desta reunião era discutir "caminhos práticos para contribuir com os processos em curso de valorização da cultura brasileira", assim os representantes das instituições presentes resolveram constituir uma rede nacional, chamada de Rede Memorial, que seria baseada em "uma carta de princípios para sustentar uma política de digitalização dos acervos memoriais e de procedimentos para a conformação de um espaço colaborativo de trabalho", a Carta do Recife. (REDE MEMORIAL, 2014, *on-line*).

[59] A Carta do Recife define seis princípios para uma política de digitalização dos acervos memoriais das instituições que constituem a Rede Memorial: 1) Compromisso com acesso aberto (público e gratuito); 2) Compromisso com o compartilhamento das informações e da tecnologia; 3) Compromisso com a acessibilidade; Padrões de captura e de tratamento de imagens; 4) Padrões de metadados e de arquitetura da informação dos repositórios digitais; e 6) Padrões e normas de preservação digital. (REDE MEMORIAL, 2014, *on-line*).

[60] "A escolha temática por esses conjuntos urbanos protegidos federalmente foi resultado dos entendimentos estabelecidos nas reuniões da Copedoc com a Diretoria Colegiada do IPHAN e com o próprio BNDES, que sugeriu que os documentos tratados abarcassem as cinco regiões territoriais do país. [...] não foi escolhido nenhum Centro Histórico da Região Sudeste por se entender que haverá um considerável tratamento do acervo do Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro". (FUNDAR; IPHAN; USP, 2014, p. 4).

> 8º e 9º andares). (Categoria de Apoio: Instalação de equipamentos de segurança). (BNDES, 2012, p. 9).

Os três primeiros objetivos gerais são ainda detalhados a partir de alguns objetivos específicos. Na categoria de Catalogação se incluem: a definição de metadados[61] para descrever os documentos que serão catalogados e digitalizados, seguindo padrões arquivísticos da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)[62]; a migração das informações dos bancos de dados do ACI-RJ, em formato Access, para a Plataforma Corisco; o preenchimento dos campos da Corisco, a partir do recorte temático da documentação histórica dos Centros Históricos das cidades já citadas; a digitalização da documentação histórica após o tratamento de catalogação e higienização da mesma, seguindo os procedimentos das "Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes" do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)[63]; e a alimentação da Corisco com as fontes documentais digitalizadas, proporcionando amplo acesso, democratizando as informações existentes nos arquivos do IPHAN à sociedade por meio do portal institucional via *Internet*. A categoria de Higienização e Acondicionamento envolve: a adoção de padrão de acondicionamento e guarda compatíveis com a estrutura disponível em cada Arquivo do IPHAN; a correta higienização e acondicionamento dos documentos referentes aos centros históricos das quatro cidades, e da Série Inventário, arquivada no ACI-RJ, empregando metodologia de formação dos documentos em dossiês, buscando dificultar o manuseio indevido e o furto de originais; e o tratamento de pequenos reparos nos suportes dos documentos, segundo as práticas de conservação presentes no projeto (BNDES, 2012, p. 9-10). Com recursos totalizando R$ 5 milhões, a execução do projeto foi prevista para 36 meses, com o desenvolvimento dividido em duas fases – Implantação do Centro de

[61] Vellucci *apud* Campos (2007, p. 19) conceitua metadados digitais como sendo o "dado que descreve atributos de um recurso, caracteriza suas relações, apóia sua descoberta e uso efetivo, e existe em um ambiente eletrônico. Usualmente consiste em um conjunto de elementos, cada qual descrevendo um atributo do recurso, seu gerenciamento, ou uso". Campos explica que "a função principal de metadados é descrever o recurso ou objeto informacional de modo a permitir sua identificação, localização, recuperação, manipulação e uso. Pode-se considerar que cada objeto informacional apresenta quatro características principais: conteúdo, contexto, estrutura e apresentação" (CAMPOS, 2007, p. 21). Porém, em ambientes de repositório, como bibliotecas e arquivos digitais "os metadados não apenas descrevem e identificam um objeto informacional, mas explicitam as condições corretas ou ideais de seu gerenciamento, as relações do objeto com outros na coleção, sua função, utilização, comportamento, contexto de criação e condições de preservação" (CAMPOS, 2007, p. 35)

[62] Norma Brasileira de Descrição Arquivística. "Seu objetivo, consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira", e "embora a norma tenha sido pensada para utilização em sistemas de descrição automatizados ou não, as vantagens de seu uso são potencializadas nos primeiros" (CONARQ, 2006, p. 10).

[63] Conselho Nacional de Arquivos. "Órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo" (CONARQ, 2014, *on-line*).

Digitalização, e Customização da Plataforma Corisco – com etapas que acontecerão simultaneamente em alguns momentos.

No texto do projeto (BNDES, 2012, p. 10), o IPHAN, como detentor dos acervos, esclarece que, ainda que as outras Superintendências Estaduais da instituição não estejam contempladas no recorte temático do proposto, elas serão também beneficiadas, por um lado por conta do amplo acesso à Série Inventário, e por outro porque a plataforma Corisco vai permitir que essas unidades passem a catalogar e a digitalizar seus próprios acervos em ambiente comum na rede de arquivos do IPHAN, assim, de acordo com os níveis de acesso estipulados pelo órgão, a sociedade poderá consultar os instrumentos de pesquisa e o conteúdo digitalizado dos acervos, que tratam da gestão do patrimônio cultural brasileiro.

Sobre a justificativa da necessidade e relevância do projeto, é evidenciado o fato de que entre os arquivos do IPHAN, o ACI-RJ se destaca por reunir em um único acervo documentos referentes a todos os estados brasileiros, além de agregar "os primeiro documentos da instituição, ocupando, também, uma posição estratégica por concentrar todos os processos de tombamento abertos anualmente" (BNDES, 2012, p. 11). Isso tudo, aliado a um sistema integrado de informações que permita a consulta por todas as unidades do órgão, facilita a troca de informações, favorecendo o aperfeiçoamento da gestão do patrimônio cultural nacional, tendo em vista que estas fontes impulsionam diversas ações que surgem na rotina das superintendências, e ainda mais abrangente, a democratização do acesso ao conteúdo pela sociedade, de forma rápida e segura.

Diante desses objetivos, no fim de 2011, IPHAN e Brasiliana USP, por meio do BNDES, procurando dar continuidade ao projeto apresentado ao banco, realizaram algumas reuniões técnicas, nas quais foi também apresentada a Plataforma Corisco[64]. Desenvolvida pela equipe do projeto Brasiliana USP, a plataforma é um "sistema integrado de aplicativos para sustentar a implantação e gerenciamento de bibliotecas (repositórios) digitais" (IPHAN e

[64] A plataforma Corisco possui seis princípios orientadores. São eles: "1. Acervos memoriais digitais como instrumentos de uma política nacional de produção de conteúdos para a rede mundial de computadores, contribuindo para a redefinição positiva da presença da língua portuguesa e da cultura nacional. 2. Acervos memoriais digitais para a difusão de coleções originais: uso das novas tecnologias como forma de conciliação das necessidades de preservação do acervo e o imperativo de universalizar o acesso. Rejeição de um modelo custodial de bibliotecas e arquivos. 3. Orientação para o contexto-usuário: a formação do acervo digital deve estar orientada por uma política de acesso universal; o usuário (e pensamos em termos polissêmicos) tem centralidade na construção deste acervo digital. 4. Acervos memorais digitais como instrumentos da educação nacional: compromisso com a produção de materiais didáticos, com a formação de quadros em todos os níveis, desde o ensino fundamental até a pesquisa avançada. 5. Acervos memoriais digitais públicos: difusão do acervo, acesso universal (preservados os direitos do autor) e democratização da cultura. Adesão à Declaração de Berlim sobre o Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades [...], de 2003. [...] Adesão aos protocolos da Iniciativa *Open Archives* [...]. 6. Compromisso com a democratização de nossa experiência. Adesão aos princípios do *software* livre (*open source*)." (USP, 2014, p. 10).

BRASILIANA USP, s/d, p. 4). A USP acredita que está é a solução capaz de assegurar apoio tecnológico à responsabilidade social de disseminação dos acervos culturais e memoriais, através da digitalização, preservação e difusão. Fundamentada a partir do Sistema Dspace[65], a plataforma agrega ao sistema três aspectos diferenciais: a navegação é condensada e simplificada em apenas dois estilos de página (resultado de busca e visualização); a inserção de um sistema de busca que permite a utilização de vários filtros ao mesmo tempo, refinando a pesquisa; e a inclusão de dispositivos, em código aberto, de visualização de conteúdo *on-line*. A Plataforma Corisco, "perfeitamente replicável e adaptável aos contextos peculiares dos projetos culturais" voltados para a digitalização e publicação de acervos na *Internet*, é distribuída gratuitamente pela Brasiliana (IPHAN e BRASILIANA USP, s/d, p. 4). Além disso, a Corisco foi elaborada como um complexo de padrões e recomendações sustentáveis para a implantação de repositórios digitais de qualidade. A customização da plataforma, prevista para atender ao projeto, é necessária devido à diversidade de conteúdo das informações e dos formatos de documentos dos acervos do IPHAN, que compreendem imagens, plantas e mapas em dimensões diferentes de um livro, objeto para qual foi desenvolvida a Corisco. A intenção da USP é consolidar o sistema e torná-lo uma ferramenta amigável, possível de ser utilizada por muitas outras instituições culturais e educacionais. O banco de dados atual do Arquivo Central do IPHAN, em formato Access, tem uma capacidade de uso limitada, sendo que a quantidade de usuários que o utilizam "torna sua manutenção/sustentação um risco diário" (IPHAN, s/d, p. 7). Com seu uso durante muitos anos, o banco de dados acabou se tornando obsoleto. Ainda assim, o aproveitamento deste banco de dados, tal como dos meios computacionais já disponíveis na instituição, é necessário, visto que a migração dos dados existentes, após um processo de qualificação das informações contidas mantendo campos que serão importantes para a nova plataforma, reduz o tempo de catalogação dos metadados.

Em janeiro de 2012, a coordenação técnica do projeto no IPHAN, a cargo da Copedoc, apresentou este novo cenário à sua Diretoria Colegiada, que aprovou a parceria com o Instituto Brasiliana (IPHAN, 2012a, p. 2). A partir de então a CGTI, passou a fazer parte das reuniões, tendo papel essencial na decisão de abdicar da intenção de construir um sistema de informações para a Rede de Arquivos do IPHAN, e optar por customizar um *software* livre

[65] O DSpace é um *software* livre, "desenvolvido para possibilitar a criação de repositórios digitais com funções de armazenamento, gerenciamento, preservação e visibilidade da produção intelectual, permitindo sua adoção por outras instituições em forma consorciada federada. O sistema foi criado de forma a ser facilmente adaptado. Os repositórios DSpace permitem o gerenciamento da produção científica em qualquer tipo de material digital, dando-lhe maior visibilidade e garantindo a sua acessibilidade ao longo do tempo" (IBICT, 2014, *on-line*). Sua versão brasileira foi criada em 2004, pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT.

para tal tarefa. Mesmo porque, de acordo com o Relatório Técnico (BNDES, 2012, p. 12), será de responsabilidade da CGTI a manutenção do sistema desenvolvido pela USP, assim como manter o funcionamento dos equipamentos para dar acesso através do portal do IPHAN.

Na parceria entre IPHAN, Brasiliana USP e FUNDAR, cada entidade é responsável por algumas tarefas específicas essenciais para o bom desenvolvimento do projeto. Ao IPHAN cabe a "gestão das atividades, entregas da parceria (Brasiliana USP) e deliberações para publicação nos ambientes internos" do órgão (SANT'ANNA, 2013a, p. 77). Sob responsabilidade da Brasiliana USP estão o "desenvolvimento da camada de apresentação *Web* do projeto (ajustes na Plataforma CORISCO), adequação dos campos conforme metodologia *Dublin Core*[66] (campos validados pelo Arquivo Central) e implantação do laboratório de digitalização" no PGC (SANT'ANNA, 2013a, p. 77). E a FUNDAR ficou responsável pelo "gerenciamento do projeto, bem como os profissionais descentralizados nos estados de atuação das atividades de identificação, descrição, higienização, digitalização, catalogação e encapsulamento dos itens do acervo iconográfico [...] e bibliográfico" (SANT'ANNA, 2013a, p. 77), além do monitoramento e controle do projeto em seu período de desenvolvimento.

Além da digitalização e alimentação do novo sistema computadorizado, o projeto também comporta ações de tratamento documental, contemplando "identificação, reorganização, descrição, conservação preventiva" das fontes históricas de bens tombados, que inicialmente serão realizadas a partir dos processos de tombamento dos quatro centros históricos já mencionados. Inicialmente a documentação será identificada e organizada, e então as informações e metadados serão mapeados, e será realizada a descrição de todos os documentos pela equipe da Divisão de Tratamento Documental (DIVDOC). Posteriormente os documentos serão encaminhados à Divisão de Conservação (DIVCON), onde receberão os tratamentos necessários, como a higienização, que, além da limpeza, contempla a retirada de objetos metálicos dos papéis – grampos, clipes –, e a restauração, que é feita através de enxertos, já que muitos dos documentos do arquivo se encontram em estágio avançado de degradação, necessitando posteriormente do encapsulamento em jaquetas de poliéster. Após higienização e restauração a documentação seguirá para a digitalização. Depois desta etapa o material será acondicionado em jaquetas de poliéster, documento por documento, e acomodado em caixas de papelão, reforçadas e forradas, em alto padrão de qualidade, sendo novamente arquivado.

---

[66] "*Dublin Core* é um esquema de metadados que visa descrever objetos digitais, tais como, vídeos, sons, imagens, textos e sites na *Web*" (SANT'ANNA, 2013c, p. 4).

O projeto prevê que, cerca de sessenta caixas da Série Obras e quatrocentas da Série Inventários – da qual só serão digitalizadas as fotografias, aproximadamente 66,5 mil, contendo bens culturais de todos os estados do Brasil –, tenham que passar por este processo, sem contar o grande volume de documentação, como os processos de tombamento, arquivados em pastas, e os mapas e plantas, armazenados na mapoteca. Somando aos acervos das quatro superintendências, chega-se a um total de aproximadamente 260.000 itens (SANT'ANNA, 2013b, p. 14). Até o início do projeto, as digitalizações eram realizadas através de demandas internas e externas de pesquisa – um pesquisador precisava de um documento ou fotografia, então o Arquivo Central providenciava a digitalização apenas daquela documentação. Uma demanda relativamente alta segundo Sant'Anna, que registrou em seu relatório que estas "digitalizações mais esporádicas são aquelas que demandam uma resolução muito grande" (SANT'ANNA, 2013b, p. 34).

A escolha pelo tratamento dos documentos contidos na Série Inventário, no Arquivo Central – Seção Rio de Janeiro, se justifica por ser esta a série mais pesquisada e mais representativa da diversidade do país, por conta da grande variedade de material de todos os estados brasileiros (IPHAN, 2012a, p. 2). Através desta parceria, será montado, no Palácio Gustavo Capanema (PGC) – sede do IPHAN no Rio de Janeiro –, um Centro de Digitalização da Brasiliana USP, com o empréstimo e instalação de um equipamento de alto desempenho com sistema robotizado para digitalização de documentos avulsos, admitindo pequenos e grandes formatos e processamento de imagens, além de oferecer treinamento técnico para os servidores e para as novas contratações do órgão e suporte durante o período de um ano.

> Em linhas gerais, o objetivo é agregar e disponibilizar as diversas informações sobre o patrimônio cultural de modo virtual, sem desmembrar os acervos físicos, que foram constituídos historicamente ao longo da trajetória do IPHAN. Para tal intento, faz-se necessário preparar uma arquitetura de informação que possibilite o desenvolvimento de um sistema informatizado para arquivos, livre e de amplo acesso via Internet, adequando-o aos tipos documentais dos acervos de memória e seus descritores de acordo com padrões internacionais, para atender à Rede de Arquivos do IPHAN. (IPHAN, 2012a, p. 2).

As atividades para realização do projeto se iniciaram em 2013, ano em que as ações se concentraram no Arquivo Central no Rio de Janeiro. Isso porque o acervo histórico

> [...] agrega os mais antigos documentos da Instituição, além de possuir uma representatividade extensa de todos os estados do Brasil na área de preservação do patrimônio cultural brasileiro; recebe, anualmente, o maior público consulente dos arquivos do IPHAN, tanto em sua sala de pesquisa no Palácio Gustavo Capanema, como nas demandas remotas por correio eletrônico; e aglutina parte significativa dos tipos de documentos acumulados ao longo da trajetória da Instituição, servindo de

> exemplo estratégico para as futuras ações em relação ao patrimônio documental com vistas à sua preservação e ao seu acesso amplo e democrático. (FUNDAR; IPHAN; USP, 2014, p. 4).

Em outubro de 2013, o gerente de projetos[67] de TI contratado pela FUNDAR como consultor no projeto Rede de Arquivos, fez uma visita ao arquivo central do IPHAN, no PGC, e registrou suas observações em um documento, através de uma avaliação de cenário e necessidades. Em seu relatório, Sant'Anna (2013b, p. 6), afirma que é possível perceber que com o passar do tempo, a situação ideal deverá extrapolar o projeto do BNDES, fazendo com que toda a documentação seja armazenada em um único repositório, tendo em vista que a equipe do Arquivo Central pretende preparar uma estrutura para dar continuidade a este trabalho após o término do projeto. Para isso se torna necessário o armazenamento de todos os dados da base atual, mesmo quando duplicados, até que seja possível realizar este trabalho. Diante do contexto observado, a equipe delimitou três necessidades fundamentais para o andamento do processo, sendo que duas delas já faziam parte do escopo do projeto, enquanto uma necessitaria da avaliação da CGTI, são elas: salvar em ambiente seguro toda a informação do banco de dados[68] existente no ACI-RJ, em Access atualmente – sob responsabilidade da CGTI; migrar parte das informações para a Plataforma CORISCO, como repositório – sob responsabilidade da Brasiliana USP; e estabelecer "uma base interna com fluxo corrente da documentação dos processos de tombamento" – a ser avaliado pela CGTI. Na época, a intenção era de que antes mesmo da finalização das etapas de digitalização de acervo e registro na CORISCO, todo o acervo já digitalizado estivesse disponível no ambiente corporativo do IPHAN.

No documento Declaração do Escopo do Projeto, de autoria do IPHAN e FUNDAR, o projeto Rede de Arquivos é considerado uma novidade, tanto no que se refere à implantação do laboratório de digitalização, quanto nas adequações a serem feitas na CORISCO, já que não houve nenhum outro projeto que contemplasse o desenvolvimento de uma plataforma para este fim no âmbito do IPHAN, "não se trata apenas [de] uma inovação tecnológica, é atrativo devido à possibilidade de exposição das informações à sociedade, o que traz visibilidade estratégica quanto à publicidade das informações e acervos" (IPHAN, s/d, p. 7). Além disso, o documento destaca a iniciativa como muito significativa, pois "pode trazer a sensível melhora nas respostas dos serviços de consultas públicas e controle efetivo dos

[67] Claudio Camargo Arthou Sant'Anna.

[68] A base de dados do Arquivo Central, em Access, é organizada em pastas: Arqueologia, Arquivo, Arquivo Intermediário, DID, Entorno, Fotografia, Mapas e Plantas, Notação, Outros, Processos de Tombamento e Protocolo. (SANT'ANNA, 2013b, p. 29).

acervos digitais e compartilhados no âmbito do projeto, [e] pretende realizar o monitoramento e controle dos acervos publicados através de tecnologias propostas" (IPHAN, s/d, p. 7).

Nos últimos anos o IPHAN vem tentando proporcionar um maior acesso à sua documentação, como uma forma de "devolução" do patrimônio, como dizia Aloísio Magalhães, à sociedade. Com o projeto Rede de Arquivos, a instituição conseguirá colocar à disposição da população uma boa parte de seu acervo. O Projeto, juntamente com o SICG, são caminhos que também buscam contribuir para o cumprimento da meta nº 40 do Plano Nacional de Cultura (PNC)[69], a "Disponibilização na *Internet* dos seguintes conteúdos, que estejam em domínio público ou licenciados: [...] 100% dos inventários e das ações de reconhecimento realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional" (MINC, 2011, p. 76). Na época da elaboração do plano o IPHAN possuía apenas 1% de seus inventários e ações de reconhecimento – tombamentos, chancelas, registros – disponível na *Internet*. De acordo com o MinC, a disponibilização do conteúdo dos acervos do ministério na *Internet*, marca o comprometimento em "promover o acesso aos bens culturais por meio da utilização de ferramentas tecnológicas e do estímulo à cultura digital" (MINC, 2011, p. 76), além de honrar o compromisso da inclusão digital.

Os documentos referentes ao acompanhamento do desenvolvimento do projeto, atualmente se encontram disponíveis para consulta em ambiente digital restrito, no *Google Drive*, do qual tivemos acesso à Área Livre para o prosseguimento da presente pesquisa. O ambiente colaborativo foi configurado pelo consultor contratado pela FUNDAR, com o intuito de construir um canal de comunicação para a equipe responsável pelo projeto.

Para Bellotto, quando se trata de documentos arquivísticos, a digitalização é a "única forma de ampliar ainda mais o acesso à documentação e democratizá-lo" (2006, p. 292). E a disponibilização desses documentos pelo IPHAN é fundamental para o trabalho de preservação que acontece em todo o país, e não só em nível federal, mas estadual e municipal também. O documento é a matéria-prima deste trabalho, é a partir dele que é possível valorar e tomar decisões a respeito de algum bem.

É necessário que todo este trabalho que vem sendo empreendido para a conservação de acervos e disponibilização de informações do IPHAN, através do projeto Rede de Arquivos, tenha continuidade na instituição após os três anos de vigência do projeto, haja

[69] Previsto no artigo 215 da Constituição Federal, e instituído pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, o PNC "tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira" (MINC, 2011), através de 53 metas, estabelecidas a partir da participação de gestores públicos e da sociedade, a serem atingidas até o ano de 2020.

vista que ainda existem muitos documentos a serem “descobertos” e organizados, permitindo sua consulta, ainda que virtualmente.

3.4 SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão

No ano de 1995, durante o Encontro de Inventários de Conhecimento do IPHAN (1995) foi constatado que as informações obtidas pelos inventários não eram pensadas para a construção de um sistema que propiciasse a troca de conhecimento, e se concluiu que “uma política institucional [deveria] formular conceitos e critérios claros, prevendo a criação de um sistema de informações e oferecendo o apoio financeiro, material e humano necessário para que essas ações [pudessem] se realizar de forma sistemática e contínua” (MOTTA e SILVA, 1998, p. 21). As transformações ocorridas nos conceitos trabalhados pelo IPHAN, e em suas práticas, da década de 1980 até os anos 2000, de acordo com Schlee e Corsino (2014, p. 3), propiciaram a construção de diversas metodologias e processos, especialmente de inventários, que acabaram servindo de referência para aprimoramentos que se tornaram a base do novo sistema do IPHAN, o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão. E em 2008, em meio ao surgimento de tantas soluções tecnológicas isoladas no âmbito do instituto, iniciam-se os estudos para elaboração de um sistema mais integrado e abrangente para o patrimônio cultural, o SICG.

Concebido no âmbito do DEPAM, e hoje sob gestão do próprio departamento, o sistema foi elaborado a partir de estudos para adequação dos métodos de inventário às necessidades atuais, visando maior integração e facilidade de acesso às informações, com possibilidades de reverter o cenário dos sistemas de informação e dos processos de trabalho das equipes do IPHAN, que sofre com a

> Fragmentação das informações, atualmente não georreferenciadas, contendo discrepância ou repetição, além de múltiplos formatos das bases de dados; ausência de rotinas e procedimentos focados na gestão e na retroalimentação de sistemas de informação; ausência de sistemas de informação voltados para a tomada de decisão; desarticulação entre métodos, procedimentos e formas de gestão para todas as etapas da proteção e valorização do patrimônio; realização de análises pontuais, sem visão sistêmica nem territorial das atividades do IPHAN; e inexistência de determinadas informações ou restrição à difusão de informações importantes. (IPHAN, 2009, p. 110).

Todas estas carências impactam negativamente o IPHAN, ampliando as dificuldades na gestão do patrimônio, e consequentemente, prejudicando o conhecimento e valorização da sociedade com relação à proteção dos bens culturais. "Historicamente, as unidades do IPHAN produziram um conjunto imenso de bancos de dados, contendo inventários e cadastros [...], cujas informações, salvo raras exceções, encontram-se pulverizadas, desprotegidas e de acesso limitado" (IPHAN, 2009, p. 111), por isso são tão necessários os esforços para o desenvolvimento e implementação do SICG. Para a CGTI, a partir do SICG aumenta o estímulo à integração de muitos outros sistemas dos diversos departamentos do IPHAN.

Atualmente em desenvolvimento, mas já em fase bastante avançada, o SICG consiste em uma base de dados única para "coleta, armazenamento e gestão de informações do patrimônio cultural, [...] cujos resultados (metodologias e sistema informatizado) [estarão] à disposição para uso de todos os parceiros do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC)[70]" (IPHAN, 2012c, p. 5). Este longo processo de desenvolvimento, é reflexo de que no IPHAN, "a complexidade da percepção e da organização dos dados relativos ao patrimônio cultural sempre foram um impasse e por vezes obstáculos à conclusão de sistemas de informação" (DI LELLO e GUIA, 2014, p. 12), por isso o SICG acontece como o resultado de um percurso extenso de pesquisas e autocríticas a respeito de metodologias e práticas para a preservação do patrimônio.

Em 2014, foi elaborado o Caderno de Referência do SICG[71], que traz um resgate da "trajetória do processo de criação do SICG nos últimos 06 anos no âmbito dos processos de mudança e estruturação do Depam" (DI LELLO e GUIA, 2014, p. 12), expondo seu processo de construção e as dificuldades enfrentadas durante esse tempo, trazendo a memória de trabalho no período de 2006 a 2013. No texto, Di Lello e Guia[72] dividem o processo de desenvolvimento do sistema em três fases, porém na presente dissertação, consideram-se quatro fases, por incluir também, neste aspecto, o momento atual.

---

[70] Em 2007 a construção e implementação do SNPC passou a ser prioridade do IPHAN. O SNPC propõe "formas de relação entre as esferas de governo que permitam estabelecer diálogos e articulações para gestão do patrimônio cultural" em todos os níveis. A proposta avança em três eixos: "Coordenação – definir instância(s) coordenadora para garantir ações articuladas e mais efetivas; Regulação – estabelecer conceituações comuns, princípios e regras gerais de ação; e, Fomento – incentivos direcionados principalmente para o fortalecimento institucional, estruturação de sistema de informação de âmbito nacional, fortalecer ações coordenadas em projetos específicos". (IPHAN, 2014, *online*).

[71] O Caderno de Referência do SICG faz parte do material desenvolvido pela equipe responsável e distribuído durante a Capacitação para operacionalização do sistema, realizada em Brasília de 24 a 28 de fevereiro de 2014, da qual participaram técnicos e colaboradores das superintendências e unidades do IPHAN nos estados.

[72] Carolina Di Lello, arquiteta e urbanista, bolsista do PEP 2011/2013 na época, e George da Guia, arquiteto e urbanista do DEPAM, fazem parte da Equipe de Coordenação do SICG, do Grupo de Trabalho para acompanhamento do desenvolvimento do sistema, e foram responsáveis pela elaboração do Caderno de Referência do SICG.

A primeira fase, intitulada de “Experiências e desafios”, trata da idealização do sistema, fundamentada no conhecimento acumulado pelo IPHAN, e aborda o planejamento do SICG frente aos novos desafios apresentados à instituição naquele momento, reconhecendo-o como fruto da busca pela “eficiência no reconhecimento e na gestão do patrimônio cultural brasileiro”, e como inovação, por ter “como princípio basilar o compartilhamento de tecnologias, métodos e olhares com municípios, estados e sociedade civil” (DI LELLO e GUIA, 2014, p. 13). A proposta de construção de um sistema que pudesse vincular toda essa experiência do IPHAN aos novos padrões da gestão pública, partiu do DEPAM, que naquele momento passava por uma reestruturação para aprimoramento de suas práticas. Desta maneira, em 2006, o departamento realizou encontros regionais, com a participação de todas as superintendências, que resultaram em planos de trabalho e na “construção de um panorama da política de identificação e suas fragilidades” (DI LELLO e GUIA, 2014, p. 16). Ao mesmo tempo, um contexto de mudanças externas apontavam novas possibilidades para o IPHAN, através da ampliação de orçamento, pelo Programa Monumenta, e de recursos humanos, pelo concurso público realizado em 2005 (DI LELLO e GUIA, 2014, p. 15). Tornou-se possível pensar em viabilizar um sistema que associasse frentes de ação do IPHAN para a preservação de bens materiais, contemplando inventário e salvaguarda de bens já protegidos, ampliando para os bens não protegidos, em todo o país, e a estruturação de normas para preservação e fiscalização de sítios urbanos como meio de contribuir com o desenvolvimento social e econômico locais.

> O desafio foi relacionar patrimônio cultural a temas como processos econômicos e de ocupação do território, criando uma lógica diferenciada às práticas de proteção do patrimônio cultural, a partir da compreensão do conjunto diverso de bens (materiais ou/e imateriais) estruturadores da Rede de Patrimônio. Os conceitos estavam lançados e a infraestrutura tecnológica e metodológica carecia de aprimoramentos. A base para essa proposta exigiu do IPHAN uma precoce maturidade institucional na área de tecnologia da informação e na sua capacidade de organizar as informações sobre o patrimônio a partir de um modelo integrado orientado não a fluxos e processos mas ao objeto base da política de preservação: o bem cultural. (DI LELLO e GUIA, 2014, p. 18).

Dessa forma, foi proposto que o trabalho se realizasse em diferentes escalas, partindo de um tema em um contexto regional, até chegar ao objeto de estudo mais específico, independente de sua tipologia. Por este motivo foi elaborada uma ficha inicial, em *Word*, para coleta de informações básicas sobre o bem, que foi apresentada ao IPHAN. Em 2008 as discussões a respeito do futuro sistema se ampliaram dentro do instituto, através de encontros com técnicos do IPHAN, promovendo debates que levaram ao aprimoramento da proposta

inicial de fichas. Neste mesmo ano, por meio de uma cooperação técnica firmada entre o IPHAN e o Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico (IAPH), como citado anteriormente, foi feito um *workshop* de Paisagens Culturais e Sistemas de Informação, em Brasília, onde foram discutidos os sistemas de informação voltados à preservação do patrimônio cultural. A partir deste encontro foi organizada uma missão técnica que encaminhou dois técnicos do DEPAM a Sevilha/Espanha, para compreender, de perto, como funcionava o *Sistema de Información del Patrimonio Histórico de Andalucía* (SIPHA) e o *Sistema para la Gestión Integral del Patrimonio Cultural* (Mosaico). Posteriormente, a equipe de TI do SIPHA fez uma vista técnica ao IPHAN, para troca de conhecimentos, neste momento, já pensando na informatização do SICG (DI LELLO e GUIA, 2014, p. 21-23).

Foram então elaboradas diversas fichas[73] para coleta e organização de informações para o SICG, incluindo aí a possibilidade de utilização de metodologias de inventário, como o INRC, para complementação das pesquisas. Entretanto, antes é necessário que se delimite um recorte temático – por assunto ou conteúdo – e territorial – por município, estado ou região –, definindo "o contexto geográfico e o enfoque específico, a partir dos quais os bens culturais serão identificados e classificados, norteando a realização dos estudos, propostas de preservação e gestão nos diversos campos do patrimônio" (IPHAN, 2012c, p. 14). O conjunto de fichas é dividido em três módulos – Conhecimento, Gestão e Cadastro –, cada um correspondente a uma esfera de análise do bem, que juntos permitem uma ampla abordagem do patrimônio cultural.

O Módulo Conhecimento reúne informações do contexto histórico e territorial do bem, e é considerado um módulo básico para se iniciar um estudo a respeito de algum bem cultural, sendo composto por três fichas, que organizam as informações partindo do geral para o específico:

- Ficha M101 – Contextualização Geral. Reuni informações referentes a uma configuração territorial ampla, relacionando diversos bens dentro de um mesmo universo, seja temático ou territorial (ver figura 20). Não se aplica a bens isolados.
- Ficha M102 – Contexto Imediato (figura 21). Direcionada para aplicação em conjuntos históricos urbanos ou rurais, permitindo sua caracterização a partir de "aspectos históricos, geográficos, morfológicos, tipológicos e de apropriação dos espaços" (IPHAN, 2012c, p. 24). Não se aplica a bens isolados.

[73] As fichas do SICG, elaboradas em *Word* e *Excel*, estão disponíveis no portal do IPHAN – acessadas através da aba "Patrimônio Cultural >> Patrimônio Material", ou do *link* "Bancos de Dados" –, para consulta e utilização interna e externa, funcionando atualmente, ainda, como um tipo de inventário.

- Ficha M103 – Informações sobre a Proteção Existente (figura 22). Aplicado a conjuntos urbanos e rurais que já possuam algum tipo de proteção cultural ou ambiental, e quando tombado pelo IPHAN, indica-se a inclusão de informações relativas ao processo de tombamento.

O módulo Gestão reúne sete fichas com foco em áreas já protegidas nas esferas municipal, estadual ou federal, "estimulando estratégias de gestão e valorização [...], auxiliando nas rotinas de fiscalização, na construção de normatizações e planos de preservação, ou de diagnósticos urbanos visando à reabilitação total ou parcial de fatias dos centros históricos" (IPHAN, 2014, *online*). Suas fichas são:

- Ficha M201 – Pré-setorização (figura 23). Permite a construção de uma compreensão espacial dos diferentes elementos dos conjuntos e suas áreas de entorno, através de uma caracterização morfológica, tipológica e da dinâmica estabelecida no local.
- Ficha M202 – Caracterização dos setores (figura 24). Descreve detalhadamente, cada um dos setores determinados na ficha M201, "considerando os problemas, as demandas, os fatores de pressão e as potencialidades identificadas no conjunto [...] e áreas de entorno" (IPHAN, 2014, *online*), apontando diretrizes para o desenvolvimento aliado à preservação.
- Ficha M203 – Averiguação e proposição local (figura 25). Teste das diretrizes indicadas nas fichas M201 e M202, em todas as quadras do conjunto, tendo as faces de quadra[74] como item mínimo para averiguação. A ficha possibilita a identificação de exceções dentro do conjunto, que devem ser tratadas isoladamente, considerando as características de cada face de quadra, analisando a homogeneidade ou heterogeneidade morfológica.
- Ficha M204 – Diagnóstico de áreas urbanas - Quadra (figura 26). Agrupa dados referentes às quadras de maneira geral, analisando ocupação, infraestrutura urbana existente e equipamentos, e fornecendo subsídios a projetos de qualificação urbana.
- Ficha M205 – Diagnóstico de áreas urbanas - Lote (figura 27). Objetiva agrupar dados de cada lote do perímetro estudado, como número de imóveis, área construída, estado de conservação, e outros, fornecendo informações estratégicas para tomadas de decisão em casos onde há a necessidade de investimentos.
- Ficha M206 – Diagnóstico de conservação (figura 28). Indicada na orientação de vistorias em imóveis tombados individualmente, através do acompanhamento do

[74] "Considera-se face de quadra o segmento contínuo entre duas ruas ou entre duas mudanças de direção do logradouro" (IPHAN, 2014, *online*).

estado de conservação do bem, possibilitando o planejamento de obras para sua preservação. Também pode ser utilizada nas atividades de fiscalização.

- Ficha M207 – Relatório Fotográfico (figura 29). Direcionada à documentação e organização de fotografias captadas em campo.

O Módulo Cadastro é composto por oito fichas, referentes a bens individuais, que partem sempre de aspectos gerais para específicos. A partir de uma planilha síntese e uma ficha padrão, comum a todas as categorias do patrimônio material, é feita a identificação do bem, com a atribuição de um número que o identifique, como um código. As outras fichas representam o aprofundamento das informações dos bens cadastrados, se referindo a especificidades das categorias de bem:

- Ficha M300 – Planilha Síntese (figura 30). Listagem com identificação do bem, sua localização e outras informações relevantes.
- Ficha M301 – Cadastro Básico de bens (ver figura 31). Todo bem cultural deve ser cadastrado inicialmente através do preenchimento desta ficha, de onde será gerado um código de identificação do bem, a ser reproduzido nas fichas especializadas. O código possibilita o rastreamento do bem em outras fichas, bancos de dados e sistemas do IPHAN.
- Ficha M302 – Bem Imóvel - Arquitetura - Caracterização Externa (figura 32). Possui campos que possibilitam uma caracterização aprofundada, morfológica e tipologicamente, do bem arquitetônico a partir de seus elementos externos.
- Ficha M303 – Bem Imóvel - Arquitetura - Caracterização Interna (figura 33). Seu preenchimento pressupõe levantamentos mais detalhados e realização de visitas técnicas e vistorias, e prevê informações básicas a respeito de bens móveis e integrados e de manifestações de interesse.
- Ficha M304 – Bem Imóvel - Conjuntos Rurais (figura 34). Abrange aspectos como implantação e caracterização das edificações, além dos usos e atividades econômicas originais e atuais.
- Ficha M305 – Bem Móvel e Integrado (figura 35). Cadastra o universo que integra as obras de artes e bens integrados às edificações, requerendo informações de autoria, dimensões, materiais, técnicas e características que permitam o conhecimento da autenticidade do bem.

- Ficha M306 – Patrimônio Ferroviário (figura 36). Visa o cadastro do acervo da extinta Rede Ferroviária Federal S. A., a partir de campos a serem preenchidos durante vistorias, e outros através de pesquisas e investigações.
- Ficha M307 – Patrimônio Naval (figuras 37 e 38). Coleta informações sobre características morfológicas, construtivas, usos, atividades econômicas em que se insere o bem, condições de trabalho do proprietário e da tripulação da embarcação de interesse, indicando dificuldades e potencialidades em relação ao patrimônio naval e à pesca artesanal.

Para cada uma das fichas citadas, são disponibilizadas, também no portal do IPHAN, instruções para preenchimento e coleta das informações solicitadas nas fichas.

Ficha **M101** – Contextualização Geral

1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise		
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE		
2.1. UF(s) 2.2. Município (s)		2.3. Localidade (s)
2.4. Mesorregião(ões) – Dados IBGE		2.5. Microrregião(ões) – Dados IBGE
2.6. Mapa de Localização		
2.6.1. No Brasil	2.6.2. Em relação ao contexto/ limites	
2.6.3. Na região/ estado		
2.7. Municípios limítrofes (nominar)		
3. INFORMAÇÕES SOBRE CONTEXTO HISTÓRICO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE		
4. INFORMAÇÕES SOBRE CONTEXTO GEOGRÁFICO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE		
4.1. Características ambientais (relevo, hidrografia, zonas climáticas, cobertura vegetal, altitudes, etc...)		
5. SELEÇÃO DE IMAGENS (repetir quantas linhas forem necessárias, inserir legenda abaixo da imagem)		
6. MAPEAMENTOS E CARTOGRAFIA DISPONÍVEIS (inserir miniaturas e/ou listar referências)		
7. FONTES DE INFORMAÇÃO/REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (listar)		
8. PALAVRAS-CHAVE		
9. PREENCHIMENTO		
9.1. Entidade		9.2. Data
9.3. Responsável		

Figura 20: Ficha M101 – Contextualização Geral. Ficha elaborada em *Word*, para coleta e organização de informações referentes à configuração territorial ampla. Não se aplica a bens isolados. (IPHAN, 2014, *online*). Nos arquivos de todas as fichas, os espaços de preenchimento se adequam de acordo com o conteúdo inserido.

Ficha **M102** – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO		
Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise		
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE		
2.1.UF(s)	2.2. Município (s)	2.3. Localidade (s)
2.4. Mesorregião(ões) – Dados IBGE		2.5. Microrregião(ões) – Dados IBGE
2.6. Mapa de Localização		
3. SÍNTESE HISTÓRICA		
4. ASPECTOS GEOGRÁFICOS E SÓCIOECONÔMICOS		
5. CARACTERIZAÇÃO MORFOLÓGICA E TIPOLÓGICA DO SÍTIO/ OBJETO DE ANÁLISE (Descrição)		
5.1. Morfologia da paisagem, características da implantação do bem		
6. ICONOGRAFIA HISTÓRICA **(inserir miniaturas e/ou listar referências)**		
6.1. Imagens (repetir tantas linhas quanto forem necessárias, inserir legenda abaixo da imagem)		
6.2. Fontes/ referências das imagens		
7. INFORMAÇÕES SOBRE USOS E APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS		
	Ofícios e Modos de Fazer	
	Celebrações	
	Formas de Expressão	
	Lugares	
8. SELEÇÃO DE IMAGENS (reproduzir quantas linhas forem necessárias, legendar embaixo da foto)		
Legenda:	Legenda:	Legenda:
9. MAPEAMENTOS E CARTOGRAFIA (reproduzir quantas linhas forem necessárias)		
9.1. Tipos de mapas (nomear)	9.2. Escala	9.3. Localização e base (meio digital, planta impressa...)
9.5. Mapas disponíveis (inserir imagens com legenda)		9.6. Descrição, fonte e localização do mapa
Legenda:		
10. PREENCHIMENTO		
10.1. Entidade		10.2. Data
10.3. Responsável		

Figura 21: Ficha M102 – Contexto Imediato. Ficha elaborada em *Word*, para aplicação em conjuntos históricos urbanos ou rurais. Como a M101, também não se aplica a bens isolados. (IPHAN, 2014, *online*).

Ficha **M103** – Informações sobre a Proteção Existente

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE		
2.1. UF(s)	2.2. Município(s)	2.3. Localidade(s)
2.4. Mesorregião(ões) – Dados IBGE		2.5. Microrregião(ões) – Dados IBGE

3. INFORMAÇÕES SOBRE LEGISLAÇÃO INCIDENTE NO BEM (municipal, estadual e/ou federal)					
Tipo de Legislação	Número	Descrição	Data	Ementa	Palavras-chave
(Lei, Portaria, etc.)					
(Lei, Portaria, etc.)					
(Lei, Portaria, etc.)					
3.1. Informações detalhadas					

4. INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE PROTEÇÃO		
4.1. Número do processo	4.2. Classificação (no caso de tombamento pelo Iphan, indicar os Livros do Tombo)	4.3. Data (dd/mm/aaaa)
4.4. Pareceres sobre a proteção incidente (federal, estadual e/ou municipal)		
4.5. Mapas, desenhos, croquis, documentos e outras informações complementares (do polígono de proteção e entorno especialmente)		
4.6. Fontes e localização dos documentos		

Identificação	**Tipo de Estudo**	**Data de Coleta**	**Localização**	**Disponibilidade**	**Outros dados**
4.7. Informações descritivas					

9. PREENCHIMENTO		
9.1. Entidade		9.2. Data
9.3. Responsável		

Figura 22: Ficha M103 – Informações sobre a Proteção existente. Ficha elaborada em *Word*, para aplicação em conjuntos urbanos ou rurais que já possuam algum tipo de proteção cultural ou ambiental, seja ela municipal, estadual ou federal. (IPHAN, 2014, *online*).

Ficha **M201** – Pré-setorização

MÓDULO GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise		
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE		
2.1. UF(s)	2.2. Município(s)	2.3. Localidade(s)
2.4. Mesorregião(ões) – Dados IBGE		2.5. Microrregião(ões) – Dados IBGE
3. PRÉ-SETORIZAÇÃO		
3.1. Critérios adotados para análise e setorização do sítio (de acordo com a dinâmica de ocupação do território, do bem e das áreas de entorno)		
3.2. Mapa de pré-setorização		
3.3. Caracterização geral dos setores		
3.4. Seleção de imagens com observações relevantes (repetir tantas linhas quanto necessárias)		
3.5. Premissas gerais sobre planos e normatizações necessárias à preservação do bem		
4. PREENCHIMENTO		
4.1. Entidade		4.2. Data
4.3. Responsável		

Figura 23: Ficha M201 – Pré-setorização. Ficha elaborada em *Word*, permite uma compreensão espacial dos diversos elementos de um conjunto e sua área de entorno. (IPHAN, 2014, *online*).

Ficha **M202** – Caracterização dos setores

MÓDULO GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise		
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE		
2.1. UF(s)	2.2. Município(s)	2.3. Localidade(s)
2.4. Mesorregião(ões) – Dados IBGE		2.5. Microrregião(ões) – Dados IBGE
3. IDENTIFICAÇÃO DOS SETORES DE PLANEJAMENTO		
3.1. Critérios de normatização e planejamento do(s) setore(s)		
3.2. Mapa(s) do(s) setore(s)		
3.3. Descrição dos setores		
3.4. Indicações normativas e de planejamento para cada setor		
3. PREENCHIMENTO		
3.1. Entidade		3.2. Data
3.3. Responsável		

Figura 24: Ficha M202 – Caracterização dos setores. Ficha elaborada em *Word*, permite uma descrição detalhada dos setores definidos na ficha M201. (IPHAN, 2014, *online*).

Ficha **M203** – Averiguação e proposição local

MÓDULO GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise		
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE		
2.1. UF(s) / 2.2. Município(s)		2.3. Localidade(s)
2.4. Mesorregião(ões) – Dados IBGE		2.5. Microrregião(ões) – Dados IBGE

3. IDENTIFICAÇÃO DA QUADRA		
3.1.Mapa de localização da quadra no sítio	3.2. Identificação	
	Quadra nº	
	Localizada no Setor	
	Quantidade de Faces de Quadra	
	3.3. Recomendações Gerais do Setor (informações da ficha M2.02)	
	3.4. As recomendações do setor atendem integralmente às faces de quadra?	
	sim / não	
	3.5. Caso não, a quais faces não atendem?	

3.6. Descrição Geral da Quadra e Informações sobre os Logradouros

3.7. Análise morfológica das faces de quadra				
Face de quadra	**Homogênea** (concentração de bens de interesse)	**Heterogênea** (dispersão de bens de interesse)	**Complementar** (ausência de bens de interesse)	**Logradouro**
Face 1				
Face 2				
Face 3				
Face 4				
Face 5				
Face 6				

4. ELEVAÇÕES DE FACES DE QUADRA (repetir quantos campos forem necessários)					
4.1.Face		4.2.Logradouro		**4.3.Escala**	
4.1.Face		4.2.Logradouro		**4.3.Escala**	
4.4. Observações gerais					

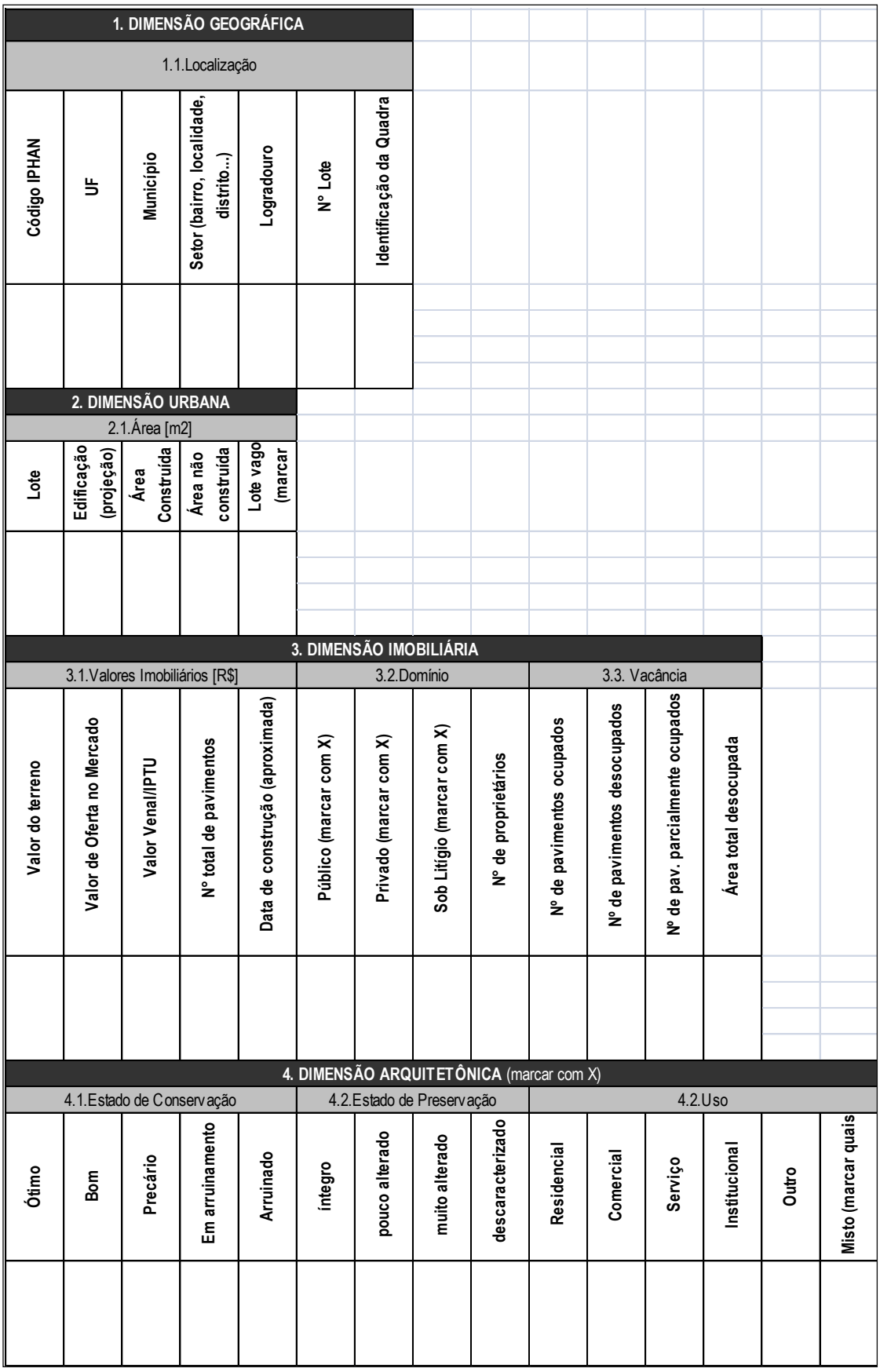
5. ANÁLISE FOTOGRÁFICA	
5.1. Principais visadas – pontos positivos e negativos (repetir tantas linhas quanto forem necessárias)	
Observações:	**Observações**:

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

7. PREENCHIMENTO		
7.1. Entidade		7.2. Data
7.3. Responsável		

Figura 25: Ficha M203 – Averiguação e proposição local. Ficha elaborada em *Word*, permite "testar" as diretrizes apontadas nas fichas M201 e M202, nas quadras do conjunto, através das faces de quadra, identificando exceções e analisando a homogeneidade ou heterogeneidade morfológica da quadra. (IPHAN, 2014, *online*).

| 1. DIMENSÃO GEOGRÁFICA | | |



1. DIMENSÃO GEOGRÁFICA						
1.1.Localização						
Código IPHAN	UF	Município	Setor (bairro, localidade, distrito...)	Logradouro	Nº Lote	Identificação da Quadra

2. DIMENSÃO URBANA				
2.1.Área [m2]				
Lote	Edificação (projeção)	Área Construída	Área não construída	Lote vago (marcar

3. DIMENSÃO IMOBILIÁRIA												
3.1.Valores Imobiliários [R$]					3.2.Domínio				3.3. Vacância			
Valor do terreno	Valor de Oferta no Mercado	Valor Venal/IPTU	Nº total de pavimentos	Data de construção (aproximada)	Público (marcar com X)	Privado (marcar com X)	Sob Litígio (marcar com X)	Nº de proprietários	Nº de pavimentos ocupados	Nº de pavimentos desocupados	Nº de pav. parcialmente ocupados	Área total desocupada

4. DIMENSÃO ARQUITETÔNICA (marcar com X)													
4.1.Estado de Conservação					4.2.Estado de Preservação				4.2.Uso					
Ótimo	Bom	Precário	Em arruinamento	Arruinado	íntegro	pouco alterado	muito alterado	descaracterizado	Residencial	Comercial	Serviço	Institucional	Outro	Misto (marcar quais

Figura 27: Ficha M205 – Diagnóstico de áreas urbanas - Lote. Ficha elaborada em *Excel*, agrupa dados de cada lote do perímetro em análise, fornecendo informações estratégicas para decisões sobre investimentos. (IPHAN, 2014, *online*). *Layout* da tabela adaptado pela autora, para melhor apresentação no formato da presente pesquisa, em A4.

Ficha **M206** – Diagnóstico de conservação – Arquitetura Religiosa

MÓDULO GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações) | **1.4. Código Identificador Iphan**

2. IMAGENS

3. ESPAÇO AVALIADO			4. DANOS ESTRUTURAIS		5. DEGRADAÇÃO DO MATERIAL				6. UMIDADE		
			4.1.Fissura	4.2.Existência de deformações	5.1.Revestimen-to	5.2.Estrutura da parede	5.3.Elementos da estrutura	5.4. Perda %	6.1.Infiltração ascendente	6.2.Infiltração localizada	6.3.Presença de vegetação
2.1.Exterior	Fachada Principal										
	Fachada Lateral Direita										
	Fachada Lateral Esquerda										
	Fachada Posterior										
	Torres										
2.2.Interior	Nave	Paredes									
		Piso									
		Estrutura Piso									
		Forro									
	Capela Mor	Paredes									
		Piso									
		Estrutura Piso									
		Forro									
	Coro	Paredes									
		Piso									
		Estrutura Piso									
		Forro									
2.3.Co-bertura	Cúpula / Abóbada										
	Estrutura do Forro										
	Estrutura do Telhado										
	Entelhamento										

7. OBSERVAÇÕES

7.1.Exterior	
7.2.Interior	
7.3.Cobertura	
7.4.Fundação	

8. AVALIAÇÃO OUTROS ELEMENTOS

8.1.Elementos Artísticos e Integrados	Degradação	Perda de partes	8.2. Elementos Arquitetônicos	Degradação	Perda de partes	8.3. Instalações Prediais	Degradação	Perda de partes	Adequadas	Regular	Inadequadas
Altar Mor			Escadas			Elétrica					
Retábulos			Esquadrias			Hidráulica e Sanitária					
Pinturas parientais			Guarda-Corpos			Incêndio					
Púlpitos			Grades								
Pintura de Forro			8.4. Sistema de Segurança						A	R	I
Azulejaria			Presença de vigias								
Sinos			Existência de sistema de alarme e/ou monitoramento								
Outro:			Existência de sistema de proteção contra incêndio								

9. OBSERVAÇÕES

10. OUTROS LEVANTAMENTOS E FONTES DE INFORMAÇÃO

10.1. Identificação	10.2. Quant.	10.3.0Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	10.4.Data (dd/mm/aaaa)

11. PREENCHIMENTO

11.1. Entidade		11.2. Data
11.3. Responsável		

Figura 28: Ficha M206 – Diagnóstico de Conservação. Elaborada em *Word*, indicada para orientação de vistorias em imóveis tombados individualmente. Pode ser utilizada em atividades de fiscalização. (IPHAN, 2014, *online*).

Ficha **M207** – Relatório fotográfico

MÓDULO GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)	
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)	
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)	**1.4. Código Identificador Iphan**

3. IMAGEM	**4. COMENTÁRIOS** (com referências e localização da imagem)

5. PREENCHIMENTO		
5.1. Entidade		5.2. Data
5.3. Responsável		

Figura 29: Ficha M207 – Relatório Fotográfico. Elaborada em *Word*, direcionada à documentação e organização de fotografias obtidas em campo. (IPHAN, 2014, *online*).

1. LOCALIZAÇÃO				2. IDENTIFICAÇÃO	
1.1.UF	1.2. Microrregião	1.3. Município	1.4. Localidade	2.1. Código Identificador (Iphan)	2.2. Denominação do Bem

3. CARACTERIZAÇÃO																	
3.1. Natureza do Bem						3.2. Classificação	3.3. Contexto						3.4. Propriedade		
Bem arqueológico	Bem paleontológico	Patrimônio natural	Bem imóvel	Bem móvel	Bem móvel		Urbano	Rural	Entorno Preservado	Entorno Transformado	Forma Conjunto	Bem Isolado	Pública	Privada	Mista

4. ESTADO DE							
4.1. Preservação				4.2. Conservação			
Íntegro	Pouco alterado	Muito alterado	Descaracterizado	Bom	Precário	Em arruinamento	Arruinado

5. GRAU DE PROTEÇÃO																				
5.1. Proteção Existente									5.2. Instrumento Legal	5.3. Proteção Proposta										5.4. Instrumento Legal
Patrimônio Mundial	Federal/ individual	Federal/ conjunto	Estadual/ individual	Estadual/ conjunto	Municipal/ individual	Municipal/ conjunto	Entorno de bem protegido	Outra		Patrimônio Mundial	Federal/ individual	Federal/ conjunto	Estadual/ individual	Estadual/ conjunto	Municipal/ individual	Municipal/ conjunto	Entorno de bem protegido	Outra		

6. PREENCHIMENTO		
6.1. Entidade	6.2. Responsável	6.3. Data

Figura 30: Ficha M300 – Planilha Síntese. Elaborada em *Excel*. (IPHAN, 2014, *online*). Layout da tabela adaptado pela autora, para melhor apresentação no formato da presente pesquisa, em A4.

Ficha **M301** – Cadastro de bens

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)	**1.4. Código Identificador Iphan**

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade

2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)	2.5.Código Postal

2.6.Coordenadas Geográficas	
Latitude	
Longitude	
Altitude [m]	
Erro Horiz. [m]	

3.PROPRIEDADE	
	Pública
	Privada
	Mista
	Outra

3.1. Identificação do Proprietário
3.2. Contatos

4. NATUREZA DO BEM	
	Bem arqueológico
	Bem paleontológico
	Patrimônio natural
	Bem imóvel
	Bem móvel
	Bem integrado

4.1 Classificação

5.CONTEXTO	
	Rural
	Urbano
	Entorno preservado
	Entorno alterado
	Forma conjunto
	Bem isolado

6.PROTEÇÃO EXISTENTE	
	Patrimônio mundial
	Federal/ individual
	Federal/ conjunto
	Estadual/ individual
	Estadual/ conjunto
	Municipal/ individual
	Municipal/ conjunto
	Entorno de bem protegido
	Nenhuma

6.1. Tipo/ legislação incidente

7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Patrimônio mundial
	Federal/ individual
	Federal/ conjunto
	Estadual/ individual
	Estadual/ conjunto
	Municipal/ individual
	Municipal/ conjunto
	Entorno de bem protegido
	Nenhuma

7.1 Tipo/ legislação incidente

8.ESTADO DE PRESERVAÇÃO	
	Íntegro
	Pouco alterado
	Muito alterado
	Descaracterizado

9.ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
	Bom
	Precário
	Em arruinamento
	Arruinado

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

11.DADOS COMPLEMENTARES

11.1.Informações Históricas (síntese)

11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...)

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade		12.2. Data
12.3. Responsável		

Figura 31: Ficha M301 – Cadastro Básico de Bens. Elaborada em *Word*, identifica o bem através de um código, possibilitando o rastreamento do bem em outrs fichas, bancos de dados e sistemas do IPHAN. (IPHAN, 2014, *online*).

Ficha **M302** – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO									
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)									
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)									
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)							**1.4. Código Identificador Iphan**		
2. PLANTA/ CROQUI IMPLANTAÇÃO NO TERRENO				**3. IMAGENS/ CROQUIS DAS FACHADAS**					
4. TIPOLOGIA		**5.ÉPOCA/ DATA DA CONSTRUÇÃO**		**6.TOPOGRAFIA DO TERRENO**		**7. PAVIMENTOS**			
	Religiosa				**Plano**	**Acima da rua (nº)**			
	Civil	**8.USO ORIGINAL**			**Em aclive**	**Abaixo da rua (nº)**			
	Oficial				**Em declive**	**Sótão**		sim	não
	Militar				**Inclinado**	**Porão**		sim	não
	Industrial	**9.USO ATUAL**			**Acidentado**	**Outros**			
	Ferroviária			**10. MEDIDAS GERAIS DA EDIFICAÇÃO [m]**					
	Outra			**Altura fachada frontal**		**Altura da cumeeira**			
11. OBSERVAÇÕES				**Altura fachada posterior**		**Altura total**			
				Largura		**Pé direito térreo**			
				Profundidade		**Pé direito tipo**			
12. FOTOS E ILUSTRAÇÕES DE DETALHES IMPORTANTES									
13. BREVE DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA									
13.1.Paredes externas (Técnicas construtivas, Estruturas, Materiais e Acabamentos)									
13.2.Cobertura (Técnicas construtivas, Estruturas, Materiais e Acabamentos)									
13.3.Aberturas e elementos integrados (Técnicas construtivas, Estruturas, Materiais e Acabamentos)									
13.4.Palavras-chave									
14. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (etnológicas, arqueológicas e outras)									
15. LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE (copiar quantas linhas forem necessárias)									
15.1. Planta (relacionar nomes)		15.2. Escala		15.3. Localização e base disponível				15.4. Data	
16. OUTROS LEVANTAMENTOS/ BASES DE DADOS (copiar quantas linhas forem necessárias)									
16.1. Tipo		16.2. Quant.		16.3. Autoria, localização e base disponível				16.4. Data	
Fotografias									
Desenhos									
17. FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS									
18. PREENCHIMENTO									
18.1. Entidade							18.2. Data		
18.3. Responsável									

Figura 32: Ficha M302 – Bem Imóvel - Arquitetura - Caracterização Externa. Elaborada em *Word*, possui campos que possibilitam uma caracterização morfológica e tipológica mais aprofundada. (IPHAN, 2014, *online*).

Ficha **M303** – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização interna

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações) | **1.4. Código Identificador Iphan**

2. CÔMODOS | **3. PLANTA/ CROQUI DE PLANTA BAIXA**

	2.1. Uso original	2.2. Uso atual
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		

3.1. Pavimento:

4. DIVISÓRIAS (copiar quantas linhas forem necessárias)

4.1. Tipo/ material	4.2. Cômodos (numerar)	4.3. Acabamentos (descrever)

5. PISOS (copiar quantas linhas forem necessárias)

5.1. Tipo/ material	5.2. Cômodos (numerar)	5.3. Acabamentos (descrever)

6. FORROS (copiar quantas linhas forem necessárias)

6.1. Tipo/ material	6.2. Cômodos (numerar)	6.3. Acabamentos (descrever)

7. OBSERVAÇÕES (modificações, marcas, etc...)

8. BENS MÓVEIS E INTEGRADOS DE INTERESSE (mobiliário, quadros, peças de arte, escadas, guarda-corpos, pinturas murais, etc...)

9. SELEÇÃO DE IMAGENS DO INTERIOR E DETALHES (repetir tantas linhas quantas forem necessárias)

18. PREENCHIMENTO

18.1. Entidade	(preenchimento obrigatório)	18.2. Data
18.3. Responsável	(preenchimento obrigatório)	(preenchimento obrigatório)

Figura 33: Ficha M303 – Bem Imóvel - Arquitetura - Caracterização Interna. Elaborada em *Word*, possui campos que exigem levantamentos mais detalhados, prevendo também informações básicas sobre bens móveis e integrados, e de manifestações culturais. (IPHAN, 2014, *online*).

Ficha **M304** – Bem imóvel – Conjuntos arquitetônicos e rurais

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)	**1.4. Código Identificador Iphan**

2. CROQUI DE IMPLANTAÇÃO	**3. SELEÇÃO DE IMAGENS**	

4. EDIFICAÇÕES NA PROPRIEDADE(listar por função, a partir da edificação principal/sede- inserir quantas linhas forem necessárias)

ID	4.1. Denominação	4.2. Época de construção	4.3. Características gerais (técnica, materiais, estado geral de conservação)
A.			
B.			
C.			

4.4. Realizar levantamentos de algum imóvel?		sim		não	**Quais?**	
4.5. Realizar outros levantamentos?		sim		não	**Quais?**	

5. INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE ECONÔMICA

5.1. Original	
5.2. Atual	

6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

7. LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE (copiar quantas linhas forem necessárias)

7.1. Planta (relacionar nomes)	7.2. Escala	7.3. Localização e base disponível	7.4. Data
A			
B			
C			

8. OUTROS LEVANTAMENTOS/ BASES DE DADOS (copiar quantas linhas forem necessárias)

8.1. Tipo	8.2. Quant.	8.3. Autoria, localização e base disponível	8.4. Data
A			
B			

9. FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

10. PREENCHIMENTO

10.1. Entidade		10.2. Data
10.3. Responsável		

Figura 34: Ficha M304 – Bem Imóvel – Conjuntos Arquitetônicos Rurais. Elaborada em *Word*, abrange aspectos como implantação e caracterização de edificações, assim como os usos e atividades econômicas atuais e anteriores. (IPHAN, 2014, *online*).

Ficha **M305** – Bens Móveis e Integrados

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO						
1.1 Recorte Territorial (Identificação da região estudada)						
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)						
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)						**1.4. Código Identificador Iphan**
2.. INFORMAÇÕES HISTÓRICAS						
2.1 Datação		**2.3 Origem**				
2.2 Autor/Fabricante						
	Desconhecido	Nome			Responsável pela atribuição	
	Conhecido		Assinalado / Documentado		Atribuído	

3.CARACTERÍSTICAS FISICAS/TÉCNICAS					
3.1 Materiais				**3.2 Técnicas**	
	1. Âmbar		15. Marfim		
	2. Argila não cozida		16. Materiais pictóricos		
	3. Borracha		17. Metal		
	4. Cerâmica		18. Osso		
	5. Cera		19. Papel		
	6. Chifre		20. Pedra		
	7. Conchas		21. Penas		
	8. Concreto		22. Plástico	**3.3. Dimensões**	**3.3.1 Precisa** / **3.3.2 Aproximada**
	9. Couro/Peles/Parte de animal.		23. Porcelana	Altura (cm)	
	10. Fósseis		24. Vidro	Largura (cm)	
	11. Madeira		25. Verniz	Diâmetro (cm)	
	12. Material Botânico		26. Restos Mumificados	Circunferência (cm)	
	13. Material Carbonizado		27. Têxteis	Profundidade (cm)	
	14. Material Fotográfico		28. Outros	Peso (kg)	

3.4. Composto por Partes			
	3.4.1. Não	3.4.2.2 Descrição das partes	
	3.4.2. Sim		
3.4.2.1 Número de partes			
3.5. Objetos relacionados			
	3.5.1 Não	3.5.2 Sim	3.5.2.1 Código IPHAN dos objetos relacionados
4. DESCRIÇÃO DO BEM			
4.1. Descrição formal			
4.2. Marcas e Inscrições			

5. ESTATUTO JURÍDICO								
Situação		**1. Comprado**		**2. Emprestado**		**3. Doado**		**4. Outra**
Procedência								

6. DOCUMENTOS RELACIONADOS (repetir quantas linhas forem necessárias)			
Título			
Formato do arquivo		Data (dd/mm/aaaa)	

7. DADOS COMPLEMENTARES (preenchimento opcional)			
7.1 Características estilísticas			
7.2 Características iconográficas			
7.3 Referências Bibliográficas e Arquivísticas (repetir quantas linhas forem necessárias)			
Fonte/Referência Bibliográfica (norma ABNT)			
Localização (nome ou link)		Data (dd/mm/aaaa)	
7.4 Demais Códigos atribuídos ao objeto			

8. IMAGEM			
FIGURA	FIGURA	FIGURA	FIGURA
LEGENDA	LEGENDA	LEGENDA	LEGENDA

9. PREENCHIMENTO		
9.1 Entidade		9.2 Data (dd/mm/aaaa)
9.3 Responsável		

Figura 35: Ficha M305 – Bem Móvel e Integrado. Elaborada em *Word*, cadastra o universo das obras de artes e bens das edificações, observando sempre a busca pela comprovação de autenticidade do bem. (IPHAN, 2014, *online*).

Ficha **M306** – Patrimônio Ferroviário

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações) | **1.4. Código Identificador Iphan**

2. LOCALIZAÇÃO DO BEM

2.1 Linha	
2.2 Ramal	
2.3 Sub-Ramal	

2.4 Km Linha / Ramal	2.5 Nº Tombo RFFSA	2.6 Código Patrimônio Ferroviário						
		UF	LXXX	RXXX	SXXX	MUN	TIPO	ORDEM

3. TIPO DE BEM DE ACORDO COM O USO ORIGINAL

	3.1. Estação		**3.3. Armazenamento**		**3.5. Manutenção**		**3.7. Outro (especificar):**
	3.2. Administrativo		**3.4. Residencial**		**3.6. Superestrutura**		

4. ANO DE CONSTRUÇÃO	5. USO ORIGINAL	6. USO ATUAL

7. LINHA/RAMAL EM OPERAÇÃO?								8. O IMÓVEL FAZ PARTE DE CONJUNTO FERROVIÁRIO?		
	Ativa		**Desativada**		**Erradicada**			**Sim**		**Bem isolado**

9. USUÁRIO / POSSE / CONCESSÃO ATUAL

10. CARACTERIZAÇÃO DO BEM (ESTRUTURA/MATERIAIS)

10.1 Cobertura		10.2 Paredes		10.3 Esquadrias, vedação, janelas e portas	
	Cerâmico(a)		**Alvenaria portante**		**Alvenaria portante**
	Concreto armado		**Concreto armado**		**Concreto armado**
	Madeira		**Madeira**		**Madeira**
	Metálico(a)		**Metálico(a)**		**Metálico(a)**
	Vidro		**Pedra/rocha**		**Vidro**
	Outro:		**Outro:**		**Outro:**
10.4 Piso		10.5 Componente estrutural		10.6 Fundação	
	Cerâmico(a)		**Alvenaria portante**		**Alvenaria portante**
	Concreto		**Concreto armado**		**Concreto armado**
	Pedra/ rocha		**Pedra/ rocha**		**Pedra/ rocha**
	Metálico (a)		**Metálico(a)**		**Metálico(a)**
	Madeira		**Madeira**		**Madeira**
	Outro:		**Outro:**		**Outro:**

11. POSSUI BENS MÓVEIS, INTEGRADOS OU DOCUMENTAIS?				12. EXISTE INTERESSE LOCAL NA UTILIZAÇÃO DO BEM?				13. FOTO
	Sim		**Não**		**Sim**		**Não**	
11.1 Que tipo?				12.1 Que tipo de uso?				
	Objeto utilitário							
	Material rodante							
	Documental							
	Artes visuais							
	Outro			12.2 Nome do órgão/ instituição que tem interesse.				
14. O CONJUNTO DE BENS MÓVEIS DEMANDA LEVANTAMENTO EM ETAPA POSTERIOR?								
	Sim		**Não**	12.3 Contato local (nome/ telefone)				
15. POSSUI VIGILÂNCIA?								
	Sim		**Não**					

16. PLANTA/ CROQUI DE LOCALIZAÇÃO

17. PREENCHIMENTO

17.1. Entidade		17.2. Data
17.3. Responsável		

Figura 36: Ficha M306 – Patrimônio Ferroviário. Elaborada em *Word*, visa o cadastro do acervo ferroviário brasileiro. (IPHAN, 2014, *online*).

Ficha **M307**– Patrimônio Naval

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)	**1.4. Código Identificador Iphan**

2. CARACTERIZAÇÃO

2.1. Tipo do barco		2.4. Modo de propulsão		2.6. Registro na Marinha (nº)
	Canoa		**Vela**	
	Jangada		**Motor**	2.7. Localização (porto base)
	Barco encavernado		**Vela e motor**	
2.2. Especificação			**Vela e remos**	2.8. Locais de atracação eventual
			Varejão	
2.3. Dimensões (cm)		2.5. Se possuir motor:		
Comprimento		**Cilindradas**		
Boca		**Combustível**		2.9. Idade presumível da embarcação
Borda livre		**Ano de fabricação**		

2.10. Levantamentos existentes/plantas, plano de linhas, etc (copiar quantas linhas forem necessárias)

Tipo	Quantidade	Escala	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)

2.11. Observações complementares

3. ELEMENTOS NÁUTICOS

3.1. Local de Construção

3.2. Mestres Construtores

3.1 Madeiras utilizadas		3.2. Acabamentos (tipo de material, cor)
Casco		
Quilha		
Estrutura		
Forro		
Bancos		
Convés		
Leme		
Cana de leme		
Remos		
Mastros		
Retranca		
Espicha		
Caranguejeira		
Outros		
3.3 Relação de velas (quantidade, tipos)		3.4. Tipo de material (tecidos, fibras...) e acabamentos (cor...)
Mastreação		
Retranca		
Espicha		
Caranguejo		

Figura 37: Ficha M307 – Patrimônio Naval (1º Parte). Elaborada em *Word*, coleta informações de embarcações, indicando dificuldades e potencialidades do patrimônio naval e da pesca artesanal. (IPHAN, 2014, *online*).

3.5. Relação de apetrechos de pesca do barco		
foto	foto	foto
Nome/ quantidade:	**Nome/ quantidade:**	**Nome/ quantidade:**
3.6. Reparos efetuados nos últimos anos		
3.7. Responsáveis pelos reparos		
3.8. Materiais utilizados nos reparos		

4. TRIPULAÇÃO E ATIVIDADE ECONÔMICA (entrevista com dono ou tripulantes)	
4.6. Tripulação fixa (copiar quantas linhas forem necessárias)	
Quantidade	**Tarefas**
4.7. Tripulação eventual (copiar quantas linhas forem necessárias)	
Quantidade	**Tarefas**
4.8. Idade média do(s) proprietário(s) e tripulante(s)	
4.9. Grau de escolaridade média do(s) proprietário(s) e tripulante(s)	
4.10. Estimativa de renda média do(s) proprietário(s) e tripulante(s)	
4.11. Principal atividade econômica desempenhada pelo barco	
4.12. Proprietário e tripulação se dedicam exclusivamente a esta atividade? Se não, quais são as outras?	
4.13. Principais espécies de pescado (especificar se existe ou não sazonalidade) e principais problemas relacionados com as embarcações e com a pesca.	
4.14. Conhece outras embarcações semelhantes?	
4.15. Identificação do entrevistado	
4.16. Observações gerais	

5. FOTOGRAFIAS			

6. OUTROS LEVANTAMENTOS/ BASES DE DADOS (copiar quantas linhas forem necessárias)			
6.1. Tipo	6.2. Quant.	6.3. Autoria, localização e base disponível	6.4. Data
Fotografias			
Desenhos			

7. FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

8. PREENCHIMENTO		
8.1. Entidade		8.2. Data
8.3. Responsável		

Figura 38: Ficha M307 – Patrimônio Naval (2º Parte – Continuação da Ficha). Elaborada em *Word*, coleta informações de embarcações, indicando dificuldades e potencialidades do patrimônio naval e da pesca artesanal. (IPHAN, 2014, *online*).

O segundo momento a que se referem Di Lello e Guia (2014, p. 23), intitulado Prática e Amadurecimento, se caracteriza pelo aprimoramento do SICG a partir da verificação de

experiências práticas realizadas em dois projetos pilotos: Levantamento preliminar do Patrimônio Ferroviário e A Rede de Proteção do Piauí.

O levantamento do Patrimônio Ferroviário foi realizado através da ficha M306, aplicada em quatorze estados brasileiros possuidores do patrimônio ferroviário que fez parte do acervo da antiga Rede Ferroviária Federal S. A. A experiência foi essencial no aprimoramento de questões referentes à inteligência geográfica e levantamento de dados no sistema. Para a Rede de Proteção, como já tinham sido aplicados inventários de conhecimento anteriormente no Piauí, foi então realizada uma análise do material existente buscando algum ponto em comum entre os bens de várias naturezas levantados em toda a área do estado. Foram contatados contextos históricos e geográficos que geravam recortes temáticos, facilitando ações de identificação. Em setembro de 2009, a proposta da Rede de Patrimônio do Piauí foi apresentada ao Conselho Consultivo, o que resultou na "assinatura de um Termo de Cooperação entre o IPHAN e o governo do Piauí, formalizando a criação da Rede" (DI LELLO e GUIA, 2014, p. 24). Os autores consideram o ano de 2009 como o ano de institucionalização do SICG, quando o sistema era o único voltado ao patrimônio material no IPHAN, mesmo sendo em formato de fichas naquele momento, mas com a finalidade de se tornar completamente computadorizado; neste mesmo ano o sistema foi oficialmente lançado, durante o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, com a distribuição e publicação do Manual de Aplicação. A partir daí iniciaram-se os inventários de varredura em maior escala.

Neste período, o desafio do SICG era abordar o Patrimônio Cultural com base em três eixos, de modo: integrado, abrangendo todas as categorias do patrimônio material; sistêmico, definindo modelos a serem usados nas etapas de preservação, aumentando a troca de informações entre etapas e áreas; e estratégico, "considerando o mapeamento, a organização e a disponibilização de informações sobre o patrimônio como base para a construção de políticas públicas e de planos de preservação e desenvolvimento das regiões" (DI LELLO e GUIA, 2014, p. 27), contando com a participação da sociedade, e contemplando normatização de áreas tombadas e elaboração de programas de qualificação urbana.

A terceira fase, intitulada "Do papel para a tela dos computadores – Novas inteligências e resgate dos preceitos de 2007", representa o momento de efetivação do sistema computadorizado. Di Lello e Guia (2014) esclarecem que desde o ano de 2007 o IPHAN começou a priorizar investimentos para a informatização de suas práticas e procedimentos. Mas foi em 2010 que se iniciou o processo para contratação de uma empresa que seria responsável pelo desenvolvimento do sistema em formato digital, e no ano seguinte a execução do contrato foi iniciada. Foi então criado um Grupo de Trabalho no DEPAM, para

acompanhar o desenvolvimento do SICG, que realizava reuniões semanais com fóruns de discussões, a partir dos quais foram definidos os elementos necessários para a transformação das fichas *Word* e *Excel* em um sistema computadorizado integrado. Dessa forma, o processo de elaboração do sistema computadorizado aconteceu de forma participativa e transparente dentro do órgão. Em 2012 o GT passou a ser um grupo interdepartamental, com integrantes de diversos departamentos do IPHAN.

Naquele momento, encontrava-se em desenvolvimento o Mapeamento do Patrimônio Imaterial Brasileiro (MAPI) pelo DPI, que enxergou no sistema uma oportunidade ainda maior de integração dentro do IPHAN, reunindo informações dos patrimônios material e imaterial em uma única base, fazendo com que o SICG passasse a ser um sistema do patrimônio cultural, e não mais apenas do patrimônio material, uma grande necessidade do instituto para a efetividade e maior alcance de suas ações de valorização e preservação. Os autores ressaltam que

> O SICG foi construído com a premissa da possibilidade de ampliação de escopo, bem como a capacidade de integração com outros bancos de dados, internos ou externos ao IPHAN, como já acontece com o fiscalis. Da mesma forma, há a expectativa de novas tipologias de bens integrarem o SICG, na medida em que existir consenso sobre as informações necessárias para viabilizar a sua gestão. (DI LELLO e GUIA, 2014, p. 29).

Outro elemento essencial para a informatização do SICG foi a metodologia de desenvolvimento praticada pela CGTI, que decidiu que o ambiente de homologação do sistema fosse disponibilizado aos servidores do IPHAN, com acesso através da *Intranet* para testes, em todas as divisões e unidades, para que tomassem conhecimento de todas as modificações e produtos desenvolvidos com o passar do tempo.

O ambiente de homologação é o sistema já em meio informatizado. Este ambiente possui identidade visual baseada na identidade das fichas anteriormente elaboradas. A tela inicial possui um *menu* superior composto por abas correspondentes aos módulos Cadastro, Conhecimento e Gestão, além de outras duas abas, Pesquisa e Auxiliar, como mostra a figura 39. Em todas as telas há um ícone de ajuda, com o símbolo ‘(?)’, no canto superior direito, que ao ser selecionado abre uma nova janela, para consulta ao Manual do Usuário, que possui todos os capítulos e subcapítulos acessíveis através de links, que direcionam o usuário diretamente ao assunto que está com dúvidas.



Figura 39: Tela inicial do SICG em ambiente informatizado, com acesso restrito. (SICG, 2014, *online*).

O módulo Cadastro se divide em Bem Material e Bem Imaterial. Para o Bem Material o usuário tem a opção de pesquisa de um bem, ou de inserir um novo bem. Através do item Pesquisa é possível encontrar um bem, e entre os ícones de "Ações" optar entre Detalhar Bem, Alterar Bem, emitir Relatório Dados Básicos do Bem, emitir Relatório do Conjunto Urbano, e acompanhar Fiscalização (figura 40). A tela Detalhar Bem apresenta uma síntese com os dados principais do bem, conforme figura 41. A tela Relatório Dados Básicos do Bem, possui as mesmas informações da Detalhar Bem, acrescidas do código de identificação do bem, dados complementares, documentos, palavras-chave, e códigos vinculados, além de oferecer automaticamente a opção de impressão.

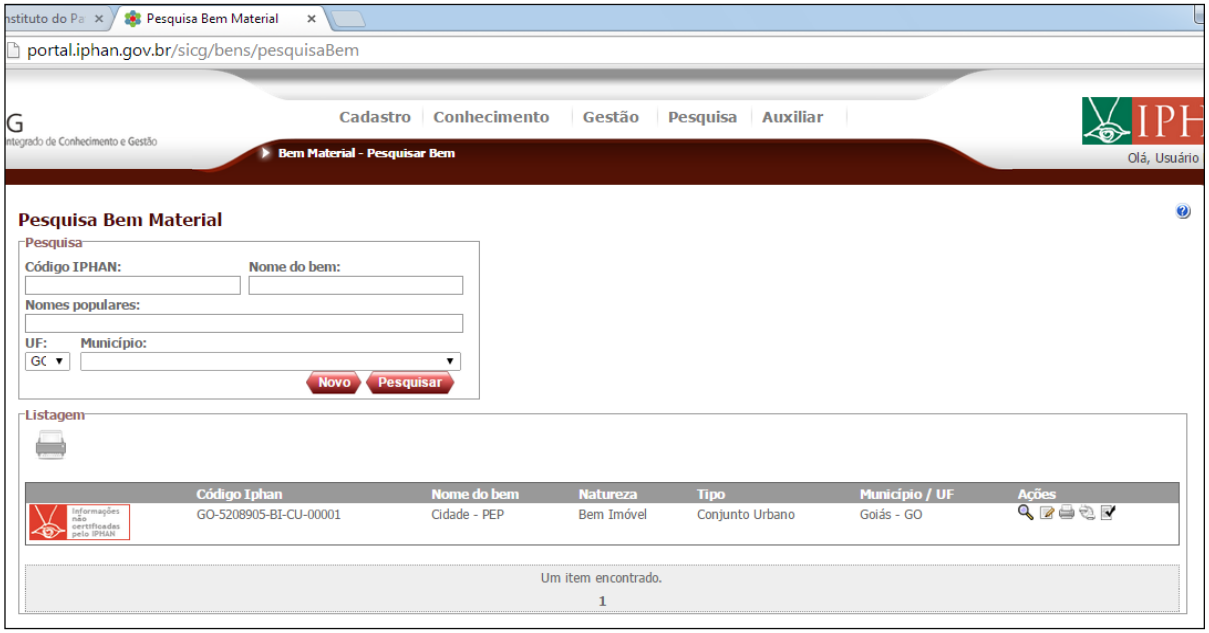


Figura 40: Cadastro > Bem Material > Pesquisa Bem. Como resultado da pesquisa são listados os bens correspondentes aos campos preenchidos. A pesquisa oferece resultados mesmo com apenas um campo preenchido. (SICG, 2014, *online*).

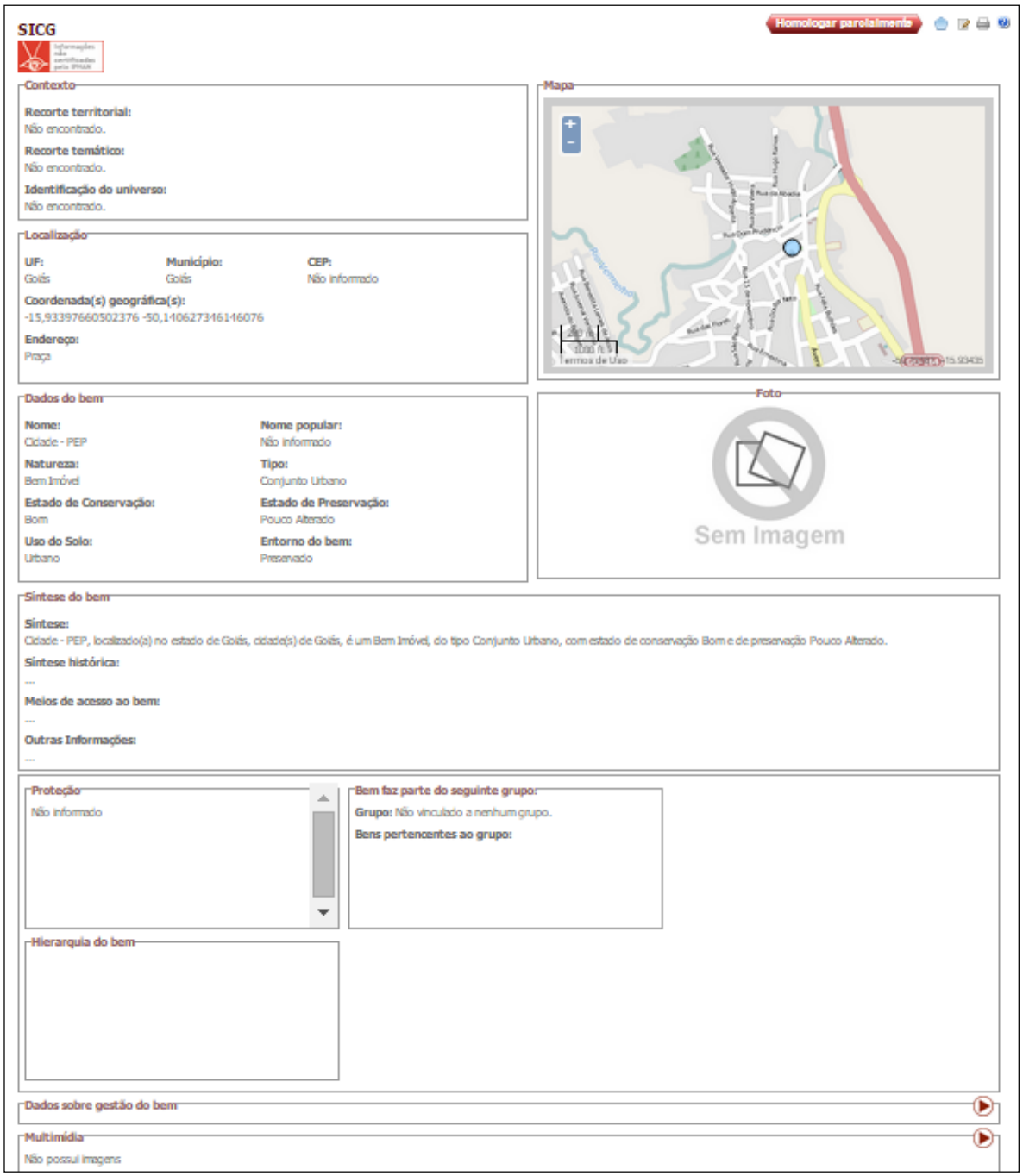


Figura 41: Cadastro > Bem Material > Pesquisa Bem > Detalhar Bem. (SICG, 2014, *online*).

Para o "Novo Bem" é necessário o preenchimento dos "Dados Básicos". Somente depois de salvar todas as informações obrigatórias inseridas no formulário de Dados Básicos é que as outras opções do *menu* lateral são abertas. "Os dados básicos do bem são cadastros e vinculações que são comuns a todas as naturezas e tipos de bens, os dados complementares são os dados específicos de cada conjunto, natureza e tipo" (SICG, 2014, p. 77). Este *menu* então apresenta possibilidade de preenchimento de dados e informações referentes a Dados Complementares, Contatos, Multimídia, Documentos, Palavras-chave/Links, Códigos Vinculados, e Proteção, conforme ilustrado na figura 42.

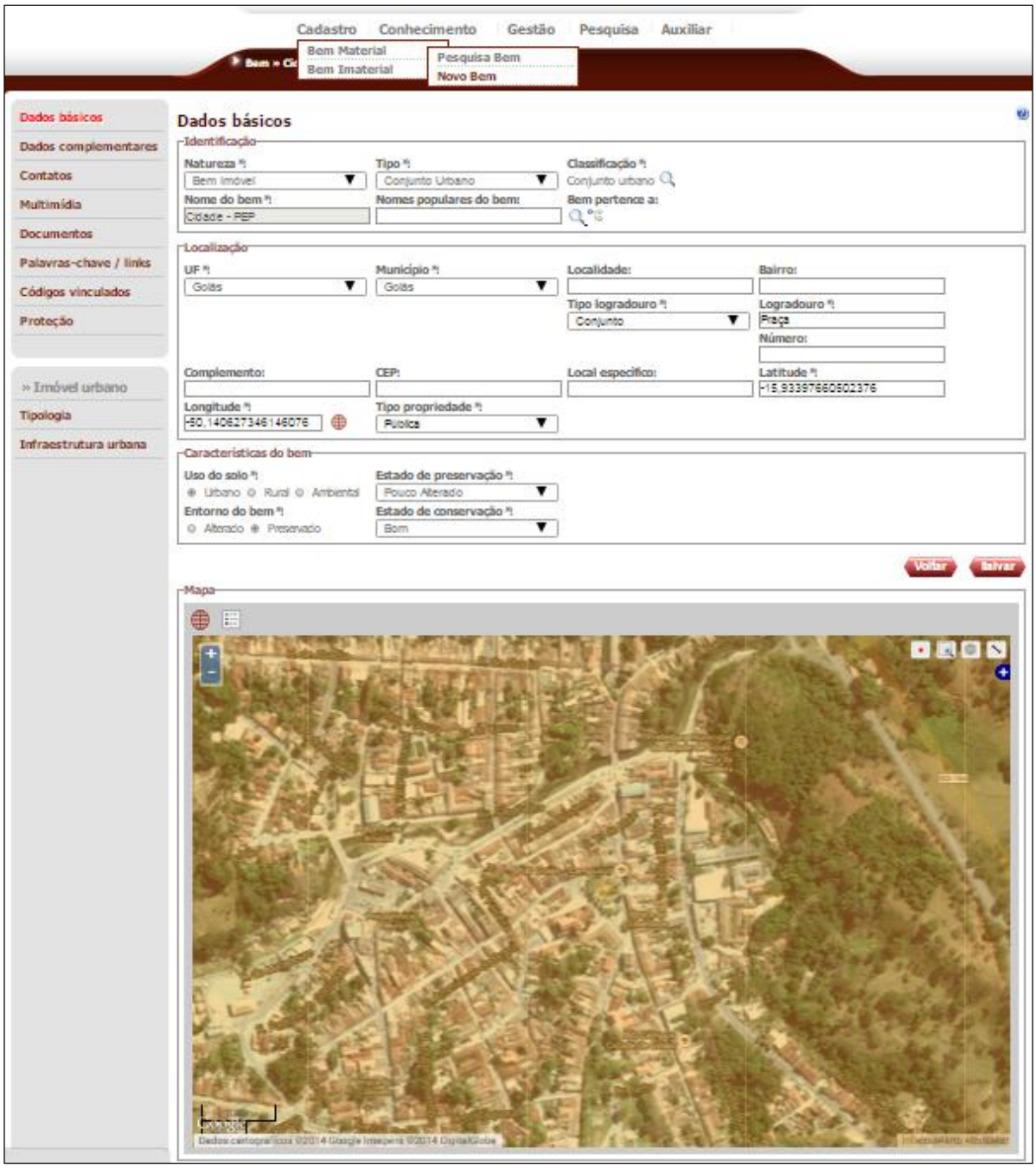


Figura 42: Tela de Cadastro > Bem Material > Novo Bem. Somente após preencher e salvar os dados do novo bem, é apresentando um menu lateral (esquerda), secundário, para cada tipo de cadastro. Foi utilizado um nome fictício de um bem, para possibilitar a visualização dos itens seguintes ao Cadastro dos Dados Básicos. (SICG, 2014, *online*).

O primeiro item para preenchimento é o de Identificação do bem, do qual deriva o subitem Natureza, obrigatório, que oferece cinco opções listadas abaixo. As opções de Tipo do bem são carregadas posteriormente, de acordo com a natureza escolhida. E dependendo da Natureza e do Tipo do bem, após o preenchimento dos dados Básicos, surgira uma extensão abaixo do *menu* lateral, que trata de aspectos específico de cada natureza:

- Bem Arqueológico – Tipos: Coleção, Artefato, Acervo e Sítio. Coleções e Sítios Arqueológicos possuem extensão do menu lateral, conforme figura 43.
- Bem Imóvel – Tipos: Obras de Engenharia, Conjunto Arquitetônico, Conjunto Urbano e Edificação, dos quais três possuem extensão do menu lateral, conforme figura 43.
- Bem Móvel ou Integrado – Tipos: Coleção, Artefato e Acervo. Todos possuem extensão do menu lateral, conforme figura 43.
- Bem Paisagístico – Tipos: Jardim Histórico e Paisagem. Apenas Jardim Histórico possui extensão do menu lateral, conforme figura 43.
- Bem Paleontológico – Tipos: Coleção, Artefato, Acervo, Sítio. Não possui extensão do menu lateral.

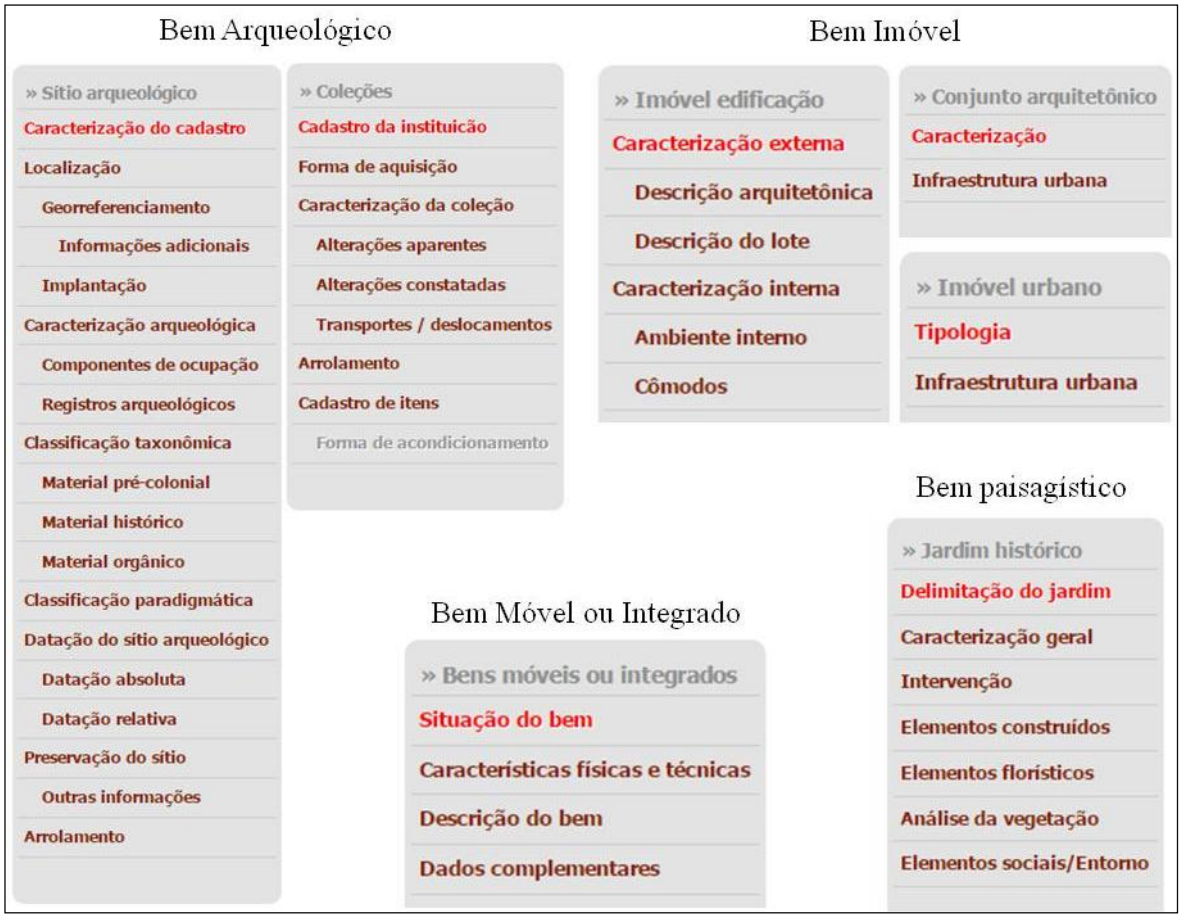


Figura 43: Extensões do menu, de acordo com a natureza e o tipo de cada bem, para coleta de dados mais específicos. Situados abaixo do menu, na lateral esquerda da tela. (SICG, 2014, *online*).

Para o Bem Imaterial, o MAPI, é apresentada uma tela de pesquisa, através da qual é possível também acessar um formulário de cadastro que contempla dados relativos a um Bem, uma Ação, ou uma Instituição, conforme figuras 44 a 46.

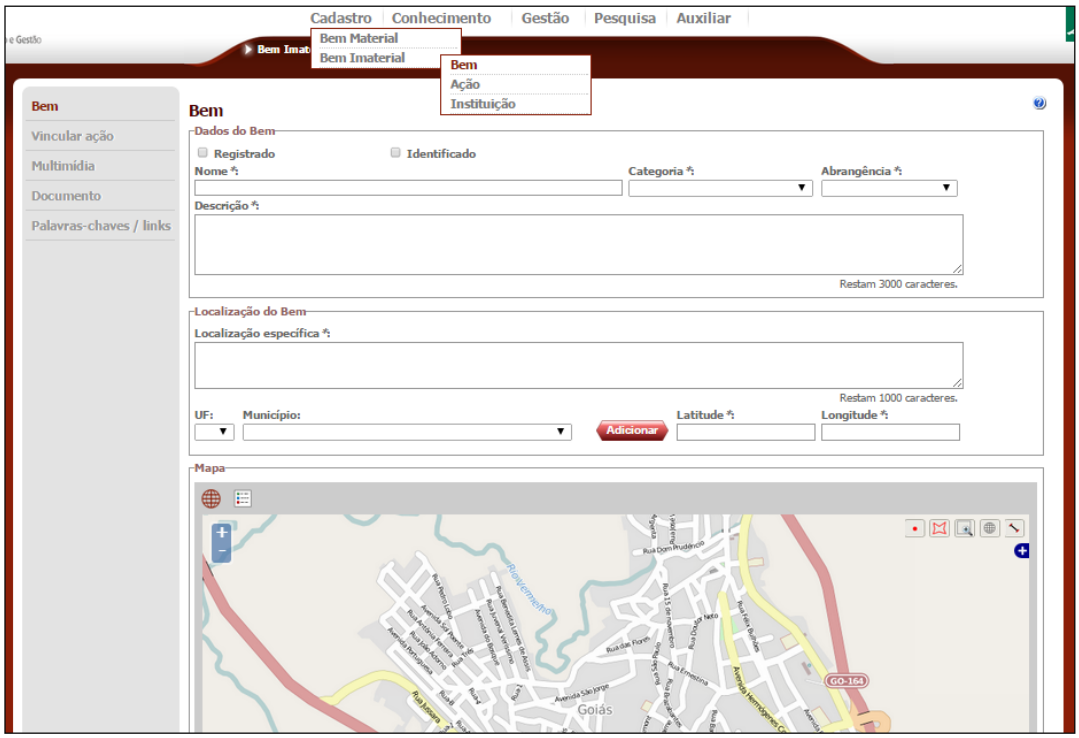


Figura 44: Cadastro > Bem Imaterial > Bem. Tela com formulário de coleta de dados para cadastro de um novo bem imaterial. (SICG, 2014, *online*).

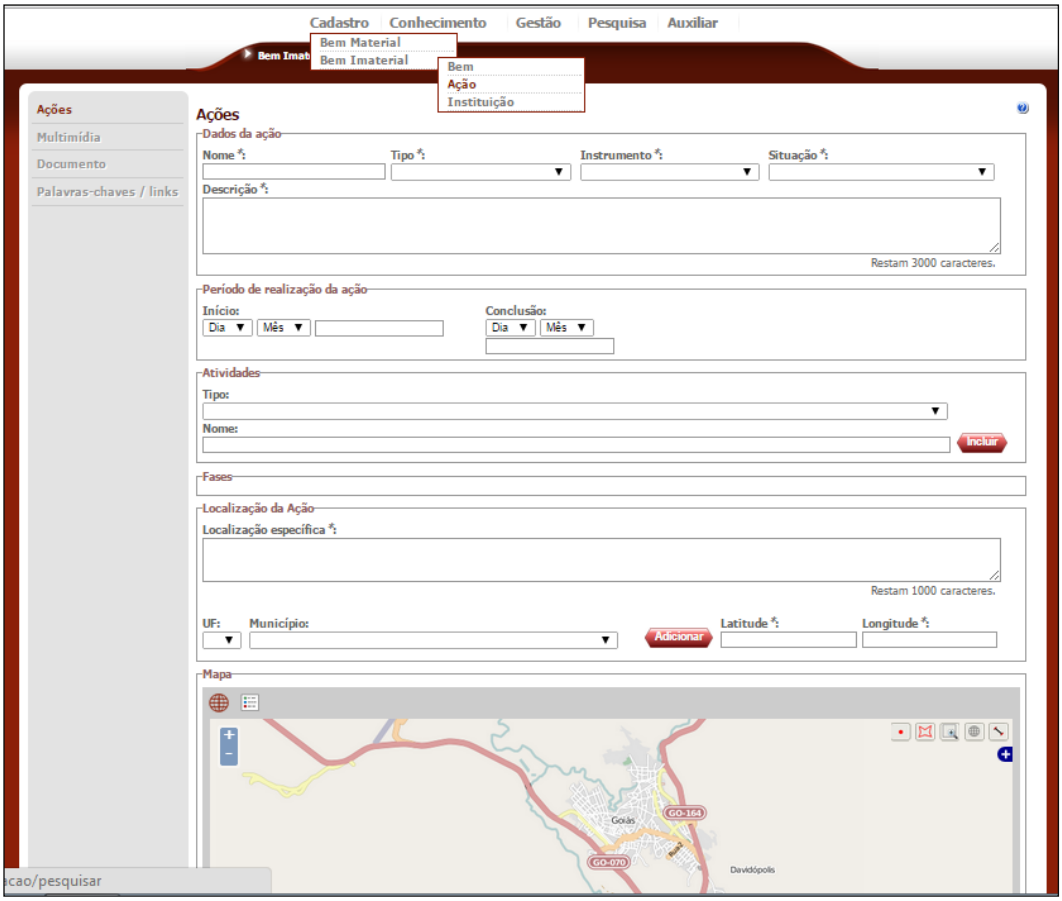


Figura 45: Cadastro > Bem Imaterial > Ação. Tela com formulário de coleta de dados para cadastro de uma nova ação relacionada ao patrimônio imaterial. (SICG, 2014, *online*).

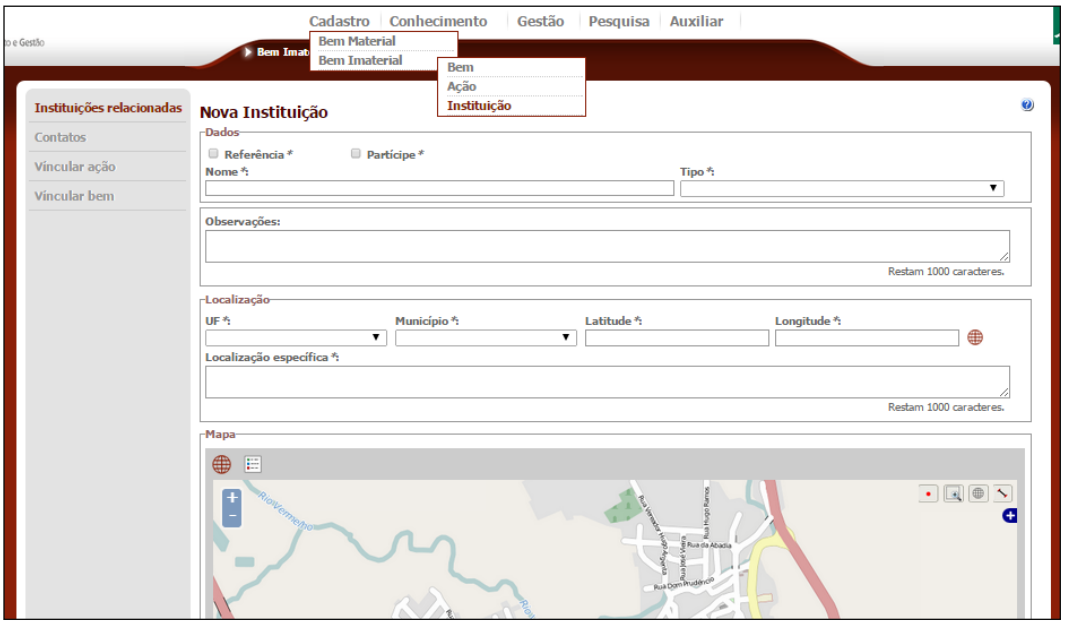


Figura 46: Cadastro > Bem Imaterial > Instituição. Tela com formulário de coleta de dados para cadastro de uma nova instituição com atuação relacionada à ações e bens imateriais. (SICG, 2014, *online*).

O módulo seguinte, Conhecimento, é dividido em duas partes, Contexto Geral e Contexto Imediato. Ao criar um Contexto/Projeto é necessário indicar o recorte Temático e a identificação do universo do bem, para que os outros itens do *menu* lateral fiquem disponíveis para preenchimento, como mostra a figura 47.

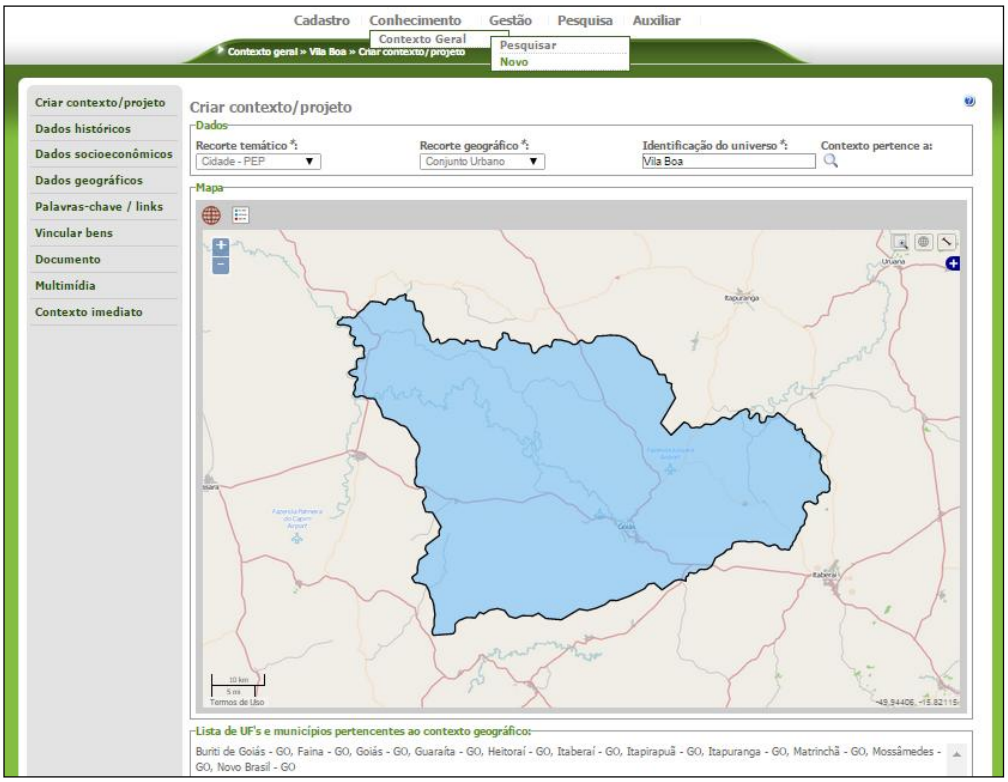


Figura 47: Conhecimento > Contexto Geral > Novo. Tela do módulo conhecimento. (SICG, 2014, *online*).

Através do último item do menu lateral, o Contexto Imediato (figura 48), abre-se uma nova tela para preenchimento, que contempla dados históricos, geográficos, socioeconômicos, morfológicos e tipológicos, além da inserção de documentos e multimídia, e associação de palavras-chave e *links*.

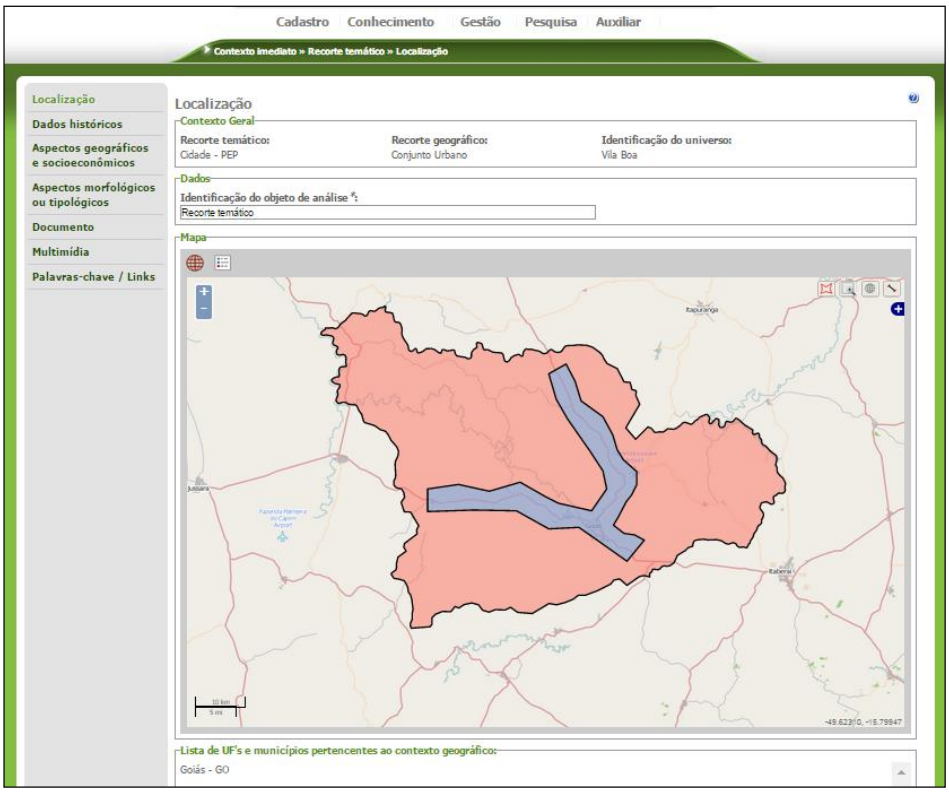


Figura 48: Conhecimento > Contexto Geral > Novo > Contexto Imediato. Tela de Contexto Imediato, acessada através do recorte temático do bem, definido no item Criar contexto/projeto. (SICG, 2014, *online*).

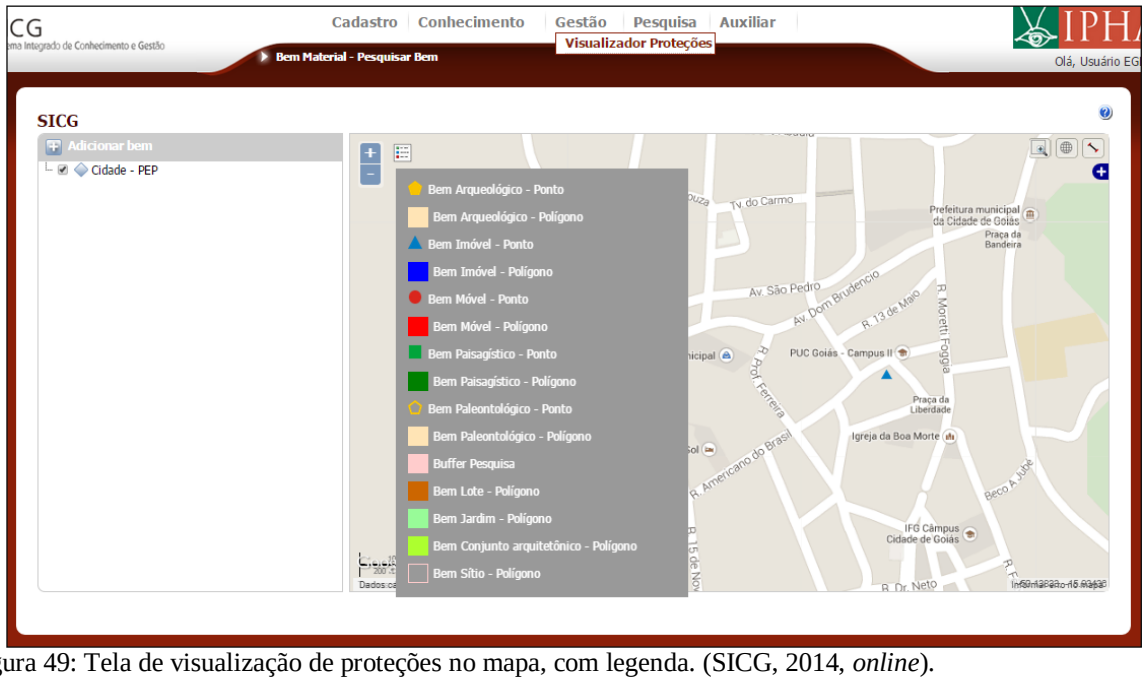


Figura 49: Tela de visualização de proteções no mapa, com legenda. (SICG, 2014, *online*).

O módulo de Gestão oferece a Visualização de Proteções de um ou mais bens, que podem ser adicionados pelo usuário de acordo com sua necessidade. A tela apresenta um mapa com legenda, onde são indicados os diversos tipos de bens, como pode ser observado na figura 49.

Através da aba principal de Pesquisa, pode-se escolher entre três tipos de diagnósticos: Visualizador Geral do bem, Pesquisa Avançada do Bem, e Pesquisa Avançada do bem Imaterial. Ao selecionar o Visualizador uma nova janela é aberta, com um mapa central, e uma lista na lateral direita com todos os bens, ações e instituições já inseridos no SICG, oferecendo informações resumidas ao clicar no "objeto" da lista, conforme exemplo na figura 50. Os outros dois são telas que, para a pesquisa, solicitam aspectos mais específicos dos bens materiais e imateriais.

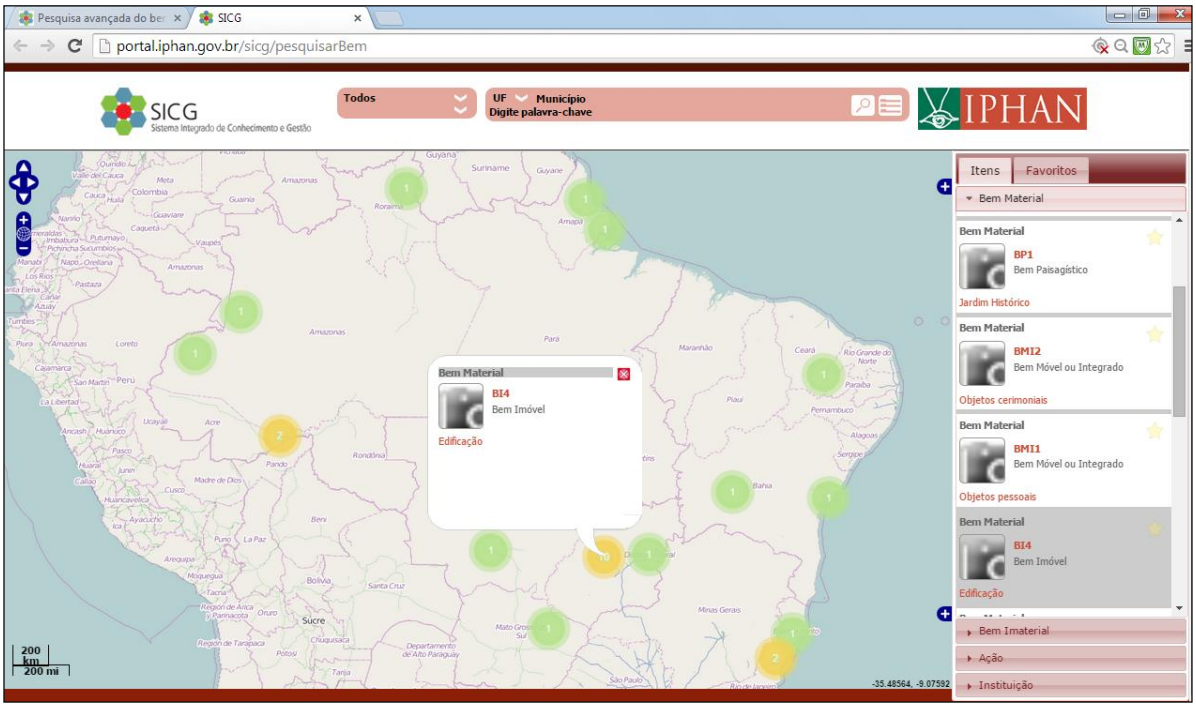


Figura 50: Tela do Visualizador Geral do Bem. (SICG, 2014, *online*).

Todos os módulos possuem visualização através de mapa, característica do georreferenciamento[75], que é parte do conceito do SICG. No sistema, os mapas são apresentados através de seis "*base layers*", dos quais o usuário pode selecionar o que esteja

[75] Georreferenciamento ou geoprocessamento é "uma área do conhecimento, onde diversos tipos de informações geográficas são processadas por meio de técnicas matemáticas e computacionais. O SIG é uma ferramenta do geoprocessamento, através da qual são geradas informações por meio da análise e integração de dados geográficos. Tais dados permitem a criação de diferentes mapas temáticos, onde vários tipos de informações podem ser sobrepostas e interpretadas. Assim é possível gerar novos mapas contendo informações complexas sobre a área em estudo, facilitando as tomadas de decisão" (SICG, 2014, p. 14).

mais de acordo com sua necessidade, conforme mostra a aba lateral azul no mapa da figura 51.

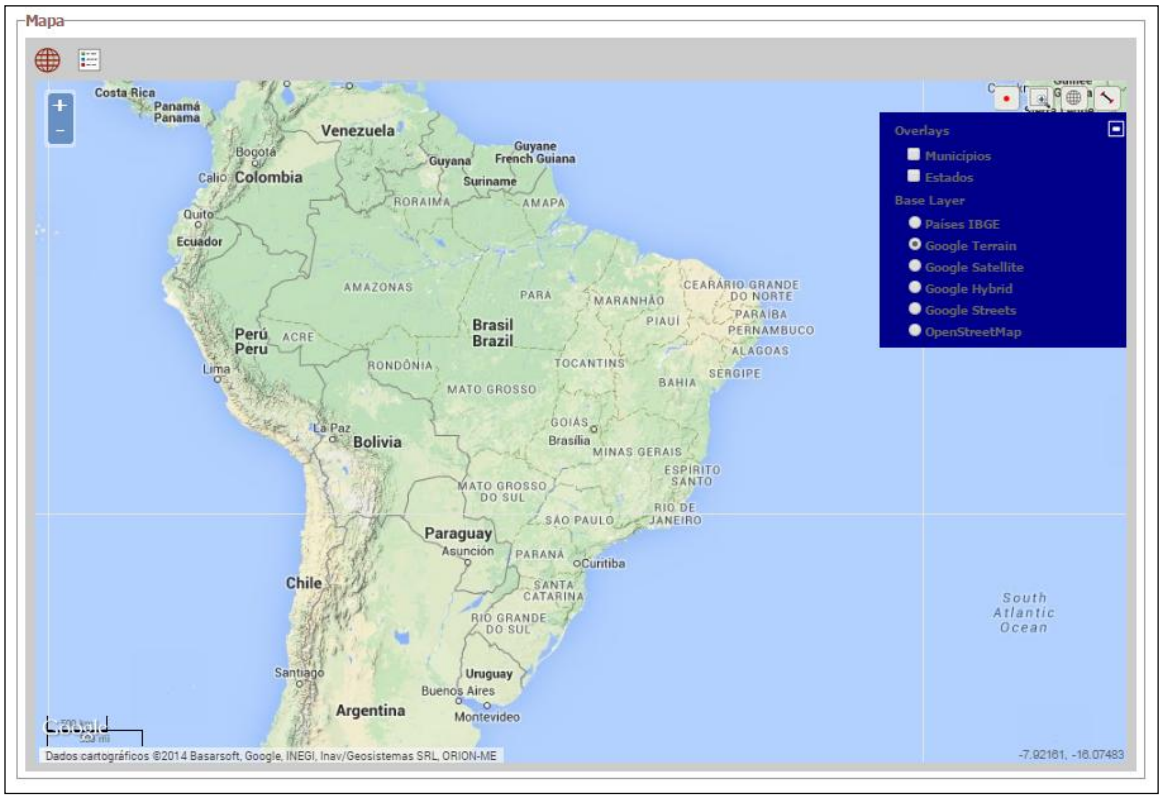


Figura 51: Exemplo de tela com mapa. No canto superior direito a aba com as opções de *layers*. (SICG, 2014, *online*).

A última aba do sistema é a Auxiliar (figura 52), que oferece opção de Cadastros Básicos, apresentando "os cadastros das tabelas auxiliares do sistema, ou seja, entidades que serão utilizadas e referenciadas em vários lugares do sistema" (SICG, 2014, p. 16).



Figura 52: Tela Auxiliar > Cadastros Básicos. (SICG, 2014, *online*).

Durante o preenchimento dos formulários, o sistema registra o usuário, IP da máquina, data e hora da operação, através de auditoria, possuindo controle das informações inseridas, alteradas ou excluídas. Neste sentido, existe também a Homologação, em que o bem é classificado em três estados, sendo verde quando as informações foram totalmente validadas e certificadas pelo IPHAN, amarelo quando parcialmente, e vermelho quando não certificadas, conforme figura 53. Na Homologação Parcial os dados básicos são certificados, contanto que o bem tenha pelo menos uma proteção válida; já na Homologação Total, são certificados também os dados complementares, seguindo a mesma exigência quanto à proteção.



Figura 53: Símbolos de homologação do SICG. (SICG, 2014, *online*).

Enfim, o quarto momento do desenvolvimento do SICG, que "é e sempre será [o] atual, pois trata da prática fundamental para o sucesso de qualquer sistema integrado, a construção de uma rede de informação" (DI LELLO e GUIA, 2014, p. 13). Seu desenvolvimento em *software* livre possibilita o avanço na produção de soluções tecnológicas voltadas ao patrimônio. Contribuindo neste sentido, o IPHAN tem disponibilizado o SICG e sua metodologia a vários pesquisadores, instituições parceiras e governos locais, que podem apropriar-se do sistema utilizando a inteligência do SICG como base para seus próprios cadastros georreferenciados. Tanto que dentro do Mapa Estratégico do IPHAN 2013-2015, o SICG foi adotado como Iniciativa do Objetivo Estratégico nº 6[76], "com a meta de consolidar, até o ano de 2015, o SICG como a ferramenta de cadastro e gestão de 60% das superintendências estaduais e escritórios técnicos do IPHAN, e em 30% nos governos subnacionais participantes do SNPC" (DI LELLO e GUIA, 2014, p. 31).

Hoje o sistema proporciona o cadastro de bens de diversas naturezas em uma mesma interface, o que antes só acontecia de forma isolada, sem uma comunicação entre bancos de dados no âmbito do IPHAN. Mesmo assim, este importante projeto institucional apresenta

[76] Objetivo Estratégico nº 6 – Fortalecer a gestão da preservação do patrimônio cultural. "Efetivar em todo o IPHAN a padronização, segundo critérios devidamente conceituados e pactuados, dos instrumentos metodológicos, das ferramentas operacionais e dos marcos institucionais relativos às ações de identificação, reconhecimento, proteção, salvaguarda, monitoramento, fiscalização, normatização, autorização, apoio e fomento dentre outros, bem como orientar sua vigência e seu contínuo refinamento em direção à abordagens transversais, além de fazer convergir os procedimentos e processos que lhes sejam correspondentes nas demais instituições que compartilhem ou se sobreponham à gestão do patrimônio cultural, tendo como marco o diálogo com a sociedade civil". (IPHAN, 2013c).

grandes desafios, como a garantia de recursos humanos e financeiros para o gerenciamento e manutenção do sistema, a grande carga de dados do instituto que deve ser tratada e migrada das diversas bases de dados existentes para o SICG, entre outros que, naturalmente surgirão na medida em que o sistema se tornar uma ferramenta mais presente nas rotinas e pesquisas dos departamentos e unidades.

Outra questão que se deve ter consciência diz respeito à estabilidade de um sistema computadorizado frente à rápida obsolescência das tecnologias atualmente. Hoje, um sistema computadorizado, constantemente corre o risco de perder sua continuidade, em aspectos tecnológicos e técnicos, que de tempos em tempos são atualizados ou substituídos. Por isso, é necessário que uma instituição esteja sempre atenta às novas técnicas e métodos de organização e de representação da informação, buscando a atualização constantemente. Embora seja reconhecida sua importância para a gestão de bens, um sistema computadorizado continua sendo um instrumento, por vezes frágil; consequentemente a gestão, e todas as outras dimensões da preservação do patrimônio, não se apoiam apenas neste instrumento.

O SICG, atualmente, ainda não nos oferece dados concretos, justamente por estar em fase de desenvolvimento e por ainda não ter sido alimentado, mas nos oferece grandes possibilidades. Mesmo com tantos desafios, e talvez por isso mesmo, pode-se considerar que o SICG, ao refletir um extenso processo de amadurecimento do IPHAN, inaugura uma nova fase no instituto, na qual, através das tecnologias digitais o patrimônio passa a ser tratado de maneira mais completa, levando em consideração seus vários aspectos materiais e imateriais.

O desenvolvimento e implantação do sistema têm gerado muitos debates dentro da própria instituição, com algumas visões pessimistas e desacreditadas, mas também com visões positivas e confiantes na nova relação que o SICG pode proporcionar. Mas o desenho e desenvolvimento de um sistema que abarque todas as funcionalidades que o SICG propõe, é extremamente complexo, ainda mais quando se leva em conta toda a diversidade de bens em um país de dimensões continentais como o nosso. Se fossemos olhar somente pela visão do sistema tecnológico o SICG já seria louvável, pois oferece um espaço para acompanhamento e gestão do bem, incluindo ainda inteligência geográfica, coisa que nenhum outro sistema do IPHAN, computadorizado ou não, trouxe até hoje. A grande especialidade do IPHAN nesses 77 anos de existência foi a de identificação do patrimônio, mas sabe-se que para um trabalho de preservação integral é essencial à difusão deste patrimônio e sua gestão com a participação da população local e da sociedade em geral.

À GUISA DE CONCLUSÃO

> *Nem a salvação nem a perdição residem na técnica. Sempre ambivalentes, as técnicas projetam no mundo material nossas emoções, intenções e projetos. Os instrumentos que construímos nos dão poderes, mas coletivamente responsáveis, a escolha está em nossas mãos. Pierre Levy, 1999.*

Podemos dizer que essa dissertação não oferece respostas, mas provoca questionamentos pertinentes, em uma modesta tentativa de contribuir para a compreensão do trabalho do IPHAN nos dias de hoje.

Ao longo de sua escrita, a consideração de alguns pontos se tornou extremamente importante para seu desenvolvimento: O que é o "construir informações"? Combinar e recombinar dados? Parece-nos que no caso do IPHAN, este é um trabalho infinito então, à medida que novos dados são inseridos constantemente em seus sistemas de informações, computadorizados ou não. E a dualidade entre quantidade e qualidade? Supomos que nem sempre uma quantidade maior de informações signifique menor qualidade, isso não é regra, o que acontece é que uma grande quantidade de dados/informações pode dificultar a construção do conhecimento, mas é possível transpor essa barreira, e isso depende das oportunidades e do interesse de cada um. Ao IPHAN cabe oferecer esta oportunidade à sociedade quando em relação ao patrimônio cultural, lembrando que a disseminação de informações, por ela só, não traz conhecimento. Mas o ambiente digital, principalmente por meio da *Internet*, amplia o acesso às informações, que por sua vez fomenta o conhecimento, que, enfim, se configura em poder em uma sociedade que busca ser democrática.

Muitos dos documentos analisados durante a pesquisa, descritos nesta dissertação, foram produzidos em função de conceitos de seu próprio tempo e em momentos em que não havia informática no IPHAN. Outros, como o INBISU e o INRC, possuíam estrutura para informática e usavam instrumentos digitais, mas não eram integrados. Descrevê-los e difundi-los hoje na Rede de Arquivos, no SICG, ou em outros formatos computadorizados, e talvez através da *Internet*, poderia contribuir para a revaloração de bens, como a cidade de Goiás, possibilitando novas leituras do bem e sobre a mesma fonte. Dessa maneira, imaginamos que as tecnologias digitais oportunizam novas leituras, o que permite a atualização de valores e significados de um determinado bem.

Mas apesar de muitas vantagens, as tecnologias digitais também apresentam grandes desafios, e não podem ser vistas superficialmente como solução para tudo, mas também não devem ser ignoradas. Para Dodebei e Dantas (2009, p. 12) enxergar a *Internet* como "a grande ferramenta de democratização da informação", ou como "a vilã de uma suposta organização controladora e devoradora de práticas sociais mais livres" são visões reducionistas, pois não levam em conta "a complexidade própria dos processos envolvidos na difusão de novas mídias". As Tecnologias da Informação e Comunicação são ferramentas que devem ser implementadas com cautela, após a verificação de sua aplicabilidade e da real necessidade, para que não resultem em gastos (tempo, recursos financeiros, etc.) desnecessários. Portanto, instituições culturais necessitam de parceria com empresas produtoras de informações e softwares, além disso, recursos adequados e apoio político também são fundamentais, garantindo que as gerações futuras tenham acesso à riqueza digital contemporânea.

Dessa forma, uma maior divulgação das novas concepções do patrimônio e da política de preservação deste, colabora para o esclarecimento da população, e para o reconhecimento da importância dos valores culturais na construção de identidades e memórias. É a partir da informação "ofertada", que cada indivíduo começa a construir seu próprio conhecimento a respeito do que lhe é apresentado, e assim, vislumbra-se a possibilidade de modificação do/no sistema atual. As tecnologias contemporâneas da informação exercem um papel fundamental para uma ação mais democrática também na patrimonialização pelo Poder Público, com potencial transformador dos procedimentos para seleção de bens, visando maior representatividade da cultura brasileira.

Hoje, no IPHAN, podemos encontrar muita informação a respeito de um bem, dispostas em diferentes formatos e distintos suportes, em vários arquivos nas unidades institucionais, distantes fisicamente, mas complementares com relação aos acervos que contêm. Justamente por este impedimento espacial a integração dessas informações é complicada, demandando tempo e recursos a quem se interessar pesquisar as práticas de preservação e políticas patrimoniais do instituto. Por isso é necessário o investimento em novas alternativas, que consigam distribuir esse poder da informação à sociedade. É importante também lembrar que as soluções tecnológicas em âmbito institucional devem ser pensadas para benefício de todo o IPHAN, integrando suas unidades e também a sociedade, e não fragmentadas, como hoje ainda acontece. As tecnologias digitais e os sistemas de informação computadorizados são ferramentas essenciais na democratização do conhecimento em uma instituição com abrangência nacional, e é isso o que o IPHAN busca com os dois projetos abordados na dissertação.

O projeto Rede de Arquivos tem como objetivo organizar virtualmente os documentos do IPHAN, dando acesso à qualidade, complexidade e quantidade de informações sobre o patrimônio cultural, para que pesquisadores, moradores ou quaisquer outros interessados possam fazer suas buscas e interpretações. E o SICG? Entendemos que o sistema visa primeiramente a própria instituição, que aperfeiçoa o processo de comunicação interna, e que atua como ferramenta das práticas de documentação fomentando a gestão de bens pelo IPHAN, mas que vislumbra também a apresentação de informações à sociedade. Grande parte dos dados que irão alimentar o SICG já existe, em inventários, relatórios e bancos de dados institucionais, mas para inserção no sistema estes dados serão reformatados, assim o SICG permite também a construção de novas informações e não somente a exposição de informações já consolidadas. Um instrumento, a princípio focado nos bens materiais, mas que agora começa a pensar também na integração de dados do patrimônio imaterial. Uma grande oportunidade de integração de práticas no IPHAN, posto que, ainda que os bens culturais continuem sendo divididos em materiais e imateriais, através do processo de representação em meio digital essa diferenciação não existe, pois de acordo com Dodebei (2007, p. 10), qualquer tipo de bem se transforma em informação após o registro digital.

Seu desenvolvimento e implantação vêm gerando debates dentro do IPHAN, mas antes de um julgamento precipitado, é necessário considerar que o desenho e desenvolvimento de um sistema, que abarque todas as funcionalidades que o SICG propõe, é extremamente complexo, ainda mais quando se leva em conta toda a diversidade de bens em um país de dimensões continentais como o nosso. Mesmo assim, não devemos apoiar a prática de preservação e gestão exclusivamente em um instrumento como um sistema, mesmo porque quando se trata de tecnologias digitais a obsolescência é uma ameaça constante e silenciosa. Deste modo, não podemos nos apropriar do SICG, ou de qualquer outro sistema, esperando que ele modifique, por si só, práticas concebidas e fortalecidas há anos. O SICG é uma parte do todo, que pode auxiliar no direcionamento de uma nova forma do IPHAN caminhar, mas que não poderá, neste caminho, dar os passos pelo corpo da instituição. Visto por um ângulo técnico/tecnológico o SICG já é louvável, pois oferece um espaço para acompanhamento e gestão do bem, incluindo ainda inteligência geográfica, coisa que nenhum outro sistema do IPHAN apresentou até hoje.

A preservação de um conjunto urbano deve ser pensado para o indivíduo, o usuário deste espaço, assim como um sistema deve ser desenvolvido, pensando em quem vai utiliza-lo. Sabemos que para um trabalho de preservação integral é essencial a difusão do patrimônio e sua gestão com a participação da população local e da sociedade em geral. No caso do

SICG, a premissa de ser um sistema aberto, de acordo com níveis de acesso, a toda a sociedade, tanto os campos pré-estabelecidos, quanto às informações que constarão neles, devem ser construídas de forma a possibilitar a apreensão por parte da população.

Permitir o acesso da população às informações construídas em uma instituição é dar uma resposta a esta sociedade. Assim, é importante lembrar que a comunicação é uma via de mão dupla, por isso, à medida que o IPHAN se propõe a comunicar, ele deve se abrir a ouvir, reconhecendo as respostas da sociedade sobre as informações que a instituição tem produzido e disseminado, considerando os questionamentos dos que terão acesso mais direto à sua atuação, pois a partir do momento em que é disponibilizado o acesso, se abre um espaço para fiscalização e cobranças. É dessa forma, possibilitando uma participação social, através de uma prática **dialógica**, que suas ações podem realmente fazer diferença na vida das pessoas enquanto guardiãs do patrimônio cultural brasileiro.

A realidade é que, a solução para a valorização do patrimônio, vendo-o como depósito de memória e não como mercadoria, não está apenas na tecnologia, mas antes na educação e na política, já que grande parte da população brasileira não tem acesso às ferramentas informatizadas, e quando tem não o usufrui de maneira completa ou satisfatória. Neste sentido, a exclusão digital é a grande limitadora do acesso a este mundo virtual que não possui fronteiras espaciais ou temporais, mas sociais. Por isso é crescente a preocupação com a inclusão digital no Brasil, fazendo com que a garantia de acesso à informática seja empreendida através de políticas públicas que promovam essa inclusão. De acordo com o IBGE (2014, *online*), no ano de 2013, metade da população brasileira teve acesso à *Internet*. Mas infelizmente fica muito difícil falar em inclusão digital quando nem a inclusão social atinge toda a população do Brasil. É preciso pensar políticas públicas para inclusão digital, mas antes é necessário efetivar políticas de inclusão social. Como “cobrar” conhecimento de alguém que não tem o básico de alimentação, saúde e educação?

No que compete ao IPHAN, ao longo dos seus 77 anos, foi construído muito conhecimento, e é hora de transferir este conhecimento à população, com a consciência que esta ação aumenta as chances do surgimento de uma nova compreensão do patrimônio pela sociedade. É certo que, este compartilhamento não será feito apenas através das tecnologias digitais, mas sabemos que estas tecnologias aumentam, e muito, as possibilidades de que isso ocorra em menos tempo, e com um alcance que ainda hoje não se viu no país.

A presente pesquisa não pretende esgotar as possibilidades de abordagem do assunto, nem seria possível devido às transformações que continuam ocorrendo nas tecnologias e no patrimônio, ou pelo menos na forma como são considerados, mas buscamos, sim, contribuir

com o debate a respeito do uso das tecnologias digitais e sistemas de informação, não apenas como instrumental técnico/tecnológico, mas como nova visão sobre as práticas de preservação do patrimônio cultural.

Por fim, concluímos que, tratando da utilização das tecnologias digitais pelo IPHAN, com maior ênfase nos trabalhos de documentação e disseminação, chegamos também em uma nova forma de construir e armazenar documentos em meio digital. Além de tantas outras possibilidades e desafios, a tecnologia nos traz uma nova noção de patrimônio, a do patrimônio digital[77], que é de certa forma considerado efêmero, e por isso sua preservação exige esforços específicos para sua produção e manutenção. O próximo passo, com o estabelecimento dos documentos digitais, é pensar e atuar na preservação deste acervo. Não sabemos ainda se seria uma atribuição do IPHAN – provavelmente a manutenção de seu próprio acervo sim – mas é sempre bom estar ciente a respeito de uma possível responsabilidade futura.

Quanto a toda documentação em suportes digitais, é necessário questionar como serão protegidos os documentos que são digitalizados e os já criados em formato digital, e se existirão garantias de pesquisa, já que não é assegurado o acesso a um documento apenas por ele estar em ambiente digital, até porque as tecnologias evoluem muito rapidamente. Se a disseminação preserva conhecimentos, é preciso refletir por quanto tempo as informações podem ser armazenadas e, quando não disseminadas, o que acontece com todas estas informações. São muitas as perguntas. Mas este é um outro assunto, a ser tratado em breve.

[77] A Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital da UNESCO (2003) define como patrimônio digital tanto os documentos e objetos – considerados de importância permanente – produzidos neste meio, quanto os que foram digitalizados ou armazenados em algum suporte digital.

REFERÊNCIAS

ANASTASSAKIS, Zoy. **Dentro e fora da política oficial de preservação do patrimônio cultural no Brasil**: Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural. Dissertação – Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, PPGAS, 2007.

ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Programa. *In*: **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: MES, 1937. p. 3-4. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/> Acesso: 07 ago. 2013.

ARANTES, Antonio A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. *In*: **Habitus**. Goiânia, jan./jun. 2006. v. 4, n. 1, p. 425-435. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/habitus/article/viewFile/362/300> Acesso: 28 abr. 2014.

ARAÚJO, Guilherme Maciel. Os valores do patrimônio cultural – Uma contribuição teórica para as políticas de conservação. *In*: **Arquitextos**. São Paulo, jun/2012, Ano 13, n. 145. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/arquitextos/> Acesso em: 05 jun. 2013.

ARGAN, Giulio C. **La storia dell'arte**. 1969. Studi in onore di Giulio Carlo Argan. Firenze: La Nuova Italia, 1994. Disponível em: <http://www.giuliocarloargan.org/testi/Argan-1969_La-storia-dellarte.pdf> Acesso: 25 mar. 2014.

AURÉLIO – Dicionário *online* de português. **Inventário**. 2014. Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/invent%C3%A1rio> Acesso: 25 set. 2014.

BELLOTTO, Heloísa L. **Arquivos permanentes**: Tratamento Documental. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BNDES. **Chamada Pública de seleção para apoio a projetos de preservação de acervos** – 2010. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/> Acesso: 01 ago. 2014.

_____. **O banco nacional do desenvolvimento**. *Site* Institucional, *on-line*. 2014. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/> Acesso: 30 jul. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Presidência da República: Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm> Acesso: 25 out. 2012.

_____. **Constituição da República federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República: Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso: 25 out. 2012.

_____. **Governo brasileiro investe no desenvolvimento da cultura digital**. Portal Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cultura/2012/06/governo-brasileiro-investe-no-desenvolvimento-da-cultura-digital> Acesso: 17 nov. 2012.

CAIXA. **PRSH** – Programa de Reabilitação de Sítios Históricos. Caixa Econômica Federal, 2014. *On-line.* Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programa_des_urbano/infra_estrutura_setor_publico/prsh/saiba_mais.asp> Acesso: 22 ago. 2014.

CAMPOS, Luiz Fernando de B. Metadados digitais: revisão bibliográfica da evolução e tendências por meio de categorias funcionais. *In*: **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Florianópolis, 2007. n.23. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=11673> Acesso: 02 ago. 2014.

CASCO, Ana Carmen A. J. Os arquitetos e o patrimônio. *In*: **Revista ComCiência**, n. 122, outubro/2010. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=60&id=761> Acesso: 07 ago. 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide V. Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. A sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. *In:* CASTELLS, M.; CARDOSO, G (org.). **A Sociedade em Rede** – Do Conhecimento à Acção Política. Lisboa: Imprensa Nacional, 2005. p. 17-30. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/> Acesso: 07 nov. 2014.

CASTRIOTA, Leonardo B. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CGU. **Relatório de Auditoria**. Controladoria-Geral da União: Brasília, 2013. Disponível em: <http://sistemas.cgu.gov.br/relats/uploads/6654_%20Rel_201317914.pdf> Acesso: 14 jan. 2015.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Luciano Vieira machado. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia R. R. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural do Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

_____. Por uma história da noção de Patrimônio Cultural no Brasil. *In*: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: MinC/IPHAN, 2012. n. 34, p. 147-165. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3239> Acesso: 24 abr. 2014.

CONARQ. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf> Acesso: 13 out. 2013.

_____. **O Conselho Nacional de Arquivos**. *Site* Institucional, *on-line*. 2014. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> Acesso: 01 ago. 2014.

CORRÊA, Sandra R. M. **O Programa de Cidades Históricas (PCH)**: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979. Dissertação – Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Brasília: UNB, 2012.

DI LELLO, Carolina; GUIA, George da. A construção de um sistema integrado de conhecimento e gestão do patrimônio cultural no Brasil: um breve histórico.*In*: IPHAN. **Caderno de Referência**: Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - SICG. 2014.

DODEBEI, Vera. **O sentido e o significado de documento para a memória social**. UFRJ: Tese – Doutorado em Comunicação, 1997. 185 p. Disponível em: <http://teses.ufrj.br/ECO_D/VeraLuciaDoyleDodebei.pdf> Acesso em: 26 fev. 2013.

_____. **Contribuições das teorias da memória para o estudo do patrimônio na web**. VII ENANCIB, Marília, 2006. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/sistemas/enancib/> Acesso em: 17 mar. 2013.

_____. **Digitalização do patrimônio e organização do conhecimento**. VII ENANCIB. Salvador, 2007. Disponível em: < http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--071.pdf> Acesso: 11 abr. 2013.

DODEBEI, Vera; DANTAS, Camila G. Passado e presente nos registros digitais. *In*: QUEIROZ, Andréa C. de B.; OLIVEIRA, Antonio J. B. **Universidade e lugares de memória**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 11-36. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/Projeto/livro_memoria_3.pdf> Acesso: 11 abr. 2013.

FARIA, Margarida L. de; ALMEIDA, Renata. A problemática da "identidade" e o lugar do "património" num mundo crescentemente cosmopolita. **Revista Comunicação e Cultura**, n. 1, 2006. p. 117-133. Disponível em: <comunicacaoecultura.com.pt/wp-content/uploads/2010/07/01_06_M_Lima_Faria_Renata_Almeida.pdf> Acesso: 25 jul. 2013.

FONSECA, M. C. Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003a. p. 56-76. Disponível em: <http://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/memoria-e-patrimonio-cultural/para-alem-da-pedra-e-cal> Acesso: 20 jun. 2013.

_____. O Centro Nacional de Referência Cultural: a contemporaneidade do pensamento de Aloísio. *In*: LEITE, João de S. **A Herança do Olhar**: o Design de Aloísio Magalhães. Rio de Janeiro: Artviva, 2003b. p. 228-239.

_____. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC - IPHAN, 2005.

FUNDAR. **Fundação Darcy Ribeiro**. *Site* institucional, *on-line*. 2014. Disponível em: <http://www.fundar.org.br/> Acesso: 30 jul. 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo S. O patrimônio como categoria de pensamento. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29. Disponível em: <http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/> Acesso: 20 jun. 2013.

IBICT. **Sistema para construção de Repositórios Institucionais Digitais** (DSpace). *Site* institucional, *on-line*. 2014. Disponível em: <http://www.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/Sistema-para-Construcao-de-Repositorios-Institucionais-Digitais/apresentacao> Acesso: 02 ago. 2014.

IBGE. **Metade dos brasileiros teve acesso a internet em 2013**. 2014. Online. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/09> Acesso: 01 nov. 2014.

IBM. **A IBM no Brasil**. 2014, *online*. Disponível em: <http://www.ibm.com/br/ibm/history/ibm_brasil.phtml> Acesso: 06 out. 2014.

ICOMOS. **Carta de Washington**. 1987. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=258> Acesso: 22 mai. 2014.

IPHAN. **Portaria nº 11**, de 11 de setembro de 1986. Brasília, 1986. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=325> Acesso: 25 set. 2014.

_____. **Plano Diretor de Tecnologia da Informação** – Biênio 2010-2011. Brasília: IPHAN, 2009.

_____. **Portaria nº 92**, de 5 de julho de 2012 – Regimento Interno do IPHAN. Brasília, 2012b.

_____. **SICG** – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão. Brasília, 2012c.

_____. **Cronologia das práticas de preservação**. Rio de Janeiro: Copedoc, 2013a.

_____. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Proposta de elaboração. DAF/ Copedoc, 2013b.

_____. **Mapa Estratégico do IPHAN 2013-2015**. Brasília, 2013c.

_____. **PDTI IPHAN 2014 – 2016**: Plano Diretor de Tecnologia da Informação. Brasília: IPHAN, 2014.

_____. **Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 2014. *Online.* Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal>

JAMBEIRO, Othon; SILVA, Helena P. da (orgs.). **Socializando informações**: reduzindo distâncias. Salvador: EDUFBA, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/133> Acesso: 28 nov. 2013.

LE GOFF, Jaques. Memória. In: _____. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 419-476.

LEVY, Hanna. Valor artístico e valor histórico: importante problema da História da Arte. *In*: **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: MES, 1940. n. 04, p. 181-192. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3180> Acesso em 13 jun. 2013.

LEVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência** – O futuro do pensamento na Era da Informática. Trad. Carlos I. da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993.

_____. **Cibercultura**. Trad. Carlos I. da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LONDRES, Cecília. A noção de Referência Cultural nos Trabalhos de Inventário. *In*: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz R. (orgs.). **Inventários de identificação**: um programa da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. p. 27-40.

LOWANDE, Walter F. F. **Os sentidos da preservação**: história da arquitetura e práticas preservacionistas em São Paulo (1937-1983). Dissertação – Mestrado em História. Mariana: UFOP, 2010. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/> Acesso: 10 jun. 2013.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Trad. Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa: Edições 70, 1999.

MACHADO, Marília R. O Tombamento e o Inventário como formas de acautelamento. *In*: **Mestres e Conselheiros**: Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural. Org. Marcos P. de S. Miranda, Guilherme M. Araújo e Jorge A. Askar. Belo Horizonte: IEDS, 2009. p.49-55.

MEC. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil**: uma Trajetória. Brasília: SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=531> Acesso: 13 jun. 2014.

MENESES, Ulpiano T. B. de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. *In:* IPHAN. **I Fórum Nacional do patrimônio Cultural** – Sistema Nacional de patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão (Anais). Ouro Preto, 2009. Brasília: Iphan, 2012.

MENEZES, Juliana S. Mapas da cidade e literatura amadiana. *In*: **Revista do Centro de estudos Portugueses**, UESC. Ilhéus: Editus, 2008. p. 358-185. Disponível em: <http://www.uesc.br/dla/cephs/> Acesso: 05 ago. 2013

MINC. **Metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/13075/METAS_PNC> Acesso: 15 out. 2014.

MONNIER, Gérard. O Patrimônio construído do século XX: Memória, História, Território. *In*: Rodrigues, Claudia S., *et al.* (org.). **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de janeiro: MHN, 2008. p. 44-55.

MOTTA, Lia. **Patrimônio urbano e memória social**: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural 1975 a 1990. Dissertação – Mestrado em Memória Social e Documento. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2000.

_____. O patrimônio cultural urbano à luz do diálogo entre história e arquitetura. *In*: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: MinC/IPHAN, 2012. n. 34, p. 249-279. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3239> Acesso: 24 abr. 2014.

_____. **Notas de correção:** Capítulo 1 (*e-mail*). Rio de Janeiro: 2014.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz R. (orgs.). **Inventários de identificação**: um programa da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, J e NORA, P. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 179-193. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/105744527/Cap-norA-O-Retorno-Do-Fato> Acesso: 15 abr. 2014.

OWEN, Ruth. **Identifying Technologies used in Cultural Heritage**. *In:* International Symposium on Virtual Reality, Archeology and Cultural Heritage 5, 2004, Bruxelas. Disponível em: <http://www.sciweavers.org/publications/> Acesso: 12 abr. 2013.

PAIÃO, Cristiane. Patrimônio histórico: uma questão de cidadania. In: Revista **ComCiência**, n. 122, outubro/2010. Disponível em: <http://www.comciencia.br/> Acesso: 06 ago. 2013.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação dos bens culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

REDE MEMORIAL. **Rede Memorial**: Rede nacional das instituições comprometidas com políticas de digitalização dos acervos memoriais do Brasil. *Site* institucional, *on-line*. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://redememorial.org.br/> Acesso: 02 ago. 2014.

REZENDE, Solange O. (org.). **Sistemas Inteligentes**: fundamentos e aplicações. Barueri, SP: Ed. Manole, 2005.

RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos**: sua essência e sua gênese. Tradução Albertina Vicentini. Goiânia: UCG, 2006.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história**: as origens, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 1936-1967. Dissertação – Mestrado em Antropologia. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1991. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/> Acesso: 15 abr. 2014.

SANT'ANNA, Márcia. **A cidade atração**: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. *In*: FERNANDES, Ana; JACQUES, Paola B. Cadernos PPG-AU/FAUFBA. Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2004. Ano 2, número especial. p. 43-58. Disponível em: <www.laboratoriourbano.ufba.br/> Acesso: 16 out. 2012.

SAWAYA, Márcia R. **Dicionário de Informática e *Internet***. São Paulo: Nobel, 1999.

SCHLEE, Andrey R.; CORSINO, Célia. Apresentação. *In*: IPHAN. **Caderno de Referência**: Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - SICG. 2014.

SICG. **Manual de treinamento**. Brasília: IPHAN, 2014.

_____. **Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão** – Ambiente de homologação. 2014. *Online.* Acesso restrito.

SILVA, Daniel R. dos R. **Do Cine-Teatro à alma da cidade**: sobre a construção dos discursos da categoria patrimônio na cidade de Juiz de Fora. Dissertação – Mestrado em Sociologia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Disponível em: <http://teses.ufrj.br/IFCS_M/DanielRobertoDosReisSilva.pdf> Acesso: 17 jun. 2014.

_____. Sobre sistemas de valores e classificações do patrimônio na cidade de Juiz de Fora. *In*: **A questão do nacional no IPHAN**: Anais da III Oficina de Pesquisa. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/ Copedoc, 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/> Acesso: 06 ago. 2013.

SILVA, Carolina Di Lello J. **Inventário do Patrimônio Cultural no IPHAN**: instrumentalização do discurso na política nacional de preservação. Dissertação – Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural. Rio de janeiro: IPHAN, 2014.

SOUSA, Ana C. de D. **Entre monumentos e documentos**: Cidade de Goiás, Cora Coralina e o dossiê de tombamento. Dissertação – Mestrado em História. Goiânia: UCG, 2009. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ucg.br/codArquivo=708> Acesso: 02 out. 2014.

SOUZA, Nayara C. de. **Documentos fotográficos no Arquivo**: preservação, conservação, dissociação e acesso no Arquivo do Patrimônio (IPHAN/RJ). Dissertação – Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural. Rio de janeiro: IPHAN, 2014.

TAMASO, Izabela. **Em nome do patrimônio**: Representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. Tese – Doutorado em Antropologia Social. Brasília: UNB, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1995> Acesso: 23 jul. 2014.

TAPIAS, José A. Pérez. **Internautas e náufragos**: A busca do sentido na cultura digital. São Paulo: Ed. Loyola, 2006. 247 p.

TELLES, Mário F. de P. **Proteção ao patrimônio cultural brasileiro**: Análise da articulação entre Tombamento e Registro. Dissertação – Mestrado em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro: UNIRIO/MAST, 2010. Disponível em: <http://ppg-pmus.mast.br/dissertacoes/Dissertacao_mario_pragmacio.pdf> Acesso: 05 ago. 2013.

UNESCO. **Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital**. 2003. Disponível em: <http://www2.dem.inpe.br/ijar/UNESCOCartaPreservacaoDigital_PTfinal.pdf> Acesso em: 22 abr. 2013.

ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul**: A Atribuição de Valores a uma Memória Coletiva Edificada para o Estado. Dissertação (Mestrado em História). UFRS, 2006. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/> Acesso: 10 jun. 2013.

Fontes documentais

ALVIM JÚNIOR, Fausto. **Processos Tecnológicos Patrimoniais** (PTP). V Encontro Preparatório do I Seminário do Programa Nacional de Referência da Dinâmica Cultural. Brasília, 1986. Arquivo Central do IPHAN – Seção Brasília. Caixa 02 – 0100.0006 – DID/Coordenadoria de Referência Cultural. Consultado em: 06 ago. 2014.

BNDES. **Relatório Técnico**: Rede de Arquivos do IPHAN. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: Google Drive / CGTI - Área Livre. Acesso: 02 ago. 2014.

CASTRO, Adler H. F. de. **Memorando DEPROT/RJ nº 101/2000**. 18 de fevereiro de 2000. Arquivo da Superintendência do IPHAN em Goiás. Pasta BT GO 098 F – Rerratificação do Tombamento. Consultado em: 08 ago. 2014.

DOSSIÊ: Proposição de inscrição da Cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade. Goiás: MinC/IPHAN/Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1999. [PDF].

DOSSIÊ: Proposição de inscrição da Cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade. Goiás: MinC/IPHAN/Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 2000. 8ª edição/2013. [CD-ROM].

DUARTE, Paulo S. **Minha colaboração**. I Seminário do Programa Nacional de Referência da Dinâmica Cultural. FNPM. Brasília, 1986. Arquivo Central do IPHAN – Seção Brasília. Caixa 02 – 0100.0006 – DID/Coordenadoria de Referência Cultural. Consultado em: 05 ago. 2014.

FGV. **Diagnóstico exploratório do setor do patrimônio cultural brasileiro**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1999. Arquivo Central do IPHAN – Seção Brasília. Caixa Depam URBIS, 34, 160. Consultado em: 06 ago. 2014.

FUNDAR; IPHAN; USP. **Primeiro Relatório anual de atividades técnicas** (agosto/2013 - agosto/2014). Rio de Janeiro, 2014.

GT IPHAN. **Fortalecimento Institucional do IPHAN**: Reformulação do Plano de Ação – 2001/2002. Brasília, 2001. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Consultado em: 20 ago. 2014.

IAPH. **Cooperación científico y técnica entre la Unión Europea y América Latina y el Caribe en el ámbito del patrimonio cultural**. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Historico, 2001. Arquivo Central do IPHAN – Seção Brasília. Caixa 0100.0006 - DID/ Coordenadoria de Referência Cultural. Consultado em: 06 ago. 2014.

INEPAC. **Bens Culturais**. 2014. *Online*. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/236> Acesso: 25 ago. 2014.

IPHAN. **Lista de prioridades de conservação** – Ficha de informações básicas: Goiás. IPHAN / Monumenta. s/d. Arquivo do Escritório Técnico da Cidade de Goiás. Subpasta: Levantamento Histórico/Tombamento Goiás 1992-2006. Consultado em: 12 ago. 2014.

_____. **Contrapartida IPHAN projeto BNDES**. s/d. Disponível em: Google Drive / CGTI - Área Livre / DOC Referência. Consultado em: 02 ago. 2014.

_____. **Notas preliminares**. Brasília, 2012a. Disponível em: Google Drive / CGTI - Área Livre. Acesso: 02 ago. 2014.

IPHAN; BRASILIANA USP. **Proposta técnica (versão preliminar)** – Parceria IPHAN e Brasiliana USP. s/d. Disponível em: Google Drive / CGTI - Área Livre. Consultado em: 02 ago. 2014.

MARTINS, Fátima de M. **Parecer** – Rerratificação. Brasília, agosto de 2002. Arquivo da Superintendência do IPHAN em Goiás. Pasta BT GO 098 F – Rerratificação do Tombamento. Consultado em: 08 ago. 2014.

MARTINS, Fátima de M.; GALVÃO JÚNIOR, José L.; FERREIRA, Maria C. P. **A expansão da área tombada da Cidade de Goiás**. Goiânia, 26 de fevereiro de 2004. Arquivo da Superintendência do IPHAN em Goiás. Pasta BT GO 098 F – Rerratificação do Tombamento. Consultado em: 08 ago. 2014.

PRÓ-MEMÓRIA. **Programa de trabalho 1987-1989**. 1989. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Consultado em: 20 ago. 2014. Caixa: 1106 – Fundação Nacional Pró-Memória/CNRC – Patrimônio Histórico de Goiás. Consultado em: 20 ago. 2014.

PROCEDIMENTOS informatizados do INBI-SU. Brasília, s/d. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Consultado em: 20 ago. 2014.

PROCESSO de Tombamento nº 345-T-42 Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás (GO). 1942. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Processos de Tombamento. 04 vol.

PROPOSTA de reestruturação do roteiro tombado e área de entorno. Escritório Técnico da 8ª Diretoria Regional/IPHAN, 1982. Arquivo da Superintendência do IPHAN em Goiás. Pasta BT GO 098 D – Núcleo Histórico. Consultado em: 07 ago. 2014.

SANT'ANNA, Cláudio C. A. **Plano de Gerenciamento do Projeto**. 2013a. Disponível em: Google Drive / CGTI - Área Livre. Consultado em: 02 ago. 2014.

_____. **Projeto Rede de Arquivos do IPHAN** – Memória da viagem ao PGC (16.10.2013). 2013b. Disponível em: Google Drive / CGTI - Área Livre. Consultado em: 02 ago. 2014.

_____. **Memória de Reunião 02.10.2013**. 2013c. Disponível em: Google Drive / CGTI - Área Livre. Consultado em: 04 ago. 2014.

USP. **Plataforma Corisco 3.0** – Uma *Corisco* para a Rede de Arquivos do Iphan. São Paulo: USP, 2014.